

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Flávio Luís Soares de Barros

**Civilização, diversidade, desenvolvimento
A UNESCO e as dimensões da cultura
Bens, serviços e conteúdos culturais**

São Paulo
2017

Flávio Luís Soares de Barros

**Civilização, diversidade, desenvolvimento
A UNESCO e as dimensões da cultura
Bens, serviços e conteúdos culturais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rossana Rocha Reis

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação*

Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Barros, Flávio Luís Soares de

Civilização, diversidade, desenvolvimento : A UNESCO e as dimensões da cultura - bens, serviços e conteúdos culturais / Flávio Luís Soares de Barros -- Orientadora: Rossana Rocha Reis. São Paulo: 2017.

275 p., il.

Tese (Doutorado) - Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo.

1. UNESCO. 2. Bens culturais. 3. Diversidade. 4. Análise do discurso. 5. Construtivismo. I. Reis, Rossana Rocha. II. Título.

CDD 327.81

BARROS, Flávio Soares de. **Civilização, diversidade, desenvolvimentos: A UNESCO e as dimensões da cultura - bens, serviços e conteúdos culturais**. 2017. 275 p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Para Catharina, escrava liberta, minha bisavó.

Para Leonor, professora severa, e Antonieta,
professora, primeira deputada estadual negra do
país e primeira mulher a se tornar deputada no
estado de Santa Catarina, minhas tias-avós.

In memoriam

Este é o resultado de um esforço que não teria sido imaginado por mim sem a inspiração dos embaixadores José Viegas Filho e Renato Xavier, que me fizeram despertar o interesse pela Política e pelas Relações Internacionais. Também o bom amigo Alberto Vale, companheiro de aventuras inusitadas, incentivou-me, sem saber. Espero encontrá-lo novamente, em Brasília, no Recife ou no Mundo.

Ao longo de minha trajetória acadêmica, vários professores foram determinantes na definição da forma que encaro a Academia e o Conhecimento. Destaco o professor Izidoro Blikstein, que abriu meus olhos e ouvidos para a Linguística. Alguns professores tornaram-se amigos queridos, como as professoras Verónica Galindez, Teresa Cristófani Barreto e Lígia Ferreira.

No IRI, agradeço particularmente aos professores Amâncio Jorge de Oliveira e Pedro Dallari pela gentil acolhida. Ao professor Felipe Loureiro, agradeço a oportunidade de ter sido monitor na disciplina *História das Relações Internacionais*, situação em que aprendi muito.

Um agradecimento especial para a professora Janina Onuki, pela compreensão e delicadeza em meus momentos de desespero. Agradeço também a professora Janina, assim como a professora Deisy Ventura, pela leitura atenta e pelos comentários agudos e pertinentes no exame de qualificação.

Durante os dois anos em que fui representante discente na CCNInt, tive a oportunidade de aprender sobre outros aspectos da vida acadêmica com os professores Kai Enno Lehmann e Cristiane Lucena, o que agradeço vivamente.

Minha orientadora foi fundamental para que a tese chegasse ao final. As eventuais falhas são todas de minha lavra. Os méritos, dela. Meus agradecimentos redobrados.

Com um professor da graduação, aprendi que as maiores autoridades na pesquisa são os funcionários da secretaria. Agradeço a Giselle de Castro e Anderson Peraçoli, sempre presentes, sempre perfeitos. Agradeço também a Capes, pela bolsa concedida, sem a qual não teria sido possível concluir a tese.

Agradeço minha mãe, dona Lahyrde, e meu pai, Antônio Carlos (*in memoriam*). Vani Lameirinha ofereceu apoio nos momentos difíceis e, embora talvez ela não saiba disso, agradeço.

Agradeço a pessoa que me incitou a prosseguir os estudos e que não me deixou esmorecer um só momento. Obrigado, Kitty. Nessa última tarefa, ela teve o apoio da Laura e da Isabella, num período difícil, mas que, como o samba, vai passar.

Finalmente, agradeço ao amigo querido, irmão Marcos Guterman, companheiro de copo, de numerada laranja e de papo variado.

Por último, *but not least*, agradeço os companheiros do IRI, entre os quais cito alguns como representantes da turma: Raquel Rocha, Tâmya Rebelo, Mariana Chaimovich, João Paulo Hernandez Teodoro e Patrícia Tambourgi. Obrigado.

Resumo

BARROS, Flávio Soares de. **Civilização, diversidade, desenvolvimentos: A UNESCO e as dimensões da cultura - bens, serviços e conteúdos culturais**. 2017. 275 p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O objetivo desta tese é analisar as relações de poder expressas nas definições de cultura contidas nos documentos legais da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), entre 1945-2015, principalmente em relação às implicações para a produção, reprodução, circulação e proteção de bens, serviços e conteúdos culturais. Buscou-se identificar como a relação entre cultura e desenvolvimento, ausente nos primeiros documentos emitidos pela entidade, tornou-se ponto central das declarações, convenções e recomendações mais recentes, levando-se em conta o papel das instituições do sistema ONU como promotores de normas. O recorte temporal da análise compreende três fases: o primeiro período corresponde aos antecedentes da Organização (1871-1945). Nessa fase, a expansão do imperialismo capitalista, principalmente europeu, e o colonialismo têm entre suas bases uma noção hierárquica de “civilização”. O chamado conceito humanista de cultura vigente baseia-se, por esse aspecto hierárquico, em uma visão de “igualdade excludente”. A UNESCO efetivamente passa a existir no segundo período (1945-1985), fase da Guerra Fria e em que ocorre o processo de descolonização e a ascensão do chamado Terceiro Mundo. A ênfase é dada à noção de “diversidade”, analisada aqui como “diferença inclusiva” e a substituição gradual do conceito humanista pelo conceito antropológico. No terceiro momento (1985-2015), os aspectos econômicos são agregados ao conceito de diversidade, o que leva à incorporação, nos debates sobre cultura, do tema “desenvolvimento”, caracterizada como uma visão de “diferença produtiva”. Nota-se a relação entre contextos históricos e geopolíticos e os discursos prevalentes e sua difusão como norma, passando a compor o fundamento de políticas culturais domésticas.

PALAVRAS-CHAVE: UNESCO. Bens culturais. Diversidade. Análise do discurso. Construtivismo.

Abstract

BARROS, Flávio Soares de. **Civilization, diversity, development: UNESCO and the dimensions of culture - cultural goods, services and contents**. 2017. 275 p. Thesis (PhD in International Relations) – International Relations Institute, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The aim of this thesis is to analyze the power relationships expressed in the definitions of culture contained in the body of legal documents of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) between 1945-2015, regarding the implications for the production, circulation and protection of cultural goods, services and contents. The main goal was to trace how the relationship between culture and development, absent in the first documents issued by the entity, became central in recent declarations, conventions and recommendations, taking into account the role of UN institutions as norm setters. The analysis comprises three phases: the first corresponds to the antecedents of the Organization (1871-1945), when the expansion of capitalist imperialism, mainly European, and colonialism had among their bases a hierarchical notion of "civilization". The humanist concept of culture is based, in this hierarchical aspect, on a vision of "excluding equality". UNESCO effectively came into existence in the second period (1945-1985), during which the Cold War, with the decolonization process and the rise of the Third World, took place. The emphasis is given to the notion of "diversity", analyzed here as "inclusive difference" and the gradual replacement of the humanist concept by the anthropological concept. In the third period (1985-2015), economic aspects are added to the concept of diversity, which leads to the incorporation, in the debates on culture, of "development", characterized as a vision of "productive difference". The relationship between historical and geopolitical contexts and the diffusion of discourses as norms, which, by their turn, influence domestic cultural policies, are stressed.

KEYWORDS: UNESCO. Cultural goods. Diversity. Discourse analysis. Constructivism.

Sumário

Resumo	8
Abstract.....	9
1. Apresentação.....	14
Primeira parte.....	30
2. Cultura em questão.....	31
3. Pressupostos teóricos	50
3.1. Fatores materiais, ideologia e discurso.....	52
3.1.1. Fatores materiais em Marx e Engels	53
3.1.2. Ideologia e práticas de representação	58
3.2. Representação, narrativa, discurso	65
3.2.1. Da ideologia às representações.....	65
3.2.2. Narrativa	69
3.2.3. Ideias.....	71
3.2.4. Análise do discurso.....	73
3.2.5. Construtivismo	76
3.2.6. Bens culturais	77
3.3. Metodologia.....	84
4. Os documentos legais da UNESCO	85
4.1. Tipologia e processo de elaboração	87
4.2. Estrutura dos documentos.....	90
Segunda parte: Discursos da cultura.....	92
5. Antecedentes: Civilização, imperialismo, colonialismo (1871-1945).....	93
5.1. Imperialismo e colonialismo	93

5.1.1.	Imperialismo, categoria de análise.....	97
5.1.2.	Imperialismo como prática.....	105
5.1.3.	Colonialismo.....	120
5.1.4.	Aspecto moral.....	120
5.1.5.	Prestígio.....	121
5.2.	Missão civilizatória: educação e língua.....	123
5.3.	Missão civilizatória e representação: Exposições Universais	132
5.4.	Jan Smuts e os primórdios da UNESCO.....	139
5.5.	Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual.....	141
6.	Diversidade, descolonização, Guerra Fria (1945-1985).....	145
6.1.	Descolonização e Guerra Fria.....	146
6.1.1.	Nehru.....	148
6.1.2.	Sukharno.....	149
6.2.	Conceito de diversidade.....	151
6.2.1.	Conceito antropológico de cultura.....	151
6.2.2.	Diversidade.....	152
6.3.	Contexto da criação do sistema ONU	156
6.3.1.	Antecedentes.....	157
6.3.2.	Criação da UNESCO	159
6.4.	Documentos legais da UNESCO	165
6.4.1.	Produção, acesso, proteção, circulação, participação.....	165
6.4.2.	Definições de cultura.....	167
6.4.3.	Modalidades de atuação da UNESCO.....	181
6.3.1.	Estrutura organizacional da UNESCO.....	183
7.	Diversidade e desenvolvimento (1985-2015)	188

7.1.	O fim da Guerra Fria: crises e liberalização comercial	188
7.2.	A evolução do conceito de cultura.....	193
7.3.	Economia da cultura/criativa.....	199
7.4.	Cultura e desenvolvimento	210
7.4.1.	Desenvolvimento sustentável.....	213
7.5.	Convivência de conceitos.....	220
7.6.	Estrutura organizacional.....	222
7.6.1.	Anos 1990.....	222
7.6.2.	Estrutura em 1998	223
7.6.3.	Organograma 2005.....	223
7.6.4.	Organograma atual	224
	Terceira parte: desdobramentos	227
8.	Cegos sem o elefante.....	228
8.1.	Considerações para uma agenda de pesquisa.....	228
8.2.	Governança cultural global	234
9.	Conclusão	237
	ANEXOS	243
	Anexo 1: Documentos oficiais da UNESCO na área temática “Cultura” (1945-2015).....	243
	Anexo 2: Comparação entre os protocolos do Acordo sobre a importação de materiais educacionais, culturais e científicos.....	245
	Anexo 3: Estrutura organizacional da UNESCO.....	253
	Referências	264

Todas as traduções, exceto quando indicado, são do autor da tese.

1. Apresentação

O objetivo desta tese é analisar as relações de poder expressas nas definições de cultura, explícitas e implícitas, contidas nos documentos legais sobre o tema gerados no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no período 1945-2015, principalmente em relação às implicações, do ponto de vista normativo e das práticas, para a produção, reprodução, circulação e proteção de bens, serviços e conteúdos culturais¹.

Foi mapeado o processo pelo qual as definições de cultura subjacentes passaram a ressaltar o aspecto econômico e o papel dos fenômenos culturais no desenvolvimento, em oposição a um enfoque baseado nas manifestações artísticas e literárias, que eram vistas como um aspecto distinto tanto da realidade material como das relações sociais de poder, ou seja, da Economia e da Política.

A análise baseia-se, portanto, em uma “transição” entre essa visão, dita “humanista”, de cultura e um conceito alternativo, “antropológico”, que ganha maior centralidade nos discursos acadêmicos e passa ao discurso político ao longo do século 20². Simultaneamente, do ponto de vista das relações internacionais do Pós Segunda Guerra Mundial, ocorre um movimento de desmontagem do sistema colonial do final do século 19. Para situar o contexto do discurso da cultura na UNESCO, portanto, é necessário retroceder ao pensamento imperialista e colonialista do final do século 19, pois o discurso fundamentado no conceito antropológico de cultura irá se opor a esse pensamento.

¹ A referência à relação entre “cultura” e “bens, serviços e conteúdos culturais” é feita aqui em termos de sua manifestação discursiva; foi evitada, assim, a visão “essencialista” de cultura de Reeves (v. mais adiante).

² Retomaremos a distinção entre os chamados conceitos humanista e antropológico de cultura no capítulo 2. Adotamos o termo “humanista” com base no ideal da *paidea* ou *humanitas* da antiguidade clássica, que propunha o ideal do aperfeiçoamento integral da pessoa humana (VANNUCCHI, 1999); alguns autores preferem falar na oposição entre “artes” e “conceito antropológico”. Essa discussão é antiga e bastante abrangente, como atesta BIDNEY (1994).

O recorte da pesquisa baseia-se nos diversos discursos antagônicos coexistentes, sem que se busque uma definição estática ou parcial do que seja “cultura”, nos aspectos relacionados aos bens, serviços e conteúdos culturais, ou seja, privilegiando naqueles discursos suas relações com as práticas culturais. “Práticas” aqui se refere ao grau de codificação dos princípios de diferenciação em uma determinada formação social (BOURDIEU, 1993; 1994).

Institucionalmente, a UNESCO mapeia quatro fases desse processo de mutação dos sentidos e funções do termo cultura (VALDERRAMA, 1995). Na primeira, entre os anos 1950 e 1960, a ideia inicial, ligada, como visto, às artes e literatura, passou a incluir a noção de “identidade”. A ação do órgão, no contexto da descolonização do pós-guerra, abandonou progressivamente uma visão hierarquizada (associada ao ideal artístico ocidental), em favor da ideia da igualdade entre as manifestações culturais.

Já entre as décadas de 1970 e 1980, o vínculo entre a noção de cultura e o fomento ao desenvolvimento passa a servir de fundamento para as atividades de cooperação internacional, com base na solidariedade e visando o benefício mútuo dos países e das comunidades neles existentes.

No período entre os anos 1980 e 1990, a situação de minorias, povos indígenas e imigrantes, devido às diversas formas de discriminação e exclusão sofrida por esses grupos, passa a ser reconhecida como base cultural na construção e fortalecimento das democracias, em um período que coincide com o final da Guerra Fria e da bipolaridade entre Estados Unidos e URSS.

Finalmente, entre os anos 1990 e 2000, a noção de diversidade cultural, que, de certa forma, supera as anteriores ao aglutinar os elementos de cada uma das definições, situa a multiplicidade de manifestações culturais como patrimônio comum, sempre no âmbito do diálogo entre os povos.

É nesse período, também, que a conexão entre diversidade cultural e os aspectos econômicos das atividades culturais cristaliza-se. Buscam-se formas de dimensionar a participação das atividades culturais na geração de riqueza dos países, assim como a relevância dessas atividades para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*³ (2005), entrou em vigor em 2007. O tratado tem, entre suas principais características, a explicitação da relação entre cultura e desenvolvimento sustentável, ou seja, a cultura foi colocada como fator basilar da superação da desigualdade, tanto internamente, em cada Estado, como entre países. Esse aspecto não se limita ao caráter econômico dos fenômenos abrangidos pela noção de cultura que emana do referido instrumento. A relação intrínseca entre cultura e desenvolvimento da Convenção indica uma interface de cultura com três aspectos: o econômico, expresso principalmente nas questões de comércio e de circulação de bens e serviços culturais; o de governança, referido nos fatores que denotam o controle da cooperação intelectual internacional; e o da inclusão democrática, situado principalmente na noção da diversidade cultural.

Em um tratado que versa sobre a diversidade cultural, chama a atenção o fato de que a palavra *arts* (“artes”) não é encontrada no texto, embora *artistic* (“artístico/a”, duas ocorrências) e *artists* (“artistas”, cinco ocorrências) aparecem de forma quase marginal.

Uma análise breve do texto permite identificar seis campos semânticos principais: cultura (e diversidade cultural); economia; democracia (e direitos humanos); finalidades; e intercâmbio, o qual pode ser considerado um subcampo daquele das finalidades.

O campo da cultura e da diversidade cultural manifesta-se por palavras-chave como “cultura” e assemelhados, “diversidade” e “expressões”. Nesse campo, a Convenção busca estabelecer, por meio de definições de caráter ontológico, relações entre as manifestações humanas e os demais campos.

O campo da economia explicita o circuito dos bens e serviços culturais, ou seja, sua produção e circulação de forma ampla, incluindo acesso e distribuição. A fundamentação de uma ligação intrínseca entre cultura e desenvolvimento sustentável ocorre nesse campo, por meio de aspecto programático, ou seja, que estabelece uma relação causal entre “cultura” e as diversas dimensões do desenvolvimento.

³ A lista dos instrumentos legais da UNESCO no tema cultura encontra-se no anexo 1. A referência é sempre feita pela data e aos textos em inglês.

Esses dois campos sugerem aspectos substantivos, em que “cultura” assume duplo valor, monetário/econômico e identitário/simbólico. O bem, serviço ou conteúdo cultural, visto sob a forma de valor econômico e como valor simbólico, permite, na lógica do texto, a superação das desigualdades entre os países, por um lado, e no interior de cada país.

Integrando ainda mais esses dois campos, encontra-se o campo da Democracia e dos Direitos Humanos, que atrela a importância dos aspectos culturais ao desenvolvimento como fator de redução/eliminação das desigualdades, por meio da materialização de direitos.

O campo das finalidades expressa os objetivos explícitos da Convenção, fazendo referência principalmente à promoção e à proteção das expressões culturais, sugerindo mecanismos de conformidade (*compliance*), os quais não são, no entanto, elaborados em profundidade. Finalmente, o campo do intercâmbio enfatiza os fluxos, sendo seu exemplo principal a livre circulação de ideias.

Os campos citados não aparecem em forma isolada. Assim, o aspecto econômico situa-se simultaneamente no campo econômico e no do intercâmbio. O aspecto da governança é expresso nos campos da economia, das finalidades e no do intercâmbio. A inclusão democrática encontra expressão nos campos da democracia e das finalidades.

A breve análise do documento feita acima permite, portanto, evidenciar a centralidade de uma noção de desenvolvimento que se opõe à ideia monodimensional do desenvolvimento econômico. O texto da Convenção opõe-se também à ideia de uma diferenciação hierárquica entre culturas ou “civilizações”, inerente ao conceito humanista de cultura.

Retomando a relação entre discursos e práticas culturais, a questão é abordada por Julie Reeves (2005), da Universidade de Southampton, que, tendo como base o problema teórico expresso no uso indiscriminado por pesquisadores do termo “cultura”, sem que seja feita uma reflexão a seu respeito, parte exatamente de uma cisão entre os conceitos humanista e antropológico. Nos extremos dessa cisão estão o poeta e crítico britânico Matthew Arnold (1822-1888), um dos responsáveis pela disseminação do conceito humanista, e a norte-americana Margareth Mead (1901-1978), para quem “somos nossa

cultura”, frase que condensa o conceito antropológico. Reeves sugere ainda uma terceira concepção, essencialista, que seria uma forma específica do conceito antropológico. Nessa visão é suposta uma essência específica da cultura que “nos faz o que somos” (REEVES, 2005).

Embora haja uma série de restrições sobre o texto de Reeves, como, por exemplo, o fato de não serem desenvolvidos completamente alguns dos conceitos expostos (YANIKI, 2005), a autora ressalta o emprego de noções relacionadas com fatos culturais como forma de diferenciação entre indivíduos e grupos, por meio de oposições entre “civilizados” e “bárbaros”, “selvagens” ou “estrangeiros”, ou aspectos como religião, classe social, nacionalidade, gênero e poder. Coloca-se, portanto, o caráter central da diferença. Embora possa ser entendida de um ponto de vista dicotômico, essa diferença não se coaduna com a ideia da interpenetração cultural, ou do “hibridismo”, o resultado da junção de diferentes matrizes culturais (BURKE, 2006; CANCLINI, 1990). Esse fenômeno faz com que haja “contínuos” culturais, situados entre esses extremos e que são explicitados nas práticas⁴.

A tese central de Julie Reeves é a de que o conceito humanista de cultura, mais antigo, teria sido sucedido pelo conceito antropológico, o que teria um efeito na elaboração de um quadro teórico sobre fenômenos culturais. A Organização das Nações Unidas (ONU) e UNESCO, por exemplo, desenvolvem um enfoque nitidamente marcado pelo conceito antropológico, o que coloca o desafio de enfrentar a fórmula “tudo é cultura”, que dificulta a delimitação do objeto. Ao mesmo tempo, no entanto, a visão essencialista derivada desse conceito requer formulações teóricas e práticas - como a elaboração de estatísticas e séries históricas - para que seja estabelecido o elo causal entre “cultura” e desenvolvimento, compreendido como fenômeno multidimensional.

A presente tese dialoga com as observações de Reeves, embora haja uma discordância fundamental. Não houve uma substituição de um conceito pelo outro, mas a

⁴ A questão é ainda mais complexa, pois, além desse “contínuo” entre categorias antagônicas, é preciso considerar ainda a multiplicidade de representações e percepções expressas em ideias como “multiculturalismo”, ou seja, a convivência de diversas culturas no mesmo espaço, mas também a multiplicidade de representações identitárias, ou seja, a cultura como fenômeno múltiplo, ligado ao sentimento de pertencimento em relação a tribos, territórios, práticas sociais etc.

formação de uma rede discursiva em que os discursos subjacentes, antagônicos ou não, coexistem, expressos nas diferentes práticas culturais internacionais e, mesmo, no interior da própria UNESCO.

Buscou-se, assim, identificar como a relação entre cultura e desenvolvimento, ausente nos primeiros documentos emitidos pela entidade, notadamente na Constituição da Organização (1945), dedicada primariamente a temas como paz e segurança, tornou-se ponto central das declarações, convenções e recomendações mais recentes, especialmente da *Declaração sobre a diversidade cultural* (2001) e a *Convenção sobre a proteção da diversidade cultural das expressões culturais* (2005), levando-se em conta o papel das instituições do sistema ONU como promotoras de normas (FINNEMORE, 1993; FINNEMORE; SIKKING, 1998).

As hipóteses básicas sobre as quais se organiza o trabalho referem-se às articulações encontradas nos textos legais. Os discursos sobre cultura são estabelecidos com base em oposições, principalmente entre as ideias de “igualdade” e “diferença”; essas oposições são empregadas tanto como fundamento para que sejam estabelecidas distinções entre grupos étnicos, grupos nacionais e comunidades, tanto no interior das fronteiras nacionais como no âmbito internacional, como baseiam discursos igualitários. Noções como “universalismo” e “relativismo”⁵, por exemplo, poderiam ser empregadas para denominar essas duas posições, em que a primeira pressupõe uma escala única de valores, à qual todas as demais estariam subordinadas, enquanto, no segundo caso, não existe um parâmetro único, que permita hierarquizar valores. O conceito humanista coloca-se como valor absoluto, a partir do qual todas as manifestações são ponderadas, enquanto o conceito antropológico surge como valor relativo.

A tese central é a de que a coexistência, no discurso da UNESCO e nas práticas culturais internacionais e transnacionais, das noções de cultura e dos conceitos subjacentes, ao refletir conjunturas geopolíticas, tanto do passado como do presente,

⁵ Essa discussão apresenta semelhança com aquela empreendida no Direito Internacional entre “monismo” e “dualismo”, o primeiro pressupondo um único ordenamento legal, baseado em “norma superior”, que se sobrepõe ao interno, enquanto o segundo diferencia o ordenamento interno e externo, havendo, assim, a necessidade de harmonização entre essas duas esferas (SILVA; ACCIOLY: 2002). Aqui, a ideia de uma única cultura tem como polo oposto a noção de culturas estanques, mas sem diferenciação hierárquica entre elas.

opera com base em dicotomias entre igualdade e diferença, tradição e modernidade, permanência e ruptura, popular e erudito, entre outras, que reproduzem relações de poder e o aspecto hierárquico das relações entre atores, embora seja buscado um ideal democrático igualitário.

Com isso, o eixo das relações culturais internacionais⁶ encontra-se entre os polos da “igualdade” e da “diferença”, articulados, no plano do conteúdo, nos dois conceitos prevalentes de cultura encontrados nos diversos discursos.

O conceito humanista de cultura é caracterizado aqui por um “igualitarismo⁷ excludente”, ou seja, pela visão ocidental-eurocêntrica de hierarquização das manifestações culturais de uma comunidade humana idealizada, a qual desconsidera outros padrões culturais. Já o conceito antropológico de cultura, representado por uma “diversidade inclusiva”, incorpora as diferenças dos grupamentos humanos e de suas produções, associadas à não hierarquização dos fenômenos relacionados com as práticas culturais.

O discurso que incorpora o conceito humanista de cultura tem uma cisão fundamental entre a noção de “civilização”, associada à ideia de desenvolvimento e de elevação, e a “ignorância”, ou seja, o atraso e o retrocesso. Assim, a ideia “igualitária” desse discurso baseia-se na exclusão do polo “incivilizado”. Ainda que baseado em visão de humanidade, essa humanidade refere-se apenas à parte “civilizada”, que inclui as realizações passadas e presentes que formam a matriz de uma cultura que se define como herdeira das culturas grega e romana e que, de forma bastante clara, incorpora, o campo europeu da produção cultural, a ele agregando outros campos, à medida que, por processos de legitimação específicos, esses campos passam a ser considerados parte integrante do padrão cultural.

Pelo menos três aspectos principais, do ponto de vista das relações culturais, permitem essa solidificação de um padrão cultural que não se restringe às fronteiras

⁶ A noção de relações culturais internacionais será examinada mais adiante. De forma resumida, trata-se do conjunto de relações, motivadas ou não, que se dão além de fronteiras e que podem envolver atores estatais ou não estatais.

⁷ Igualitarismo no sentido de um “universalismo programático”.

nacionais: a existência de línguas francas (ao longo da história, o grego, o latim; no primeiro período analisado, o francês e, mais tarde, o inglês), ou seja, de línguas empregadas por elites instruídas e que servem como base para o estreitamento de laços no interior dessa elite plurinacional; a prática da tradução, literária ou não, que circula entre essa mesma elite; e o padrão educacional, baseado na reprodução dos padrões estéticos e no beletrismo. Esses fatores relacionam-se com as diversas formas de exercício de poder na esfera internacional (econômico, político, cultural etc.).

Essa comunidade cosmopolita e, partindo dessa perspectiva excludente, “globalizada”, desenvolve certa identidade, que não substitui religião e nação como modos de identidade individual e coletiva (TURNER, 2002), mas agrega-se a esses fatores. O escritor russo do final do século 19, por exemplo, frequenta os círculos literários parisienses e londrinos, fala francês e é lido, em tradução, na Itália e na Espanha. No entanto, as vastas camadas populares não participam, a não ser de forma indireta e mediada, desse intercâmbio.

Já o conceito antropológico de cultura, cuja elaboração ocorre ao longo do período entre o final do século 19 até aproximadamente a primeira metade do século 20, tem seu fundamento exatamente na ideia de que não há diferenças entre culturas, consideradas em termos de sua manifestação em práticas significantes. Os estudos sobre populações autóctones acabam por derrubar as ideias em torno da superioridade racial e a essa noção de desenvolvimento, a qual não se confunde com as noções de desenvolvimento que serão estudadas no capítulo 7. Há, portanto, uma expansão da abrangência da ideia de humanidade, centrada na diferença não como forma de exclusão, mas sim como aceitação de um princípio de igualdade⁸.

Igualdade e diferença formam o cerne de diferentes discursos que dialogam com as transformações da modernidade. A revolução industrial, em sua segunda onda, a expansão capitalista e a fragmentação das identidades, que passam a sobrepor-se, causando o que LACLAU; MOUFFE (1989) denominam o “descentramento” do indivíduo (v.

⁸ A ampla literatura a respeito dos conceitos de cultura pode ser encontrada, de forma condensada, em CUCHÉ; GANDRA, 1999; EAGLETON, 2000; REMAUD, 2008 e STOREY, 2015.

cap. 3), entre outros fatores, tornam a ideia de igualdade, a um só tempo, mais presente e mais complexa.

Tomou-se como ponto de partida a afirmação de SAID (1995), que analisa como fundamento da difusão cultural a visão imperialista moderna de cultura, ligada à chamada alta cultura e às elites europeias, e que, ao assumir o papel de "missão civilizadora", impõe padrões culturais às colônias, padrões que passam a ser reputados como necessários para manutenção da paz. Essa visão sofrerá contestações com a descolonização e o surgimento do discurso da diversidade cultural. O discurso do Soft Power, de NYE (2004), por exemplo, legitima, enquanto categoria de prática, do ponto de vista político, a continuação dessa missão civilizatória, como recurso de poder e supondo o apagamento da imposição de valores culturais, implícita na visão imperialista, por meio do conceito de atração. Busca-se, assim, identificar a relação entre discursos e como eles interagem e formam redes de significado, as quais, por sua vez, funcionam como base para a ação política, introduzindo o aspecto conflitivo das relações culturais. A ação internacional das organizações internacionais, além disso, influi na formulação e propagação de normas, que servem como quadro para a ação estatal (FINNEMORE, 1993), por meio do estabelecimento de práticas, principalmente em relação à formulação de políticas para o setor cultural.

A abrangência e especificidade dos fenômenos culturais exige abordagens multidisciplinares e, principalmente, uma visão aprofundada, que inclui tanto a forma de artefatos, quanto práticas e seu valor simbólico. No âmbito internacional, ressaltamos um aparente paradoxo. Do ponto de vista institucional, os países europeus têm em comum não a participação na União Europeia (27 membros⁹), na zona do Euro (19 países), na Organização do Tratado do Atlântico Norte (26 membros europeus) ou na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (26 membros na Europa), mas a filiação à União das Federações Europeias de Futebol (54 membros) ou à União Europeia de Radiodifusão (com 73 membros de 56 países), responsável pelo Festival Europeu da

⁹ Números de fevereiro de 2017.

Canção (com 52 países participantes desde a primeira edição do evento)¹⁰. Os membros europeus da UNESCO totalizam 41, incluindo as Ilhas Faroé, membro associado. Além disso, 70% dos filmes exibidos nos cinemas europeus em 2014 eram norte-americanos. Mesmo assim, a indústria cinematográfica do continente representou um faturamento de 60 bilhões de euros em 2010¹¹. Esse aspecto ressalta os debates em torno do controle da distribuição de bens e serviços culturais, com o argumento da proteção de culturas locais e dos saberes tradicionais.

Temas como a proteção do patrimônio cultural, material ou imaterial, o tráfico de obras de arte, o debate em torno da propriedade intelectual, o intercâmbio de pessoas e artefatos, além da cooperação internacional nesses setores, sugerem a ampla importância da cultura, tanto sob o aspecto simbólico, como econômico e político.

Nos estudos de Relações Internacionais, a cultura surge em várias roupagens. Duas noções são prevalentes: como conjunto de valores, do qual um dos exemplos é a tese do choque de civilizações, de HUNTINGTON (1993)¹², ou como expressão de caráter específico

¹⁰ A maior adesão a instituições de caráter cultural ou esportivo poderia ser explicada por um pretenso caráter “não conflitivo” e “colaborativo” dessas questões, de forma oposta aos temas econômicos, políticos e militares. No entanto, o aspecto político é intrínseco a elas, como, por exemplo, no concurso *Eurovision* de Canções (ANDJELIC, 2015). Esse fato também é demonstrado em outras pesquisas:

A semifinal do Concurso de Canções da *Eurovision* de 2007, em que todos os dez classificados eram do leste do Danúbio, inflamaram as paixões dos críticos do concurso; Na superfície disto eles poderiam reivindicar que o concurso tinha sido 'sequestrado' por aqueles europeus do leste traquinas.

No entanto, a acusação de que a *Eurovision* é governada pela política não é nova. De fato, pode-se que a *Eurovision*, na sua origem, foi um projeto político, concebido inicialmente por Marcel Baison, da EBU [União Europeia de Radiodifusão, instituição não ligada à União Europeia], como uma plataforma para promover a unidade europeia no contexto da Guerra Fria pós Segunda Guerra Mundial. A retórica que aflorou com os resultados das semifinais de 2007 mostrou que a sombra da Guerra Fria nunca está longe. Os comentários de alguns fãs presentes no evento sugeriam que eles também acreditavam que a *Eurovision* era inerentemente política, algo que era defendido principalmente por críticos. (JORDAN, 2011)

¹¹ KATSAROVA (2014)

¹² A base da tese de Huntington, que sofreu vários ataques, como o empreendido por SAÏD (2001), associa as rupturas políticas às “falhas” (em analogia geológica) entre civilizações ou culturas.

de uma comunidade, geralmente sob a forma dos aspectos ideológicos da circulação e recepção de bens materiais ou imateriais (GARNHAM, 2005; TOMLINSON, 1990).

No primeiro caso, o interesse dos fenômenos culturais situa-se na importância desse conjunto de valores em relação aos aspectos políticos, sociais e econômicos da relação entre países. A cultura pode ser vista, nesse caso, ou como um fator que determina os aspectos econômicos, políticos e sociais, ou como um fator situado no mesmo nível dos demais, ou, ainda, como resultado, principalmente, dos fatores econômicos e políticos.

No segundo caso, “cultura” refere-se principalmente às diversas fases do campo da produção cultural, ou seja, aos processos relacionados com a produção, proteção e acesso de bens e serviços culturais. Alguns aspectos abordados nessa concepção incluem a circulação de obras de arte, a proteção dos direitos de autor, os intercâmbios culturais e políticas de difusão cultural.

Nos dois casos, o termo “cultura” liga-se a uma ideia vaga de diferenciação, associada a diferenças decorrentes de aspectos “únicos” de cada país, como sua situação geográfica, características étnicas e linguísticas, processos históricos, instituições etc. O problema seria como definir esse aspecto cultural e como estabelecer relações de causalidade entre esse aspecto e sua expressão nas questões de ordem econômica, política e social (YEE, 1996).

No caso dos bens e serviços culturais, há uma dificuldade a mais, relacionada com a especificidade desse tipo de bens e serviços, que incorporam valor econômico e valor simbólico, além de, com frequência, adquirirem o caráter de bens públicos globais (KAUL; GRUNBERG; MARC, 2011)¹³. A diferenciação dessa categoria de bens e serviços em relação a outros tipos de bens é controversa e é o fundamento das discussões sobre a chamada cláusula da exceção cultural, discutida no âmbito da Organização Mundial de Comércio e em processos de integração regional e acordos comerciais (DES ROZIERS, 1998; GALT, 2004).

Pela característica multidimensional e transversal dos fenômenos culturais, este estudo não se situa nos limites de uma área específica das Relações Internacionais,

¹³ Esse conceito será retomado mais adiante.

buscando, com o apoio de outras disciplinas (v. cap. 3), estabelecer uma reflexão sobre as construções históricas e ideológicas presentes nos textos legais da UNESCO. Do ponto de vista do método, o recorte adotado busca, com base no conteúdo expresso nesses documentos, estabelecer o significado interpretativo das definições de cultura, do ponto de vista da manifestação enquanto bens, serviços e conteúdos culturais, contidas nesses documentos. Essa reflexão busca, principalmente, estabelecer as relações de poder entre os atores, principalmente, mas não exclusivamente, estatais.

Em primeiro lugar, o que interessa aqui são os discursos abstratos, ou seja: 1) são os textos, em sentido amplo (o que envolve não apenas o texto escrito ou falado, mas toda a diversidade de formas discursivas, como imagens, sons¹⁴, acontecimentos, práticas sociais etc., que nos interessam; 2) não há interesse na instância da enunciação, ou seja, com o ato da expressão, seja por escrito ou oralmente; em outras palavras, o processo que deu origem a determinado texto não é estudado, apenas o texto, em sua materialidade, desconsiderando-se todos os traços linguísticos da eventual presença do locutor no enunciado; 3) a atenção, tampouco, é voltada para a “verdade” do que se diz, se o texto coincide ou não com a “realidade”, nem se as “intenções” do enunciador são ou não aquelas expressas no texto, pelo simples motivo de que não se considera possível o acesso às motivações do enunciador nem é possível avaliar se há coincidência em um objetivo expresso e a expressão desse objetivo¹⁵; 4) Não se adota aqui a posição extrema de considerar que só existe a realidade do texto. Subscrevemos às visões que consideram a existência e importância do mundo material, conquanto o acesso do sujeito a esse mundo material ocorra apenas na e pela linguagem.

Em segundo lugar, não se está lidando com ideias como “desenvolvimento” de um discurso, ou com “fases”, o que seria pressupor a existência necessária de “passos” discretos e de um sentido de “evolução”. Lida-se com a coexistência de discursos, em processo dinâmico de reforço e contestação, que mantém entre si relações de poder.

¹⁴ De forma restrita, fala-se aqui de composições musicais e de teorias ligadas aos aspectos sociais da audição musical. Para uma introdução à ideia mais ampla dos “estudos sobre o som”, v. KALTENECKER, 2016.

¹⁵ De forma bastante simples, não é possível dizer que um ator, mesmo tendo expressado sua intenção a respeito de determinado ato em um texto, tenha tido sucesso na expressão textual dessa intenção.

O recorte temporal da análise compreende três fases:

1) Civilização: Antecedentes (1871-1945)

No período denominado “A Era dos Impérios” por HOBBSAWM (2015), os discursos do imperialismo relacionado com os contatos culturais caracterizam-se pela “naturalização” da expansão e da dominação colonial pelas potências europeias, que tem entre suas bases um conceito humanista de cultura, hierárquico. A expansão econômica foi acompanhada de expansionismo cultural, tendo papel preponderante nesse aspecto a educação e a língua, visando manter a subordinação das colônias e a coesão do império, principalmente por meio da formação de uma elite colonial submissa (criação de escolas em que a língua da metrópole era a única ensinada, como no Maghreb francês) e reforço da coesão do império, pela presença de uma elite da metrópole na administração das colônias, caso da Inglaterra. Além disso, a relação das classes médias com as artes (idem, ibidem), assim como as representações e percepções das colônias nas metrópoles, nas Exposições Universais, ressaltavam esse aspecto de hierarquização cultural. O Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual (IICI), criado no âmbito da Liga das Nações, serviu como ponto de partida para a elaboração teórica empreendida no processo de criação da UNESCO.

2) Diversidade: Criação da UNESCO (1945-1985)

A UNESCO efetivamente passa a existir no segundo período (1945-1985), fase da Guerra Fria e em que ocorre o processo de descolonização e a ascensão do chamado Terceiro Mundo. A ênfase é dada à noção de “diversidade” como “diferença inclusiva” e a substituição gradual do conceito humanista pelo conceito antropológico, transição que não se dá na forma de ruptura, com o conceito antropológico de cultura passando a ser prevalente, simultaneamente aos discursos da descolonização do pós Segunda Guerra Mundial.

3) Desenvolvimento: o Pós Guerra Fria (1985-2015)

Trata-se do período marcado pelo final da Guerra Fria e pela liberalização comercial, com o encerramento da Rodada Uruguai. O relacionamento entre cultura e desenvolvimento sustentável e inclusivo passa a embasar as formulações

da UNESCO, fazendo-se referência ao relatório Brundtland. Os aspectos econômicos são agregados ao conceito de diversidade, com base na compreensão do aspecto multidimensional dos fenômenos culturais, o que leva à incorporação, nos debates sobre cultura, do tema “desenvolvimento” como forma de superação de desigualdades. Há, assim, o surgimento de uma visão de “diferença produtiva”, baseada na valorização da diversidade das expressões culturais.

Tendo como ponto de partida essa delimitação temporal, é levada em conta uma advertência de Wallerstein. Ela refere-se à necessidade da segmentação de períodos, que foi feita *a posteriori*, ou, como afirma o autor citado, numa escrita reversa da história:

Se vamos lidar com transformações sociais que cobrem um período longo de tempo histórico (a longa duração de Braudel) e se vamos oferecer uma explicação simultânea da continuidade e da transformação, devemos logicamente dividir a longa duração em segmentos, de forma a observar as mudanças estruturais do momento A em relação ao momento B. Esses segmentos, no entanto, não são discretos, mas contínuos na realidade; *ergo*, eles constituem “fases” no “desenvolvimento” de uma estrutura social, desenvolvimento que determinamos não *a priori*, mas *a posteriori*. Ou seja, não podemos prever o futuro concretamente, mas podemos prever o passado. (WALLERSTEIN, 1979: 3)

O enfoque histórico adotado, além disso, tem como base um ponto de vista que, ao mesmo tempo em que não se restringe a uma primazia dos motivos econômicos ou políticos como fatores privilegiados da explicação, não busca na história causas, fontes ou condições dos padrões de mudança e continuidade social.

Quanto ao marco teórico adotado, com base nas teorias do discurso pós-estruturalista, o desafio encontra-se em uma análise que, simultaneamente, integre os aspectos discursivos aos econômicos e políticos, o que é visto por alguns estudiosos como uma fraqueza desse enfoque. Um dos críticos desse tipo de análise é Price:

Mesmo um conhecimento superficial do fundamento teórico da virada linguística foi suficiente para revelar sua fraqueza conceitual como guia da prática histórica. De fato, sua maior fraqueza era precisamente sua incapacidade de acomodar histórias de império. Seu extremo idealismo, por exemplo, impediu a leitura do império como um sistema político ou econômico. (PRICE, 2006)

Lidar com a persistência de ideias relacionadas com discursos imperiais constitui, portanto, um dos desafios que será enfrentado aqui. Para isso, são analisados os documentos legais oficiais da Organização a partir de 1945, com base, como visto, na tensão entre igualdade e diferença. Buscou-se evitar a análise “automatizada” de textos, que denominaremos aqui de métodos de análise de conteúdo. GRIMMER; STEWART (2013) enfatizam como falhas desses métodos a complexidade da linguagem e o fato de serem baseados em visões incorretas dos fenômenos linguísticos, pois, para esses autores, a análise automatizada não substitui a leitura atenta e cuidadosa dos textos¹⁶, os quais, embora no presente caso sejam em número relativamente pequeno (pouco mais de trinta), constituem verdadeiros “nós” textuais, aos quais inúmeros outros textos fazem referência explícita ou implícita. O marco teórico-metodológico será aprofundado no capítulo 3, em que será feita a explicitação das teorias do discurso empregadas.

A análise das articulações e implicações do termo “cultura” permite aprofundar a compreensão das práticas das Relações Culturais Internacionais. Nota-se a relação entre contextos históricos e geopolíticos e os discursos prevalentes, legitimados por discussões e pela participação de intelectuais e acadêmicos, e sua difusão como norma, passando a compor o fundamento de políticas culturais domésticas e influir no debate público.

O texto está dividido em três partes. Na primeira são apresentados os pressupostos teóricos da pesquisa. O capítulo dois elabora a diversidade de abordagens, encontrada na literatura e nas práticas, sobre fenômenos culturais e serve como introdução para o capítulo seguinte, em que são expostos os fundamentos teóricos e metodológicos adotados. No capítulo 4, é apresentado o corpus da pesquisa, por meio da exposição das especificidades formais dos documentos legais estudados.

A segunda parte, dividida em três capítulos, contém a substância da pesquisa. No quinto capítulo, são apresentados os antecedentes discursivos da criação da UNESCO, com base no discurso neoimperialista britânico e francês e uma visão da cultura como instrumento de dominação, baseada no conceito humanista. O capítulo seis trata da emergência do discurso da diversidade, relacionado com a ascensão do conceito

¹⁶ A profusão de métodos baseados na análise de volumes extremamente amplos de dados levou à hipótese do “fim da teoria” (ANDERSON, 2008).

antropológico, o qual é apropriado para garantir a ideia da igualdade entre os Estados, tanto jurídica como política, noção presente no quadro normativo das instituições multilaterais criadas no Pós Guerra e no discurso Terceiro-mundista, entendido aqui em seu sentido histórico. O capítulo sete analisa as mutações do discurso da diversidade que ressaltam o aspecto econômico nas relações culturais e a coexistência dos conceitos humanista e antropológico de cultura.

Finalmente, os dois capítulos da terceira parte têm o aspecto de uma conclusão expandida. Neles, é retomada a questão da multidimensionalidade da cultura e são discutidos desdobramentos (capítulo 8), como as implicações da coexistência de visões sobre cultura para a análise e para as políticas (domésticas e internacionais) para o setor e, por meio de um estudo do percurso analítico de temas culturais em RI empreendido, são avaliadas suas vantagens e desvantagens para o delineamento de uma agenda de pesquisa, que permita fertilizar novas pesquisas, lançar visões renovadas sobre pesquisas já elaboradas e permitir o diálogo entre pesquisadores. O capítulo 9 contém uma conclusão geral.

A complexidade dos fenômenos culturais exige uma abordagem transversal e interdisciplinar, a qual só pode ser fertilizada por uma tradição, pois:

Passa-se muito antes que surjam novas formações culturais, e os intelectuais, que dependem de longos anos de preparo, ação e tradição, são indispensáveis a esse processo. (SAÏD, 1995:84)

É nessa tradição diversa que nos apoiamos.

Primeira parte

2. Cultura em questão

En l'absence de sources, de méthodes et de concepts précisément définis, il est possible de dire tout et son contraire.

Piketty

A dificuldade inicial é estabelecer, com finalidade analítica, a que tipo de fenômeno estamos nos referindo ao falar em “cultura”. Para Raymond Williams (1983: 87), cultura é uma das duas ou três palavras mais complexas da língua inglesa, devido, por um lado, ao desenvolvimento intrincado do termo em várias línguas europeias e, por outro, pelo seu uso para denominar conceitos importantes em disciplinas distintas e em sistemas de pensamento incompatíveis entre si.

A dificuldade em estabelecer uma definição minimamente consensual deve-se a vários fatores, dos quais citaremos dois, decorrentes do fato de que termos problemáticos do ponto de vista político e intelectual devem ser compreendidos em seu contexto discursivo e em relação às práticas sociais reais em que são empregados (TOMLINSON, 1990).

Em primeiro lugar, cada definição proposta sugere uma agenda analítica singular, a qual não necessariamente adequa-se a agendas sugeridas por outras definições. Em segundo lugar, as definições eventualmente propostas partem de compreensões diferentes do significado do termo no interior do campo semântico que este abarca.

Ao mesmo tempo em que oferece um apelo superficial, o emprego do termo “cultura” mascara a complexidade e abrangência desse campo discursivo. Como sugerido por TOMLINSON (1990: 3), não será oferecida uma definição inicial; numa perspectiva baseada nas teorias do discurso, as noções devem ser construídas tendo como base os discursos em que essas noções aparecem (v. cap. 3).

Trata-se, portanto, de estudar um significante vazio, ou seja, um conceito ou conteúdo que possui a capacidade de fixar uma série de significantes flutuantes (LACLAU; MOUFFE, 1989). São noções que adquirem conteúdos diferentes ao longo do tempo e que, por isso, não podem ser definidas de forma solidificada, mas apenas em função de dado contexto histórico e geográfico. O significante flutuante refere-se a essa oscilação de sentido, por exemplo, em “democracia ateniense” e “democracia moderna”, que trazem em seu bojo conteúdos bastante distintos, embora o mesmo significante (“democracia”) seja empregado (TORFING, 1990).

Desde a antiguidade, nações, estados e governantes empregaram estratégias não apenas para influir positivamente na imagem percebida por outros atores, mas também como forma de manutenção ou estabelecimento de diálogo com outros povos. A difusão dos aspectos materiais e imateriais da cultura tem como fundamento a ideia de comunidade nacional. O discurso nacionalista apaga a diversidade no interior da nação, ao impor a ideia da comunidade, permitindo, ao mesmo tempo, a projeção de uma “cultura nacional”, entendida como a autorrepresentação da nação. Uma das bases da ideia da nacionalidade é exatamente a de pertencimento a uma comunidade política imaginada, simultaneamente limitada e soberana, que se diferencia de outras comunidades não por um aspecto de legitimidade ou autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas (ANDERSON, 2008: 33). Em outras palavras, pela afirmação da comunidade como realidade cultural.

A invenção, ou imaginação, da nação passa pela hipóstase, ou seja, pela atribuição de uma materialidade concreta e objetiva, a um complexo identitário que, na verdade, é abstrato, o que permite que os membros da comunidade representada por essa nação possam sentir-se, de alguma forma, unidos. Mesmo a diversidade, da qual, por exemplo, Brasil e Estados Unidos – a “terra de contrastes”¹⁷ e o “melting pot”¹⁸ – são casos

¹⁷ BASTIDE, 1979.

¹⁸ A origem do uso metafórico do termo para designar os Estados Unidos é atribuída a uma peça de Zangwill, de 1908. Reproduzo um pequeno trecho, para exemplificar a construção discursiva do aspecto diferencial da diversidade; nele, o músico David explica a inspiração para suas composições:

VERA: Então sua música é inspirada na América?

DAVID: Sim - na fervura do Crisol.

emblemáticos, passa a ser construída como aspecto identitário, de diferenciação em relação a outras nações.

Já no século 16, jesuítas buscaram partilhar conhecimento e aproximar visões de mundo ocidentais e o pensamento chinês, com o objetivo de desafiar a resistência asiática à presença estrangeira. Além de constituir uma diplomacia informal da corte francesa durante o reinado de Luís 14, os jesuítas serviram também de instrumento para a disseminação da língua francesa (GIENOW-HECHT; DONFRIED, 2010).

Mais tarde, a ação cultural (ou “política cultural”) passou a ser considerada um fator importante para a explicação da complexidade das relações internacionais (SUPPO, 2003). O tema, no entanto, apenas recentemente passou a ser objeto dos estudos de Relações Internacionais no Brasil, onde os estudos dedicados às relações entre Relações Internacionais e Cultura vêm crescendo, destacando-se RIBEIRO (2011), AMARAL (2008) e SUPPO; LESSA (2012), entre outros.

Para o estudo dos fenômenos culturais internacionais, seguiremos três passos distintos. Inicialmente, é preciso delimitar o objeto de estudo, ou seja, realizar um passo preliminar ontológico. Tendo estabelecido o objeto, torna-se necessária uma abordagem epistemológica, ou seja, sobre a forma mais adequada para a análise. Finalmente,

VERA: Crisol? Não estou entendendo!

DAVID: Não entende! Você, o Espírito da Colonização!

[...]

Não entende que a América é o Crisol de Deus, o grande Cadinho [melting pot] onde todas as raças da Europa estão derretendo e se reformando! Você está aqui, gente boa, eu penso, quando os vejo em Ellis Island, você está aqui (mostrando sobre a mesa) em seus cinquenta grupos, com seus cinquenta idiomas e histórias e seus cinquenta ódios e rivalidades de sangue. Mas vocês não ficarão assim por muito tempo, irmãos, pois estes são os fogos de Deus - estes são os fogos de Deus. Danem-se suas contendas e vendetas! Alemães e franceses, irlandeses e ingleses, judeus e russos - todos para o Crisol! Deus está fazendo o americano.

[Nesse ponto, Mendel responde, afirmando que acreditava que "o americano" já existia, pois havia 80 milhões deles. David retruca]

Não, tio, o verdadeiro americano ainda não chegou. Ele está apenas no Crisol, eu lhe digo - ele será a fusão de todas as raças, talvez o super-homem que se aproxima. Ah, que final glorioso para minha sinfonia - se eu conseguir escrever. (ZANGWILL, 1921)

procede-se à abordagem metodológica mais adequada para o objeto e o arcabouço teórico escolhido.

Como, no entanto, a cultura se manifesta nos contatos transfronteiriços ou internacionais? Qual a relevância dos fatores culturais nas relações internacionais? Quais os elementos fundamentais para a compreensão desses contatos? Antes de responder a essas perguntas, é preciso discutir sobre os tipos de fenômeno aos quais nos referimos como “cultura”. Exemplos empíricos podem fornecer algumas pistas nesse sentido.

Tendo em vista o objetivo da tese, que é, com base nas definições de cultura da UNESCO, analisar as relações de poder implícitas, inicialmente serão expostos alguns aspectos daquilo que se pode entender como cultura, justificando, assim, a escolha pela abordagem centrada nos bens, serviços e conteúdos culturais, ao invés de adotar uma definição “fechada” da ideia abstrata de cultura.

Ao tentar elaborar um conceito de cultura, sempre haverá conceitos concorrentes, mais ou menos abstratos, que terão uma aplicação mais ou menos ampla (TOMLINSON, 1990). Tendo esse aspecto em mente, a forma adotada aqui para enfrentar esse problema é analisar os discursos sobre cultura, ou seja, as elaborações contextualizadas em torno do que se entende como cultura. Nesse tipo de análise, a delimitação do objeto, dos atores e das relações recíprocas entre eles manifesta-se nos próprios discursos, ou seja, nas elocuções, textos e imagens etc. que permitam sublinhar esses fatores.

Do ponto de vista das Relações Internacionais, os fenômenos culturais podem ser abordados de pelo menos duas formas: como Relações Culturais Internacionais ou como Políticas Culturais Internacionais. A diferença entre as duas formas encontra-se no papel desempenhado pelos Estados. Relações Culturais Internacionais podem ser compreendidas como o conjunto das interações diretas ou indiretas entre duas ou mais culturas (IRYIE, 1979). Enquanto o primeiro tipo de relações engloba os encontros físicos com pessoas e objetos, as relações indiretas são definidas como aquelas oriundas de ideias, como, por exemplo, as influências literárias ou filosóficas. No entanto, é possível discutir se as relações culturais ocorrem enquanto produto de fatores materiais ou de fatores intangíveis, dos quais a base material constitui substrato, ou, para empregar a

terminologia dos estudos de comunicação, constitui o meio pelo qual uma mensagem é veiculada. Já para ARNDT (2009), as Relações Culturais Internacionais ocorrem sem a mediação de governos e “consistem em todos os tipos de intercâmbios humanos, desde a música ao casamento, turismo, comércio, filmes, esportes e na Internet”. Esses aspectos, no entanto, não se dão de forma livre, exigindo, em maior ou menor grau, alguma forma de mediação estatal que legitime ou permita esses intercâmbios.

As duas definições acima consideram, portanto, um campo amplo, que envolveria todas as formas de contato entre culturas, de forma transnacional, e que se dão espontaneamente e sem a interferência de órgãos governamentais. Como vimos, no entanto, o caráter dito espontâneo e não mediado desses contatos não é tão evidente.

Já as Políticas Culturais Internacionais, em nosso entendimento, compreendem todas as formas de atuação estatal no âmbito cultural, assumindo formas como a Diplomacia Pública, a Diplomacia Cultural, a cooperação cultural, a Propaganda e a Governança Cultural¹⁹ e outros. Tendo em vista que a natureza da UNESCO, de instituição intergovernamental, trataremos aqui de Políticas Culturais Internacionais. Essa escolha, no entanto, não se faz sem que ocorram alguns perigos, do ponto de vista do recorte metodológico. Daremos a seguir alguns exemplos, com o objetivo de demonstrar a dificuldade em se estabelecer uma delimitação clara entre Relações Culturais Internacionais e Políticas Culturais Internacionais.

Entre os aspectos abordados temos, além da diversidade de atores envolvidos, o poder relativo entre esses atores, especialmente no caso de sanções. Tradições e religiões têm um papel importante nesses contatos, sendo também causadores de equívocos, oriundos da diversidade cultural. A relação entre o doméstico e o internacional, assim como a transversalidade e multidimensionalidade das práticas no relacionamento cultural entre países é exemplificada pelas questões que envolvem aspectos econômicos, como o papel do financiamento e a possibilidade de controle do conteúdo decorrente, e aspectos sociais, como a relação entre cultura e desenvolvimento. A chamada exceção cultural é, como veremos, outro aspecto da relação entre cultura e economia.

¹⁹ Mais adiante, a Governança Cultural será situada no âmbito das atividades de proteção e circulação dos bens, serviços e conteúdos culturais.

Do ponto de vista identitário, os exemplos ressaltam os aspectos de representação, ou seja, a concepção que determinado ator faz de si e do Outro²⁰, e recepção, entendida aqui como a percepção da imagem projetada pelo outro. Finalmente, a cooperação entre atores domésticos e internacionais é outro fator ressaltado.

Os casos citados foram escolhidos não por sua tipicidade, mas como evidencia da multiplicidade de aspectos envolvidos nos contatos culturais entre países. Esses exemplos não têm como objetivo uma descrição pormenorizada das relações culturais entre Estados; no entanto, sugerem a amplitude desse tema, pela interação entre aspectos políticos, econômicos e sociais e o papel do Estado e de outros atores nos intercâmbios culturais transfronteiriços. Tampouco representam um inventário exaustivo desses fatores.

Durante audiência do presidente norte-americano Barack Obama com o rei Salman, recém-coronado, em Riad, no início de 2015, chamou a atenção de observadores ao redor do mundo o fato de que a primeira dama Michelle Obama não havia coberto seus cabelos, como manda a tradição local. Essa atitude teria sido vista tanto como um desrespeito às tradições sauditas, por um lado, mas também como uma ação política ousada, por outro. Jornalistas mais bem informados, principalmente aqueles residentes na Arábia Saudita ou habituados ao protocolo diplomático do país, esclareceram em seguida que o uso da *abaya*, a vestimenta feminina que cobre todo o corpo, não é obrigatório, não sendo sequer usada por mulheres do corpo diplomático americano em Riad²¹.

Por que, então, um possível gesto de Michele Obama, visto como uma recusa à tradição saudita, teria causado alvoroço?

²⁰ “Outro” refere-se aqui a qualquer ator considerado, de forma subjetiva, como não pertencente à comunidade da qual o ator que produz a representação considera-se membro. Essa noção remete a várias outras, como as de “limite”, “fronteira”, “comunidade” etc. Trata-se, em essência, de introduzir a diferença entre sujeitos e, conseqüentemente, entre seus agrupamentos, atribuindo-lhes substância. A noção é aplicada aqui baseada em GLISSANT (1995).

²¹ MACKEY, Robert (2015). “Michelle Obama Praised for Bold Stand She Didn’t Take in Saudi Arabia”. The New York Times, 28 jan 2015. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/01/29/world/middleeast/michelle-obama-praised-for-bold-stand-she-did-not-take.html?_r=0> Acesso: 11 abr 2016 11:32

Com frequência, comportamentos inapropriados por parte de autoridades, ou mesmo de cidadãos comuns, em relação aos padrões culturais de outros países são vistos como ofensivos e chegam mesmo a causar, dependendo do tipo de “violação” e das pessoas envolvidas, um estremecimento das relações diplomáticas.

De fato, embora o ato de Michelle Obama não se enquadre como uma desobediência legal, pois existe uma liberalidade, nesse caso específico, para autoridades estrangeiras e seus cônjuges, há certo consenso de que a especificidade cultural de um país deve ser respeitada. Mesmo nas narrativas mais antigas, os contatos entre dignitários de reinos distantes constituem momento de aceitação da diversidade cultural e de práticas como, por exemplo, a troca de presentes como demonstração ou reconhecimento do poder entre interlocutores e as entidades representadas.

Outro episódio demonstra a fricção nas relações entre países por conta de fatores culturais. Hassan Rohani, presidente do Irã, seria recebido pelo presidente francês François Hollande, no final de 2015, ou seja, logo após a retirada das sanções que haviam sido impostas ao país do Oriente Médio por conta de seu programa nuclear, para tratar de temas extremamente importantes, como a guerra na Síria e a própria questão nuclear.

O encontro, previsto para acontecer durante um jantar no palácio do Eliseu, a residência oficial do presidente francês, seria acompanhado, como manda a tradição, por uma seleção de vinhos franceses. O alcorão, no entanto, proíbe o consumo de bebidas alcoólicas²². Para evitar o cancelamento do compromisso, a refeição foi suprimida da agenda e o encontro protocolar, sem que fosse servido vinho, aconteceu em seguida. Rohani já havia protagonizado outra situação insólita em Roma, onde esculturas representando nus foram cobertas durante sua visita.

Representantes do Quay d’Orsay, o Ministério das Relações Exteriores da França, ressaltaram o fato de que o encontro proposto trataria de questões “verdadeiramente importantes”. No entanto, a solução adotada conciliou a tradição francesa do vinho acompanhando as refeições e a interdição islâmica do consumo de bebida alcoólica:

²² RIOLS, Yves-Michel (2015). “Hassan Rohani refuse de participer à un repas à l’Élysée où sera servi du vin”. Le Monde, 10 nov 2015. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/international/article/2015/11/10/hollande-rohani-et-le-vin-de-la-discorde_4806203_3210.html> Acesso: 11 abr 2016 11:36

cancelou-se o jantar. Ou seja, apesar da importância da situação na Síria e da necessidade de aprofundar as discussões sobre o programa nuclear iraniano, aspectos da relação política que dominavam a agenda naquele momento, o fator cultural desempenhou um duplo aspecto: sua afirmação pelo líder iraniano estabeleceu uma relação de poder no âmbito da situação específica; já os franceses, de forma pragmática, encontraram solução de meio-termo, que simultaneamente respeitava um padrão cultural nacional e atendia as imposições da agenda política.

Dois outros exemplos envolvem a Venezuela. No primeiro, após Barack Obama declarar que o país sul-americano era uma ameaça para a segurança dos Estados Unidos, aplicando sanções contra autoridades venezuelanas em março de 2015, uma série de apresentações e eventos musicais envolvendo músicos norte-americanos, liderados pelo trompetista Wynton Marsalis, e venezuelanos, estes financiados pelo governo de Nicolás Maduro, foi cancelada.

A razão para o cancelamento, embora não divulgada de forma explícita, seria evitar uma distração em meio à agitação política²³. Ou seja, a realização efetiva da cooperação entre músicos dos dois países enfraqueceria o discurso de Obama. O cancelamento, nesse caso, teria funcionado como uma sanção informal.

Uma questão que se coloca neste caso, além dos pontos de contato entre os intercâmbios culturais e os aspectos políticos envolvidos, diz respeito ao financiamento da atividade cultural. A orquestra de Marsalis, a *Jazz at the Lincoln Center*, é mantida por meio de recursos públicos e privados. Wynton Marsalis não se pronunciou a respeito, mas pode-se supor que patrocinadores tenham forçado o cancelamento, pela ameaça, explícita ou velada, do corte de verbas. Ao inviabilizar a cooperação cultural, foram atendidos objetivos políticos, de forma a reforçar o discurso do governo norte-americano. Nota-se aqui a interferência estatal sobre o intercâmbio cultural entre Estados, novamente atendendo objetivos de política externa. Da mesma forma que no caso de políticas culturais adotadas internamente, pode-se supor que a ingerência estatal exerça

²³ “Wynton Marsalis cancels Caracas concert as relations between US and Venezuela plummet”. Disponível em: <<http://goo.gl/gEyyBP>> Acesso em: 15 OUT 2015.

influência determinante nos contatos culturais, embora seja possível que tais contatos ocorram sem uma mediação ou influência tão determinante por parte do Estado.

Se a cooperação cultural, ou melhor, a recusa à cooperação, serviu como elemento na engrenagem das relações entre os dois países no exemplo anterior, o caso a seguir situa a cultura no espectro das atividades de relacionamento institucional empreendida por um Estado.

Ainda em 2015, uma série de exposições de reproduções de obras do pintor venezuelano Armando Reverón (1889-1954), considerado um dos artistas mais importantes do século 20 daquele país, foi realizada em 50 embaixadas venezuelanas ao redor do mundo, tendo como objetivo, de acordo com autoridades, promover, de maneira sincronizada e simultânea, a cultura do país no exterior²⁴.

A mostra, organizada pelos ministérios das Relações Exteriores e da Cultura, contou com apoio de um instituto cultural (Instituto das Artes da Imagem e do Espaço- IARTES) e do Banco de Comercio Exterior (BANCOEX), o que evidencia uma cooperação transversal entre agências estatais, para a promoção da imagem do país no exterior.

Na embaixada em Londres, a exposição, chamada “Luz de Venezuela”, fez parte do evento “Open House”, um final de semana em que os principais museus e atrações da capital inglesa permanecem abertos, atraindo grande público. Essa escolha demonstra tratar-se de opção baseada na oportunidade de atingir o maior número possível de pessoas, tomando partido da circunstância da realização de um evento do calendário de atrações da cidade de Londres.

Sem analisar o processo de seleção do artista, é importante notar que essa escolha não foi arbitrária. Tendo estudado em Caracas, Barcelona e Madri, Reverón é um artista conceituado mundialmente, tendo sido, inclusive, objeto de uma exposição no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), em 2007.

Exemplo de diálogo criativo entre artistas de diferentes partes do globo, o artista venezuelano pode ser visto como tributário do impressionismo europeu, inserindo em

²⁴ “Arte en Valija: Inaugurada exposición de Armando Reverón en Londres con concierto de Afrocodigos y en inicio del ‘Open House’”. Disponível em: < <http://goo.gl/twQWMI> > Acesso: 19 OUT 2015

seus quadros elementos dos trópicos e da cultura de seu país natal. Assim, embora tenha rejeitado aspectos conceituais, ou mesmo a “modernidade”, a obra de Reverón pode ser vista como representante de um cosmopolitismo artístico, que incorpora, simultaneamente, elementos locais e linguagem que dialoga com movimentos artísticos europeus.

A escolha desse artista para um evento dessa natureza caracteriza uma afirmação da qualidade de sua obra como representativa das realizações do próprio país, inclusive quanto a sua inserção no campo artístico global. Em outras palavras, a escolha funciona como representação - uma imagem projetada do papel da Venezuela no mundo. Ocorre um processo complexo, que inclui a autoidentificação, por parte da burocracia responsável pela seleção, dos aspectos subjetivos que definem a identidade nacional, consolidados na obra de um artista em especial e que se beneficiam de oportunidade adequada, a realização de um evento cultural em Londres, no caso, para apresentar ao Outro essa representação.

Além das situações descritas, que envolvem um caráter de relacionamento bilateral, os processos de integração regional e acordos comerciais também oferecem exemplos significativos dos aspectos culturais nas relações internacionais. O preâmbulo do tratado da Parceria Transpacífico (Trans Pacific Partnership-TPP)²⁵, no que constitui um desenvolvimento de impacto em se tratando de acordos comerciais envolvendo países que não assinaram a *Convenção sobre a Diversidade das Expressões Culturais* (2005), como Estados Unidos e Japão, reconhece a importância da identidade e da diversidade cultural, tanto no interior dos Estados-parte como entre eles, afirmando, ainda, a importância do comércio e do investimento para o enriquecimento desses fatores no país e no exterior²⁶.

Diferentemente dos exemplos anteriores, aqui a proteção e promoção das expressões culturais, no que se refere às noções de identidade e diversidade cultural, expressas no instrumento da UNESCO, são vistas como objetivos políticos legítimos e que

²⁵ Transpacific Partnership Agreement. Disponível em: <<https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/trans-pacific-partnership/tpp-full-text>> Acesso em: 27 ABR 2016.

²⁶ Em fevereiro de 2017, o acordo encontrava-se suspenso, devido à oposição do presidente norte-americano Donald Trump ao projeto.

possuem pontos de contato com o desenvolvimento local, com o comércio internacional e com investimentos.

Outro aspecto relacionado aos contatos culturais é encontrado no anexo II do mesmo tratado. O Canadá obteve salvaguardas importantes no item “Investimento e comércio transfronteiriço de serviços”. O país assegurou o direito de adotar ou manter medidas que afetem as indústrias culturais, tendo como objetivo apoiar, direta ou indiretamente, a criação, o desenvolvimento ou o acesso a conteúdos de expressão cultural canadense.

Indústrias culturais são definidas no Tratado como compreendendo as seguintes atividades:

- a) Publicação, distribuição ou venda de livros, revistas, periódicos ou jornais impressos ou em formato que possa ser lido por máquina, excluindo as atividades de impressão ou composição tipográfica;
- b) Produção, distribuição, comercialização ou exibição de filmes ou gravações em vídeo;
- c) Produção, distribuição, comercialização ou exibição de gravações em áudio ou vídeo;
- d) Publicação, distribuição ou venda de partituras musicais ou em formato que possa ser reproduzido por máquina;
- e) Radiodifusão em que as transmissões sejam direcionadas para a recepção direta pelo público em geral, e as empresas de transmissão de rádio, televisão e por cabo e toda a programação por satélite e redes de serviços de transmissão.

A especificidade dada às indústrias culturais no tratado²⁷, além de reforçar os aspectos expostos em seu preâmbulo, ressaltam a chamada “exceção cultural”, ou seja, a

²⁷ Essas salvaguardas são reiteradas em acordos de comércio envolvendo o Canadá.

diferenciação dos bens e serviços culturais no que se refere ao comércio, que tem como objetivo a preservação da cultura nacional²⁸.

De forma similar aos exemplos anteriores, a salvaguarda canadense sublinha os aspectos políticos dos temas culturais, como fator relacionado com a noção de identidade nacional²⁹; no entanto, vai além, ao deixar bem claros os aspectos econômicos das trocas culturais. Surge também a ideia da preservação das expressões culturais, que não estava presente nos exemplos anteriores, relacionada, da mesma forma, com o elemento identitário.

Um último exemplo, relacionado com a preservação, sugere a aproximação das noções de diversidade cultural e a de bens públicos globais. A ocupação empreendida em 2015 pela organização jihadista autodenominada Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL), ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS), em Palmira, na Síria, localidade que desde 1980 faz parte da lista do patrimônio da humanidade da UNESCO, causou grande apreensão por conta dos monumentos existentes na região da Mesopotâmia, considerada “o berço da civilização”.

A questão que se colocou na ocasião refere-se à necessidade da implantação de mecanismos de proteção para o patrimônio material em caso de conflitos armados³⁰, além de ameaças como roubo, tráfico internacional e mesmo questões como falhas na percepção dessas ameaças por parte das autoridades responsáveis³¹.

Esses mecanismos, embora não tenham sido explicitados, poderiam ser considerados como área de atuação de uma governança global do patrimônio, pois, embora situados em áreas específicas, ou sob diferentes condições de propriedade (pública ou privada), são considerados bens que pertencem à humanidade como um todo,

²⁸ V. GALT (2004)

²⁹ O que não deixa de chamar a atenção, pois se trata de país com duas línguas oficiais. A preocupação com a promoção de identidade nacional sugere a necessidade de uma representação de um país coeso do ponto de vista cultural.

³⁰ Nesse caso, a Convenção da UNESCO a esse respeito, de 1954, carece de instrumentos que garantam o cumprimento das medidas propostas.

³¹ FOYLE, Jonathan. Is it time to rethink our ideas about preserving world heritage? Financial Times, 22/05/2015, disponível em <<http://www.ft.com/cms/s/2/545458d4-fae9-11e4-9aed-00144feab7de.html>> Acesso: 18 dez 2016.

constituindo, portanto, bens públicos globais³², pois, além de ter papel relevante nos níveis comunitário, regional e estatal, também podem ser considerados patrimônio comum da humanidade, em sentido amplo.

Os exemplos apresentados até aqui, além de demonstrarem as interações entre aspectos culturais e políticos nas relações entre países, seja por meio de representantes ou autoridades, como no caso de Michelle Obama e do presidente iraniano, seja pela interferência nos intercâmbios culturais, ao viabilizá-los ou impedi-los, caso da série de exposições de Reverón ou da turnê da orquestra de Wynton Marsalis, expõem também a relação entre cultura, políticas de identidade e comércio internacional, expressa no TPP e nas salvaguardas canadenses. Com o último caso descrito, a destruição de patrimônio em Palmira, passamos da ação de indivíduos, de grupos, de Estados e de blocos regionais para o nível global. Fica clara também a dificuldade em isolar o papel do Estado e dos atores não estatais nos contatos culturais³³.

Tendo essas considerações em mente, trataremos na sequência do texto os instrumentos legais da UNESCO como Políticas Culturais Internacionais, haja vista a centralidade dos atores estatais sem, no entanto, desconsiderar os contatos, fluxos e processos que se dão com um grau menor de participação ou influência estatal.

O Estado, no entanto, não se apresenta como ator unitário. As teorias que durante muito tempo constituíram o eixo central dos estudos de RI, ao considerar o Estado como ator privilegiado das relações entre países, ou seja, ao desconsiderar os contatos e intercâmbios transnacionais entre outros atores, como indivíduos e grupos da sociedade civil, organizações internacionais e transnacionais e corporações transnacionais, acabaram por deixar de lado uma possível especificidade dessas entidades.

³² Bens cujos benefícios “transcendam fronteiras, gerações e grupos populacionais”; são os “resultados (ou produtos intermediários) que tendem para a universalidade no sentido de que beneficiam a todos os países, grupos populacionais e gerações [...] seus benefícios se estendem a mais de um grupo de países e não discriminam a nenhum grupo populacional nem qualquer conjunto de gerações, atuais ou futuras”. KAUL; GRUNBERG; STERN (2012: 55)

³³ Não foram abordadas as políticas domésticas para a cultura aqui, por considerarmos os exemplos suficientes para demonstrar a diversidade de temas que cercam os fenômenos culturais

O modelo ocidental do Estado-nação, baseado em pressupostos específicos do processo histórico europeu e que tem entre seus elementos principais a centralização política progressiva, caráter definido por WEBER (2011: 57) como monopólio do uso legítimo da força, que substituiu o poder fragmentado da Idade Média, distribuído por inúmeros senhores feudais, ganha com o tempo o sentido de entidade soberana, contando com um “povo” em território definido.

O Estado, considerado ator unitário, ofusca as características de sociedades que são diversas, por fatores sociais, históricos, culturais e étnicos, entre outros. Práticas, instituições, crenças, valores, normas e tradições são elementos que efetivamente influenciam, por exemplo, ao determinar preferências e práticas, a ação política de comunidades estatais, transnacionais ou intraestatais, diferenciando, assim, os resultados observáveis do comportamento estatal.

Por outro lado, o modelo do Estado-nacional promove também, no âmbito do sistema internacional, certa homogeneidade, por conta do efeito da socialização, ou seja, para participar de instituições que atuam e regulam aspectos relevantes para os Estados, como comércio, finanças e segurança, há uma imposição tácita para que apenas essa forma de Estado, que possui soberania sobre um território definido e sobre o povo que ocupa esse território, seja reconhecida e aceita para que se faça parte da comunidade internacional. Eventuais diferenças e semelhanças ficam, assim, relegadas ao segundo plano. Essa dimensão pode ser atribuída ao fator cultural, ou melhor, às articulações do termo “cultura” tornadas relevantes para os contatos interestatais e transnacionais.

Quase como um corolário do mundo Pós Guerra Fria, os objetivos de política externa passaram a efetuar-se em um contexto de interdependência e multipolaridade, o que leva à busca de um equilíbrio entre a realização do interesse nacional com a consecução de valores de caráter global. Além desse novo ambiente, temos a aceleração da circulação de informações e da importância política da troca de ideias:

[A] cultura, entendida ainda aqui no sentido mais abrangente que lhe confere a antropologia – passa a ocupar um lugar de crescente importância na política internacional. Para muitos autores, inclusive, após as revoluções agrária, industrial e tecnológica, estaríamos agora às voltas com uma revolução cultural –

viabilizada pela revolução tecnológica, mas que em muito transcenderia os contornos desta última. (RIBEIRO, 2011: 23 ss.)

Essa centralidade da cultura nas relações internacionais poderia incorporar um foco do desafio à posição hegemônica da figura do Estado nas relações internacionais:

Paralelamente, até que ponto as relações culturais internacionais – como, de resto, as relações comerciais – já não estarão deixando de ser reguladas prioritariamente pelos Estados para passar a pertencer aos indivíduos, às comunidades ou às entidades que a ela se dedicam? E não será a agilidade desses movimentos de intercâmbio um dos fenômenos mais representativos de nossa época?

Seja qual for o cenário, contudo, o Estado continua a deter uma função primordial nesses processos de aproximação internacional: a de assegurar e facilitar esse fluxo de trocas que os homens espontaneamente estabelecem entre si. E, ao fazê-lo, cada vez mais os Estados vêm procurando tirar partido desses canais naturais de comunicação, para conferir uma dimensão cultural às relações diplomáticas que mantêm entre si. (RIBEIRO, 2011: 24)

Assim, uma primeira questão que se coloca é a importância do Estado em setor que se caracteriza pela forte presença de atores não estatais (produtores, indústrias etc.), mas que carrega intenso valor simbólico e que pode servir como facilitador na busca de objetivos econômicos ou políticos.

Os estudos relacionados com cultura e identidade em relações internacionais, embora haja hoje uma literatura florescente, principalmente no que se refere à história diplomática ou das relações internacionais, caracterizam-se principalmente por estudos de caso descritivos. Além disso, os aspectos culturais em abstrato são considerados periféricos por alguns autores, ou seja, como *low politics*³⁴.

A cultura, enquanto setor econômico dinâmico, que inclui o turismo, as indústrias criativas, a música, o cinema e o artesanato, entre outros, é fonte de comércio e de renda, sendo, também, um importante vetor para a sustentabilidade e o desenvolvimento, por meio da inclusão social e redução da pobreza (LANGLOIS, 1980; UNESCO, 2013).

³⁴ A esse respeito, recomendamos as bibliografias de REEVES (2005), HUDSON (1997).

O relatório da *Conferência intergovernamental sobre políticas culturais para o desenvolvimento* (Estocolmo, 1998) fornece diversas reflexões para essa relação entre cultura e desenvolvimento. Inicialmente, postula-se que as políticas que visam o desenvolvimento devem ser sensíveis à própria cultura. Além disso, estabelece que o “diálogo entre culturas deve constituir uma meta fundamental de políticas culturais e das instituições que as incorporam no plano nacional e internacional (...)”, políticas que, como as demais políticas públicas, devem ser antecipatórias, atendendo tanto aos problemas persistentes quanto às novas necessidades.

O documento expõe cinco objetivos de políticas públicas:

1. Fazer da política cultural um dos componentes-chave da estratégia de desenvolvimento.
2. Promover a criatividade e a participação na vida cultural.
3. Reforçar política e prática para proteger e melhorar o patrimônio cultural, tangível e intangível, móvel e imóvel, e promover as indústrias culturais.
4. Promover a diversidade linguística e cultural na e para a sociedade da informação.
5. Disponibilizar mais recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento cultural.

Também a *Declaração universal sobre a diversidade cultural* (2002) ressalta a importância da cultura para o desenvolvimento, como instrumento de fortalecimento de independência, soberania e identidade, sublinhando a importância de uma visão qualitativa do crescimento:

A cultura constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento e contribui para fortalecer a independência, a soberania e a identidade das nações. O crescimento tem sido concebido frequentemente em termos quantitativos, sem levar em conta a sua necessária dimensão qualitativa, ou seja, a satisfação das aspirações espirituais e culturais do homem. O desenvolvimento autêntico persegue o bem-estar e a satisfação constantes de cada um e de todos.

(...) Só se pode atingir um desenvolvimento equilibrado mediante a integração dos fatores culturais na estratégia para alcançá-lo; em consequência,

tais estratégias deverão levar sempre em conta a dimensão histórica, social e cultural de cada sociedade. (UNESCO, 2003)

Uma das causas citadas com frequência para o relativo baixo interesse pelos estudos na confluência entre temas culturais e Relações Internacionais, apesar da importância do elo entre cultura e desenvolvimento ressaltado pela UNESCO, seria a dificuldade encontrada nos estudos do caráter nacional, que floresceram entre os anos 1940 e 1950, de separar uma variável independente “cultura” da variável dependente “política externa” e estabelecer uma relação causal entre ambas (HUDSON, 1997: 3). Uma abordagem discursiva, ao delinear as mutações de discursos, não teria esse compromisso do mecanismo causal (v. cap. 3).

Outra barreira citada para a realização de pesquisas sobre o papel do Estado no campo dos bens e serviços culturais refere-se à falta de dados empíricos ou séries históricas³⁵. Mesmo dados de órgãos governamentais carecem de padronização ou detalhamento suficiente para seu emprego como fonte. A informação necessária é, assim, garimpada por meio de bibliografia secundária, principalmente na imprensa e em textos de praticantes (como blogs, redes sociais e publicações setoriais) e, o que nos parece ainda mais importante, pelo acompanhamento das atividades do setor, o que garante a empiria.

Essa dificuldade é encontrada também em outros aspectos metodológicos. Do ponto de vista quantitativo, a profusão de discursos pode representar obstáculo para a mensuração, já que não haveria uma terminologia de consenso, e, conseqüentemente, para a formulação de políticas.

Quanto ao aspecto terminológico/conceitual, as ideias de “identidade” e “cultura” oferecem dificuldades de peso. Quanto à noção de identidade e sua relação com cultura, é necessária certa precaução, considerando a multidimensionalidade, a fragmentação e o caráter dinâmico de ambas, decorrente das práticas historicamente situadas em que essas noções são invocadas.

³⁵ O Serviço de Estatísticas da UNESCO desenvolve trabalho de padronização terminológica com o objetivo da elaboração de estatísticas para o setor.

Essa multidimensionalidade, do ponto de vista da noção de identidade, é analisada, no contexto da América Latina por VIEIRA; CASTANEDA (2009). A identidade latino-americana existiria em um contínuo entre “integração” e “dualismo”. Nesse segundo caso, a identidade seria composta pela sobreposição de identidades distintas, nacional e regional. As autoras, no entanto, não abordam a possibilidade de outras identidades, relacionadas aos múltiplos papéis do indivíduo nas diversas esferas sociais das quais ele participa. Essa multiplicidade de identidades, ou de representações identitárias, é bastante explorada na publicidade. No entanto, a noção que poderia suscitar maior interesse para as Relações Internacionais é aquela de identidade nacional.

A ideia de que cada Estado-nacional – e, conseqüentemente, seus cidadãos – possua características próprias, que distinga uma essência nacional é citada, como vimos acima, sobre os estudos do “caráter nacional”, como uma das razões para o relativo pouco interesse que o aspecto cultural desempenhou nos estudos das Relações Internacionais, por oferecer certo determinismo, em análises que poderiam descrever esse caráter como uma explicação de último recurso. Por exemplo, ao analisar o comportamento de um Estado, facilmente poderia ser afirmado que uma política belicista deve-se a uma característica, dita cultural, daquele Estado. Além disso, supor a existência de uma identidade nacional poderia levar à sugestão de uma homogeneização das representações dessa identidade, apagando as diferenças identitárias entre cidadãos e as representações dessa identidade.

O emprego feito aqui da noção de identidade, ligado às noções de “igualdade” e “diferença” presentes nos discurso, no entanto, não se confunde com uma eventual homogeneização, pois o objeto de análise não é um conceito estabelecido a priori, mas, como afirmamos acima, as manifestações discursivas dessa identidade, já que o processo identitário baseia-se nas visões e representações construídas dinâmica e socialmente, evidenciando as diversidades locais, regionais e nacionais. Em outras palavras, as noções de cultura e identidade são fluídas, híbridas e dinâmicas. Seu estudo demanda, assim, que se ultrapasse o emprego de noções reificadas e estáticas, buscando sua expressão nas representações e percepções expressas nas práticas.

Apesar das dificuldades teóricas apresentadas, as noções de cultura e identidade são produtivas como base para práticas, como políticas públicas, por exemplo. Percebe-se, assim, a relação intrínseca entre a ação política e processo identitário, que se sobrepõe às discussões sobre a existência dessa identidade. Trata-se de um processo de elaboração e reelaboração das identidades. (BARROS, 2015).

Já OSCARSON (2009) afirma que cultura e identidade sofreriam um processo de realimentação. Sendo a cultura definida pelo autor citado como compreensão da atividade humana, os encontros culturais permitiriam, por um lado, uma melhor compreensão do outro e, por outro lado, os encontros possibilitariam uma melhor compreensão de si. É nessa interseção dinâmica entre representações e compreensões de si e do outro que as relações culturais oferecem a possibilidade de fortalecimento das relações entre países.

Retomando as três perguntas colocadas mais acima, os contatos transfronteiriços, internacionais ou transnacionais, além da evidente relevância dos fatores culturais demonstrada nos exemplos, requerem uma reflexão mais aprofundada sobre os elementos fundamentais para a compreensão dos fenômenos estudados. Esses elementos incluem a delimitação do objeto de estudo, o estabelecimento dos conceitos e quadros teóricos mais úteis para análise e a seleção das ferramentas metodológicas adequadas.

No próximo capítulo, tendo como base os aspectos apresentados acima, será apresentado o marco teórico de referência empregado.

3. Pressupostos teóricos

Unfortunately, however, it happens only too often that people think they have fully understood a new theory and can apply it without more ado from the moment they have assimilated its main principles and even those not always correctly. And I cannot exempt many of the more recent "Marxists" from this reproach, for the most amazing rubbish has been produced in this quarter, too....

Engels

No dinamarquês, a expressão “*at tale forbi hinanden*”, equivalente ao idiomatismo do inglês “*to talk past each other*”, referindo-se tanto à situação em que dois interlocutores falam ao mesmo tempo, sem dar atenção às palavras um do outro, mas também à adoção, por parte dos interlocutores, de hipóteses diferentes. As expressões equivalentes em português (“*conversa de surdos*”), francês (“*dialogue de sourds*”) e espanhol (“*diálogo de sordos*”) ressaltam o aspecto de uma ação deliberada de não ouvir o interlocutor.

Temos, assim, pelo menos dois significados possíveis para o conjunto de locuções apresentado: 1) interlocutores que não desejam entender um ao outro; e 2) interlocutores que partem de pressupostos diferentes. Nos dois casos, há uma falha no processo comunicativo. Em ambos, parte-se de uma inadequação entre os pressupostos ou interesses, conscientes ou não, de cada um dos interlocutores, o que inviabiliza a comunicação. A questão remete à máxima socrática: é preciso haver, se não uma definição estrita e consensual de um conceito, pelo menos a concordância a respeito daquilo que se discute. Como proceder com noções ou conceitos claramente contestados, como cultura?

Arte, cultura e civilização são termos, considerados muitas vezes permutáveis, usados para se referir a um universo de manifestações humanas, vagamente definidas, mas historicamente situadas, com conotações diversas. GALLIE (1956), por exemplo,

apresenta duas linhagens que, ao investigar os fenômenos estéticos, lidaram com a necessidade de um conceito específico de arte.

O primeiro grupo, ao mesmo tempo em que nega a possibilidade de uma teoria substantiva da arte, ressalta a estética como forma de metacrítica, visando à resolução de problemas teóricos e filosóficos. Já o segundo grupo, além de propor uma teoria geral da arte, tem consciência das dificuldades e das particularidades envolvidas em seu estudo³⁶, relacionadas principalmente às questões de delimitação de fenômenos díspares sob uma mesma categoria.

Sem nos aprofundarmos no aspecto filosófico do tema, avançaremos a hipótese de que sem que haja um conceito prévio de cultura, é impossível referir-se a esse objeto. Em outras palavras, mesmo que se recorra a formulações teóricas que evitem a delimitação estrita de um fenômeno empírico, o emprego de uma qualificação particular ou determinado vocábulo para denominar o objeto de análise carrega em si um substrato, em termos do qual, por meio de sucessivas aproximações e refutações, esse objeto é construído:

Ou temos um conceito de arte - e, então, ele é inútil para propósitos críticos, sendo geralmente enganoso se aplicado a casos particulares - ou então não temos conceito de arte - caso em que não temos uma ideia adequada do campo de objetos e atividades ao qual estamos negando com tanta força certas propriedades metafísicas falsas. (GALLIE, 1956)

O ponto que iremos elaborar não se situa no uso do conceito como ferramenta crítica ou analítica, mas na importância que determinado conceito ganha em seu emprego, ou seja, enquanto fenômeno social. É preciso levar em conta a possibilidade do desajuste entre aquilo que é expresso pelo formulador ou pelo executor de determinada política e os demais atores envolvidos (*stakeholders*), e a compreensão dos analistas. Por

³⁶ Obviamente, Walter Bryce Galley não poderia antecipar os desenvolvimentos do pós-estruturalismo pós-1968, principalmente o que DOSSE (2007: 26) denomina estruturalismo historicizado ou epistêmico, no que se refere ao signo, significado e subjetividade.

essa razão, os aspectos linguísticos e semânticos são fundamentais para a análise dos aspectos culturais no contexto internacional.

Para isso, é preciso substituir as perguntas “qual o conceito de cultura” ou “é preciso um conceito de cultura?” por questões do tipo: “como o conceito de cultura hegemônico em determinado período histórico reflete interesses antagônicos?” ou “o que descontinuidades discursivas em torno do conceito de cultura revelam a respeito das relações entre atores?”.

Partindo-se dessas questões, podem-se elaborar os aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos para a análise, o que será feito na sequência.

3.1. Fatores materiais, ideologia e discurso

Os exemplos dados no capítulo anterior oferecem alguma evidência do efeito da importância de aspectos culturais nos contatos entre culturas no âmbito internacional, os quais se relacionam, direta ou indiretamente, com fatores econômicos, políticos e sociais.

A questão que se coloca é avaliar a possibilidade de análise *de* cultura enquanto prática significativa³⁷ e sua relação com fatores materiais, ideologia e discurso. Na sequência será situado o enfoque discursivo adotado, ressaltando a relação entre ideologia e discurso e entre narrativa, discurso e outros enfoques textuais. Inicialmente, será discutida a relação entre os aspectos materiais da relação entre Estados e o embasamento ideológico dessas relações.

³⁷ V. SANTI; SANTI (2009), a respeito das práticas significantes e da representação em Stuart Hall.

3.1.1. Fatores materiais em Marx e Engels

Essa discussão visa expor a importância dos aspectos ideacionais no estudo dos bens culturais, explorando o relacionamento entre esses aspectos e a preponderância dada em algumas correntes teóricas aos fatores materiais, principalmente econômicos, como determinantes das relações sociais. O percurso da argumentação passa pelo essencialismo econômico marxista, prossegue pela visão da ideologia em Marx, Gramsci e Althusser, finalizando com uma breve apresentação da noção de discurso e seu relevo na percepção da coconstituição social da realidade, sem que se excluam os fatores materiais para a compreensão dos fenômenos sociais.

A base teórica de fundo marxista também é relevante por sua importância como embasamento ideológico dos movimentos de descolonização pós-1945 e nas formulações posteriores no campo das Relações Internacionais, que irão participar na gênese dos discursos que ressaltam os aspectos econômicos da produção cultural e artística.

No corpo teórico marxista, a base, ou seja, as forças e relações de produção, a divisão técnica do trabalho e as relações de propriedade, determinam as relações e ideias da sociedade, a chamada superestrutura (MARX, 1909). A superestrutura jurídica e política inclui a cultura, instituições, relações de poder, papéis políticos, rituais e o Estado. O grau dessa determinação da superestrutura pela base é, de acordo com a corrente adotada do marxismo, variável (WILLIAMS, 2005). Nas formulações menos ortodoxas, há um processo eventual de realimentação entre a superestrutura e a base: embora a primeira seja determinada pela segunda, ocasionalmente a superestrutura pode afetar a base. As estruturas de poder, por exemplo, podem introduzir modificações nas relações de propriedade, alterando a base. Para o marxismo mais ortodoxo, no entanto, o elo causal ocorre sempre da base para a superestrutura, o que implica em um maior peso dos fatores

materiais, principalmente econômicos, para a determinação dos valores e da cultura da sociedade, ou seja, das ideias, em sentido amplo, que circulam nessa sociedade³⁸.

Para Marx, é o conjunto das relações de produção que constitui a base real, econômica, da sociedade, enquanto as formas de consciência social são por elas determinadas³⁹. A fonte do conflito entre as classes sociais são, para Marx, as contradições da vida material e a tensão entre as forças produtivas e as relações de produção.

Marx sugere, além disso, como referencial metodológico para a análise das condições de produção, aquele das ciências físicas e naturais (MARX, 1909). No entanto, é a superestrutura, por meio da ideologia, “as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas”, que tornaria o homem consciente de sua condição e possibilitaria a superação de sua situação.

A relação de determinação entre fatores materiais e ideias, produção intelectual e ideologia já havia sido apresentada por MARX; ENGELS (1998) na *Ideologia Alemã*:

A produção de ideias, representações e consciência é, primeiramente, direta e intimamente entrelaçada com a atividade material e com as transações materiais dos homens. É a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, a relação intelectual dos homens aparecem novamente como uma emanção direta do seu comportamento material. Aplica-se também à produção intelectual, tal como existe na linguagem da política, aquela das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc. de todo um povo. São os homens que são os produtores de suas representações, ideias, etc., mas os homens reais, ativos, da forma que são condicionados por um desenvolvimento determinado das suas forças produtivas e as relações correspondentes a eles, incluindo formas mais amplas que estes podem tomar. A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente e o ser dos homens é seu processo de vida real. E se, em qualquer ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo, como em uma câmera escura, este fenômeno surge do processo histórico da vida, assim como a inversão dos objetos na retina resulta do processo físico da vida. (MARX; ENGELS, 1998)

³⁸ “Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau de desenvolvimento dado de suas forças produtivas materiais.” (MARX, 1909)

³⁹ “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; é, ao contrário, a realidade social que determina sua consciência.”. (idem, ibidem)

Mais tarde, ENGELS (1893), em uma carta, buscou ressaltar a importância dos efeitos da superestrutura sobre a base, afirmando que, embora a economia seja o fundamento das relações sociais, também as *formas políticas da luta de classes* e seus resultados exercem influência sobre “o curso das lutas históricas”, muitas vezes preponderando na determinação de sua forma.

Ainda na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels lançam afirmação a respeito do papel da nacionalidade, entendida como projeção do Estado para além de suas fronteiras e, conseqüentemente, de sua especificidade em relação a outros Estados. Esse elo surge exatamente porque as relações domésticas, caracterizadas pelo conjunto das relações materiais dos indivíduos em uma fase determinada do desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo em que superariam tanto o Estado como a nação, devem ser “assertiva[s] no exterior, como nacionalidade e se organizar como Estado em seu interior” (MARX; ENGELS, 1998).

Na mesma obra, Marx e Engels afirmam a expressão da dominação de classe também no campo das ideias, pois “a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”. Novamente, a *capacidade de impor ideias*, estas, como vimos, determinada pela base econômica, está relacionada com a propriedade dos meios de produção “espiritual”:

As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época. Numa altura, por exemplo, e num país em que o poder real, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pelo domínio, em que, portanto, o domínio está dividido, revela-se ideia dominante a doutrina da divisão dos poderes, que é agora declarada uma “lei eterna”. (MARX; ENGELS, 1998)

Temos, portanto, que, no pensamento marxista que chamaremos “clássico”, os produtores de ideias, ou seja, artistas e intelectuais, exaltam e reforçam o papel das instituições das classes dominantes, legitimando e reproduzindo a estrutura social.

As considerações de Marx e Engels situam-se no campo da Economia Política. É necessário transpor essa discussão para o campo das Relações Internacionais. Nelas, as abordagens marxistas produziram três enfoques (SUPPO; LESSA, 2012: 35): as teorias da dependência, o sistema mundo, de Wallerstein, e a teoria crítica de Robert Cox.

As teorias da dependência, no que tange os temas culturais, sublinham as relações de poder implícitas na divisão internacional do trabalho, esta fundada no aspecto econômico. A assimetria global reflete-se, portanto, também na organização social do sentido (HANNERZ, 1989), levando ao imperialismo cultural, ou seja, à imposição, por violência estrutural (econômica ou política) e da formação de alianças com burguesias locais, da subordinação, ou seja, dos valores “de classe” do centro dinâmico, valores que são *incorporados em bens, instituições e valores*, e que reproduzem, no plano internacional, a dicotomia base-estrutura marxista e uma hierarquia própria de poder⁴⁰.

WALLERSTEIN (1979, 2004) propôs a noção, surgida na esteira da teoria da dependência, do “sistema mundo”, em que os mecanismos econômicos, políticos e culturais-ideológicos são independentes daqueles das unidades nacionais. O autor nomeou três dimensões do fator cultural: o imperialismo cultural, ou seja, a imposição de valores ocidentais e da noção de “modernização”; o nacionalismo cultural, que fortalece o sistema interestatal; e os movimentos “antissistêmicos”, que desafiam os fundamentos universalistas da cultura dominante, por meio de sua recusa total, do fortalecimento militar e da transgressão individual (SUPPO; LESSA, 2012: 36).

Como se pode perceber, há uma interpenetração entre os fatores materiais e aqueles que chamaremos *simbólicos*. No entanto, estes se situam em posição subalterna,

⁴⁰ Essa visão de imperialismo cultural é relativizada por TOMLINSON (1990); uma das objeções feitas a essa questão reside no aspecto intercultural, ou seja, da comunicação entre culturas, as quais não necessariamente farão a mesma leitura de determinado artefato. Como veremos, a noção de “imperialismo” irá surgir várias vezes.

sendo determinados pelos primeiros, ou melhor, servem, na ideologia dominante, como veículo dos interesses da classe hegemônica.

Ao afirmar reiteradamente a preponderância do material, essencialmente econômico, na formação das estruturas mentais, é interessante tentar relacionar essas considerações com a compreensão da atividade artística como desinteressada, desvinculada do aspecto econômico, corrente no final do século 19.

Até o século 16, a produção que hoje seria chamada “artística” era principalmente oral e artesanal, restrita, portanto, aos contatos pessoais ou regionais, ou ocorrendo em praças, mercados, feiras e bolsas de valores (CALABY; CHRISTENSEN, 2007). Viajantes levavam exemplares de objetos utilitários, mensageiros e emissários presenteavam soberanos estrangeiros, de forma a estabelecer relações com base nas necessidades específicas, contextualmente determinadas, mas também como forma de manutenção de uma tradição e, conseqüentemente, de reforço de vínculos existentes ou criação de novos vínculos entre homólogos (soberanos, regiões etc.). As atividades artísticas⁴¹ estavam, assim, inseridas em um circuito simultaneamente autônomo e que servia de representação de valores e ideias.

A invenção do tipo mecânico móvel por Gutemberg permitiu a reprodução (v. BENJAMIN, 1996)⁴² de livros, desvinculando, assim, seu consumo da possível abrangência geográfica e ampliação da circulação e do comércio desses artefatos, assim como de reproduções e gravuras, torna-se possível. Surgem, em consequência, as primeiras leis de proteção ao direito de autor. Na Inglaterra, surge o *Copyright Act* (1790)⁴³. No século 19, RENOARD (1838) define o direito de autor como um “direito moral”; no final do século, aparece a *Convenção de Berna para a Proteção de Obras Literárias e Artísticas* (1896), visando proteger os direitos dos criadores de obras “do espírito”, com uma definição mais abrangente do que seriam obras literárias e artísticas.

⁴¹ Embora os presentes citados não se restringissem a objetos ou práticas artísticas, podendo ser também feitos em objetos que simbolizassem a riqueza e a abundância, como metais preciosos, escravos etc.

⁴² Benjamin afirma que a “aura” na obra de arte, ou seja, um elemento intangível do artefato estético, é o elemento “atrofiado” pela reprodução mecânica (BENJAMIN, 1996: 168); o exemplo dado aqui, da difusão do objeto “livro”, de certa forma contraria essa observação.

⁴³ MARTINS FILHO (1998)

A possibilidade da reprodução e o aumento dos fluxos e contatos entre países coincidem, assim, com uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que são consideradas atividades desconectadas do fundamento da vida social, ou seja, das relações de produção, os bens culturais passam a fazer parte de um campo que funciona simultaneamente com base no econômico e no simbólico, refletindo ou negando as relações de produção⁴⁴.

3.1.2. Ideologia e práticas de representação

Como ponto de partida, pode-se compreender ideologia como o conjunto das relações sociais de significação (conhecimentos e representações), que sejam característicos ou que expressem o interesse de grupos sociais, seja por características distintivas, como gênero ou atividade profissional. Ideologia, nessa acepção, pode ser entendida como conhecimento “naturalizado”, ou seja, considerado como de aplicação geral, por meio do apagamento de suas origens sociais.

Do ponto de vista do emprego teórico do termo, há quatro enfoques principais relevantes para a análise, que serão brevemente expostos: o marxista, o gramsciano e o althusseriano.

⁴⁴ ABBING (2008) apresenta um arrazoado extremamente bem fundamentado do “apagamento” do aspecto econômico nos fenômenos culturais, principalmente do ponto de vista da produção, ou seja, do artista.

3.1.2.1. *Ideologia em Marx*

As considerações de Marx sobre ideologia (MARX; ENGELS, 1998; MARX, 1909) encontram-se tanto nos manuscritos e anotações que compõem a *Ideologia alemã*, escritos entre 1845 e 1846 e publicados apenas na década de 1930, e no prefácio à *Contribuição à crítica da Economia Política* (1859).

Na *Ideologia alemã*, Marx e Engels expõem os fundamentos de sua doutrina. De acordo com o texto, o objetivo era o de desmascarar as *representações falsas da realidade*, promovidas pela burguesia alemã. Essas representações corresponderiam às ideias sobre as relações sociais, baseadas em construções mentais. Para Marx e Engels, portanto, a ideologia surge como *falsa consciência*⁴⁵, a qual é promovida pelas classes dominantes por meio de suas ideias e interesses. O papel da ideologia, nesse caso, é interferir na compreensão do funcionamento das relações de produção.

Numa crítica ao pensamento hegeliano, os autores citados apontam que, nessa linha de pensamento, os produtos da consciência (representações, ideias, conceitos) são tornados autônomos. Todos os aspectos dos saberes, das representações e da consciência, como formas, conteúdos e finalidades, têm sua origem na abstração das atividades materiais e sociais da produção e da luta de classes, resultando em representações que consideram como naturais arranjos sociais que são determinados historicamente. Assim sendo, a consciência é determinada pela posição social, não refletindo, portanto, as realidades das relações de produção e sendo, por isso, uma consciência falsa, pois “as representações, o pensamento, o comércio intelectual dos

⁴⁵ “Falsa consciência” aparece pela primeira vez em uma carta de Engels para Franz Mehring, de 1893:

A ideologia, na verdade, é um processo realizado conscientemente pelo suposto pensador, mas com uma falsa consciência. Os motivos reais que o impulsionam permanecem desconhecidos para ele, caso contrário não seria um processo ideológico. Assim, imagina motivos falsos ou aparentes. Isso por se tratar de um processo de pensamento que deriva tanto forma e conteúdo do pensamento puro, dele ou de seus antecessores. (ENGELS, 1893)

homens aparecem aqui ainda como *emanação direta de seu comportamento material*". (MARX; ENGELS, 1998, grifo nosso)

De forma circular, Marx afasta a possibilidade de que o materialismo histórico seja ele também ideológico, pois este estaria mais próximo da realidade das leis históricas e do materialismo.

[Não] se deve partir daquilo que os homens dizem, "imaginam" e se representam, nem daquilo que são nas palavras, na imaginação e na representação de outros para, em seguida, chegar aos homens de carne e osso; não, parte-se dos homens em sua atividade real, é a partir de seus processos de vida real que se representam também os reflexos e os ecos ideológicos desse processo vital. Mesmo as fantasias do cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente de seu processo de vida material que se pode constatar empiricamente e que repousa sobre bases materiais. (MARX; ENGELS, 1998)

Como em muitas outras vertentes histórico-filosóficas, há uma simplificação corrente da visão marxista de ideologia, fundamentada na oposição entre "base", as relações determinadas, necessárias, independentes da vontade, correspondendo a um grau de desenvolvimento dado pelas forças produtivas materiais (MARX, 1909), e "superestrutura", que consiste em dois níveis, o político-legal e o das diferentes ideologias (ALTHUSSER, 1971), correspondendo às formas de consciência social determinadas (MARX, 1909). A ideologia estaria situada na superestrutura e, portanto, sujeita à determinação pela base econômica. Essa visão simplifica as relações e práticas sociais envolvidas nos mecanismos de produção e nas formas que as ideologias adquirem⁴⁶.

⁴⁶ Essa relação é retomada por ALTHUSSER (1971), que ressalta o aspecto metafórico - e, portanto, descritivo, da relação entre base e superestrutura.

3.1.2.2. *Ideologia em Gramsci*

O conceito de ideologia em Gramsci apresenta similaridades e divergências em relação à noção proposta por Marx, embora não haja nesse último uma definição elaborada do termo. Gramsci fala em “formas ideológicas”, sugerindo que não existiriam ideologias “no sentido próprio”, mas a utilização ideológica de ideias e doutrinas. (MONASTA, 2010)

Para Gramsci, o proletariado contaria com as condições de influenciar a própria consciência, com as tensões entre a burguesia e o proletariado tornando-se domínio de conflitos em torno da representação da realidade social. Se a hegemonia da burguesia é exercida por meio do controle dos instrumentos que dariam acesso à conscientização, o proletariado poderia, por meio de instituições culturais próprias, influenciar esse processo. As classes subalternas passariam, portanto, a desempenhar um papel mais ativo, do ponto de vista da subjetividade, ao invés do papel passivo atribuído, nesse aspecto, por Marx.

As ideologias, compreendidas do ponto de vista de sua utilização e não substantivamente, seriam, assim, deformações de teorias transformadas em doutrinas, ou seja, ao invés de servirem como ferramentas para a compreensão da realidade tornam-se verdadeiros pontos de partida, do ponto de vista moral, para a ação e o comportamento, seguindo, portanto, o circuito teoria → doutrina → ideologia, de forma orgânica, ou seja, decorrente do emprego político dessas teorias (idem, ibidem). As ideias e as circunstâncias materiais estão, para Gramsci, sempre ligadas, influenciando-se mutuamente, não podendo ser reduzidas uma a outra. (COX, 1983)

Um bloco histórico, ou seja, a unidade que aglutina a estrutura econômica e a superestrutura social, não pode existir, para Gramsci, sem uma *classe social hegemônica*, com o Estado mantendo a coesão e identidade por meio da propagação de uma cultura comum. Quando uma classe subordinada toma o poder e estabelece hegemonia em relação a outros grupos, forma-se novo bloco histórico (idem, ibidem).

Os intelectuais, considerados por Gramsci como sendo organicamente ligados a uma classe social, têm um papel decisivo na construção do bloco histórico, ao desenvolver e disseminar “imagens mentais, tecnologias e organizações que ligam os membros de uma classe e de um bloco histórico em uma identidade comum” (idem, *ibidem*).

3.1.2.3. Althusser: ideologia e linguagem

Althusser (1971, 1980), parte de pressupostos marxistas e da psicanálise lacaniana. Para esse autor, a ideologia torna os indivíduos sujeitos, referindo-se aos aparelhos ideológicos do Estado. As características da realidade são expressas por meio da linguagem, sendo inseparáveis das características “ideológicas” da consciência. A linguagem, elemento privilegiado da produção de qualquer forma de conhecimento, é um meio opaco, ou seja, que não permite um acesso imediato à realidade e à verdade, a qual seria um produto - e não um motivador - da linguagem. Portanto, toda forma de discurso é ideológica⁴⁷ e inúmeros discursos rivalizam-se na luta por poder e conhecimento.

Na visão althusseriana, o confronto entre os discursos ideológicos dá-se na maneira como estes são *produzidos, implantados, regulados, institucionalizados e resistidos*⁴⁸. Há aqui, porém, uma centralidade das relações e práticas sociais envolvidas, um dos pontos que sua análise atribui menor importância, tendo em vista o essencialismo econômico. Além disso, os diversos aspectos das relações entre discursos conectam o fundamento materialista das relações sociais com os processos simbólicos expressos na linguagem.

⁴⁷ O que vai de encontro à ideia marxista de que o materialismo histórico não seria ideológico.

⁴⁸ Pode-se traçar um paralelo entre essa enumeração e os estágios do campo da produção cultural (produção, circulação, proteção etc.). Nesse segundo caso, a “regulação” e a “resistência” talvez estivessem situados na “proteção”.

O ponto que nos interessa em Althusser é a definição dos aparatos ideológicos do Estado, realidades que se apresentam ao observador como instituições distintas e especializadas, como as organizações religiosas, educacionais, as instituições familiares, legais e políticas, os sindicatos, a mídia em geral e a cultura (literatura, artes, esportes etc.). Esses aparatos não se confundem com o aparato de repressão do Estado, pois este último pertence ao domínio público e é unitário, enquanto os aparatos ideológicos são privados e plurais (ALTHUSSER, 1980).

A diferença principal entre ambos os aparatos, no entanto, refere-se à base do funcionamento de cada um deles, a violência, no caso do aparato repressor, e a ideologia, no caso do aparato ideológico⁴⁹.

O traço que permite compreender os aparatos ideológicos do Estado como formando uma categoria, apesar de sua diversidade, é, para Althusser, seu funcionamento, porque, apesar da aparente heterogeneidade e contradições entre eles, a “ideologia pela qual funcionam é, de fato, sempre unificada [...] *sob a ideologia dominante*, que é a ideologia da ‘classe dominante’” (ALTHUSSER, 1971, grifo do autor), pois não seria possível manter o poder do Estado sem que seja exercida a hegemonia sobre os aparatos ideológicos.

O autor passa então a analisar as relações de produção, segundo uma divisão do trabalho em que os papéis do aparato repressivo do Estado asseguram as condições políticas para a reprodução das relações de produção, ou seja, de exploração, por meio do uso da força, seja ela física ou em outra forma. A conclusão de Althusser é a de que cada Estado atua tanto em sua autorreprodução, como, acima de tudo, em sua manutenção política, por meio da repressão.

[O] aparelho ideológico do Estado que foi instalado na posição *dominante* em formações sociais capitalistas maduras como resultado de violenta luta de classe política e ideológica contra os aparatos ideológicos do Estado da velha

⁴⁹ Althusser concede, no entanto, que esses mecanismos são dominantes em cada um dos casos, não se apresentando de forma pura, ou seja, tanto a violência como a ideologia manifestam-se conjuntamente, em grau diferenciado, nos dois casos. São, portanto, aspecto dominante e secundário.

classe dominante é o *aparato ideológico educacional* (idem, ibidem, grifo do autor).

Sumarizando, para Althusser:

- a) Todos os aparelhos ideológicos do Estado contribuem para a reprodução das relações capitalistas de exploração;
- b) Cada aparelho contribui para esse fim de forma específica;
- c) O programa desse “arranjo” está submetido à ideologia da classe dominante, mesmo que haja contradições propostas por outras ideologias.

A ideologia dominante, além disso, alimenta-se de ideologias afastadas cronológica ou espacialmente:

A partitura da ideologia da classe dominante atual, que integra em sua música os grandes temas do Humanismo dos Grandes Antepassados, que produziram o Grande Milagre antes mesmo da Cristandade e, depois, a Glória de Roma, a Cidade Eterna e os temas de interesse, particular e geral etc.: nacionalismo, moralismo e economicismo. (ALTHUSSER, 1971)

Temos assim, outro aspecto do discurso ideológico, sua inserção em um discurso mais amplo, resgatando uma herança que é, basicamente, discursiva.

Althusser sugere, além disso, a existência material da ideologia nos aparatos e em suas práticas, não a mesma materialidade dos objetos, pois crenças são derivadas das ideias do indivíduo, ou seja, de um “sujeito com consciência, a qual contém as ideias de sua crença”. O comportamento, atitudes práticas e práticas regulares desse indivíduo, que são aquelas originadas a partir do aparato ideológico, inscrevem suas ideias nas ações de sua prática material. A ideologia, assim, existe apenas pelo sujeito e para sujeitos; a categoria de sujeito é constitutiva da ideologia porque toda ideologia tem a função de constituir indivíduos como sujeitos.

3.2. Representação, narrativa, discurso

Na seção anterior, foi apresentado o percurso intelectual da noção de ideologia, de uma posição em que essa se apresenta como mero equívoco, até o entendimento de que ela exerce influência no mundo, ou seja, nas práticas materiais. Passamos agora a discutir como analisar a manifestação das ideologias, sob a forma de representações, narrativas e discurso.

3.2.1. Da ideologia às representações

Vimos nas seções anteriores a relação, em diversas vertentes teóricas de base marxista, a relação entre fatores materiais e fatores ideacionais. A noção de ideologia oferece um elo entre ambos os fatores, ao inscrever as ideias no mundo material.

Na análise da cultura, ou seja, daquilo que objetos e práticas, compreendidos como “texto”, de forma ampla, informam a respeito das regras e códigos subjacentes, que permitem que esses textos “signifiquem”, é preciso buscar o sentido em unidades de análise que podem ser definidas como discursos.

Os discursos, disseminados em textos diversos, não se limitam ao aspecto linguístico, sendo socialmente legitimados e contestados, e incorporados em áreas específicas de conhecimento, ligando linguagem e práticas. Nesse sentido amplo, que inclui, além de materiais escritos, objetos, imagens e práticas, os textos funcionam como significantes, ou seja, imagens associadas a um significado⁵⁰, na produção de sentido.

⁵⁰ O modelo linguístico de Saussure é, nesse caso, aplicado a um universo mais amplo de signos e representações.

A construção de sentido e as práticas significativas ocorrem no interior do discurso. FOUCAULT (2005, 2007, 2009) sublinha a historicidade do discurso, pois o conhecimento e práticas sobre determinado tema existem em contexto histórico e cultural específico. Assim, superando a noção de continuidade histórica, Michel Foucault salienta a importância das rupturas e discontinuidades.

Na análise de cultura são necessários modelos de representação que exploram as relações entre conhecimento e poder. Como operacionalização do significante vazio cultura, os bens culturais podem ser vistos como um sistema ou prática de representação, funcionando de forma similar a uma linguagem, com escolhas sobre aquilo que é privilegiado ou excluído (qual o tipo de manifestação é possível) refletindo representações da própria cultura e da cultura do Outro, afetando tanto o espaço de significados possíveis produzidos e a forma pela qual esses significados são produzidos (HALL, 1997).

Para a melhor compreensão dos procedimentos teóricos a serem adotados aqui, será feita uma breve exposição sobre as relações entre sentido, linguagem e cultura. A noção fundamental é a de representação, que conecta sentido e linguagem com cultura, permitindo o desvelamento de significados e relações de poder.

Três teorias principais versam sobre sentido e representação (HALL, 1997). A primeira, da reflexividade, pressupõe o sentido como existente no mundo material, ou seja, o sentido é imanente, inerente à natureza dos objetos. Ao referir-se a esses objetos, o sujeito meramente representa essa essência. Um exemplo dessa concepção é a visão da linguagem como representação. Um vocábulo ou expressão (“lápiz” ou “Torre Eiffel”) “representa” - no sentido de apresentar uma correspondência - um objeto no mundo real.

Essa abordagem apresenta dois problemas principais. O primeiro decorre do fato de ser centrada sobre a subjetividade, a capacidade do indivíduo de manifestar-se, com base na percepção, por meio do intelecto, dos objetos externos ao sujeito; se considerarmos o sujeito decentrado, ou seja, em processo constante de reelaboração, a possibilidade do sentido torna-se instável e vaga.

O segundo problema refere-se à característica da representação. Retomando o exemplo dado, sobre o processo de referência, o vocábulo “lápiz” pode referir-se, em um

contexto dado, a um objeto específico, mas também pode apontar para objetos com características heterogêneas (cor, tipo, tamanho, textura etc.). As duas restrições apontadas sublinham principalmente o aspecto não referencial da linguagem, ou seja, os conteúdos expressos pelos significantes não guardam relação direta com a realidade objetiva⁵¹.

A segunda teoria do sentido e da representação é a da intenção. Nessa concepção, o sentido é subjetivo, expressa aquilo que se deseja dizer. Trata-se de um enfoque idealista, em que o mundo objetivo é elaborado mentalmente e expresso pelo indivíduo. O processo de significação ou geração de sentido dá-se pela expressão, pelo sujeito, do real. A testemunha de um acontecimento ou a pessoa que executa determinada tarefa e a expõe, por meio de uma linguagem, para outro indivíduo. Trata-se, portanto, de processo comunicativo. A intencionalidade da comunicação nesse modelo é questionável, pois depende: 1) de um conjunto comum de conhecimentos e experiências; 2) da existência (e funcionamento) de um canal de comunicação; e 3) da inexistência de interferências. A ausência ou ineficácia de um ou vários desses elementos pode inviabilizar a comunicação e, portanto, a geração de sentido e a representação.

A terceira teoria a ser abordada aqui, e que será vista na sequência, é a Construtivista (ou Construcionista). Nesse enfoque, considera-se que o sentido é construído na e pela linguagem, por meio da função simbólica de sistemas representacionais. É o chamado enfoque discursivo. Neste modelo, há uma preocupação menor com o significado efetivo, ou seja, o discurso é compreendido não como um conceito meramente linguístico, mas como a ação combinada de linguagem e prática, definindo e produzindo os objetos do conhecimento e influenciando a forma pela qual ideias são postas em prática e empregadas para condicionar a condutas (HALL, 1997).

⁵¹ Outras restrições podem ser levantadas: “A ilusão idealista de que o sujeito/autor é a origem de toda manifestação discursiva advém de um duplo “esquecimento”: de um lado, de que todo discurso tem sua origem no social e, de outro, de que nem toda manifestação advém de um cálculo, de uma representação, de um saber teórico. Apelamos, assim, no estudo das manifestações subjetivas, para a existência de um saber prático, ou seja, disposições estruturadas pelo meio, geradoras de comportamento e expectativas.” (BARROS; MARTINO, 2003, p.42-43).

Para Foucault, o discurso nunca consiste em uma única proposição, texto ação ou fonte. A *epistème*⁵², o campo de relações, continuidades e descontinuidades entre práticas discursivas, surge em uma sequência de textos e como formas de conduta, em diversos lugares institucionais na sociedade.

É importante destacar que não se descarta aqui a existência de fatores materiais, mas o fato de que nada tem sentido fora do discurso (FOUCAULT, 2005), ou seja, sentido e prática significativa são construídos pelo discurso. Os fatores materiais têm relevância, mas não possuem um sentido fixo (*fixed meaning*); ganham significado, tornando-se, assim, objetos de conhecimento, no interior de um discurso (LACLAU; MOUFFE, 1989). Além disso, esses significados são situados em um contexto histórico específico.

Partindo-se do conceito de discurso, a possibilidade da comparação diacrônica de fenômenos sociais, ou seja, dos processos de sua ocorrência e desenvolvimento, relaciona-se não com a continuidade, mas com rupturas e interrupções, pois:

“[...] a história de um conceito não é [...] aquela de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas aquela de seus campos distintos de constituição e de validade, de suas regras sucessivas de emprego, dos meios teóricos múltiplos em que é buscada e efetuada sua elaboração”. (FOUCAULT, 2005: 11)

A ideia de processo liga-se à de narrativa, pois, para tentar estabelecer o sentido de fenômenos pessoais, busca-se estabelecer certa linearidade descritiva. A forma de operação das narrativas - que, aqui, não se confundem com “discurso” - é estudada a seguir.

⁵² FOUCAULT (2007).

3.2.2. Narrativa

Narrativas, para PATTERSON; MONROE (1998), são os diferentes modos pelos quais organizamos fatos cognitivamente e, dessa forma, damos sentido à realidade. As narrativas afetam nossas percepções da realidade política e, portanto, nossas ações, na forma de respostas ou antecipação em relação a eventos políticos, do ponto de vista individual ou enquanto coletividades, como comunidades ou nações, refletindo a posição do ator no mundo e em relação aos eventos com os quais se relaciona de alguma forma.

Narrativas são diferentes de outras modalidades de discurso em vários aspectos, dos quais quatro merecem destaque:

- a) **Agência:** narrativas normalmente são associadas à sua instância geradora, ou seja, ao ator ou atores de alguma forma envolvidos na trama. Por ressaltar o aspecto da ação humana em função de objetivos definidos, as narrativas permitem a compreensão do processamento de informações e do processo de consecução de objetivos.
- b) **Norma:** narrativas sugerem a visão do que é legítimo ou faz parte do senso comum. Oferecem, portanto, dados para análise não apenas em relação ao que é explícito, mas também em relação ao que não se diz, pois as lacunas revelam aquilo que é incomum ou excepcional do ponto de vista do ator em questão.
- c) **Ordem sequencial:** os acontecimentos presentes em narrativas possuem uma organização sequencial, o que não significa que esses acontecimentos refiram-se a um contexto situacional, ou seja, à realidade extralinguística. O aspecto importante da organização dos acontecimentos no tempo presentes na narrativa é exatamente a ordem em que são apresentados, independentemente de sua veracidade, pois é essa organização que permite a análise dos processos de elaboração mental do ator.
- d) **Perspectiva:** narrativas baseiam-se como regra no ponto de vista daquele que a profere, ou seja, relacionam-se com uma “voz” específica, não podendo, assim, serem “neutras”, pois sugerem a posição do ator diante da realidade em questão, permitindo, assim, que sejam explicitadas as diferenciações feitas pelos diversos

atores em relação a aspectos da realidade. O processo de elaboração feito pelos atores estabelece o contexto da análise, por meio da seleção de influências culturais relevantes.

Duas formas principais de análise com base em narrativas são a análise linguística e a análise baseada nas concepções dos atores, em termos de representações, de si e de outros atores. No primeiro caso, recorre-se aos métodos da Linguística e da Ciência Cognitiva, analisando-se, principalmente, o emprego de itens lexicais (vocabulário) e sintáticos (estruturas), em relação ao contexto linguístico (no interior do texto), ou em relação à frequência de seu emprego. Já no segundo caso, o interesse centra-se na forma como os atores elaboram representações de si próprios e de outros atores, revelando aspectos como questões de identidade, tanto do indivíduo como de grupos, influenciam o comportamento.

A análise de narrativas, para alguns autores, sofre de imprecisão e é dependente de interpretação, objeções feitas também à análise do discurso. Neste aspecto, a questão refere-se à dicotomia entre explicação e interpretação. Explicação refere-se à descrição de mecanismos causais que podem ser testados, ou seja, comprovados ou rejeitados. Já a interpretação relaciona-se com a compreensão, o processo metódico de organização e contextualização de proposições que são, ao mesmo tempo, essencialmente contestáveis e verificáveis de forma incompleta. Essa dicotomia pode ser refutada, pois explicação e interpretação são interdependentes, como veremos mais adiante.

Dos aspectos apresentados como característicos da narrativa, dois deles, a agência e a perspectiva referem-se à instância do ator. Já o aspecto da “norma” está ligado a conteúdos difusos no tecido social, em relação aos quais o ator se posiciona. Se definirmos esses conteúdos como “ideias”, teremos realizado o desacoplamento entre agência e estrutura. A reconexão entre ambos será o processo desempenhado na análise do discurso. Passaremos, assim, a discorrer sobre as “ideias” enquanto ferramenta analítica.

3.2.3. Ideias

Tanto ideologias como narrativas podem ser entendidas como expressões de ideias. No campo da Análise de Política Externa, o interesse principal dessa corrente de análise, que busca explicações mais ricas de fenômenos políticos, é evidenciar a forma pela qual ideias, compreendidas como crenças causais, moldam o comportamento e resultados políticos. Mais especificamente, o efeito causal de ideias e crenças diferenciadas nas políticas diferenciadas resultantes (YEE, 1996)⁵³.

Em Ciência Política, a noção de ideia incorpora diversas dimensões, das quais se pode destacar três⁵⁴:

- a) *Ideias como produto de percepções*: ideias são produzidas na mente dos atores e sua relação com a realidade dá-se pela interpretação feita, com base nas percepções sensoriais ou, ainda, sem qualquer relação com a realidade, como em abstrações, por exemplo.
- b) *Ideias como crenças causais*: nesse caso, ideias estabelecem relações, não necessariamente causais, entre coisas e pessoas no mundo.
- c) *Ideias como base para ação*: por meio de ideias, definimos formas de ação para lidar com problemas objetivos.

O “parentesco” entre este enfoque e a Análise do Discurso encontra-se no aspecto filosófico do Construtivismo Social, que vê os processos como dinâmicos e repetitivos, opondo-se à visão linear e mecânica dos enfoques positivistas.

Do ponto de vista do Construtivismo, os significados são construídos intersubjetivamente e de forma dinâmica. Se considerarmos a ação política como sendo baseada em ideias, a interação constante entre atores faz com que haja a reavaliação e redefinição constante dessas ideias. Os objetivos buscados e as estratégias adotadas para

⁵³ YEE (1996) emprega a denominação “ideação” (*ideation*).

⁵⁴ Baseado em BÉLAND; COX (2010).

atingir esses objetivos, por sua vez, exercem efeitos sobre as ideias, em um processo contínuo.

GOLDSTEIN (1993) apresenta o impacto de crenças específicas, compartilhadas por um grupo grande de pessoas, sobre a natureza de seus mundos que têm implicações para a ação humana. As ideias definem o universo de possibilidades para ação⁵⁵, sendo três os tipos de crença:

- a) Visões de mundo;
- b) Baseadas em princípios;
- c) Causais.

Em seguida, identifica as formas pelas quais ideias podem afetar políticas:

- a) Fornecendo mapas baseados em princípios ou causais;
- b) Afetando estratégias em que não há um ponto único de equilíbrio;
- c) Incorporando-se em instituições.

WILLIAMS (2004) analisa o Realismo⁵⁶ com base no enfoque ideacional. Já ACHARYA (2009) estuda a difusão de ideias e normas no sistema internacional, com base na perspectiva de atores locais e foco em instituições regionais asiáticas, como Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o Fórum Regional da ASEAN. O enfoque ideacional descrito, embora circunscrito, nos exemplos dados, à Análise de Política Externa, enquadra-se em base positivista, pois busca o estabelecimento de relações causais entre o fenômeno complexo das ideias, sem se deter de forma mais concentrada sobre o aspecto linguístico-discursivo. O enfoque apresentado na próxima seção busca solucionar essa deficiência, com base em premissas pós-positivistas.

⁵⁵ Cf universo de discursos possíveis

⁵⁶ Refere-se a uma linha teórica tradicionalmente associada com Hans Morgenthau, entre outros autores e cujos pressupostos principais são o estado de anarquia das Relações Internacionais, o Estado como ator racional e o equilíbrio de poder como única forma de assegurar a paz (BATTISTELLA, 2014)

3.2.4. Análise do discurso

Para o estudo das ideias, e da forma como elas, simultaneamente, moldam e são moldadas pela realidade intersubjetiva, empregaremos o instrumental da Análise do Discurso. Nos anos 90, por diversas razões, as teorias do discurso eram vistas como uma área de estudos “dissidente” e alheia aos estudos de Relações Internacionais (MILLIKEN, 1999).

Para a autora, não haveria um entendimento comum entre os estudiosos de Relações Internacionais sobre “a melhor forma de estudar discurso”. No entanto, ela afirma que o avanço da agenda crítica de pesquisa seria beneficiado por um questionamento sobre formas adequadas de estudar discurso, entendido como sistemas de significações que constroem realidades sociais.

É preciso enfatizar que a Análise do Discurso baseada em SAUSSURE (1916), DERRIDA (1967) e FOUCAULT (2005) avançou bastante. Apenas num momento relativamente recente a Análise do Discurso começou a ser empregada em Relações Internacionais para o estudo da mudança, buscando explicar suas origens ou alterações nas preferências, trajetórias históricas ou quadros culturais. SCHMIDT (2010) emprega a denominação “institucionalismo discursivo” para todos os pesquisadores que “levam a sério” ideias e discurso, independentemente de filiações particulares.

A presente pesquisa enquadra-se nessa diretriz, entendendo o discurso em sua “textualidade”, que engloba as diversas dimensões de um texto, inclusive as históricas e sociais (DER DERIAN; SHAPIRO, 1989), em outras palavras, que a forma como se fala a respeito de algo não reflete de forma neutra o mundo, as identidades e as relações sociais, mas desempenha um papel ativo na criação e mudança desses fatores (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002).

O objeto da pesquisa pode ser definido como a construção discursiva da cultura no âmbito da UNESCO, ou seja, contra quais discursos essa construção é feita, e sua expressão (ou eventual contestação). Trata-se, assim, de explorar empiricamente o

embate de diferentes discursos, que representam diferentes formas de compreensão do mundo e de construção de identidades, por meio da intertextualidade, entendida como a forma pela qual a reprodução e a mudança surgem em textos individuais, ou seja, como se manifesta discursivamente.

BERNSTEIN (1999) diferencia duas formas de discurso, as quais são geralmente vistas como opostas, com uma delas sendo vista como a destruição da outra. Para ele, qualquer par de oposições extraídos da estrutura complexa multicamadas de pares que operam em diferentes níveis de experiência individual e social representa apenas uma fração dos contrastes possíveis presentes em um texto.

A tabela abaixo apresenta uma amostra minúscula das possibilidades subjacentes a esse entendimento. Cada linha apresenta um tipo de oposição, com uma denominação na primeira coluna e os elementos dessa oposição na segunda e terceira colunas.

Tabela 1: Formas distintas de discurso

<i>Avaliação</i>	Espontâneo	Inventado
<i>Epistemológico</i>	Subjetivo	Objetivo
<i>Cognitivo</i>	Operações	Princípios
<i>Social</i>	Intimidade	Distância
<i>Contextual</i>	Interior	Exterior
<i>Voz</i>	Dominada	Dominante
<i>Modo</i>	Linear	Não linear
<i>Institucional</i>	<i>Gemeinschaft</i> (Comunidade)	<i>Gesellschaft</i> (Sociedade)

Fonte: BERNSTEIN, 1999.

As oposições a serem analisadas, baseadas nos campos semânticos da “igualdade” e da “diferença”, encontram-se na seção 3.3.

O estudo dos contatos culturais no âmbito internacional oferece dificuldades teóricas e metodológicas bastante amplas. A delimitação do objeto não se reduz à mera conceituação, pois se está lidando com noções extremamente abstratas, como “cultura”, “limites” e “nação”, entre outras, que constituem significantes vazios, ou seja, expressões que são empregadas com uma multiplicidade de significados e que, portanto, terminam por não se referir a nenhum significado específico.

Tomando como ponto de partida a noção de Estado nacional, por exemplo, as relações culturais entre Estados abrange o espectro amplo de contatos mediados ou não mediados entre os próprios Estados, entre Estados e Organizações Intergovernamentais, entre Organizações Transnacionais, entre Grupos da Sociedade Civil ou mesmo entre indivíduos. Exemplos básicos dessa complexidade são a definição da UNESCO de “patrimônio imaterial”, as diásporas e as relações entre indivíduos, como a união afetiva.

O patrimônio cultural imaterial é definido na *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial* (2003) como sendo o conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, que são reconhecidos como parte do patrimônio cultural de comunidades ou de seus integrantes, manifestado, entre outros aspectos, nas tradições e expressões orais, no idioma e nas expressões artísticas.

Se destacarmos, por exemplo, o idioma na definição contida na Convenção, as complexidades do tema podem ser percebidas de forma mais clara. Vários países contam com minorias linguísticas, as quais, com frequência, estão distribuídas para além das fronteiras geográficas nacionais. Por outro lado, as diásporas mantêm, muitas vezes, seu idioma de origem, agregando elementos da língua do local que as acolhe, apresentando, assim, um caráter transnacional, mesmo no caso de manifestações situadas geograficamente no interior de uma mesma fronteira nacional.

Do ponto de vista das relações entre pessoas de diferentes países, qualquer tipo de relacionamento pode envolver aspectos culturais, mediados ou não, caracterizados, em geral, pelo deslocamento entre fronteiras. Tendo esses aspectos em vista, optou-se por considerar os contatos culturais como processos de interação com um duplo aspecto: econômico e simbólico. Essa abordagem parte da caracterização do duplo aspecto do signo, da Linguística estruturalista, enquanto conceito e imagem⁵⁷. Uma representação gráfica teria o seguinte aspecto⁵⁸:

⁵⁷ SAUSSURE, 1916.

⁵⁸ O duplo aspecto dos bens culturais será retomado na seção 3.2.6.

$$\left[\frac{\text{Valor econômico}}{\text{Valor simbólico}} \right]$$

Não se supõe uma hierarquia entre o econômico e o simbólico, mas a coexistência dos dois aspectos. Tanto o valor econômico como o valor simbólico são relacionais, ou seja, estabelecidos socialmente. No entanto, tanto no plano interno como no plano internacional, ocorre também uma valoração subjetiva, de grupo ou mesmo individual. Essas considerações nos levam a uma aproximação dos fenômenos culturais no âmbito internacional aos postulados do Construtivismo em Relações Internacionais, ou seja, à valorização de ideias e a construção social de significado como fatores determinantes da realidade.

3.2.5. Construtivismo

Falamos acima da construção social do significado. Partimos do enfoque do construtivismo como meio caminho entre objetivismo e subjetivismo radical (ADLER, 1997). Para este autor, ao desafiar as bases ontológicas e epistemológicas tanto do realismo como do liberalismo, o construtivismo surge como uma oportunidade de criação de uma teoria sintética de Relações Internacionais, que busca atingir um meio-termo, baseado a um só tempo nas dimensões subjetivas e intersubjetivas do mundo. Adler critica as tentativas neorrealistas e liberais, por serem insuficientes ou incompletas para explicar a dinâmica da evolução cognitiva, processo de inovação, difusão doméstica e internacional, escolha política e institucionalização efetiva que cria a compreensão intersubjetiva sobre quais interesses, práticas e comportamentos de governos baseiam-se. Assim, para ter êxito, as ideias precisam: 1) ganhar legitimidade, ao basear-se na natureza e na razão; 2) oferecer o equilíbrio necessário; 3) apoiar-se em poder; 4) serem continuamente racionalizadas e institucionalizadas; 5) serem conduzidas pela noção de

progresso dos líderes políticos; 6) ganhar proeminência quando necessárias para a solução de problemas; 7) emergir da socialização e de processos políticos e diplomáticos, especialmente persuasão.

Como se nota, foi retomada a argumentação sobre ideias no parágrafo anterior. Para proceder à análise, empregaremos não as ideias em termos abstratos, mas os aspectos relacionados com os bens, serviços e conteúdos culturais.

3.2.6. Bens culturais

O estudo das relações culturais entre Estados, sugerida pelos exemplos citados no capítulo 2, apoia-se em uma visão restrita dos fenômenos culturais, ou seja, no intercâmbio de bens e serviços ditos “culturais”. No entanto, a compreensão desses intercâmbios, de caráter simultaneamente simbólico e econômico, havendo uma grande latitude na relação entre esses dois fatores, como veremos, demanda a compreensão de outros aspectos das relações culturais, mais elaborada.

Em primeiro lugar, embora não seja o interesse aqui investigar o aspecto semântico, a noção de “bens culturais” aglutina duas noções, que englobam duas componentes: a ideia algo que possui valor, em sentido amplo⁵⁹ (“bem”) e a qualificação (“cultural”), ou seja, de algo relacionado com “cultura”. Torna-se necessária uma investigação sobre esses dois termos.

Tendo em vista as considerações sobre “cultura” feitas no capítulo 2, iniciaremos pelo estudo da ideia de “bem”, apoiando-se, principalmente, na teoria econômica.

⁵⁹ Valor aqui é tomado não apenas no sentido econômico, mas também enquanto valor simbólico, subjetivo.

3.2.6.1. BENS

Como vimos, a ideia de bens culturais envolve duas outras, a de “bem” e a de “cultura”. Em primeiro lugar, analisaremos como a noção de bem, advinda principalmente da teoria econômica, se adequa para a análise das relações culturais internacionais, tendo como foco principal entender como as relações entre produtores, artistas, grupos, Estados e organizações transnacionais e internacionais são estruturadas, em termos dos intercâmbios de bens culturais.

Analisaremos brevemente essa categoria de bens, observando principalmente suas condições de produção, difusão e recepção. Em primeiro lugar, ao relacionar os conceitos humanista e antropológico de cultura, temos o fato de que, ao adotar o segundo conceito, diversas atividades são abrangidas pelo campo da produção cultural, como a moda e o design, entre outras. É necessário, tanto com finalidades metodológicas como práticas, encontrar uma delimitação adequada para as atividades que produzem bens culturais.

Considerando os bens culturais como uma “mercadoria” com características específicas, sua delimitação, enquanto campo de análise, reveste-se de grande complexidade. Partindo-se do senso comum, a cultura, ou seja, os bens que a expressam, não se paga, pois não gera quantidade significativa de emprego ou lucro, embora seja considerada fator de desenvolvimento. No entanto, principalmente no que se refere ao setor audiovisual, os números da indústria do cinema e da música são expressivos. Não é possível, no entanto, uma generalização, pois o cinema e a música independente, ou seja, feita à margem das grandes corporações transnacionais, identifica-se facilmente com a noção da produção deficitária, que demanda fontes de financiamento estatais ou privadas não relacionadas diretamente com o valor intrínseco ou “qualidade” dos bens produzidos.

O financiamento da cultura, com medidas de fomento e redistributivas para permitir a “diversidade cultural”, surge como um primeiro aspecto central para que se defina o papel do Estado nas relações culturais internacionais. Aqui, o Estado surge como responsável direto pelo incentivo à produção cultural e artística, mas também com

determinante daquilo que se produz, pela influência no financiamento e pelo controle do conteúdo, por meio dos órgãos que selecionam os produtores e artistas que serão contemplados com recursos para a produção.

No âmbito internacional, o Estado garante a circulação de bens culturais, sejam ou não destinados ao mercado, por meio de mecanismos de promoção comercial e difusão cultural. A promoção comercial refere-se à atividade estritamente econômica, ou seja, mais ligada à atividade das chamadas indústrias culturais.

Os acordos globais e regionais de comércio também são setor em que o comércio de bens culturais “industriais” apresenta importância. Os direitos de autor e sua proteção também fazem parte dessa tarefa. Surgem, quanto a esse aspecto, duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, trata-se de saber se a globalização das trocas culturais é compatível com a preservação e o desenvolvimento das culturas nacionais, ou seja, se a cultura, por sua natureza, se afasta do princípio do livre-comércio.

A noção de “exceção cultural” refere-se exatamente a essa característica dos bens culturais, ou seja, a irredutibilidade desses bens ao seu valor de mercado, defendida por países como França e Canadá tanto no *Acordo Geral sobre Comércio de Serviços* (GATS), negociado durante a Rodada do Uruguai (1993), como em acordos recentes, como o TPP, em que o Canadá obteve salvaguardas nesse sentido, como vimos no capítulo anterior. Países como Estados Unidos e Japão, por exemplo, posicionam-se no extremo oposto, por considerarem os bens culturais como similares, em termos de comércio, a qualquer outro tipo de mercadoria, devendo, portanto, obedecer as demais regras do comércio internacional. As atividades consideradas aqui são aquelas discutidas no que tange as exceções culturais, ou seja, as das indústrias culturais (audiovisual, fonográfica, editorial).

A questão da proteção dos bens culturais não é nova. Medidas contra a estratégia das empresas cinematográficas norte-americanas para invadir o mercado europeu foram adotadas na Europa já no primeiro quarto do século 20. A Alemanha, por exemplo, aplicou cotas de importação em 1925, enquanto a Itália impôs cotas de difusão, com o Reino Unido fazendo o mesmo em 1927.

Na França, onde os filmes americanos são acusados de promover uma imagem negativa do país, até os anos 1920 o interesse do governo em relação ao cinema limitava-se à censura e à taxaço. Desde 1926, no entanto, há uma convergência entre os interesses dos produtores e do governo. Enquanto para os primeiros a luta contra a concorrência dos filmes americanos e a defesa da “indústria nacional” constituíam o foco de interesse, para o governo os objetivos buscados eram a recuperação nacional e o restauro da imagem gloriosa da França, na esteira da proximidade das comemorações pelos dez anos do armistício de 1918.

O deputado radical Antoine Borrel apresenta em 1927 um projeto de lei com o objetivo de criar uma agência nacional para o cinema. O projeto é analisado pela Comissão do Ensino e das Belas Artes. O cinema surge, assim, como vetor de um ideal nacional renovado, se não um instrumento de propaganda. A ideia de Borrel era a de produzir documentários capazes de promover no exterior uma imagem sadia, forte e atrativa da França. O objetivo não se restringia meramente à proteção do mercado francês, mas carregava em si a ideia de suplementar as atividades diplomáticas e comerciais: não apenas causar impacto nos demais países, pela valorização das riquezas do país, mas, também, expressar o orgulho nacional. (GAUTHIER; PERRON; VEZYROGLOU, 2001)

O cinema seria utilizado como ferramenta do Estado para atender interesses públicos, tanto domesticamente, como além das fronteiras do país. O projeto Borrel, embora não tenha sido transformado em lei, marca, assim, uma evolução nas relações entre Estado e cinema.

O chamado Decreto Herriot, de 1928, também é representativo da mudança nas relações entre o Estado e o cinema, alterando a forma de controle da exibição de filmes. A permissão de exibição, que desde 1919 era feita por meio de uma decisão do ministro da Instrução Pública e das Belas Artes, baseada em parecer de uma comissão composta por funcionários públicos, um terço dos quais pertencentes ao Ministério do Interior. Com o Decreto, foi alterada a composição dessa comissão, que passou a contar com funcionários e representantes do setor cinematográfico, em regime de paridade. O decreto estabelece

também, pela primeira vez, os princípios para a distribuição de filmes estrangeiros em território francês, chamado, na época, “contingenciamento”.

A autorização de exibição passa a ser concedida pelo Ministro, em consonância com o parecer da comissão, a qual ganha grande importância. Ao igualar a representatividade entre funcionários públicos e profissionais, deixou-se de levar em conta apenas os interesses ditos públicos, expressos nas atividades de censura, ou seja, de seleção dos conteúdos considerados aceitáveis pela burocracia estatal, e de taxaço⁶⁰.

O “contingenciamento” é visto também como uma forma de proteger a imagem da França, tanto no país como no exterior, pois, como visto, a representação da França nos filmes americanos era considerada negativa, enquanto, por outro lado, os filmes produzidos no país europeu não conseguiam penetrar no mercado americano. Essa forma de restrição à livre-circulação de bens culturais é combatida pelos Estados Unidos desde 1946.

Retornando-se à análise, mesmo nesse âmbito restrito, pode-se debater se os bens produzidos podem ser considerados mercadorias sem especificidades características. Como vimos, mesmo no interior das atividades consideradas “indústrias culturais”, há uma diversidade de escalas e de conteúdos. Cabe considerar se existem argumentos objetivos para a adoção de medidas de proteção às atividades culturais, além da questão identitária e da preservação da diversidade. Para que se chegue a uma resposta, é necessário aprofundar a discussão sobre o conceito de “bem” do ponto de vista econômico.

Os bens culturais, como vimos anteriormente, apresentam um aspecto duplo, de valor simbólico, pois expressam ideias, valores e normas de uma comunidade, e valor econômico. Do ponto de vista econômico, apresentam algumas características básicas. Inicialmente, trataremos de sua diferenciação horizontal e vertical, ou seja, quanto à distinção de bens semelhantes ou quanto à hierarquização entre bens. Considerando o

⁶⁰ Na defesa do decreto junto ao Conselho de Estado, Herriot afirmou: “Deve-se proteger nosso país, muito menos contra uma penetração comercial [dos EUA] do que contra uma verdadeira hegemonia intelectual e moral. [A cota de filmes estrangeiros] não se refere apenas ao interesse da ordem e moral públicas, aquele da segurança interna e externa do Estado, mas também o interesse da conservação dos costumes e tradições nacionais, que devem ser protegidos” (GAUTHIER; PERRON; VEZYROGLOU, 2001)

campo das relações culturais⁶¹ como um mercado, a oferta de bens culturais está sujeita a mecanismos diferenciados em relação a outros tipos de bens.

Os bens em geral podem ser classificados em diferentes espécies. A mais comum é a de bens de procura (*search goods*), que são aqueles cuja qualidade pode ser determinada previamente à compra, pela qualidade de fatores objetivos, como os materiais empregados, por exemplo.

Já os bens culturais podem ser enquadrados em pelo menos três tipos diferentes: os bens de experiência, os bens de confiança e os bens posicionais. Os bens de experiência (*experience goods*) são aqueles em que o preço do bem não está diretamente ligado à satisfação causada pelo seu “consumo”, nem suas características objetivas se relacionam diretamente com sua qualidade. Essa incerteza quanto à qualidade do bem pode ser caracterizada como uma simetria de incerteza entre produtor e consumidor. A avaliação da qualidade, mesmo após o “consumo” (cf. bens públicos) permanece intrinsecamente subjetiva.

Bens de confiança (*credence goods*⁶²) são bens para os quais não há uma forma objetiva de avaliação da qualidade. No exemplo dado por KRETSCHMER ET AL (1999) para esclarecer a diferença entre bens de experiência e bens de confiança, uma estadia de férias com serviços abaixo do padrão podem ser objeto da exigência de reembolso (bem de experiência), o que não é possível para um filme ruim (bem de confiança). Tanto nos casos de bens de experiência e de confiança, a determinação da qualidade depende da percepção de outras pessoas, tanto antes do consumo, baseada em fatores como a base de clientes e a longevidade do fornecedor do bem específico, como depois, por exemplo, após a leitura de uma crítica positiva de um livro ou filme do qual a fruição foi considerada negativa.

Finalmente, o caráter de bens posicionais (*positional goods*) pode ser atribuído a determinados tipos de bens culturais, pois a economia social dos bens posicionais e sua

⁶¹ O raciocínio a seguir foi elaborado com base no âmbito doméstico. Como veremos, essas reflexões podem ser transpostas para o domínio internacional.

⁶² Tradução francesa: “biens de croyance”. Optou-se por tradução mais neutra.

distribuição é um dos elementos que define posições identitárias (HIRSCH, 1977)⁶³. Esse conceito refere-se à posição relativa entre indivíduos, em relação a uma hierarquia implícita ou explícita (BROWN, 2000). Bens desse tipo são definidos em função do desejo, por parte de outros, do bem em questão, em comparação com bens similares. A principal característica dos bens posicionais é, caso todos aqueles que desejam determinado bem efetivamente o possuam, a redução da percepção de seu valor.

Para Hirsch, é necessário distinguir formas de poder posicional derivados da mobilização de capital material, cultural e social. Em outras palavras, o consumo (ou posse) de bens posicionais funciona como elemento de poder nas relações sociais, aproximando-se da definição de capital cultural de BOURDIEU (1987).

Nos dois primeiros casos citados, a conhecimento simétrico (ou ignorância simétrica, para ser mais preciso) faz com que o mimetismo e o contágio social sejam externalidades importantes para a participação no mercado, como formas de reduzir a incerteza quanto à qualidade dos bens culturais. Mecanismos de divulgação (boca a boca, imprensa, publicidade e promoção) ou indicadores (listas de mais vendidos, de público ou preço de comercialização em leilões) funcionam como estratégias para a redução de incerteza.

A determinação do preço dos bens, principalmente no que se refere aos bens posicionais, mas não exclusivamente no caso deles, também é decorrente de processos sociais, como a percepção de tradição ou longevidade, a legitimação por atores considerados relevantes (críticos, produtores, artistas, imprensa etc.). Em muitos casos, “cultura” é associada com “desperdício”; mesmo sua “defesa” por vezes é feita de forma pouco esclarecedora:

⁶³ Embora o quadro teórico de Hirsch dialogue com as noções desenvolvidas por Veblen, optou-se aqui por não diferenciar os bens posicionais e o chamado consumo conspícuo, em que há diferenciação de consumo de caráter cerimonial: “A diferenciação cerimonial da dieta é melhor vista no uso de bebidas inebriantes e narcóticos. Se esses artigos de consumo são caros, eles são considerados nobres e honoríficos.” (SZEMAN; KAPOSY, 2010: 19). A diferença básica entre ambos, a nosso ver, refere-se ao valor monetário do consumo conspícuo como forma principal de condição de estabelecimento de hierarquia social, enquanto os bens posicionais abrangem tanto o valor monetário quanto outras características advindas da escassez.

A cultura também é uma espécie de gasto em luxo, mas que precisa ser feito, porque tem efeitos para o país no longo prazo. (BENHAMOU, 2008)

3.3. Metodologia

Do ponto de vista metodológico, o objetivo foi examinar se o quadro de análise adotado permite efetuar o mapeamento dos discursos da cultura, tendo como foco a produção normativa da UNESCO.

Os textos selecionados, que constituem o *corpus* da pesquisa, foram agrupados com o emprego do aplicativo Atlas.ti 8.0. Foram desenvolvidas análises em várias etapas:

- 1) Por documento individual, incluindo protocolos;
- 2) Por grupos de documentos que apresentavam similaridades temáticas;
- 3) Por grupos de documentos agrupados cronologicamente;
- 4) Do conjunto dos documentos.

Quanto ao aspecto cronológico, o período dos antecedentes (1871-1945) foi analisado tendo como base documentos referentes ao imperialismo e à colonização, assim como se procedeu a uma contextualização histórica; os temas abordados nesse primeiro período foram principalmente “educação”, “língua” e “representação”, tendo como base, nesse último caso, relatórios da Exposição Universal de 1889.

Nos demais períodos, análise concentrou-se principalmente nos documentos legais da UNESCO e em bibliografia secundária. Foram analisadas as seguintes oposições, presentes em unidades textuais de dimensões variadas (vocábulo, locução, período, texto):

Tabela 2: Oposições nos campos da "igualdade" e "diferença"

Igualdade	Diferença
Uniformidade	Diversidade
Homogeneidade	Heterogeneidade
Permanência	Instabilidade
Invariabilidade (ideal, norma, padrão)	Novidade (inovação, dinamismo)
Conservação	Mudança
Classificação	Distinção
Generalidade	Particularidade

Fonte: elaboração do autor.

4. Os documentos legais da UNESCO

Inicialmente, é preciso fazer uma afirmação que, embora seja óbvia, necessita ser feita: nenhum texto surge em um “vácuo”. Qualquer texto está inserido em uma diacronia, ou seja, em uma relação processual histórica, e em uma sincronia, tanto em relação a outros textos, como em relação ao contexto social e histórico em que foi produzido.

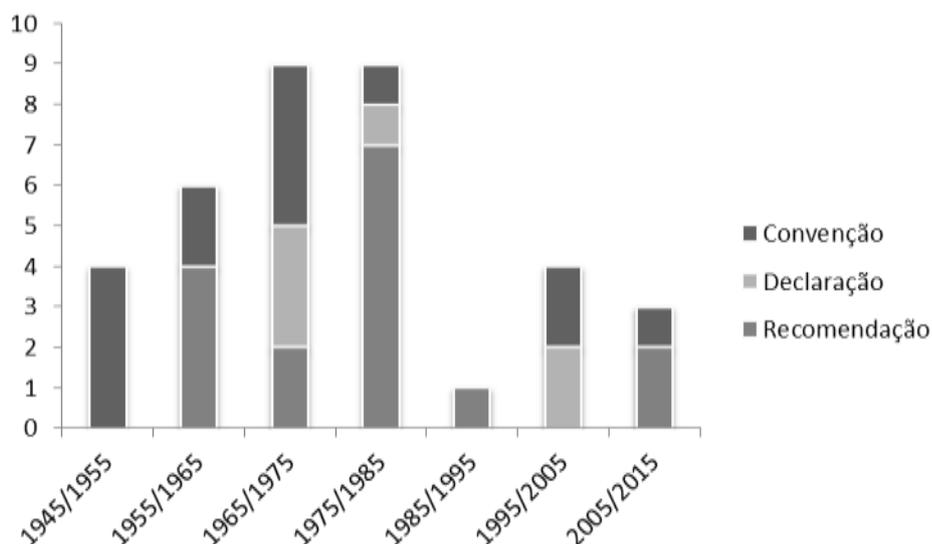
Ao lidar com uma série de instrumentos legais, é preciso, inicialmente, restituir esses aspectos, ou seja, considerá-los enquanto manifestações histórica e contextualmente situadas, aqui os considerando tanto como parte de uma tradição jurídica, como respondendo a situações políticas e relações de poder.

A delimitação do corpus foi feita levando-se em conta os documentos disponíveis no endereço eletrônico da UNESCO (*Legal texts*). São trinta e seis documentos, cobrindo o período entre dezembro de 1948 e novembro de 2015, além da Constituição da UNESCO, que criou o órgão e estabeleceu sua estrutura e procedimentos.

Considerando-se o recorte temporal adotado, nota-se que a maior parte dos documentos (30) refere-se ao período da Guerra Fria, entre 1945 e 1985, enquanto no período subsequente (1985-2015) foram produzidos apenas seis documentos. No período entre 1989 e 2001, nenhum instrumento foi emitido.

Além da Constituição da UNESCO, documento que criou a instituição, foram emitidas doze convenções, dois acordos⁶⁴, seis declarações e dezesseis recomendações, a maior parte delas (dez) no período entre 1965 e 1995 (v. gráfico 1 abaixo).

Figura 1: Produção normativa da UNESCO



Além dos instrumentos específicos da atividade do órgão em temas culturais, uma série de documentos de caráter burocrático-administrativo, relativos ao funcionamento e aos procedimentos formais, foram emitidos. Esses documentos serão citados de acordo com sua relevância para a análise.

⁶⁴ Convenção e acordo referem-se a instrumentos legais cogentes, ou seja, que implicam no cumprimento pelas partes de seu conteúdo.

4.1. Tipologia e processo de elaboração

Quanto à tipologia dos instrumentos legais, o documento *General introduction to the standard-setting instruments of UNESCO* estabelece as formas básicas. O preâmbulo do documento em questão elenca **convenções internacionais** (tratados, acordos, etc.), **recomendações** aos Estados-Membros ou **declarações** e **cartas**. Os dois últimos tipos não são citados na Constituição da UNESCO.

As **convenções** definem regras que os Estados se comprometem a cumprir, estando sujeitos a ratificação, aceitação ou adesão. Tanto as convenções como as recomendações feitas aos Estado-membros obedecem ao procedimento descrito no Regimento relativo às recomendações aos Estados-membros e às convenções internacionais abrangidas pelos termos do artigo 4, parágrafo 4º, da Constituição da UNESCO⁶⁵. Para a aprovação de convenções, é necessária uma maioria de dois terços (Art. IV, 4).

Convenções adotadas pela Conferência Geral estabelecem obrigações não apenas para as partes que a tenham ratificado, mas também para Estados-membros que não as tenham ratificado e nem tenham intenção de fazê-lo, pois a Constituição da UNESCO determina a apresentação periódica de relatórios sobre leis, regulamentos e estatísticas sobre instituições e atividades educativas, científicas e culturais domésticas, além das medidas adotadas sobre recomendações e convenções a que se refere o Artigo IV, parágrafo 4, ou seja, a apresentação das recomendações e convenções às autoridades nacionais competentes no prazo de um ano, a contar do encerramento da sessão da Conferência Geral na qual foram adotadas.

As etapas previstas para a elaboração desse tipo de norma são:

1. Realização de estudo preliminar técnico e jurídico.

⁶⁵ As informações sobre os processos formais de elaboração de textos legais encontram-se no *Rules of Procedure concerning recommendations to Member States and international conventions covered by the terms of Article IV, paragraph 4, of the Constitution*, Florença, julho de 1950.

2. Análise prévia, por parte do Conselho Executivo, responsável pela inclusão da proposta na agenda da Conferência Geral.
3. A Conferência Geral decide tanto sobre a conveniência da regra proposta como sobre o tipo formal a ser adotado, ou seja, se deverá assumir a forma de convenção ou de recomendação.
4. O Diretor-geral elabora um relatório prévio, definindo a) a posição em relação à questão proposta; b) o âmbito de ação da ação proposta.
5. Os Estados-membros apresentam observações e comentários sobre o relatório do Diretor-geral.
6. Com base na contribuição dos Estados-membros, o Diretor-geral prepara um relatório final, contendo uma (ou várias) proposta de projetos de convenção ou recomendação, que são transmitidos aos Estados-membros.
7. O relatório final é encaminhado para a Conferência Geral ou a um comitê especial de peritos governamentais, a critério da própria Conferência Geral.
8. Os textos submetidos à Conferência Geral são examinados e passam ao processo de aprovação.

Quanto ao conteúdo ou pertinência da apresentação de proposta de convenção ou resolução sobre tema específico, o artigo 2 das Regras de procedimento impede que a Conferência Geral se pronuncie a esse respeito, a menos que a proposta faça parte expressa da agenda provisória da conferência. Para inclusão na ordem do dia provisória da Conferência Geral, a proposta deve ser acompanhada de estudo prévio sobre os aspectos jurídicos e técnicos do tema e ter sido examinada pelo Conselho Executivo pelo menos noventa dias antes da Conferência Geral.

Convenções e Recomendações diferem quanto ao aspecto normativo. Enquanto as primeiras definem regras que, em princípio, obrigam os Estados-membros ao seu cumprimento, as **recomendações** estabelecem princípios e normas que regulamentam questão específica, sugerindo medidas legislativas ou de outra natureza a serem tomadas pelos Estados-membros, de acordo com a prática constitucional dos Estados e a natureza

do tema específico, para a aplicação desses princípios e normas no âmbito doméstico (Art. 1 a).

Recomendações destinam-se a influenciar o desenvolvimento das leis e práticas nacionais. Os procedimentos para a aprovação de recomendações é o mesmo seguido para a aprovação de convenções, sendo necessária, no caso das recomendações, maioria simples para aprovação.

As convenções são ratificadas, ou seja, têm sua validade reconhecida pelos signatários. As recomendações, embora não sejam sujeitas a ratificação, estabelecem obrigações mesmo para Estados-membros que não as tenham votado ou aprovado.

Em sua décima-segunda sessão, a Conferência Geral reafirmou a distinção entre a obrigação em das recomendações e convenções às autoridades nacionais e a ratificação de convenção ou aceitação de recomendação, pois a apresentação de um instrumento às autoridades não implica na ratificação ou aceitação tácita.

Outro tipo normativo, este não descrito na Constituição da UNESCO, é a **declaração**. Da mesma forma que as recomendações, as declarações definem normas não sujeitas a ratificação, estabelecendo princípios universais considerados relevantes, com caráter de permanência e que devam suscitar o apoio mais amplo possível. Trata-se de instrumento formal e oficial, o qual, mesmo não tendo o aspecto vinculante de uma convenção, estabelece a base para uma expectativa da comunidade internacional, no sentido da consecução dos princípios em torno dos quais se baseia esse compromisso, constituindo ao longo do tempo, portanto, uma fonte de *common law* (21 C/78, 11/10/1980, par. 323-324⁶⁶). A diferença fundamental entre recomendações e declarações refere-se ao aspecto formal e solene das declarações, enquanto as recomendações são menos formais.

⁶⁶ *Comprehensive Report by the Director-General on the World Situation in the fields covered by the Declaration on race and racial prejudices and recommendations made with a view to promoting implementation of that Declaration*, 21 C/78 (11/10/1980) p. 323-324.

Do exposto acima, deve-se ressaltar que não há hierarquia entre os diversos tipos de instrumentos legais. A diferença entre eles refere-se à função de cada um, além do aspecto de imperativo moral das declarações.

Declarações e resoluções não são seguem o procedimento previsto no documento *Rules of Procedure concerning Recommendations to Member States and International Conventions covered by the terms of Article IV, paragraph 4, of the Constitution*, aplicando-se as normas contidas no documento *Multi-stage procedure for the elaboration, examination, adoption and follow-up of declarations, charters and similar standard-setting instruments adopted by the General Conference*, o qual estabelece que é atribuição da Conferência Geral determinar se determinada questão deve ser tema de uma declaração, carta ou instrumento similar, com base em relatório do Diretor-geral, recomendação do Conselho Executivo ou recomendação de órgão subsidiário da Conferência Geral, cujos membros sejam eleitos pela Conferência Geral. O instrumento deve ser adotado por resolução da Conferência Geral, devendo ser buscado o consenso para a adoção.

4.2. Estrutura dos documentos

Quanto à estrutura, os instrumentos legais da UNESCO apresentam certa homogeneidade, baseada na tradição jurídica dos tratados internacionais.

A primeira parte consiste em um preâmbulo, por vezes substituído por uma série de *consideranda*, em que se indicam motivos e fundamentos que servem de diretriz para a celebração do ato. Esta parte é geralmente composta por parágrafos introduzidos por verbos no gerúndio, como “considerando”, “reconhecendo”, “afirmando”, “notando”, “levando em consideração”, “recordando” etc. Dependendo do tipo de instrumento, a data de adoção do documento é encontrada no final dessa primeira parte.

Em seguida, são apresentados, em ordem numérica, os dispositivos ou cláusulas que balizarão os compromissos das partes. Trata-se da seção substantiva do instrumento, pode ser subdividida em “capítulos” ou “partes”, também numerados. Há uma variedade de divisões possíveis para essa seção, como, por exemplo, “introdução”, em que são apresentados antecedentes ou aspectos contextuais, entre outros, as “disposições gerais”, como definições, “objetivos e princípios”, “âmbito de aplicação”, “direitos e obrigações das partes”, “relação com outros instrumentos legais” e “órgãos envolvidos”.

As cláusulas finais determinam aspectos como mecanismo de ratificação, reservas etc. O fecho, indicando lugar e data da celebração do ato, e da língua ou línguas em que se acha redigido, entre outras informações, embora faça parte da tradição tratadística, não aparece nos documentos consultados. Algumas vezes, aparecem ao final os Estados que assinaram o instrumento em questão e a data de entrada em vigor.

No anexo 1 encontra-se a lista dos instrumentos legais da UNESCO na área temática “cultura”, produzidos entre 1945 e 2015. Além desses documentos, será feita referência a convenções e resoluções no âmbito da Assembleia-geral das Nações Unidas. O anexo 2 consiste de uma comparação entre o Acordo sobre a importação de materiais educacionais, culturais e científicos (Florença, 1950) e o Protocolo ao referido acordo de 1976 (Nairóbi), em que as adições e especificações demonstram a complexidade crescente, similar àquela encontrada nos acordos comerciais em geral.

Segunda parte: Discursos da cultura

5. Antecedentes: Civilização, imperialismo, colonialismo (1871-1945)

5.1. Imperialismo e colonialismo

Nesta seção, será estabelecida, nos discursos imperialistas e coloniais, a relação entre o político e as trocas culturais, principalmente no que se refere à educação, à língua e à circulação artística.

Subjacente a essa discussão, encontra-se a questão do nacionalismo e também o romantismo, com sua exaltação dos valores nacionais e, simultaneamente, do exotismo. A época caracteriza-se também, na arte, pelo afastamento progressivo entre artistas e seu público, pois, entre outros aspectos, o surgimento da fotografia obrigou as artes visuais a buscar um novo espaço, distanciando-se do figurativo. O campo cultural europeu entre 1875 e o final do século 19 é florescente, com grandes públicos nos teatros e um público leitor bastante grande, o que permitiu aos criadores desfrutar de rendimentos consideráveis e de um papel público significativo. Publicações como a *Revue des Deux Mondes*, na França, ou a realização das Exposições Universais, que tinham como objetivo servir como panorama das realizações técnicas e científicas e como demonstração da vanguarda capitalista, representada pelas principais potências europeias, permitem uma visão bastante detalhada da visão europeia em relação às colônias do ponto de vista cultural.

Inicialmente, é necessário contextualizar o período, tanto do ponto de vista político e econômico como das práticas culturais. Em seguida, a análise dos textos permitirá expor os elementos centrais do discurso colonialista e suas implicações para o campo da cultura.

A expansão do capitalismo do último quarto do século 19, época caracterizada por HOBBSAWM (2015) como “a era dos impérios”, teve entre suas características o fenômeno que se pode denominar, com o intuito prático de diferenciá-lo do expansionismo

mercantilista do século 16, capitaneados por Portugal e Espanha, de “neocolonialismo”, no qual esses dois países tiveram participação mais restrita.

A causa do expansionismo europeu do século 19 é explicada de diversas formas: pela busca de matérias-primas para a indústria da Segunda Revolução Industrial, pela expansão dos mercados consumidores e mesmo pelo prestígio buscado pelas potências coloniais. Possuir domínios coloniais era uma expressão de poder. Inglaterra, França, Alemanha e Itália, entre outros, travam uma corrida para desfraldar a própria bandeira na maior extensão territorial possível.

A expansão colonial fez com que boa parte do planeta ficasse subordinada ao capitalismo industrial europeu. Segundo FIELDHOUSE (1989: 373), as colônias e ex-colônias da Europa ocupavam na década de 1930 cerca de 90% da superfície terrestre. Partes da Península Arábica, Pérsia, Afeganistão, Mongólia, Tibete, China, Sião e Japão foram as únicas regiões que nunca estiveram submetidas a um governo formal europeu.

Já HOBBSAWM (2015) afirma que cerca de 80% de toda a superfície terrestre estava sujeita ao jugo de alguma potência. Essas potências, europeias em sua maioria, mas que incluíam também China, Índia e outros países, acabaram por induzir um crescimento dos contatos e fluxos entre territórios distantes, sob o comando das metrópoles europeias.

Durante o frenesi imperialista do último terço do século 19, a Grã-Bretanha (243 mil km² e 38 milhões de habitantes em 1900) ocupou pela força cerca de 11,7 milhões de quilômetros quadrados, anexados ao seu império. A França (552 mil km² e 38 milhões) ocupou mais de nove milhões de quilômetros quadrados; a Alemanha, (357 mil km² e 56 milhões) 2,6 milhões; a Bélgica, (31 mil km², 6 milhões) 2,3 milhões; a Rússia (17 milhões de km², 120 milhões), 1,3 milhão; a Itália, (301 mil km²) 500 mil; os Estados Unidos (9 milhões de km² e 76 milhões), 350 mil. Ao todo, um quarto da população mundial estava subjugado e sob o domínio dos governos capitalistas da Europa e dos Estados Unidos.

Vimos dois significados atribuídos ao termo “imperialismo”, relacionados com dois momentos históricos distintos. Além dessas, a palavra é empregada em outras acepções, muitas vezes incompatíveis. MARIUTTI (2013) apresenta uma breve etimologia do termo, que surge como opinião favorável ao regime napoleônico (na década de 1830) e só mais

tarde aparece no contexto anglo-saxônico (segundo o *Oxford English Dictionary*, por volta de 1858), para descrever políticas britânicas e, mais especificamente, como crítica à política do primeiro-ministro conservador britânico (1874-1880) Benjamin Disraeli, que desejava criar uma federação imperial unificada, por meio da autonomização das colônias inglesas⁶⁷.

Curiosamente, apenas por volta de 1846 o termo passa a ser aplicado ao Império Romano. Além disso, passa a confundir-se com a ideia de “colonialismo”. Como elemento de distinção entre imperialismo e colonialismo, pode-se recorrer à etimologia, pois “colônia”, em sua origem latina, refere-se a um grupo de migrantes (“colonos”) que deixam sua terra de origem e vão povoar, cultivar e explorar uma terra estrangeira.

O colonialismo envolve, portanto, a implantação de uma população removida de um território em um novo território, onde esse contingente se estabelecerá de forma permanente, mas ainda submetido à autoridade soberana do território que haviam deixado.

Já o termo “imperialismo” tem sua origem no vocábulo latino “imperium”, ou seja, “autoridade”, “ordem”, “comando”, referindo-se, do ponto de vista semântico, ao exercício de poder por uma entidade política em relação a outra, seja por colonização, pelo exercício de supremacia, ou por outros mecanismos de controle.

Para MUNRO (2014), imperialismo é “uma estrutura de poder que vai além do território nacional”, a qual tem como efeito o domínio sobre outras sociedades e o acúmulo de benefícios distribuídos “ao longo de eixos de interseção de desigualdade”. Ou seja, a base dessa ideia de imperialismo é exatamente a noção de diferença entre metrópole e colônia e entre colonizador e colonizado.

A tese central deste capítulo é a seguinte: o discurso neoimperialista britânico e francês propõe uma visão da cultura, em sua dimensão dita humanista, como instrumento de dominação e aliada à legitimação da colonização e das práticas imperialistas, relacionada com categorias como “nação” e “nacionalismo” e baseada na ideia de

⁶⁷ A ideia dessa federação é recorrente. Jan Christian Smuts irá sugerir, em 1917, sua criação, resultando daí o *Commonwealth britânico*. A trajetória de Smuts será retomada mais adiante.

“missão civilizatória”, corporificada nas representações dos povos dominados e na formação de elites nas colônias por meio de políticas educacionais e da língua. Esse discurso hegemônico irá influir nas discussões em torno da criação do órgão responsável pelas relações culturais da Liga das Nações, o IICI (1925-1946) e, como veremos no capítulo seguinte, terá grande influência na criação da UNESCO.

Nesse processo, dois fatores, entre os diversos que embasam a ideologia de expansão imperial, podem ser ressaltados, do ponto de vista dos contatos culturais: a missão civilizadora, ou seja, o “fardo do homem branco”, que seria responsável pela ilustração dos povos considerados “bárbaros” e, de forma mais sutil, a própria ideia de império associada à expansão do império romano, que corresponde à visão da formação de uma elite intelectual nos domínios subjogados, a qual se encarregaria da manutenção do jugo colonial.

Pelo menos três aspectos podem ser ressaltados na relação entre esse jugo colonial e intercâmbios culturais: primeiramente, a influência na língua e no sistema educacional. Esses dois fatores, ao mesmo tempo em que se contrapõem à língua e à cultura locais, tornam-se elementos que estimulam o terceiro fator, a formação de uma elite colonial letrada, a qual seria responsável pela manutenção da própria dominação colonial.

Quanto ao aspecto artístico, as visões imperialistas afirmavam a superioridade das expressões metropolitanas, valorizando a arte das colônias apenas quando reproduziam os estilos e técnicas que eram legitimados pelo campo da produção cultural nas metrópoles. As manifestações artísticas oriundas das colônias eram encaradas como mera curiosidade, embora, no romantismo europeu, tenham servido como fonte para a criação literária e nas artes visuais.

As unificações de Alemanha e Itália e a questão das nacionalidades na Europa apontam para alguns pontos importantes: a ideia de nação, que serve como substrato para oposições entre línguas, etnias e territórios, ou seja, que servem de embasamento para o processo de diferenciação entre o “igual” (aquele que fala a mesma língua, que é da mesma etnia ou que vive no interior do mesmo espaço geográfico) e o “diferente”, por

estar fora de qualquer uma dessas categorizações. Essa noção, no entanto, não é absoluta, pois acomoda diversas camadas: o europeu, por exemplo, como ideal de civilização, opõe-se ao “bárbaro”, sinônimo do atraso.

Essa oposição entre civilização e barbárie reflete-se no chamado conceito humanista de cultura. Ao situar as realizações culturais no âmbito das chamadas belas artes, ou seja, na produção artística, implicitamente se aceita um referencial eurocêntrico de valores, que exclui, a priori, toda e qualquer manifestação que não se enquadre nesse referencial. Além disso, a noção de progresso, quase um corolário do evolucionismo de Darwin, serve como fundamento para a hierarquização também das manifestações culturais, novamente justificando o menosprezo daquilo que não era europeu.

5.1.1. Imperialismo, categoria de análise

As noções de império e imperialismo são ambíguas. Para alguns historiadores, fenômenos como o domínio de Roma na antiguidade sobre um vasto território são considerados uma instância da noção de império. Ao mesmo tempo, no entanto, o imperialismo é visto como um fenômeno mais recente, algumas vezes situado entre o século 15, com a expansão mercantilista europeia, capitaneada por Portugal e Espanha e que teria se encerrado após a Segunda Guerra, com o processo de descolonização. Outros autores, principalmente aqueles interessados com o aspecto econômico da expansão colonial, referem-se ao que seria o imperialismo capitalista, o qual teria como abrangência temporal o período entre o final do século 19 e, como no caso acima, a descolonização, iniciada com a independência da Índia, em 1947. Outros estudiosos, ainda, consideram uma noção de imperialismo mais fluída, como MORGENTHAU (2003), que entendia o imperialismo como uma política que tem como objetivo a subversão da relação de poder entre países, o que daria ao fenômeno, da forma como Morgenthau o define, uma amplitude histórica bastante grande, dos imperadores romanos a Napoleão I e Hitler, mas

que não se restringe ao expansionismo ilimitado, havendo também formas localizadas, continentais e restritas.

Para Morgenthau, há três linhas de pensamento, do ponto de vista econômico, sobre o imperialismo, a marxista (além de Marx, uma corrente moderada, de Kautski e Hilferding, e outra corrente, mais radical, de Lênin e Bukharin), a liberal (Hobson), e a que teria sido denominada “diabólica”, a qual, para o autor citado, “opera em um nível intelectual muito mais baixo do que as outras duas teorias a ela associadas”, sendo que, para essa linha de pensamento, imperialismo e guerra são apenas “uma conspiração de capitalistas perversos somente interessados no ganho particular” (MORGENTHAU, 2003: 105).

Em Morgenthau, o que mais interessa para a presente discussão são os três métodos do imperialismo descritos: o imperialismo militar, o imperialismo econômico e o imperialismo cultural. Os três são empregados para a alteração do *status quo*, sendo que há uma hierarquia, do ponto de vista do grau de coerção envolvido, entre eles. O imperialismo cultural seria, assim, aquele em que haveria maior sutileza na busca do objetivo, sendo ela “a mais bem sucedida”, embora seja necessária a atuação simultânea dos outros métodos imperialistas, pois sua ação isolada não seria suficiente “sem o recurso às demais formas de atuação imperialista” (124).

O imperialismo cultural teria como objetivo “o controle das mentes dos homens”.

Ele “amacia” o inimigo, prepara o terreno para a conquista militar ou penetração econômica. Sua manifestação típica moderna reside nas atividades ligadas à manipulação de informações, e um de seus dois mais notáveis empregos modernos pode ser visto nas operações da quinta coluna nazista na Europa, antes do início e durante o período inicial da Segunda Guerra Mundial. (MORGENTHAU, 2003: 125)

Mais adiante, Morgenthau compara as modalidades totalitária e cultural do imperialismo, expondo uma compreensão um tanto diferente da ideia do imperialismo cultural como “manipulação de informações”:

O imperialismo cultural sob a forma de difusão de uma cultura nacional funciona de modo incomparavelmente menos mecânico e disciplinário, mas não necessariamente menos eficaz, que o da modalidade totalitária. Embora esta última se valha primordialmente das afinidades no âmbito da filosofia política, a primeira contagia os grupos intelectualmente influentes de um país estrangeiro com as qualidades mais aprazíveis de uma civilização, até que esses grupos tendam a considerar como igualmente atrativos os objetivos e métodos políticos daquela sociedade. (MORGENTHAU, 2003: 128)

Essa visão parece ser mais próxima da ideia da difusão da cultura de país como instrumento para a “atração”, ou seja, para conseguir obter de outros países os resultados desejados⁶⁸. O exemplo da França é expressivo:

No campo secular, *la mission civilisatrice* da França tem sido uma poderosa arma do imperialismo francês. O emprego deliberado das qualidades mais sedutoras da civilização francesa para favorecer os desígnios da política exterior daquele país constituiu uma das pedras angulares do imperialismo francês nos países adjacentes à zona do Mediterrâneo oriental, antes da Primeira Guerra Mundial. (MORGENTHAU, 2003: 128)

O projeto britânico apresentava-se mais institucionalizado, com a ideia do *Commonwealth* subjacente, por meio de mecanismos múltiplos:

A noção de imperialismo britânico, tal como concebida por Disraeli e mais tarde desenvolvida por Joseph Chamberlain e Winston Churchill, opunha-se àquilo que os Conservadores designavam como o cosmopolitismo e o internacionalismo dos Liberais. A ideia encontrou sua expressão concreta no programa político da "federação imperial". Os pontos mais importantes desse programa eram: (1) a unificação e a integração da Grã-Bretanha e suas possessões em um império unificado mediante o recurso a tarifas protecionistas, (2) reserva de terra colonial disponível para ingleses, (3) forças armadas unificadas e (4) um órgão central representativo em Londres. (MORGENTHAU, 2003: 100)

⁶⁸ Pode-se confrontar essa ideia com a noção de *soft power*, de Joseph Nye (2004), definida como a capacidade de atração de um país em relação a outro, em função, entre outros aspectos, dos aspectos considerados “universais” de uma cultura. Tanto em um caso como em outro, no entanto, não há uma relação mais clara entre a capacidade de “atração” (ou “amaciamento”) e os aspectos de coerção (econômica, militar ou política) eventualmente envolvidos. Morgenthau apenas sugere isso, ao afirmar que o imperialismo cultural “exerce um papel subsidiário” em relação às formas militar e econômica, sem, no entanto, aventar a possibilidade de um “imperialismo político”, eventualmente associado, mas não limitado, a esses fatores.

Essa visão de imperialismo, no entanto, guarda pouca semelhança com as concepções mais tradicionais do termo, principalmente aquelas situadas historicamente, como veremos agora.

O século 19 seria o momento privilegiado da ascensão de uma divisão do trabalho internacional, caracterizado pela expansão acelerada, em ritmo nunca visto até então, da interdependência econômica, entendida aqui como a prevalência de um mercado global, baseado na produção de bens e serviços para a venda, com o objetivo da obtenção de lucro, aquilo que Wallerstein chama de “economia mundial capitalista”⁶⁹ (WALLERSTEIN, 1979: 9; HOOGVELT, 1997). Diversos estudos tratam dessa versão “clássica”, ou seja, referente ao período entre o final do século 19 e a primeira metade do século 20.

Na sequência, faz-se um breve apanhado de algumas visões principais, buscando extrair especificamente o que se refere ao papel das relações culturais internacionais⁷⁰, tendo em vista a importância desse período como antecedente contextual da criação da Organização das Nações Unidas e, conseqüentemente, da UNESCO. Essas visões são a de Schumpeter, a de Hannah Arendt e o conjunto das visões socialistas, representadas por Hobson e Lênin. A ordem da apresentação não segue ordem cronológica.

O objetivo dessa breve revisão é buscar nas análises sobre o imperialismo os fatores relacionados à expansão cultural, detendo-se na manifestação das relações culturais como práticas de poder, ou seja, como afirmação (ou contestação) de hierarquias entre comunidades nacionais distintas. Essas práticas apresentam caráter dinâmico, processual, cristalizando-se e transformando-se ao longo do tempo, mantendo, no entanto uma “memória” dessas manifestações, a qual, embora muitas vezes se perca, impedindo que se trace a relação entre o estado em determinado momento de certa

⁶⁹ “[...] as únicas totalidades que existem ou que existiram historicamente são minissistemas e sistemas-mundo e ao longo dos séculos 19 e 20 só existiu um sistema, a economia-mundo capitalista” (WALLERSTEIN, 1979: 4-5).

⁷⁰ Como veremos, esse papel é implícito e não explícito, pois as diversas análises dirigem a atenção quase exclusivamente aos aspectos econômicos do fenômeno imperialista.

prática, em alguns casos pode permitir o desvelamento de relações de poder subjacentes, por meio de aspectos remanescentes.

Em outras palavras, buscam-se indícios da reprodução de elementos que permitam identificar as relações de poder precedentes que persistem nas práticas. Elaborando ainda mais, o objetivo da análise é identificar a relação entre formas de hierarquização (aqui, a categoria “imperialismo” e suas manifestações discursivas) e seu reforço ou contestação nas práticas de cooperação cultural preconizadas pelo Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, que formaram a base intelectual dos primeiros debates na UNESCO.

5.1.1.1. Schumpeter

A análise de SCHUMPETER (1918) sobre o imperialismo deve ser compreendida tendo como pano de fundo a teoria econômica do capitalismo, principalmente a Economia Política. Para esse autor, o imperialismo tem como fundamento a agressividade, cuja base real não está ligada a objetivos contextuais, mas se trata de uma agressividade pela agressividade. Como decorrência, o esforço de expansão territorial é um fim em si mesmo, ou seja, consiste na “conquista, sucesso, atividade”. Os objetivos concretos seriam necessários apenas enquanto instrumento para ativação e manutenção do expansionismo. Daí “sua tendência para o infinito até a exaustão de suas forças e seu *moto: plus ultra*”. A definição de Schumpeter é bastante concisa: imperialismo é “disposição sem objetivo de um Estado à expansão pela força sem limites determinados” (idem, *ibidem*).

Esse entendimento, do ponto de vista dos contatos culturais, tem como consequência a ideia de que não há um plano prévio para a expansão territorial, logo, as questões práticas advindas da conquista seriam uma reflexão realizada *a posteriori*.

Principalmente no que se refere à língua, por exemplo, a realidade do contato intercultural seria o motor do estabelecimento de práticas específicas e que atendessem às necessidades pontuais desses contatos. Em outras palavras, os métodos práticos, os quais não teriam necessidade de uma justificativa econômica nem política, seriam também um resultado do imperialismo. Caso essa tese possa ser aplicada a fenômenos empíricos, pode-se supor que eventuais ganhos advindos da atividade colonial seriam uma decorrência do imperialismo, e não um objetivo prévio. Trata-se de visão em desacordo com a ideia da sobredeterminação econômica (v. cap. 3), ou seja, constitui uma ideologia - a da expansão - que acarretaria resultados materiais.

5.1.1.2. Hannah Arendt

Já para ARENDT (1989), tanto o início do período imperialista como seu final são facilmente identificados, sendo o primeiro situado pela autora em 1884, momento em que houve a adoção de uma política de expansão “por amor à expansão” (147), distinta das conquistas nacionais decorrentes de confrontos fronteiriços e da política de formação de impérios, cujo exemplo recorrente é Roma. Já o encerramento do período histórico imperialista teria coincidido com o esfacelamento do império britânico, iniciado e tornado inevitável pela independência da Índia, em 1947.

Arendt descreve como causas da decadência do imperialismo o colonialismo, ou seja, a política de dominação colonial, que submetia populações vastas ao poder de um poder metropolitano incontestado, presente na forma de armas e capitais, e a incompatibilidade entre o sistema de Estados nacionais existente no final do século 19 e as necessidades da expansão econômica e industrial daquele momento.

No entanto, Hannah Arendt apresenta, de forma implícita, uma contradição, pois, embora situe o período imperialista entre 1884 e 1947, afirmando que o mundo havia atingido um ponto sem volta, concede que seria necessário considerar a dominação hegemônica dos espaços anteriormente ocupados pelas potências imperiais europeias por Estados Unidos e União Soviética no período inicial da Guerra Fria, ou, ainda, a política de détente entre os dois países como consequência da ascensão chinesa, o que implicaria, para a autora, no retorno à era imperialista que antecedeu a Primeira Guerra Mundial (148).

Alguns autores afirmam que Arendt definia o imperialismo pela ausência de intenções, ou seja, caracterizado pela “expansão, que é um fim em si mesmo e não um ‘meio temporário’, um processo no qual o poder é ‘o motor sem fim, autoalimentado de toda ação política’” (KNORR, 1952), no que aproxima a visão dessa autora com a de Schumpeter. No entanto, o tom de Arendt é bastante negativo em relação ao imperialismo, associado, evidentemente, ao contexto da Segunda Guerra Mundial. Novamente, há uma contradição, pois, a autora passa a compreender o imperialismo como reflexo de interesses situados no âmbito doméstico das potências imperialistas:

Nada caracteriza melhor a política de poder da era imperialista do que a transformação de objetivos de interesse nacional, localizados e, portanto, previsíveis, em busca ilimitada de poder, que ameaça devastar e varrer o mundo inteiro sem qualquer finalidade definida, sem alvo nacional e territorialmente delimitado e, portanto, sem nenhuma direção previsível. (ARENDR, 1989: 148)

Essa visão de imperialismo relaciona-se, em nosso entendimento, com a ideia de imperialismo “do mal”, citada por Morgenthau. A importância dessa compreensão do fenômeno está na crítica aos seus aspectos homogeneizantes, que tenderia a apagar as diferenças, em todos os aspectos da vida, ao impor a noção hierárquica, eurocêntrica, da organização social - e, conseqüentemente, dos aspectos culturais. Além disso, Arendt pregava a ilustração, baseada no conceito de *Bildung*⁷¹, o correlato de “cultura”.

⁷¹ Para um panorama mais completo do imperialismo em Arendt, v. ARENDR, 1945; Sobre a relação de Arendt com a noção de *Bildung*, v. GÜNDOĞDU, 2011.

5.1.1.3. Visões socialistas

Do ponto de vista da teoria econômica, são dois os textos considerados “clássicos” sobre o imperialismo: Hobson (1902) e Lênin (2008). Interessa-nos aqui, e é o que os diferencia das duas vertentes apresentadas acima, a predominância do fator econômico como núcleo do imperialismo. Embora diverjam em alguns aspectos, os autores citados apresentam similaridades. O que os diferencia é principalmente a visão de Hobson de que as causas do imperialismo podem ser ligadas a interesses particulares, os quais não são essenciais ao capitalismo (SCHULZINGER, 2003: 79). Já para LÊNIN (2008), que tem Hobson como ponto de partida, o imperialismo é uma consequência da necessidade intrínseca do capitalismo em mercados para escoar sua produção (NINKOVITCH, 2001). Assim sendo, e tendo em vista tratar-se de visão baseada em corrente marxista, não há uma abordagem dos aspectos culturais relacionados ao imperialismo. Entretanto, retomando a reflexão do capítulo 3, mesmo nessa vertente teórica temos essa relação implícita, pois ao expandir o sistema capitalista de produção, a superestrutura decorrente iria estabelecer as bases ideológicas para a justificativa da dominação.

BRUNTSCHWIG (1960) sugere uma interpretação alternativa do imperialismo, ligada à busca do prestígio. Para ele, a ideia de uma “colonização de capitais” remonta ao livro de Paul Leroy-Beaulieu sobre *A colonização entre os povos modernos*, publicado em 1874. Essa ideia era pouco difundida por volta de 1890. “Foram as grandes companhias concessionárias que a vulgarizaram”. (BRUNTSCHWIG, 1960)

Hobson, no livro *Imperialism, a study*, de 1902, teria sido o primeiro autor a perceber que o sistema colonial do século 19 não era meramente baseado no interesse econômico, pois os resultados obtidos dos domínios não eram os esperados (BRUNTSCHWIG, 1960). Reproduzidas por Hilferding (*Das Finanzkapital*, 1910) e por Lênin (2008), a concepção econômica do imperialismo foi, segundo Brunschwig, vulgarizada.

Como os enfoques descritos até aqui, com escopo analítico, ressaltaram aspectos objetivos e resultados da expansão imperial, do ponto de vista analítico. A seguir, o

fenômeno será abordado do ponto de vista de suas práticas, incorporadas nas visões francesa e britânica, tendo em vista, principalmente, os aspectos de diferenciação e as relações culturais, expressas nas políticas da língua e educacionais e nas representações do Outro.

5.1.2. Imperialismo como prática

5.1.2.1. Girault: colonização e legislação colonial

Princípios de colonização e de legislação colonial, de Arthur Girault (1894), tornou-se, em suas cinco edições ao longo de cerca de cinquenta anos, referência obrigatória para estudantes de Direito europeus. A última reedição, condensada, surge em 1943, por iniciativa de Maurice Besson, alto funcionário do governo colaboracionista de Vichy (EL MECHAT, 2011).

A obra serviu como base para a formação de um grande contingente de administradores coloniais. Em sua introdução, o autor apresenta a fundação da legislação, com base no que chama de princípios de colonização, de forma a comprovar que as escolhas institucionais e os modelos jurídicos são determinados pelo tipo de colonização. (EL MECHAT, 2011)

Os *Princípios*, no entanto, fazem parte de uma linhagem de estudos no campo da colonização, como, por exemplo, *Sobre a colonização nos povos modernos*, de Paul Leroy-Beaulieu, de 1874, livro que ultrapassa o círculo restrito dos especialistas da área, em que a fundação de colônias é vista como um dos melhores negócios em que podem ser aplicados os capitais de um país antigo, tratando-se de uma das funções mais elevadas das sociedades que tenham atingido um estado avançado de civilização (GIRARDET, 1972:

53). Em 1877, surge *Estudo sobre as colônias e a colonização em relação à França*, de Raboisson, que reproduz ideias semelhantes às de Leroy-Beaulieu, de que a capacidade de colonização é a medida da grandeza e do poder de um povo (GIRARDET, 1972: 60). A diferença principal do texto de Raboisson é a tentativa de ir além do pensamento econômico (ou economicista) e histórico, para buscar a legitimação filosófica e moral da colonização (idem, ibidem).

Na França, os debates em torno da colonização ocorrem, entre outros, na *Revue des deux mondes*⁷² e no *Journal des débats*⁷³. Esses debates, no entanto, não se restringem a um grupo específico no espectro político, mas, ao mesmo tempo, não alcançam uma difusão maior no debate público na França, sendo totalmente marginais no âmbito dos meios moderados e conservadores mais reacionários.

Caracterização da colonização de Girault

No texto imenso (mais de 800 páginas), Girault aborda aspectos gerais da colonização. A atenção aqui será dada à introdução (*Teoria geral da colonização*), em que são abordados aspectos como a definição de colonização, uma visão geral do ponto de vista histórico do fenômeno, os diferentes tipos de colônia, a legitimidade da atividade colonizadora e a utilidade econômica e política, para a metrópole, das colônias.

O objetivo da análise é explicitar os polos igualdade x diferença, expresso nos termos civilização e seus antônimos, principalmente no que se refere aos contatos culturais entre metrópole e colônia.

⁷² Fundada em 1829, trata-se da revista europeia mais antiga ainda em atividade, dedicada à análise política. Os “dois mundos” do título são a França e o “resto do mundo”.

⁷³ De caráter conservador, contava com colaboradores como Hugo, Balzac, Chateaubriand, Taine e Verne.

Diferença entre emigração e colonização

Para o autor, “colonizar” tem como pressuposto um movimento de contingente populacional, ou seja, “várias pessoas deixam seu país para se estabelecer em outro lugar” (2)⁷⁴. No entanto, esse aspecto não é suficiente para definir o fenômeno.

[Uma] tribo *bárbara*, movida pela fome, abandona um território onde o produto da caça não é mais tão abundante, para instalar suas tendas em um local mais distante: ninguém dirá que esses *selvagens* estão colonizando. (2, grifo nosso)

Nota-se uma suposta incapacidade de “bárbaros” ou “selvagens” de colonizar um território. No entanto, mesmo para os “civilizados ocidentais” o mero movimento transfronteiriço não define a colonização:

Europeus que estabelecem seu domicílio fora das fronteiras de sua pátria, mas em um território pertencente a outro Estado, igualmente *civilizado*. [...] Não se dirá, falando destes, que irão fundar uma colônia. (2, grifo nosso)

Girault reconhece, no entanto, aquilo que entende como uso impróprio do termo para qualificar grupos de estrangeiros que se fixam em um país, ou seja, ao fenômeno da migração. Portanto, o que define a colonização é a origem e o destino daqueles que se fixam em outro país:

Deve-se supor que sejam *emigrantes* que saem de um país civilizado, indo se estabelecer seja em local desabitado, seja em território ocupado por uma *população selvagem* ou pelo menos *parcialmente selvagem*, mas que, em todos os casos, não pode *alcançar sozinha a civilização*. Deve-se entender então, por parte desses emigrantes, uma *ação civilizatória* dupla que é exercida ao mesmo tempo sobre as coisas e sobre os homens. (2, grifo nosso)

⁷⁴ Os numerais referem-se à paginação de Girault (1894)

A ação sobre as coisas descrita por Girault refere-se à organização do território, ou seja, à ocupação, de forma a criar condições consideradas adequadas, como, por exemplo, a infraestrutura de comunicação e transportes, para a utilização de matérias-primas e produtos agrícolas passíveis de serem utilizadas pelos colonizadores.

Já quanto aos habitantes nativos⁷⁵, a ação do colonizador: a) é posterior àquela sobre as coisas e b) não é vista como um objetivo essencial ou indispensável, pois se trata de “tentar desenvolver os indígenas até alcançarem *nossa civilização*” (3, grifo nosso). Portanto, do ponto de vista do legislador colonial, o objetivo primário era a ação sobre o meio, com o intuito de empregar os recursos que os nativos eram incapazes de aproveitar. “Tentaremos fazer com que desapareçam de seus hábitos certos usos bárbaros, como os sacrifícios humanos ou os costumes monstruosos do Daomé⁷⁶” (3). Além disso, caberia aos missionários o esforço de conversão às religiões “dos povos civilizados” (3).

A influência do contato entre colonizador e colonizado não se faz sem problemas. A exposição a práticas que desconheciam, como a dos agentes comerciais em busca de novos mercados, teria um efeito previsível, relacionado como surgimento de necessidades desconhecidas até então:

Essas novas necessidades trarão com elas, sem dúvida, novos sofrimentos; talvez os esses indígenas serão menos felizes que antes, mas não serão, no entanto, menos civilizados. (3)

Esse seria o custo, para o colonizado, do processo de colonização. A multiplicação e a maior complexidade de suas necessidades traria a infelicidade, mas, por serem exatamente esses fatores aqueles que atestam, na visão colonialista, o grau de civilização de um povo, esse seria um preço razoável.

⁷⁵ O termo “nativos” é empregado aqui em sentido estrito de “originários do país”. Não se está falando no sentido atribuído por Julie Reeves (2005), que contrapõe o nativo (embasado no conceito antropológico de cultura), ao turista, representante do conceito humanista.

⁷⁶ Na região do Benim atual. Os Palácios Reais de Abomei, capital daquele reino, foram considerados Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1985.

A ação dupla da colonização, sobre os objetos e sobre os homens, é definida por Girault com uma única palavra: “cultura”. A palavra é empregada aqui com base em seu sentido etimológico e que também dá origem à palavra “colonização”, de processo ou efeito de cultivar a terra (*colere*, cultivar).

Há, no entanto, diferença entre a visão norte-americana e francesa sobre colonização. Para os americanos, trata-se da subordinação política da colônia em relação a uma metrópole. Essa visão, para Girault, era o resultado da Guerra da Independência e da Doutrina Monroe.

Para os franceses, o princípio citado mais acima é o válido, ou seja, trata-se da transformação progressiva exercida sobre uma civilização inferior por uma civilização superior, tendo como finalidade a transformação progressiva da civilização inferior pelo desenvolvimento dos recursos naturais e pela melhoria das condições materiais e morais da existência dos indígenas. (4)

Outro aspecto que diferencia a colonização da emigração é o aspecto natural e desregrado do segundo, o que, de forma implícita, sugere que a atividade colonial é inerente ao Estado - e não à iniciativa privada, no que pesem os exemplos dessa natureza. O empreendimento colonial não apenas é afeito ao Estado, mas às formas mais avançadas de civilização, pois todos os povos superiores em termos de civilização foram colonialistas. (7)

Qual seria o fator de legitimação do empreendimento colonial? A expansão não foi feita sem críticas de diversas naturezas, principalmente do ponto de vista do Direito. O questionamento sobre a legitimidade baseia-se, para Girault, em uma ideia falsa. A visão anticolonialista defende o direito do indígena, sendo rechaçada essa ideia:

Essa doutrina, cara à escola radical, tem sua fonte no exagero de uma ideia correta, da qual são tiradas conclusões lógicas, sem que haja preocupação com o futuro e com as necessidades gerais da humanidade. Parte-se de ideia de que todos os homens são iguais entre eles, e daí chega-se à conclusão de que todas as raças são iguais entre elas. (21)

A argumentação que se segue é bastante engenhosa: não é justo que os “civilizados ocidentais” permaneçam amontoados nos espaços restritos que constituem sua primeira morada, onde realizam os grandes avanços da ciência, das artes e da civilização, enquanto em grande parte do globo pequenos grupos humanos ignorantes e impotentes, verdadeiros selvagens, nas palavras de Girault, “comiam-se entre si” (24).

A fundamentação do argumento é “um direito natural e superior”, aquele de obter, por meio do trabalho e pela troca, os produtos de todo tipo encontrados no planeta. O fato de que alguns produtos apenas podem ser encontrados em certas latitudes traria consigo uma injustiça: apenas os povos que habitassem aquelas regiões teriam acesso a esses produtos, enquanto a “humanidade civilizada” jamais poderia obtê-los (25).

Em nota de rodapé, Girault cita um jurista alemão, Rudolf van Ihering, considerado um dos grandes romanistas do século 19, com obra de grande influência na filosofia do direito (DE CASTRO CORRÊA, 1992), que teria ressaltado essa “alta verdade filosófica”:

Todo povo [...] não existe apenas para si próprio, existe também para os outros e todos os outros povos têm o direito de estabelecer relações uns com os outros. A lei da divisão do trabalho rege também a vida das nações. [...] É pelo auxílio e expansão mútuos que são equilibradas entre os povos as imperfeições particulares de cada um. A perfeição irrompe apenas no conjunto, na comunidade. (24)

A produção intelectual surge na mesma nota de rodapé, pois o intercâmbio é considerado benéfico:

A troca da produção material e intelectual é a forma pela qual são reduzidas as desigualdades geográficas, naturais e intelectuais entre os povos. Com isso, a parcimônia da natureza é derrotada e o ideal de justiça absoluta é realizado na história universal. (24n)

O intercâmbio é mais que apenas uma forma de redução das desigualdades, mas um imperativo:

O comércio, ou, em um plano de ideias mais genéricas, a troca de bens materiais e intelectuais não é apenas uma questão de interesse dependente do livre arbítrio dos povos. Trata-se de um direito e um dever. Recusar-se a cumprir esse dever significa insurgir-se contra a ordem natural, contra os mandamentos da história. (25n)

Eventuais efeitos deletérios da empresa colonial são considerados fatalidades, pois, se por um lado deve-se lamentar as vidas de selvagens aniquilados por brancos, isso se dá pelo bem maior que é o progresso, que, mesmo trazendo sofrimentos consigo, são sofrimentos considerados passageiros, enquanto o progresso é “definitivo” (26). As populações indígenas teriam ganhado, com o domínio colonial, muito mais do que perderam. (27)

Do ponto de vista do colonizador, o intercâmbio beneficiaria até mesmo as nações europeias que não possuíam colônias ou que nunca haviam feito comércio com o Novo Mundo, pois os fluxos das nações colonialistas refletiriam em trocas com essas nações, num efeito cumulativo benéfico. No entanto, como evitar, nesse caso, um “efeito carona”? Se os benefícios afirmados da colonização seriam obtidos também pelos países avançados que não haviam mobilizado recursos no esforço colonizador, por que fazê-lo? Mais ainda, como defender o colonialismo, tendo em vista que economistas importantes⁷⁷ haviam se colocado contra a expansão colonial?

Girault distingue vantagens econômicas (fluxo de pessoas e capitais), com base na expansão do comércio com as colônias, ao invés de serem “exportados” para outros países, além do mercado consumidor para os produtos metropolitanos, pois “o comércio segue a bandeira”. (31-36)

A preocupação com os fluxos comerciais e com o mercado representado pelas colônias, no entanto, constitui outra possível objeção, refutada por Girault, à colonização. A pequena importância do comércio colonial em relação ao conjunto do comércio internacional, além do próprio comércio da França com suas colônias, o qual, além de representar apenas 10% do comércio exterior do país, apresentava déficit. As exportações

⁷⁷ Girault cita uma frase de Benjamin Franklin: “Se a França e a Inglaterra apostassem suas colônias num lance de dados, o ganho seria do perdedor”. (30)

para Argélia, Tunísia e colônias reunidas eram inferiores às exportações para a Bélgica e não atingiam a metade das exportações para a Inglaterra. O mesmo acontecia com outros países, como a Holanda, a Alemanha e Grã-Bretanha, cujo comércio colonial, “apesar da imensidão de seus domínios”, representava apenas 20% das importações e 33% das exportações⁷⁸. Novamente, de forma engenhosa, Girault justifica a atividade colonizadora em função de um suposto “mercado crescente”, ou seja, o desenvolvimento das colônias teria como resultado inevitável um aumento desses fluxos, pois “o consumo per capita dos produtos exportados é, geralmente, mais elevado nas colônias que *no exterior*” (37, grifo nosso).

A questão da independência das colônias, ao atingirem um nível de desenvolvimento mais alto, era rechaçada por Girault com base na manutenção dos fluxos comerciais entre colônias emancipadas e as antigas metrópoles, como Holanda e Cabo, Portugal e Brasil, Inglaterra e Estados Unidos.

Também a comparação entre os ganhos do comércio colonial e os gastos com a manutenção das colônias seria, a primeira vista, desfavorável. Também nesse caso, Girault praticamente afirma tratar-se de um investimento para o futuro, pois, no longo prazo, o desenvolvimento do comércio, da indústria e da navegação, assim como o aumento das receitas públicas, compensaria esse esforço. (38)

Já do ponto de vista político, a colonização seria uma “válvula de segurança”, uma “condição de paz”. De que tipo de paz? Inicialmente, trata-se da paz externa, pois “as expedições coloniais, mesmo as mais difíceis e mal conduzidas, são incomparavelmente menos letais e mais baratas que uma guerra europeia”⁷⁹ (40). A corrida colonial do final do século 19 teria sido, para Girault, responsável pelo período de paz na Europa.

Em segundo lugar, a colonização seria uma condição para a paz interna, por uma questão “psicológica”, ao envolver “espíritos agitados”, sequiosos de ação, ou “homens infelizes”, desejosos de esperança (40). Finalmente, quanto ao aspecto político, as

⁷⁸ Diversos autores ressaltam exatamente ser o fluxo comercial da Grã-Bretanha em relação às colônias um dos poucos casos de superávit.

⁷⁹ A derrota francesa na guerra franco-prussiana, em 1870, deixara quase 140000 mortos e feridos do lado francês e quase 45000 entre as tropas da Confederação Alemã.

colônias são vistas por Girault como uma fonte de influência política, ou seja, uma questão de prestígio, pela percepção da presença, ou melhor, “da grandeza do papel da França no mundo”. (41-42)

Como baseia sua visão do benefício a ser obtido das colônias no longo prazo, Girault, em um parágrafo bastante reflexivo, discute esses resultados, tendo em vista o contexto europeu da virada entre os séculos 19 e 20, principalmente em relação às diferentes raças europeias.

Cada raça tem suas aptidões particulares, suas qualidades pessoais e seu gênio próprio. Não é indiferente para o futuro do país que certos pontos do globo sejam ocupados por franceses, homens saídos de nossa raça, que conservam nossas ideias, nossas instituições e costumes, que falam nossa língua e têm as empresas de nosso país como suporte moral e material, ou, ao contrário, por anglo-saxões ou alemães que têm uma origem, uma língua, ideias e outras inclinações. O que acontecerá, em alguns séculos, com a língua francesa, feita de precisão e de clareza, com o espírito francês, feito de lógica e de bom senso, com o amor pela igualdade e pela justiça que anima os filhos da Revolução?

Os espíritos mais clarividentes do país disseram e repetiram muitas vezes: ou a França terá no mundo o papel que a Bélgica ou Suíça têm na Europa, ou ela será uma grande potência colonial. (42)

Passando aos aspectos de legislação colonial, Girault afirma que colonizar é “fundar uma nova sociedade civilizada” (45). A questão, do ponto de vista jurídico, é determinar as relações políticas e econômicas entre metrópole e colônia. Nesse sentido, são analisados três princípios: subjugação, autonomia e assimilação. Estudos mais recentes buscam estabelecer correlações entre a forma de governo colonial, ou seja, o governo direto ou indireto (*direct* e *indirect rule*) e as relações étnicas ou o desenvolvimento institucional das antigas colônias (YIER, 2010). Essas visões, no entanto, embora embasadas em coleções extensivas de dados empíricos, não levam em conta os aspectos ideacionais, como, por exemplo, uma possível lealdade da elite letrada no idioma do colonizador. Girault, por sua vez, com base nos três princípios propostos, ao mesmo tempo em que permite uma análise dos valores atribuídos à dominação colonial, oferece uma visão da contradição entre a doutrina do Iluminismo e o colonialismo, assim como dos fatores relacionados ao progresso e o positivismo.

Retomando os princípios da administração colonial de Girault, o primeiro, a *subjugação*, baseia-se inteiramente no interesse da metrópole, ou seja, em seu enriquecimento e no aumento da influência política do governo, sem que sejam levados em consideração os interesses e necessidades das colônias. A origem desse pensamento é remota: “Esta visão predominou na Europa quase sem interrupção desde a descoberta do novo mundo até a Revolução Francesa” (49). A primazia dessa visão foi evidentemente desafiada pelas ideias iluministas

Deve-se em toda ocasiões ficar ao lado das vítimas contra os opressores. Deve-se perseguir os tiranos e proclamar a independência dos povos. Todas as pessoas são livres e iguais, têm os mesmos direitos e devem agir como irmãos, sem distinção de pátria, de cor ou de latitude. O fato de pertencer a uma raça civilizada não é, além de um nascimento ilustre, causa de superioridade. Ao contrário, o espanto do bom selvagem diante dos vícios da civilização é um dos temas favoritos dos romancistas do século 18. (50-51)

O questionamento do domínio de igual sobre igual, ou seja, do colonizador sobre o colonizado, leva ao abandono progressivo da política baseada na subjugação e no sistema colonial, tanto na Inglaterra como na França, sendo, no entanto, mantido pela Holanda, mas deixando “alguns traços na organização colonial”. (51)

A rejeição pela subjugação das colônias revela que as metrópoles possuíam, além de direitos, deveres, entre os quais a “educação”, aspecto capital dos dois métodos tipos, a autonomia e a assimilação. O objetivo do modelo da autonomia na colonização consiste na formação de sociedades capazes de se autogovernarem e, ao atingirem o grau de desenvolvimento adequado, tornarem-se Estados independentes, ou seja, o papel da metrópole seria o de tornar possível a emancipação, considerado fenômeno tipicamente inglês, com a criação de instituições representativas e de um governo próprio.

Já a *assimilação* tem como objetivo uma união progressiva entre colônia, consideradas simples prolongamentos territoriais, e metrópole. Essa política, novamente, tem sua origem na memória do Império Romano:

Essa política é a das nações de raça latina, herdeiras fiéis do gênio assimilador de Roma, a Espanha, Portugal e a França. Nos dois primeiros países, as colônias eram chamadas “províncias de ultramar” e, na França, [...] o objetivo buscado era a *criação progressiva de verdadeiros departamentos franceses*. (55, grifo do autor)

Os ideais iluministas são exatamente o fundamento do método da assimilação, que ganha terreno no último quarto do século 19, com “leis liberais e descentralizadoras [...], eleição de prefeitos, organização municipal etc.”. (55)

Educação e colonização

Girault apresenta uma seção de seu livro dedicada à educação, instrução e civilização geral dos indígenas. A atividade colonizadora não se restringia à transmissão das instituições metropolitanas, no processo de “assimilação dos indígenas” (601), que consistiria na difusão da civilização, ou seja, da língua, do espírito da religião, dos costumes, dos procedimentos de trabalho.

Esse processo, evidentemente, não seria instantâneo, o que coincide com a visão de que a atividade colonizadora é de longo prazo. O objetivo “humanista e generoso” seria, por meio da paciência e da persuasão, eliminar, ou, pelo menos, reduzir, a distância, do ponto de vista civilizacional, entre colonizadores e colonizados. Nesse sentido, Girault sugere esse aspecto como sendo de dissensão entre franceses e ingleses.

A raça anglo-saxã [...] *the only extirpating race*⁸⁰, é uma raça destrutiva: diante dela, o indígena desaparece. Ao contrário, sob nossa dominação, ele se desenvolve e se multiplica. O francês se liga facilmente com o indígena e sabe, por ser amoroso, adquirir sobre ele a autoridade moral indispensável para fazer com que se decida a seguir os exemplos e os conselhos dos Europeus. Essa

⁸⁰ “A única raça exterminadora”, em inglês no original.

diferença [...] mostra a aptidão particular de nossa raça para a política de assimilação dos indígenas que é tradicional entre nós. (601)

Em 1889, o Congresso Nacional Francês declara que os esforços da colonização “devem ter como objetivo propagar entre os indígenas a língua, os procedimentos de trabalho e, progressivamente, o espírito e a civilização da França” (601), o que demonstra a continuidade da visão assimilacionista.

A tarefa civilizatória do colonizador deveria, assim, basear-se na educação e na instrução dos indígenas. A tarefa dos missionários, que, além da religião, difundiam a língua francesa, foi reforçada pela criação da Aliança Francesa e de escolas francesas nas colônias, de escolas coloniais na França (Escola Cambojana criada em Paris em 1888) e mesmo de escolas francesas criadas por representantes da elite colonial.

Há, entretanto, um exemplo inglês, mal sucedido, a Índia, onde, segundo Girault, os resultados do ensino da língua e da literatura inglesas teriam sido deploráveis (604).

Isso aconteceu porque, de fato, nossa cultura europeia é produto dos progressos do pensamento humano ao longo de séculos. Ao querer fazer com que indivíduos percorressem esse caminho imenso em poucos anos, produziu-se um verdadeiro desarranjo cerebral. Os hindus educados à maneira inglesa perderam qualidades e virtudes de sua raça sem adquirir aquelas dos europeus [...], tornando-se os inimigos mais ferozes da dominação inglesa. (604)

A tarefa de ensinar a língua francesa aos indígenas deveria, portanto, ser exercida com cuidado.

Ensinar a eles nossa língua significa permitir que leiam todos os jornais em que o Governo e os altos funcionários são impunemente atacados a cada dia, com a violência recente. Significa colocar ao seu alcance os romances que permitimos que circulem e nos quais eles irão tirar uma ideia singular da moralidade da raça educadora. Significa despertar nas suas almas as aspirações que não podemos nem queremos satisfazer. Significa destruir as concepções morais apropriadas à sua mentalidade, sem substituí-las pelas nossas, que eles são incapazes de compreender. Significa com demasiada frequência, criar marginais perigosos. *Significa sempre dar ao indígena que sabe as duas línguas superioridade sobre o francês que sabe apenas uma.* (604, grifo do autor)

Trata-se de desafio complexo: conciliar a missão civilizatória e a orientação de longo prazo rumo ao estado civilizado sem, ao mesmo tempo, alimentar a rebelião que o acesso aos artefatos, como jornais e romances⁸¹, poderia suscitar. Uma forma de assegurar a comunicação e, em última instância, de preservar o domínio colonial, seria o aprendizado, pelo colonizador, da língua do colonizado. Mesmo que a necessidade do conhecimento da língua do colonizador por “alguns indígenas” seja benéfica para o colonizador, por permitir o conhecimento mútuo e por permitir que esses indígenas selecionados transmitam esse conhecimento aos seus compatriotas, que passariam a apreciar o colonizador, a questão principal seria o método de ensino.

Deve-se oferecer aos indígenas um conhecimento apropriado ao seu desenvolvimento intelectual e passível de ser útil para ele. Há em nossos currículos escolares uma quantidade de disciplinas que é inútil ou mesmo perigosa de ser ensinada a eles. Por que colocar ao seu alcance os livros de nossos historiadores adequados para desenvolver sentimentos patrióticos e o ódio pelo invasor? Não seria melhor contentar-se em ensinar-lhes a história de seu próprio país, aliás, mais interessante para eles e, sobretudo, as noções práticas das ciências, cujo emprego imediato será logo percebido? Não queremos desenvolver bacharéis, mas contramestres. Temos que lhes dar o ensino profissionalizante. (605)

Pode-se, assim, notar a importância dada por Girault à questão do ensino e da língua, elementos cruciais para a missão civilizatória, mas que ofereciam o perigo da desestabilização. Esse perigo é exemplificado pela inscrição em uma escola vietnamita: “As leis e a força reprimem por algum tempo; o ensino acorrenta para sempre” (606), o que constituiria o segredo da influência chinesa no Extremo Oriente, pois “a conquista moral não é imposta” (606). Seria necessária a colaboração dos indígenas para alcançar o desenvolvimento almejado pelo colonizador.

⁸¹ Não há referência em Girault a outras formas de expressão, como a música ou a pintura, talvez por serem consideradas formas menos “subversivas” que o texto escrito.

Ao multiplicar as obras públicas, desenvolver as culturas, criar indústrias, aumentaremos o comércio e poderemos levá-los a um grau de civilização comparável àquele da Europa. [...] não se trata de aumentar nosso domínio colonial, mas de desenvolvê-lo. (606)

Nota-se a presença em Girault da reiteração da ideia da diferença entre “civilizados” e “bárbaros”, sempre feita com base no ideal europeu de civilização. O autor reveste a “missão civilizatória” de um aspecto moral e até mesmo altruísta, ao afirmar a função de “elevação” dos outros povos ao mesmo nível dos povos europeus. Os benefícios da atividade colonizadora, além disso, seriam partilhados entre todos, como visto, conquanto houvesse o perigo representado pelo aprendizado da língua do colonizador, pois é exatamente esse o elemento que permite o acesso aos códigos da cultura e aos conteúdos desestabilizadores. A língua, portanto, é restrita às necessidades fundamentais da administração e da exploração econômica.

Não há, em Girault, uma explanação plausível, do ponto de vista político, para que um país se lance na aventura da colonização. Os ganhos estariam no futuro, o que tornaria bastante complexo, em sociedades em que os regimes já eram democráticos, defender essa aventura. Mais adiante essa questão será avaliada. Antes disso, traçaremos um paralelo entre o pensamento colonial de Girault, considerado exemplar do pensamento francês, e o pensamento britânico.

5.1.2.2. *Pensamento imperialista inglês*

Há uma persistência da imagem do império romano no discurso imperialista britânico. Essa persistência é responsável, inclusive, pela conformação, por exemplo, da visão de Roma com base na compreensão do império britânico, ou seja, numa escrita histórica reversa (WEBSTER; COOPER, 1996).

ROY (1977) descreve, excetuando o caso da Índia, três vertentes no imperialismo inglês do final do século 19. No primeiro período, comércio e influência haviam permitido a instalação de um império informal, baseado em uma diversidade de fronteiras: de raça, de “cruzada”, de colonização, comércio e investimento, havendo, além disso, um tipo intermediário de fronteira, entre a colonização e o comércio.

As fontes filosóficas do imperialismo tardio vitoriano, empreendido durante o mandato do conservador Benjamin Disraeli (1874-1870), encontram-se no expansionismo de Charles Dilke, que, assim como Jules Ferry (v. adiante), distinguia raças superiores e inferiores, e também em James Anthony Froude, historiador e ficcionista, e no também historiador John Robert Seeley (ROY, 1977). Seu principal intérprete e divulgador foi Rudyard Kipling, cujo papel como divulgador da cultura indiana no Ocidente foi relevante.

Segundo ROY (1977), as principais vantagens auferidas por uma potência imperial, ou melhor, as vantagens que essa potência poderia ter a esperança de obter, eram três: poder, prestígio e lucro. Subordinados a esses fatores, estariam a satisfação do exercício da liderança sobre “raças subordinadas”, ou a difusão da civilização da metrópole. No entanto, nota esse autor, esse último fator foi fortemente modificado no caso do Império Britânico.

Embora o aspecto econômico como justificativa para a expansão colonial seja mais evidente no caso inglês, BETTS (1971), importante estudioso do colonialismo, demonstra a presença do ideal imperial romano como irmandade ou federação de nações “civilizadas”, pois “a Grande Roma e a Grã-Bretanha, embora historicamente e politicamente distintas, tinham um apelo contemporâneo considerável”. Esse apelo atingia principalmente a comunidade intelectual, acadêmica e política.

5.1.3. Colonialismo

Empregamos até aqui “imperialismo” e “colonialismo” como sinônimos. Faremos uma breve incursão pelos aspectos específicos do segundo termo. O vocábulo “colonialismo” surge na língua francesa em 1905. Paul Louis, seguindo a linha dos marxistas franceses, que condenavam o imperialismo colonial, publica *Le colonialisme dans la Bibliothèque socialiste*. Nele, o imperialismo colonial é definido pela exploração capitalista dos domínios franceses e as políticas de expansão e dominação, o que, para Brunschwig, ao excluir “sua boa consciência”, torna o termo pejorativo, “privado de seu bom direito, imperialismo desmascarado, imoral”. (BRUNSCHWIG, 1960: 52)

Jules Ferry, como vimos, fazia uma distinção entre raças superiores e inferiores, negada, por exemplo, por Clemenceau. No entanto, outros atores da expansão colonial, como Leopoldo II, rei da Bélgica, para quem “o trabalho forçado ‘era a única forma de civilizar e enobrecer aquela gente indolente e corrupta do Extremo Oriente” (HOCHSCHILD, 1999: 47). Para Leopoldo, famoso pela crueldade infligida à população do Congo, o interesse da colonização não era a obtenção de recursos. “O Estado do Congo certamente não é um negócio. Se recolhe algum marfim em determinadas terras, é apenas para reduzir seus déficits”. (HOCHSCHILD, 1999: 129)

5.1.4. Aspecto moral

Como vimos, os discursos imperialistas têm os aspectos econômicos como secundários para o empreendimento colonial. Para BRUNSCHWIG (1960), compreender o colonialismo como fenômeno essencialmente econômico obscurece seu caráter mais notável, o aspecto moral. Tanto o nacionalismo, considerado positivo no momento da concepção da expansão colonial, como o racismo, eram considerados, no pensamento da

época, virtudes. Não se trata aqui de naturalizar o preconceito, mas de evitar o anacronismo na leitura.

O nacionalismo expansionista, acompanhado do fluxo de capitais em busca da exploração de novos recursos, beneficiando colonizadores e colonizado, define, para Brunschwig, o imperialismo colonial.

5.1.5. Prestígio

Passemos à análise do discurso político do imperialismo. O início da Terceira República francesa (1870) corresponde à derrota do Império em Sedan, com a rendição de Napoleão III. Um ano após sua instalação, a República reprime a Comuna de Paris, enfrentando ainda a ameaça da restauração, colocada pela maioria monarquista da Assembleia Nacional. O período corresponde a um grande avanço na educação pública e das liberdades civis. Atrasada em relação à Inglaterra, do ponto de vista industrial, a França busca recuperar a grandeza perdida. Embora a expansão colonial seja frequentemente justificada pelo aspecto econômico, é o prestígio seu fundamento principal.

Jules Ferry, membro do governo provisório da República em discurso de 1885, discorre sobre os fundamentos da política colonial:

[Na] verdade, como se costuma dizer, a política de expansão colonial é um sistema político e econômico [...] que se pode vincular a três ordens de ideias; ideias econômicas, ideias da mais alta civilização e ideias de ordem política e patriótica. (FERRY, 1885)

O elogio da colonização feito por Ferry baseia-se no ponto de vista econômico. A expansão dos domínios teria como objetivo principal enfrentar o protecionismo, entre outros, alemão e estadunidense, para escoar a produção francesa, pois, no diagnóstico do político francês, a falta de mercados era o problema mais grave a enfrentar. O mercado da

América do Sul, que, segundo Ferry, pertencia à França desde “tempos imemoriais”, poderia ser ocupado pelos produtos da América do Norte.

O segundo ponto levantado por Ferry é o aspecto “civilizatório” e “humanitário” da empresa colonial. Reproduzindo fala de outro parlamentar, Camille Pelletan, Ferry antecipa algumas refutações que poderiam ser feitas:

Que civilização é essa, imposta com tiros de canhão? O que é, se não outra forma de barbárie? As populações de raça inferior não têm os mesmos direitos que o senhor? Elas não são soberanas em seu território? Por acaso elas o chamam? O senhor vai em direção a elas contra a vontade delas; o Senhor as violenta, mas o Senhor não as civiliza. (FERRY, 1885)

Ferry refuta, reiteradamente, que esteja impondo algo, diante das reações da Assembleia. “Propor” e “impor” são coisas diferentes, afirma. Seu principal argumento é o avanço resultante da dominação francesa sobre os diversos territórios coloniais:

O senhor ou qualquer outro pode negar que há mais justiça, mais ordem material e moral, mais equidade, mais virtudes sociais no Norte de África desde que a França fez sua conquista? Quando fomos a Argel para acabar com a pirataria e garantir a liberdade de comércio no Mediterrâneo, agimos como piratas, conquistadores, destruidores? É possível negar que na Índia, apesar dos episódios dolorosos que ocorrem na história da conquista existe hoje infinitamente mais justiça, mais luz, ordem, virtudes públicas e privadas depois da conquista inglesa do que antes? (FERRY, 1885)

O papel da França, no discurso político, era definido por Ferry como sendo aquele de difusor da civilização:

[A França] não pode ser apenas um país livre, ela também deve ser um grande país que exerce sobre os destinos da Europa toda a influência que ela tem, ela deve espalhar esta influência sobre o mundo, e levar por onde for, sempre que possível, sua língua, seus costumes, sua bandeira, suas armas, seu gênio. (FERRY, 1885)

Essa visão, no entanto, não era unânime. Ao discutir a colonização como um dever de civilização, CLEMENCEAU (1885), alguns dias mais tarde, responde ao discurso de Ferry, questionando a hierarquização entre “raças superiores e raças inferiores”, lembrando as civilizações da Índia e da China como exemplo que poderiam rivalizar com a Europa. No entanto, um dos aspectos da representação imperialista europeia é exatamente situar-se como parte de um grande complexo civilizacional, que teria origem em passado remoto e teria seu ápice na Europa, como veremos nas representações apresentadas a seguir.

5.2. Missão civilizatória: educação e língua

Vistos na perspectiva da filosofia da história de Hegel, os árabes pertenciam a um momento passado no desenvolvimento do espírito humano: tinham cumprido sua missão de preservar o pensamento grego e passado a tocha da civilização a outros. (HOURANI, 2006:395)

Pode-se compreender como “representação” parte do processo de produção de sentido, ou seja, como o ponto de encontro entre cultura e linguagem, ligados pela significação, momento chave do “circuito da cultura” (HALL, 1997). Cultura, no sentido empregado por Stuart Hall, refere-se a “significados compartilhados”, ideia que se aproxima da noção de articulação, ou seja, do processo de fechamento ideológico de significantes, pois, para que sejam compartilhados, há a necessidade de que sejam resultantes de um processo de legitimação, como vimos no capítulo 3. Falar em significados compartilhados sugere alguns pressupostos dos quais dois parecem centrais: um contexto histórico e social determinado e o domínio de um mesmo código⁸².

⁸² Daí a importância dada ao ensino da língua por Girault.

O contexto histórico e social determinado é o fator que exprime o caráter dinâmico das representações. A implicação dessa afirmação é a coexistência de uma multiplicidade de significados em qualquer momento dado e em qualquer cultura, havendo, portanto, uma diversidade de representações e de interpretações sobre qualquer aspecto da realidade. Além disso, os significados compartilhados não podem ser reduzidos a processos cognitivos. Cultura envolve “sentimentos, afetos e emoções, tanto quanto conceitos e ideias” (HALL, 1997). Mesmo ao se falar em uma visão dominante de determinado fenômeno social, essa visão está inserida nesse processo (múltiplo) de representação, que envolve a si mesmo e ao outro.

Visto com base nessa ótica, é interessante notar a elaboração da representação do “árabe” (considerado aqui enquanto categoria abstrata) na França do último quarto do século 19 no trecho citado mais acima. Há claramente um reconhecimento de um passado extremamente relevante, por um lado, e um decaimento no presente, ou seja, uma passagem da civilização à barbárie dos povos árabes, que corresponde, implicitamente, a um movimento oposto do europeu, que, sugere o texto, absorveu aquilo que “o grego” possuía de civilizado e levou adiante a “missão civilizatória”. O que seria essa “missão civilizatória”? Anacronicamente, pode-se definir essa expressão como sendo a

[...] incorporação da simplificação de diversos povos e experiências históricas em caixas conceituais como ‘selvagem’ e ‘bárbaro’ [...] que seria apenas um disfarce para os motivos políticos e econômicos reais que impulsionam as sociedades do século 19. (LIEBERSOHN, 2016)

No entanto, alguns fatores escapam à lógica da oposição entre base e superestrutura marxista subjacente à afirmação acima. Como o mesmo autor afirma, os estudos mais recentes sobre discursos coloniais assinalaram tanto o caráter autônomo, em relação às questões políticas e econômicas, como a capacidade de permanência dos discursos, “que podem persistir ao longo de séculos”.

Nesses estudos, além disso, foi colocada em relevo a manutenção dos contatos entre colonizador e colonizados, “quer através do estabelecimento de regimes políticos quer através de uma influência política e econômica menos formal”.

Finalmente, a mudança de foco nesses estudos da categoria “imperialismo” para a categoria “colonialismo” sinaliza uma mudança da atenção dos centros metropolitanos para os locais onde o encontro entre colonizador e colonizado ocorrem (LIEBERSOHN, 2016).

Aqui será feita, portanto, uma delimitação de “missão civilizatória” como um conjunto heterogêneo de fenômenos relacionados com o expansionismo capitalista europeu, situado entre o século 19 e a primeira metade do século 20, caracterizado por dois movimentos duplos: a manifestação cultural do exercício da dominação, com os consequentes efeitos, em maior ou menor grau, de resistência por parte dos dominados; e o processo de representação do colonizado e do colonizador.

Entre os espaços de encontro cultural que permitem analisar os mecanismos de representação envolvidos no contexto histórico abordado aqui estão as políticas coloniais para a educação e a língua e as representações do Outro nas Exposições Universais. Como veremos, o aspecto central desses dois espaços, ao propor, embora de maneira a proceder a certo apagamento dos confrontos entre colonizados e colonizadores, serve como base tanto para o fortalecimento do discurso colonialista como para um discurso anticolonial, tanto nas metrópoles quanto nas colônias.

Como afirmado acima, um dos pressupostos fundamentais para a existência de significados compartilhados é o domínio de um mesmo código. Se considerarmos a educação como a “transmissão” desse código, com base na linguagem, é exatamente esse aspecto que oferece uma entrada privilegiada para o tema.

Ao atribuir a si o papel de “tocha da civilização”, as potências europeias consolidaram posições em grande parte do globo, regiões que contavam com populações mais ou menos numerosas. Como veremos abaixo, uma das questões principais residia na necessidade de um corpo administrativo, formado, de acordo com a prática específica de cada metrópole, por cidadãos metropolitanos ou por nativos, que passariam a constituir uma elite burocrática local. Sem nos atermos às relações de poder entre os funcionários coloniais oriundos da metrópole e seu papel nas colônias, o aspecto mais evidente dessa

relação é a necessidade do estabelecimento de um sistema escolar que transmitisse valores e, principalmente, a língua do colonizador.

No caso específico da África, os europeus não foram os introdutores da ideia da educação formal (WHITE, 1996). Além disso, já havia na metade do século 20 uma tradição e uma presença de instituições escolares europeias no continente. No Império Otomano, já havia uma consciência das discussões sobre o expansionismo europeu, graças à existência de um sistema escolar, que em alguns casos, iria contribuir para a formação de uma classe educada:

Tirando umas poucas exceções, essa classe [educada] formara-se num novo tipo de escola. As mais influentes foram as estabelecidas por governos reformadores para os seus próprios fins. Em princípio, eram as escolas especializadas para formar funcionários, oficiais, médicos e engenheiros em Istambul, Cairo e Túnis. (HOURANI, 2006)

Esse sistema oficial de ensino passa a conviver com escolas ligadas às metrópoles, principalmente França e Grã-Bretanha. Uma faculdade francesa de Direito existia no Cairo por volta da virada entre os séculos 19 e 20, enquanto na Tunísia passaram a existir escolas “franco-árabes”.

Já na Argélia, Jules Ferry implanta o sistema de educação secular para a população nativa em 1883, com o mesmo modelo metropolitano (LAMEIRINHA, 2013); a penetração francesa no sistema escolar básico foi mais lenta, pois havia oposição dos funcionários franceses, que temiam os efeitos que o aprendizado da língua francesa e o acesso aos princípios filosóficos europeus teriam nos argelinos, como vimos na análise do texto de Girault. Mesmo assim, havia outra barreira prática para esse aprendizado: poucos argelinos dominavam a língua francesa no nível adequado, pois, segundo HOURANI (2006), muitos hesitavam em enviar os filhos para estudar em escolas francesas⁸³.

O papel do sistema escolar francês no Oriente Médio é bastante significativo. Em 1914, o país contava com cerca de 500 escolas na região, com cerca de 100.000 alunos,

⁸³ O ensino em árabe, no entanto, foi proibido. Logo, o sistema escolar francês passou a ser o único meio de acesso à leitura. (LAMEIRINHA, 2013)

correspondendo a cerca de 10% daqueles com alguma formação e mais de 40% dos matriculados em escolas estrangeiras. Aos números, por si significativos, deve se somar o fato de que os alunos dessas escolas eram provenientes de uma elite composta de muçulmanos, judeus e cristãos (BURROWS, 1986).

No aspecto educacional, o papel dos missionários também foi importante. Tanto no Líbano, como na Síria e no Egito, comunidades cristãs contavam com escolas, especialmente da vertente síria do catolicismo, a maronita. Essas escolas tiveram grande expansão, pois contavam com apoio do governo francês. Além da alfabetização, permitiam que os nativos, inclusive mulheres, que contavam com escolas exclusivas, mas de nível inferior daquelas para homens, que davam o acesso a profissões como professora, enfermeira e mesmo jornalistas ou escritoras: “as escolas de freiras católicas eram preferidas por pais muçulmanos, por darem a suas filhas a língua francesa, bons modos, qualificações femininas e proteção”. (HOURANI, 2006:398)

É óbvia a maior importância dada à educação de quadros masculinos para a administração colonial. O governo francês gastava, em média, 5% de seu orçamento para financiar as escolas francesas antes de 1914 (BURROWS, 1986). É clara, também, a tensão entre o ensino da língua e a possível contestação da dominação colonial. No entanto, a expansão do ensino teve como resultado o acesso não apenas à literatura na língua do colonizador, mas também em línguas estrangeiras, o que gera a seguinte situação:

Em meados do século XIX, o francês substituíra o italiano como *lingua franca* no comércio e nas cidades; o conhecimento do inglês mal existia no Magrebe e era menos disseminado que o do francês mais para leste. Era comum o bilinguismo, e em algumas famílias, sobretudo no Cairo, Alexandria e Beirute, o francês ou o inglês substituíra o árabe na família. Para os que tinham sido educados num alto nível em árabe, produzia-se uma nova literatura. A imprensa em árabe mal existia antes do século XIX, mas espalhou-se durante o século, sobretudo no Cairo e em Beirute, que iriam continuar sendo os principais centros editoriais. (HOURANI: 2006: 398)⁸⁴

⁸⁴ BURROWS (1986) cita um jornal apoiado e financiado pela Alemanha, *Osmanliche Lloyd*, que era obrigado a publicar dois terços de seus artigos em francês para ampliar sua circulação.

Um aspecto não citado acima se refere ao surgimento de literaturas na língua do colonizador, entre pessoas formadas nos conhecimentos tradicionais do próprio povo e os princípios iluministas. Há, assim, uma interpenetração cultural que dá origem a representações mútuas, como a descrição feita por Rifa'al-Tahtawi (1801-1873):

Os parisienses distinguem-se entre o povo da cristandade pela agudeza de intelecto, a precisão do entendimento e a imersão da mente em questões profundas [...] não são prisioneiros da tradição, mas adoram sempre saber a origem das coisas e as provas delas. Mesmo gente comum sabe ler e escrever, e participa como outros em questões importantes, cada um segundo sua capacidade [...] Mudança e capricho são também de sua natureza; passam imediatamente da alegria à tristeza, ou da seriedade para a brincadeira ou vice-versa [...]. Mas tudo isso em coisas sem importância; nas grandes coisas, suas opiniões sobre a política não mudam; todos permanecem em suas crenças e opiniões. (apud HOURANI, 2006: 400)

O colonizador há tempos descrevia o colonizado em termos bastante semelhantes, basta recordar as *Cartas Persas*, de Montesquieu⁸⁵. No entanto, o desenvolvimento de uma literatura em árabe permite aos colonizados expressar, na própria língua, sua própria consciência e elaborar uma nova visão de seu passado: “Textos de obras clássicas árabes eram impressos tanto no Cairo quanto na Europa. Antigos gêneros literários foram revividos”. (HOURANI, 2006:400)

O sistema escolar e o ensino da língua do colonizador tiveram, assim, entre seus efeitos, o surgimento, se não de uma consciência “nacional”, mas de um ambiente propício para esse desenvolvimento. O problema principal a ser enfrentado pelos muçulmanos árabes, e que seria repetido em outras regiões seria como poderiam “adquirir força necessária para enfrentar a Europa e tornar-se parte o mundo moderno?”. (HOURANI, 2003:402-3)

⁸⁵ Ernest Renan, sessenta anos mais tarde, afirma: “Toda pessoa minimamente instruída nos temas de nosso tempo percebe claramente a inferioridade atual dos países muçulmanos, a decadência dos Estados governados pelo Islã, a nulidade intelectual das raças que têm dessa religião apenas sua cultura e sua educação”. (apud VERDÈS-LEROUX, 2001:65)

No entanto, essa visão convivia com outras visões, de adesão ao establishment colonial expresso no domínio da língua, o que garantia o acesso a posições na burocracia e, por vezes, benesses econômicas.

Conquanto o estabelecimento de sistemas educacionais e políticas da língua nas colônias seja aparentemente inteiramente baseado na ideia de “missão civilizatória”, há poucas expressões manifestas no sentido da formulação e manutenção de uma política consciente nesse sentido (BURROWS, 1986). Tal fato relaciona-se com o pequeno impacto do tema colonial na opinião pública francesa (GIRARDET, 1972), com objeções principalmente no que se refere ao gasto excessivo que a manutenção dos domínios coloniais exigia.

Essa situação, no entanto, não obscurece a presença da ideia da missão civilizatória francesa, assim como a difusão da língua francesa. Para BURROWS (1986), é exatamente o aspecto da ênfase dada à língua como parte da atividade colonizadora, fato demonstrado pela criação da Aliança Francesa, sendo que a política cultural francesa do final do século 19, para o autor citado, foi moldada porque auxiliava o processo político. Houve, no entanto, uma resistência crescente nos países da África Ocidental contra o sistema educacional europeu, considerado um símbolo de dominação política e cultural.

Segundo WHITE (1996), três características da educação colonial francesa eram: o uso do francês; a limitação para matrícula, baseada na estimativa de oportunidades de trabalho para os formados; e o caráter dual (escolas europeias eram elitistas, formando uma elite africana para os níveis mais baixos dos serviços coloniais).

Quais princípios guiavam as atividades educacionais francesa e britânica na África? Para White, a assimilação era um dos princípios fundamentais da política colonial francesa até o final do século 19, momento em que a expansão colonial passa a ser acompanhada de uma política de associação (de forma similar ao visto na Teoria da Colonização de Arthur Girault), sendo o objetivo principal “Alçar os africanos ao mundo moderno, ou seja, a um nível de civilização e compreensão mais elevado, por meio do apoio francês”. Outro princípio era a seletividade: “instruir a massa e libertar a ‘elite’”, ou seja, trata-se exatamente do processo de privilegiar alguns setores da população do país colonizado

exacerbado pela seletividade nas escolas, acusadas, por isso, de elitismo. A capacidade de exprimir-se em francês sem, no entanto, reunir condições de obter uma colocação como funcionário público ou nos negócios, gerando o fenômeno do “africano marginal” (*africain déclassé*) atormentava os administradores coloniais. A união desses princípios visava à incorporação do negro africano, pois:

As raças negras da África não atingiram uma civilização própria completa e coerente, nem possuem os fundamentos necessários para o desenvolvimento de um sistema real de educação. A grande contribuição que podemos oferecer está precisamente no entrelaçamento e na mistura de civilizações primitivas com nossa civilização universalmente válida, que terá que justificar sua posição de superioridade e autoridade pela maneira como se incumbe da responsabilidade que assumiu. (Albert Charton⁸⁶ apud White, 1996)

Já o governo britânico encorajou as atividades de missionários, por meio de liberdade administrativa e subsídios, funcionando como uma parceria informal. O ensino, no entanto, ocorria, como no caso francês, em um sistema dual, em que o treinamento técnico e vocacional e prática acadêmica eram separados, princípio denominado de escolas “separadas, mas iguais”.

A atitude passiva do governo britânico em relação às missões nas colônias liberava das responsabilidades educacionais, tanto administrativas como políticas. No entanto, alguns documentos oficiais apresentavam sugestões em torno da preservação da língua de tribos e emanavam alguma apreciação pela diversidade cultural⁸⁷.

Os efeitos das políticas educacionais francesa e britânica nos domínios coloniais são variados. No caso argelino, no entanto, deve ser ressaltado o papel da escola francesa no desmonte da cultura e da identidade, pois:

⁸⁶ Albert Charton, durante longo tempo diretor de Educação em Dacar, foi responsável pela criação do Instituto Francês da África Negra, tornando-se Inspetor Geral de Educação do Ministério das Colônias em 1939.

⁸⁷ Sobre a política educacional francesa na África Negra, principalmente no período do Entre guerras, v. GAMBLE, 2009.

Se no período anterior à conquista, era possível contar com escolas que cultivavam o ensino da língua árabe em cidades e vilarejos, com a chegada dos franceses, essas instituições foram fechadas, criando-se um hiato de cinquenta anos até que se adotasse uma política para a educação primária na Argélia colonial. [...] Mesquitas e *zaouias* foram igualmente fechadas, o que comprometeu sobremaneira a livre difusão do Alcorão e do islamismo, cujos representantes passaram a ser controlados pelo governo colonial. (LAMEIRINHA, 2013)

Ao controlar o sistema educacional, a França passou a exercer certo controle sobre as representações possíveis, ao limitar o acesso à alfabetização e à transmissão dos saberes tradicionais ligados ao islamismo. No entanto, dá-se outro fenômeno: o surgimento de escritores de origem francesa, cujo exemplo principal é Albert Camus, e de escritores argelinos que usam a língua francesa, aquela ensinada nas escolas, que contavam em seu corpo docente com professores europeus, árabes e berberes:

A escola francesa foi determinante para a formação da elite intelectual muçulmana, que se expressaria, particularmente, por meio de sua produção literária, com o surgimento do romance magrebino de língua francesa, além de fundamentar as ações contra a política colonialista, a partir da criação de movimentos sociais e partidos políticos, cujo engajamento levaria à luta pela independência do país. (LAMEIRINHA, 2013)

Nesse ponto, a ideia de missão civilizatória empreendida pelas políticas da língua e da educação acaba tendo, como vimos, um efeito paradoxal. Ao pretender salvar o bom selvagem e alçá-lo à civilização - entendida como a civilização europeia, pois não há espaço para a existência de outra no discurso colonialista - há como resultado a emergência de um discurso contra hegemônico, baseado em representações estabelecidas a partir dos efeitos da própria ação colonizadora nesses setores. A presença da metrópole no território e a elite diversa que se formou acabaram, gerando entre outros grupos, aqueles contrários à presença do colonizador.

A manutenção do discurso hegemônico demanda, então, o reforço da representação do Outro, ou seja, do colonizado, por meio da simplificação e do pastiche.

As Exposições Universais foram palco privilegiado para essas representações. É o que veremos na próxima seção.

5.3. Missão civilizatória e representação: Exposições Universais

Sabe-se que o Camboja possui ruínas numerosas de monumentos antigos: essas ruínas, algumas das quais têm dimensão superior às de Karnak e Balbek, são testemunhos de uma civilização antiga bastante avançada e atesta o poder daquela raça, *hoje desaparecida*, que antigamente povoava a região entre o Mekong e o Grande Lago. [Relatório da Exposição Universal de 1889: 168, grifo nosso]

O contexto do final do século 19 foi de grande expansão industrial nos países europeus. Fenômenos como a metropolização⁸⁸ de cidades tiveram entre seus efeitos a concentração populacional nos grandes centros e o surgimento de “novas experiências e sensações”, resultantes da aglomeração (BARBUY, 1996).

Surgidas em 1851, as Exposições Universais consistiam na hipérbole quase absoluta da representação, pois os pavilhões reuniam, a um só tempo, com base numa visão europeia do mundo, os países mais avançados (incluindo os Estados Unidos) e aqueles mais atrasados, em termos do ideal de civilização, além dos países que, apesar de formalmente independentes, tinham na divisão internacional do trabalho o papel de fornecedores de mercadorias primárias, como Brasil e Argentina, entre outros.

A realização dessas exposições insere-se no contexto de interligação econômica crescente, no âmbito da expansão do imperialismo capitalista. As exposições baseavam-se

⁸⁸ Sem buscar uma explicação etimológica para o termo metrópole, é interessante notar que a palavra vem do grego, significando “cidade-mãe”, ganhando, em sua adaptação latina, o sentido de “capital de uma província”; assim, o emprego duplo (como cidade principal ou importante de um país ou da nação em relação às suas colônias) decorre, aparentemente, do uso.

na apropriação de representações não apenas idealizadas, mas adequadas à percepção europeia do Outro:

A exposição egípcia na Exposição Universal de 1889, realizada em Paris e na qual uma das atrações principais era a Torre Eiffel, por exemplo, chamou a atenção de um grupo de visitantes egípcios: “Ela foi concebida para assemelhar-se ao antigo aspecto do Cairo. [...] até a pintura dos prédios foi suja”. (MITCHELL, 1989)

A representação era cuidadosa. Para contribuir com o “efeito de Oriente”, foram importados pelos organizadores “burros, com seus condutores e o número necessário de cuidadores, ferreiros e seleiros”. (MITCHELL, 1989).

Os visitantes egípcios acabaram por partir depois de quatro dias, incomodados com o aspecto vulgar, para eles, da exposição, principalmente por uma característica bastante reveladora:

O embaraço final ocorreu ao entrar na mesquita e descobrir que, como o resto da rua, ela havia sido erguida como aquilo que os europeus chamam de fachada. ‘Seu formato externo era tudo o que havia de uma mesquita. Já em seu interior, havia sido montado como uma cafeteria, onde garotas egípcias dançavam com homens jovens e dervixes giravam. (MITCHELL, 1989)

Para AGERON (2005), os pavilhões coloniais constituíram um insucesso do ponto de vista da propaganda colonial, pois, apesar do esforço de representação realista empreendido (como visto acima), a percepção do exotismo havia superado a visão colonial:

Os visitantes podiam caminhar em souks argelinos e tunisinos e se divertiram com o espetáculo de um teatro anamita e de um concerto árabe. No entanto, os espectadores observavam sobretudo as dançarinas argelinas no estabelecimento chamado A Bela Fatma e os soldados negros e amarelos, esses últimos até então desconhecidos na França. (AGERON, 2005)

Os burros do Cairo, além disso, foram identificados por Abel Hermant como “abusivamente identificados como domínio colonial”. (AGERON, 2005). Como em outras situações, esse não era um exemplo isolado. O estrangeiro não europeu com frequência acabava ele mesmo tornando-se um item a ser exibido. Mesmo nos países nórdicos, que terão um papel fundamental na emergência do discurso da diversidade no final do século 20, foi comum a exibição de pessoas naturais de locais distantes como a África e a o Extremo Oriente, nos jardins zoológicos⁸⁹.

A função das Exposições Universais era, assim, a encenação da experiência direta de realidades objetificadas, ou seja, a ideia que as permeava não era a do simulacro, mas a representação, que buscava ser perfeita, mas que, como vimos acima, demonstrava ser construída, de uma realidade intrinsecamente colonial, por meio de objetos e das “coisas” em si (o Outro, ou seja, o não europeu), “organizados em vitrines e na ordem de sua evolução” (MITCHELL, 1989). A materialidade era o aspecto mais marcante das exposições, na forma de materialidades “construídas, tridimensionais, palpáveis e visíveis” (BARBUY, 1996)⁹⁰.

Qual a relação entre as políticas educacionais e da língua analisadas acima e as Exposições Universais? O caráter pedagógico, de instrução (ou reforço) em relação à hierarquia entre uma ideia de civilização que não admitia a existência simultânea de outras civilizações. Ao situar a civilização europeia como herdeira única das grandes civilizações do passado - e ao “apagar” qualquer possibilidade de continuidade entre essas civilizações e os povos que as haviam gerado, como se pode notar na citação que abre essa seção -, surge uma ideia fundada em um paradoxo: ao afirmar uma civilização única, exclui-se o diferente para, com base nesse conceito, afirmar uma igualdade, de um ponto de vista valorativo: a civilização europeia é o ideal ao qual se deve almejar por todas as civilizações; todas as civilizações devem, igualmente, buscar atingir esse ideal absoluto.

⁸⁹ A esse respeito, a declaração relativamente recente da historiadora dinamarquesa Rikke Andreassen é interessante: “Os europeus não estavam habituados a ver zebras, mas tampouco estavam acostumados a ver japoneses. Várias exposições foram formas de difusão - especialmente nos jardins zoológicos. Dessa maneira isso pode facilmente ser visto como um primeiro exemplo de ciência popular, combinada com entretenimento.” (Jornal Information, 21/09/2009. O tema é explorado em profundidade, em dinamarquês, em ANDREASSEN; HENNINGSEN, 2011)

⁹⁰ V. também a esse respeito FERREIRA et al (2010)

A civilização que não atinge o patamar (ou sua própria legitimação aos olhos do europeu) simplesmente não existe nessa ótica.

WILBURN (2008) descreve, do ponto de vista das representações da Índia em três Exposições, em Londres, 1886 (Exposição Indígena e Colonial), Exposição Franco-britânica (1908) e Exposição Imperial Britânica (1924). As representações nesses eventos baseavam-se principalmente na apropriação e manipulação de três representações icônicas daquele país, a cidade, o *bazaar* e o palácio, com base na importância desses aspectos para o poder imperial Britânico. A Índia é vista pelo autor citado como denotação de um aspecto de diferença, relacionado com a oposição “tradição” e “modernidade”. No entanto, como vimos, é preciso situar essa oposição; a “tradição” das grandes civilizações é assumida pelo europeu, formando, um complexo onde tradição e modernidade coexistem⁹¹.

Tanto a apoteose do Império colonial como o apogeu da ideia colonial estariam situados nos anos 1930 e 1931, correspondendo a uma efeméride e um acontecimento: o “Centenário” da Argélia e a Exposição Colonial de Paris. O sucesso das Exposições Universais e Coloniais poderia fazer supor que as ideias imperialistas fossem hegemônicas nas sociedades europeias. Bernard Porter (2008) dirige uma crítica, baseada nas “realidades” ao que entendia como visões exageradas simplificadoras, do impacto do “imperialismo” (nos dois casos, as aspas são empregadas por Porter) dos séculos 19 e 20. A relação do cidadão comum britânico com a ideia de Império era, no período citado, “complexa e ambivalente, menos impregnada ou afetada pelo imperialismo”, em relação às visões defendidas por outros autores, de tal forma que “muitos ingleses [...] ignoravam quase inteiramente [o imperialismo] ao longo da maior parte do século 19” (PORTER, 2008).

⁹¹ Os aspectos de superioridade da civilização europeia e do não europeu como pastiche são exemplificados nas figuras 2 e 3.

Figura 2: Cartaz da Exposição Colonial de 1922 - Leonetto Cappiello (1875-1942)



Fonte: Biblioteca Nacional da França (<http://catalogue.bnf.fr>)

Figura 3: Cartaz da Exposição Colonial de 1906 - Firmin Bouisset (1859-1925)



Fonte: Biblioteca Nacional da França (<http://catalogue.bnf.fr>)

O centro da argumentação de Porter é a presença do discurso imperialista no âmbito doméstico britânico, que, para ele, não poderia ser avaliada, apesar da presença sutil de representações na vida diária, em ilustrações e situações do dia-a-dia, como, por exemplo, veículos transportando chá importado circulando diariamente nas cidades.

Essa visão é consistente com o que ocorreu na França, onde os debates a respeito eram restritos a grupos específicos (além de políticos republicanos, militares e missionários, entre outros). Porter dirige sua crítica ao que chama de “teóricos’ culturais”, porque, ao colocar-se do lado do colonizado e expor a iniquidade do imperialismo e do sistema colonial, teriam exagerado a importância do discurso imperialista; além disso, pela ênfase dada aos aspectos discursivos, teriam desprezado os aspectos históricos:

Para mim, muitos “teóricos” culturais falharam de duas maneiras. Em primeiro lugar, simplesmente aceitaram a primazia do discurso imperial, sem nunca argumentar logicamente (o pré-requisito básico de uma “teoria”, certamente) a razão pela qual esse discurso deveria ser priorizado em relação a outros. Em segundo lugar, raramente possuíam algum conhecimento de história, independente do lado “imperial” em que se situassem [...] o que lhes deu menos material para testar suas “teorias”. Isso certamente se aplicou a Edward Said, que foi o criador de muitas dessas ideias. (PORTER, 2008)

Para Porter, o que definia a adesão ou apoio às teses imperialistas era a posição social - isso é, a relação material que cada indivíduo possuía com o fenômeno. Além disso, para esse autor, a presença do imperialismo na cultura ampla era mínima, não havendo uma menção a ele, por exemplo, nas escolas. A razão seria uma compreensão, baseada numa ideia de complementaridade social, ou seja, não se tratava de uma percepção de uma identidade nacional - ideia essa que seria distinta para cada classe social. Além disso, o impacto do imperialismo na sociedade britânica teria sido “desigual, matizado”. Esse fato teria intrigado alguns autores:

Price ficou impressionado [...] pelas diferentes percepções que havia do Império em casa e no “campo”. Na realidade, o Império era altamente vulnerável, em grande parte “dirigido pelos colonizados e não pelos colonizadores”, e muitas vezes brutal. (PORTER, 2008)

De nosso ponto de vista, apesar de não haver uma circulação dos ideais imperialistas na sociedade em geral, trata-se de um discurso hegemônico, pois a contestação a esse discurso refere-se ao próprio discurso hegemônico para se estabelecer. Discordamos, portanto, de Porter, que parece confundir “discurso hegemônico” com “discurso prevalente”:

A ideia de que o "imperialismo" possa ter sido um “discurso” muito mais importante que muitos outros historiadores provincianos costumavam admitir, ou mesmo “hegemônico”, é interessante e pode até parecer provável, mas ainda precisa ser avaliada em confronto com os “fatos”, a fim de ver como ela se encaixa. Deve ser usada como uma hipótese, não uma fórmula. (PORTER, 2008)

O “imperialismo” doméstico, para Porter, era afetado por outros discursos, não relacionados diretamente com essa questão, como, por exemplo, a forma que a apresentação nas escolas da ideia de “Império-Commonwealth” passou a ser feita depois da Primeira Guerra, o que teria ocorrido “por causa do poder de discursos alternativos do ‘liberalismo’ e ‘internacionalismo’ da época”.

5.4. Jan Smuts e os primórdios da UNESCO

Primeira pessoa a empregar o termo “apartheid”, em 1917⁹², o Marechal de campo Jan Smuts, primeiro-ministro da África do Sul, então com setenta e cinco anos, era o delegado mais idoso na Conferência de São Francisco, tendo participado de forma decisiva na criação da Liga das Nações. Seu principal desígnio, como era a expectativa geral, era criar uma organização que não falhasse na manutenção da paz da mesma forma que sua antecessora havia falhado. Para Smuts, os responsáveis pela redação da Carta das

⁹² Os princípios que norteavam o sistema foram estabelecidos com o *Native Labour Regulation Act* (1911), que considerava que os africanos, ou seja, os não brancos, que não cumprissem um contrato de trabalho estariam cometendo um crime.

Nações Unidas original, em Dumbarton Oaks, haviam sido realistas na tarefa, pois haviam, ao mesmo tempo, reconhecido a responsabilidade das potências e buscado obter o apoio para a Organização (MAZOWER, 2009:29).

Smuts era, acima de tudo, uma figura do império - do Império Britânico à altura de seu poder global. Imponente figura na política sul-africana desde a época do final da Guerra dos Bôeres (1899-1902)⁹³, produziu a constituição da União Sul-Africana e auxiliou na garantia da reincorporação do país destruído pela guerra no sistema imperial britânico (MAZOWER, 2009:30).

Participante ativo da política de seu país, acabou sendo atraído para o *establishment* britânico e tornou-se ideólogo da Comunidade Britânica (Commonwealth). Para Mazower:

Se os impérios coloniais modernos foram obra de uma única geração do final do século 19 [...] Smuts foi um dos principais membros da geração seguinte, a que buscou prolongar a vida de um império de dominação branca por meio da cooperação internacional. (MAZOWER, 2009:30)

Retomaremos no próximo capítulo o papel de Smuts na criação da UNESCO; no momento, basta dizer que ele participou da criação da Organização que a antecedeu.

⁹³ Nesse conflito, cuja origem remete a uma longa disputa sobre o controle de minas de ouro, as tropas britânicas, auxiliadas pelas colônias do Cabo, de Natal e aliados nativos e voluntários do Império Britânico, derrotaram duas nações bôeres, a República do Transvaal e o Estado Livre de Orange. Um dos principais resultados dessa guerra foi a criação da União Sul-Africana, em 1910, com o estatuto de Domínio do Império Britânico. O primeiro-ministro eleito na ocasião, Louis Botha, governou até 1919, sendo sucedido por Jan Smuts. Em 1961, foi declarada a República da África do Sul.

5.5. Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual

A história da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura pode ser traçada, embora existam continuidades e descontinuidades entre ambos (PEMBERTON, 2012) a partir de seu antecessor, o IICI. Ambos os organismos, no entanto, lidaram com um aspecto extremamente complexo da cooperação intelectual: a dicotomia entre “unidade” e “diversidade”.

Essa dicotomia pode ser, no entanto, analisada do ponto de vista de duas outras categorias: “igualdade” e “desigualdade”, as quais, por sua vez, estabelecem relações semânticas e discursivas mais amplas, com categorias como “identidade”, “homogeneidade”, “classificação” e “regularidade”, no campo da igualdade, e “diferença”, “heterogeneidade”, “distinção” e “mudança”, no campo da diferença. A dicotomia citada será retomada mais adiante, principalmente no que se refere à dificuldade do “isolamento” entre “igualdade” e “diferença”. Neste momento, é suficiente ressaltar o fato de que as categorias dicotômicas citadas funcionam como definições das categorias opostas. Por exemplo, a classificação pressupõe, ao mesmo tempo, como fator de agregação de elementos que possuam aspectos semelhantes (ou idênticos), isolando-os de outros elementos. No extremo, a “igualdade” é o espaço do “diferente”, desde que seja determinada uma categoria, única, como fator de identidade. Em outras palavras, “igualdade” e “indiferenciação” não são sinônimas, mas formas de se referir à possibilidade de estabelecimento de grupos. Não se trata aqui de igualdade formal (“todos são iguais perante a lei”), porque nessa forma de igualdade é a proposição que estabelece essa condição. Por outro lado, por exemplo, a “tolerância” pressupõe uma relação entre indivíduos e a admissão de característica, comportamento ou forma de pensar distinta. Ou seja, não há igualdade, mas apenas a “diferença” consentida. Retornaremos a essa questão mais adiante.

Voltando ao contexto do final da Primeira Guerra mundial (1914-1919), a cooperação intelectual multilateral passa a ser compreendida como uma das facetas do

sistema internacional. Havia a percepção da necessidade do estabelecimento de uma organização internacional voltada para a cooperação em todos os aspectos da “atividade humana mais elevada”.

A necessidade de um organismo técnico, que teria uma participação muito mais ampla e em que a cooperação seria mais próxima do que nos aspectos políticos da Liga das Nações, era considerada óbvia (VALDERRAMA, 1995). O Secretário-geral da Liga, Sir Eric Drummond, já afirmava que o desarmamento militar deveria ser precedido do desarmamento mental (PEMBERTON, 2012). Portanto, a cooperação intelectual era vista como um dos fundamentos da ação da Liga das Nações na busca da paz duradoura.

A Assembleia da Liga das Nações aprovou, em 1921, uma resolução que autorizava a criação, pelo Conselho da Liga, de uma comissão dedicada ao estudo dos aspectos relativos à cooperação intelectual. A Comissão Internacional para a Cooperação Intelectual, estabelecida em janeiro de 1922, seria o órgão responsável pelo esforço no sentido de melhorar as relações entre os países. Para o representante francês no Conselho da Liga das Nações, Léon Bourgeois, a Comissão possuía certa ascendência sobre a Liga, porque foi o contexto da existência de uma vida intelectual internacional rica consolidada antes da guerra que permitiu a criação da instituição (PEMBERTON, 2012).

Criado em 1926, tendo sua sede em Paris, o Instituto contava em sua estrutura com seis seções: Negócios em Geral (*General Business*), Relações Acadêmicas (*University Relations*), Informação Científica e Relações Científicas, Legal, Relações Artísticas e Literárias e Informação. Apesar do intento grandioso, o Órgão contava com fundos limitados.

O objetivo da cooperação internacional foi definido como sendo “garantir o progresso da civilização em geral e do conhecimento humano”, especialmente o desenvolvimento da disseminação “das ciências, letras e artes”. Além disso, deveria servir para criar um estado de espírito propício para a resolução pacífica dos problemas internacionais no âmbito da Liga das Nações.

Em 1931, o Comitê Internacional para a Cooperação Intelectual Internacional criou o Comitê permanente para as Letras e as Artes da Liga das Nações, que viria a se tornar,

com o advento da UNESCO, o Setor Cultural. O Comitê organizou uma série de encontros anuais, num total de oito, em que participaram escritores como Paul Valéry e Thomas Mann, com temas genéricos como “Goethe”, realizado em Frankfurt (1932) e “O futuro da Cultura” (Madri, 1932). Nos documentos produzidos por ocasião deste segundo encontro, é possível estabelecer as bases do conceito de cultura com o qual se lidava naquele momento, principalmente no que se refere aos aspectos da paz e segurança (“O futuro da civilização está intimamente subordinado à manutenção da paz”), de universalidade (“O futuro da cultura está associado ao desenvolvimento de seus elementos universais, os quais, por sua vez, dependem da organização da humanidade enquanto unidade moral e legal”), de diferença (“A cultura nacional não pode ser concebida de outra maneira que em relação às culturas nacionais limítrofes e à cultura universal, que as engloba.”) e de hierarquização (“Como o futuro da cultura está associado com a seleção dos indivíduos mais bem dotados, é extremamente importante estudar a melhor forma de selecionar os jovens destinados à cultura, com vistas a assegurar a descoberta e desenvolvimento de talentos naturais”).

Além dessas regularidades, nota-se o aspecto de governança, associado aos aspectos de paz e segurança, da universalidade, de diferença e de hierarquização. No encontro de 1934, em Veneza, destaca-se a seguinte afirmação sobre o papel do Estado nas artes:

No que diz respeito à arte, o Estado não tem direitos, mas sim funções, que podem assumir diversas formas: conservação das obras do passado, a preparação das gerações vindouras, a proteção dos artistas e assistência aos deserdados (apud VALDERRAMA, 1992).

Os demais encontros ocorreram em Paris (1933), como tema “O futuro do espírito europeu”, no qual houve, apesar das dificuldades políticas, concordância em torno da existência de uma identidade europeia; Veneza (1934), sob o tema “Arte e realidade. Arte e o Estado”; Nice (1935), “A formação do homem moderno”; Budapeste (1936), “Rumo a um novo humanismo”; Buenos Aires (1936), “Europa-América Latina”; Paris (1937) “O futuro

das Letras”. A eclosão da Segunda Guerra impediu a continuidade dos encontros. O tema do nono encontro, planejado para 1939, seria “Status e vida”.

Ao final do conflito, os arquivos do Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual foram transmitidos para o órgão que o sucederia, a UNESCO. Assim, os debates em torno dos fenômenos culturais contaram com esse repositório de documentos, e, principalmente, com os esforços de conceituação de seu âmbito de atuação. No entanto, o contexto seria outro. Enquanto a primeira quadra do século 20 havia se desenrolado sob o sistema baseado no neoimperialismo europeu do final do século 19, quando o sistema capitalista passou a abranger a maior parte do planeta, a segunda metade do século 20 caracteriza-se pela descolonização, pela emergência do chamado Terceiro Mundo e pelo mundo bipolar da Guerra Fria.

A origem da UNESCO deve ser vista no contexto da guerra, com os discursos prevalentes, no sentido de hegemonia. Mais do que isso, a atividade normativa da Organização pode ser vista como uma continuidade das atividades de mesma natureza empreendidas pelo Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual (IICI).

São iniciativas com escopo semelhante, ambas tendo como contexto situações de beligerância e, conseqüentemente, a busca e manutenção da paz. Além disso, várias pessoas estiveram presentes na origem de ambos os órgãos, como o citado Jan Smuts, por exemplo. Essa continuidade será analisada no próximo capítulo.

6. Diversidade, descolonização, Guerra Fria (1945-1985)

Os capítulos anteriores serviram como uma introdução à análise dos documentos legais da UNESCO, encetada neste capítulo e no próximo. Em grande medida, a complexidade e abrangência do tema cultura, apresentado no capítulo 2, dialoga com o conceito (ou “dimensão”) antropológico, que situa no campo das relações culturais as práticas e os efeitos destas sobre a esfera política e econômica.

A principal questão é tentar avaliar como os aspectos tão diversos apresentados naquele capítulo podem ser abordados por meio de definições que operam, por vezes simultaneamente, como categorias de análise e como categorias de prática.

Os pressupostos teóricos apresentados no capítulo 3 lidam com essa complexidade, ao propor um enfoque simultaneamente multidimensional e transversal, e que resvala em aspectos como a questão da ideologia e do papel das ideias na construção discursiva, organizada por meio de narrativas e das representações.

No capítulo 5, prosseguimos com a abordagem bipartida, entre categorias analíticas e práticas, examinando as relações entre imperialismo e seu homólogo, o colonialismo, em função de sua relevância para as relações culturais, principalmente quanto à imposição de valores e normas por meio da educação, das políticas para língua e das representações hierarquizadas, exemplificada pelas Exposições Universais. Ao final do capítulo, foi rapidamente introduzido o aspecto de continuidade entre o órgão dedicado às relações culturais no Entre Guerras, o IICI, e a própria UNESCO.

Neste capítulo, essa relação será analisada com mais vagar e, em seguida, passaremos à análise dos documentos legais. Os principais temas levantados referem-se à relação da questão colonial no estabelecimento da ONU e da UNESCO. Teria havido transformação radical da estrutura de poder no Pós Guerra? Como as ideias em torno do imperialismo e do colonialismo foram afetadas pela criação da ONU? Como foram conciliados os princípios da igualdade soberana e a dominação por parte das potências?

6.1.Descolonização e Guerra Fria

O período 1945-1985 concentra uma série de marcos históricos importantes, como a assinatura do Tratado de Roma (1957), que constituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM), em processo que, por meio da integração econômica progressiva, levaria à união política, ou o envio de tropas norte-americanas para a Guerra do Vietnã e invasão da República Dominicana (1965); uma série de golpes de Estado, como, por exemplo, na Indonésia, no Togo e na Grécia. Che Guevara foi capturado e executado na Bolívia. Em 1967, ocorre o início da Guerra dos Seis Dias, em que Israel atacou Egito, Síria e Jordânia. O período é caracterizado pela chamada Guerra fria, mas também foi palco da primeira transmissão mundial de TV via satélite (*All you need is love*, dos Beatles). A popularização da televisão, o papel do cinema e as explorações espaciais, além do movimento da contracultura são todos aspectos de uma modificação intensa de múltiplos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

O processo de descolonização ocorre de forma mais acentuada após o final da Segunda Guerra Mundial. Acontece, segundo VAÍSSE (2013), em duas etapas: a primeira, no Oriente Médio e sudeste da Ásia; a segunda ocorre na África do Norte e na África subsaariana, tendo como marco inicial o ano de 1955. Nessa ocasião, é realizada a Conferência de Bandung, na qual se decidiu, por unanimidade, que fosse acelerado o processo de descolonização. No mesmo ano, houve a decisão norte-americana e soviética de não mais limitar a admissão de novos membros na ONU.

A Segunda Guerra ocasionou uma modificação profunda nas relações entre as antigas metrópoles e as colônias, pois expôs a fragilidade dos países europeus. Na região do Pacífico, esse processo relaciona-se também com a derrota do Japão. A causa da influência desse evento pode ser situada no contexto do conflito global:

Em uma proporção que poucos perceberam no Ocidente, a humilhação japonesa infligida ao homem branco em 1941 e 1942 - juntamente com eventos em curso na Índia e em outros lugares - preparou o caminho para o rápido fim do domínio colonial. (COLBERT, 1973)

Trata-se de referência principalmente aos ataques japoneses em Pearl Harbor, que, de certa forma, expuseram uma possível fragilidade da potência norte-americana e, em consequência, das potências europeias, as quais, além disso, encontravam-se em ruínas.

Outro fator que colaborou com o processo de descolonização é a posição tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética, em torno de um ideal anti-imperialista, no sentido da expansão territorial,⁹⁴ e o fortalecimento de uma elite nacionalista local. O processo de independência⁹⁵ torna-se irresistível, modificando os parâmetros em torno dos quais as antigas metrópoles teriam que atuar daquele momento em diante.

Em retrospecto, podemos ver que a decisão verdadeiramente importante a serem feitas por Paris e Londres depois de 1945 não se referiam se as colônias teriam sua independência, mas a qual facção nacionalista favoreceriam com seu apoio e em quais áreas do território essas novas elites políticas teriam a permissão de governar. (SMITH, 1978)

O não alinhamento era visto como uma luta contra o colonialismo (BROWN, 1966), um protesto contra a existência baseada inteiramente em função de outros. Para esses países, lutar contra o racismo e contra a pobreza era tão importante quanto à disputa pela hegemonia global travada entre os Estados Unidos e a União Soviética e o neutralismo era um compromisso moral, pois não fazia sentido obter a independência para submeter-se à esfera de influência de uma das potências. Mesmo o auxílio oferecido por Estados Unidos, Europa e China era considerado uma forma de manipulação. (BROWN, 1966)

⁹⁴ A União Soviética acreditava que a descolonização iria enfraquecer os países ocidentais, passando a apoiá-la, abertamente, a partir de 1956. Já os Estados Unidos viam na luta anticolonial um aspecto sentimental e histórico (VAÍSSE, 2013).

⁹⁵ O termo “descolonização”, originário da língua inglesa, é considerado excessivamente eurocêntrico por alguns estudiosos, pois não levaria em conta o papel ativo dos países colonizados na luta pela independência (LIAUZU, 2007)

Entretanto, as percepções, principalmente norte-americanas, focavam especialmente na dicotomia Leste-Oeste da Guerra Fria, ou seja, desprezava totalmente os discursos sobre “diferenças raciais e religiosas”. (CONNELLY, 2000) Duas figuras, entre várias, foram importantes no processo de descolonização afro-asiática: Nehru e Sukharno, por seu papel como ideólogos da autodeterminação e da descolonização.

6.1.1. Nehru

Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro da Índia entre 1947 e 1964, protagonizou relações tensas de seu país com os Estados Unidos. A política externa de Nehru, defensor do não alinhamento, é um exemplo privilegiado dessa tensão. Ao mesmo tempo em que reprimia a atividade comunista na Índia, não adotou uma política externa anticomunista, assumindo uma postura voltada para a autodeterminação nacional. Essa escolha política foi baseada também em aspectos como a proximidade territorial de seu país em relação à União Soviética e China, a posição de fraqueza em seu contexto geográfico, com os conflitos com o Paquistão em relação à Caxemira, e o interesse mais profundo nos temas relacionados com o subcontinente asiático e com a própria questão colonial. Todos esses fatores faziam com que o país não desse tanta importância ao conflito Leste-Oeste (MERRILL, 2000). O distanciamento da Índia em relação às duas potências surgidas no Pós Guerra é analisado por alguns autores como tendo um fundo, entre outros aspectos, cultural:

Como a Guerra Fria substituiu a Segunda Guerra Mundial como cruzada definidora na política externa dos EUA, a antipatia de Washington para com o nacionalismo do Terceiro Mundo se aprofundou e as relações indo-americanas sofreram. De fato, a história conturbada das relações da América com a Índia independente sugere que as ironias da história mundial, as barreiras culturais duradouras e os caprichos da política de poder continuaram a manter as duas nações à parte. (MERRILL, 2000)

Com o avanço do processo de descolonização, por seu papel como ícone do nacionalismo terceiro-mundista - compreendido aqui em sua dimensão de busca pela autodeterminação -, a Índia era vista por Washington como um empecilho para a política externa norte-americana da Guerra Fria. O país asiático, além de assumir posições contrárias às americanas em diversos aspectos, ainda buscou dialogar com União Soviética e China. Índia, Indonésia, e Egito de Nasser, tornaram-se líderes afro-asiáticos, em processo que incluiu a Conferência de Bandung de países não alinhados, em 1955 (MERRILL, 2010).

6.1.2. Sukharno

Entre 18 e 24 de abril de 1955, representantes de vinte e nove países da Ásia e da África reuniram-se em Bandung, para uma conferência que teve repercussão pela exclusão das duas potências nucleares, ou seja, na quebra, pelo menos do ponto de vista simbólico, do *status quo* de subordinação em relação às potências, prevalente no período anterior à Segunda Guerra.

Na Indonésia, esta conferência [...] ainda tem um significado monumental para sua narrativa nacional pós-independência, colocando a Indonésia e seu líder Sukarno firmemente no mapa do mundo do Pós Guerra. Fora da Indonésia, a conferência ganhou a denominação popular de “Conferência de Bandung”, representando o momento mítico em que os dinamismos combinados dos Estados independentes e descolonizados da Ásia e da África monopolizou o centro do palco nas Relações Internacionais. (SHIMAZU, 2014)

Se do ponto de vista simbólico a Conferência foi extremamente importante, do ponto de vista pragmático não houve qualquer tipo de consequência direta. Além de não

ter sido criado qualquer tipo de instituição, as divisões ideológicas entre os participantes, em termos do alinhamento e das questões geopolíticas regionais, foram expostas claramente (SHIMAZU, 2014). Em seu discurso em Bandung, Sukarno, presidente da Indonésia entre 1945 e 1967 afirmou que:

Por muitas gerações, nossos povos foram aqueles sem voz no mundo. Somos os ignorantes, os povos para quem as decisões foram tomadas por outros, cujos interesses eram primordiais, os povos que viviam na pobreza e humilhação. (SUKARNO, 1955)

Ou seja, há uma ligação entre a condição de colonizado, submetido ao domínio de potências estrangeiras e que não podia decidir seu próprio destino, o que, além de demonstrar oposição clara ao pensamento imperialista, irá ter um desdobramento, do ponto de vista moral, ou seja, como fator de diferenciação do discurso hegemônico enfraquecido:

[D]e repente, nos deparamos com a necessidade de dar conteúdo e significado à nossa independência. Não apenas conteúdo material e significado, mas também o conteúdo ético e moral, pois a independência sem ética e sem moral seria de fato uma imitação pobre do que buscamos.

Não bastava, portanto, a independência. Eram necessários os aspectos ético e moral, considerados fundamentos de legitimidade. Esses conteúdos teriam que ser defendidos de alguma forma, pois os países presentes à Conferência tinham consciência de sua posição inferior, do ponto de vista militar, principalmente, em relação a Estados Unidos e União Soviética. Seria necessário agrupar os países africanos e asiáticos, com base em fatores comuns. Sukarno afirma, sem pretender eliminar a ideia da diferença, que a diversidade entre os povos não seria um obstáculo para essa união em torno da ideia de autodeterminação:

Somos de muitas nações diferentes, somos de diferentes origens sociais e padrões culturais diferentes. Nossos modos de vida são diferentes. Nossos

personagens nacionais, ou cores ou motivos - como queira - são diferentes. Nossas características raciais são diferentes, e mesmo a cor de nossa pele é diferente. Mas o que isso importa? A humanidade está unida ou dividida por outras considerações. O conflito não vem de uma variedade de peles, nem de uma variedade de religiões, mas de uma variedade de desejos. (SUKARNO, 1955)

Surge aqui, de forma embrionária, uma ideia de “diversidade”, compreendida enquanto o apagamento, no caso, do ponto de vista estratégico, das diferenças, com a finalidade de se atingir um objetivo comum, a autodeterminação. Veremos na próxima seção como essa ideia de diversidade é articulada do ponto de vista teórico.

6.2. Conceito de diversidade

O desafio à hegemonia das metrópoles colonialistas surge concomitantemente à ascensão da ideia de “diversidade”. Há uma “virada” epistemológico, que faz com que, pelo menos em alguns círculos acadêmicos, intelectuais e científicos, a ideia de “civilização” e o conceito humanista de cultura que lhe servem de base é enfraquecido. O conceito antropológico, aos poucos, ocupa esse espaço.

6.2.1. Conceito antropológico de cultura

Para REEVES (2005), o conceito antropológico já estava totalmente desenvolvido no começo da Segunda Guerra Mundial. Não nos interessa aqui estabelecer sua genealogia (ou “arqueologia”, em termos foucaultianos), mas sua adoção teve um aspecto

fundamental, o de ser um conceito totalizante e útil para caracterizar comunidades como um todo, o que permitia a descrição teórica dessas comunidades.

6.2.2. Diversidade

No capítulo 5, foi desenvolvida a ideia de que a visão imperialista e colonialista, ao hierarquizar, com base na noção de civilização, sociedades e povos diferentes, excluiu, de forma sistemática, a possibilidade da ideia de igualdade, a qual era restrita às populações das potências europeias. Ao longo do tempo, graças ao discurso antropológico, o qual, por meio do conceito antropológico de cultura, asseverou a igualdade entre as diversas formações culturais.

A questão da igualdade reveste-se de aspectos múltiplos. Um fator preponderante nessa questão é a oposição entre o “natural” e o “cultural”. Se, por um lado, a constituição comum, natural, do ser humano é similar, essa similaridade é mediada pelo cultural⁹⁶. Essa oposição é manifestada, por exemplo, na simultaneidade da igualdade natural e das práticas e conhecimentos globais e locais.

Para analisar a expressão do conceito de igualdade, ligado, no discurso sobre cultura da UNESCO, à ideia de diversidade, faremos uma breve incursão pelas noções de igualdade e pluralismo, relacionando-os com o contexto do período da Guerra Fria e o processo de descolonização. Em seguida, serão analisados os documentos legais da UNESCO, no período 1945-1985, tendo como foco essas noções.

Aqui, o argumento a que nos referimos está na relação entre o discurso do pluralismo e da diversidade e sua apropriação pelas antigas metrópoles. Paralelamente, a

⁹⁶ Ou, talvez, fosse mais apropriado falar aqui em “ideológico” ou “discursivo”.

noção antropológica se faz presente nos documentos legais citados, em oposição ao discurso imperialista e colonialista.

6.2.2.1. Igualdade

Para Bhikhu Parekh (1998), a igualdade não pode ser considerada apenas do ponto de vista da uniformidade humana. Uma teoria desse tipo seria “filosoficamente incoerente e moralmente problemática”. O mesmo autor esclarece o fundamento da igualdade nesse sentido:

Os seres humanos são considerados iguais porque possuem características comuns ou, pelo menos, similares; dessa maneira, a igualdade consiste meramente em tratá-los do mesmo modo, dando-lhes a todos o mesmo conjunto de direitos. (PAREKH, 1998)

Em sua elaboração, Parekh relaciona essa visão de igualdade natural com o privilégio dado à visão hierárquica entre povos; essa condição estaria ligada ao acesso a direitos, pois:

Como os seres humanos são considerados como possuindo basicamente as mesmas características naturais, apenas um modo de vida é considerado como digno. Assim, a igualdade é garantida apenas àqueles que a merecem, ou àqueles que tenham sido civilizados. (PAREKH, 1998)

Essa conexão imediata entre igualdade natural e acesso a direitos é desafiada por uma série de visões concorrentes. Noções como “interculturalidade”, “multiculturalismo” e “pluralismo” são articuladas de modo a elaborar a relação entre “igualdade” e “diferença”.

6.2.2.2. Intercultural

A primeira noção, a de interculturalidade, evidencia narrativas simultâneas e dinâmicas. Em nosso entendimento, essa noção opera simultaneamente com o aspecto da delimitação entre culturas, o que faz com que ideias como “comunicação intercultural”, por exemplo, faça sentido. No entanto, essa compreensão nos parece pouco apropriada, pois, não pressupõe a multiplicidade cultural, mesmo em espaços restritos. Além disso, no caso das Relações Internacionais, nem todo contato transfronteiriço é, necessariamente, intercultural, podendo ser feito entre minorias e diásporas. Similarmente, como se sabe, nem todo contato no interior de uma mesma fronteira nacional ocorre no seio de uma única cultura.

Há visões divergentes a esse respeito, que veem no intercultural uma instância do multicultural:

(O) conceito de interculturalidade pode ser comparado com o conceito de multiculturalismo, este último entendido como um espaço delimitado, estático, no qual culturas diferentes convivem numa ignorância fechada em si mesma e silenciosa. Mas, na realidade, o espaço multicultural existe como resultado de movimentos interculturais, multidirecionais e recíprocos [...]. (SARMENTO, 2014)

6.2.2.3. Multicultural

O “multicultural” estaria, assim, relacionado com a noção de “comunicação intercultural”. Como visto, consideramos a ideia de “interculturalidade” pouco adequada

para lidar com questões internacionais, pois a mesma pode se referir a contextos domésticos e comunitários. Além disso, a noção sugere a existência de “limites” ou “fronteiras” entre culturas, não levando em conta a possibilidade de pertencimento (ou de autorrepresentação) múltipla simultânea.

No entanto, multiculturalismo pode operar tanto como categoria analítica, social e científica, quanto um objeto de discurso público e debate político (HARTMANN, 2015). Uma definição, de Peter Kivisto, demonstra essa última característica:

O multiculturalismo pode ser entendido como um projeto - um projeto moral - com o objetivo de aprender a viver com a diversidade de maneiras que promovam a igualdade, a justiça e níveis ampliados de solidariedade social baseada no reconhecimento mútuo e no respeito, no diálogo e intercâmbio intercultural e na distribuição equitativa dos recursos. (in HARTMANN, 2015)

Temos, assim, reiterada a questão da igualdade e da diferença, ligada ao diálogo e intercâmbio. Essas relações são abordadas na noção de pluralismo.

6.2.2.4. Pluralismo

Pode-se entender o pluralismo como a ideia de que os sistemas políticos, sociais e culturais podem ser interpretados como o resultado de uma multiplicidade de fatores ou concebidos como integrados por uma pluralidade de grupos autônomos, porém interdependentes.

O pluralismo tem uma longa tradição na Filosofia, que remonta a Empédocles (490-430 a.C.) e os Atomistas⁹⁷, constituindo uma visão alternativa ao monismo de Parmênides

⁹⁷ Essa escola filosófica (século V a.C.) tem como princípios o átomo e o vazio, que combinam-se em inumeráveis arranjos, ao colidirem uns com os outros no vazio, os quais, ao se combinarem, dão forma as substâncias visíveis do mundo.

(530-460 a.C.) e ao dualismo de Descartes (1596-1650). Enquanto o monismo supõe a realidade como unidade e simultaneidade dos fenômenos naturais, o dualismo aceita apenas dois tipos de existência.

O pluralismo baseia-se numa série de oposições, como, por exemplo, entre multiplicidade e unidade, diferença e igualdade. Como doutrina metafísica, o pluralismo pode ser visto em duas correntes distintas, a substantiva e a atributiva. Na primeira, o mundo é composto por infinitas substâncias, irreduzíveis umas às outras. Já na vertente atributiva, a multiplicidade está na diversidade de atributos e propriedades distintas.

Na tradição pluralista mais recente, temos Wittgenstein, que a situa na multiplicidade de jogos de palavras no discurso comum. No pós-modernismo, François Lyotard aponta a multiplicidade de significantes, gêneros do discurso e estratégias narrativas. A unidade e a totalidade de pensamento, discurso e ação dão lugar à diversidade e heterogeneidade da experiência humana.

Como vimos, tanto nos discursos da descolonização de Nehru e Sukharno, como nas discussões mais abstratas em torno da igualdade, os fenômenos culturais, em suas articulações em “intercultural”, “multicultural” e “pluralismo”, lidam com a tentativa de conciliar aquilo que é semelhante ou idêntico e aquilo que é diverso ou desigual. Essa composição pode se dar por pragmatismo, como no discurso de Sukarno, ou por aspectos éticos e morais. Enquanto ideal político, essa conciliação adquire diferentes formas, e é nesse sentido que a análise dos documentos é feita a seguir, tendo, especificamente.

6.3.Contexto da criação do sistema ONU

A elaboração conceitual feita nas seções anteriores, assim como o contexto do final da Segunda Guerra, surgem como substrato da criação do sistema ONU e, conseqüentemente, da UNESCO. Esse processo não se dá na forma de ruptura, mas de

uma continuidade, em termos de atores e da persistência de alguns discursos, simultaneamente com a emergência de outros discursos, estabelecendo-se, assim, um confronto discursivo que terá como resultado a coexistência de discursos antagônicos. No caso da UNESCO, trata-se de resquícios do conceito humanista e da proeminência do conceito antropológico de cultura.

6.3.1. Antecedentes

Retomamos na sequência o caráter de “permanência” entre o período do Entre Guerras e o contexto da criação da ONU e da UNESCO.

6.3.1.1. ONU como permanência

Quanto ao contexto e os primórdios da criação da ONU, duas interpretações permitem situar a questão da relação de poder do Entre Guerras e a forma pela qual essa relação refletiu-se no novo organismo. Essas interpretações são oferecidas por dois historiadores britânicos, Dan Plesch e Mark Mazower.

Plesch⁹⁸, a partir de pesquisa em arquivos, sugere que a Organização das Nações Unidas nasce em 1942, estando, portanto, funcionando em termos práticos ao longo da Segunda Guerra. Plesch dedica-se especialmente à *Carta do Atlântico* (1941), à Dumbarton Oaks (1944) e às conferências de Yalta e São Francisco (1945), em que foi assinada a *Carta das Nações Unidas*. Para esse autor, embora a existência prática das Nações Unidas date

⁹⁸ A apresentação da visão de Plesch foi baseada principalmente em WEISS; PLESCH, 2015 e WEISS; ROY, 2016.

de 28 de dezembro de 1941, quando Roosevelt decidiu empregar o termo “Nações Unidas”, ao invés de Forças Aliadas (*Associated Powers*), para denominar a aliança contra Alemanha, Itália e Japão, ao final da guerra era necessário imprimir um novo ponto de partida para a Organização, pois não seria politicamente adequado admitir que a ONU teria sido pensada conjuntamente por americanos, britânicos e soviéticos durante o conflito (DYKMANN, 2009; PLESCH, 2011). Plesch, no entanto, reconhece que a ideia da criação de uma organização para a governança militar e econômica encontrava oposição por parte dos chamados “Três grandes”.

O ponto importante, embora seja possível argumentar que, do ponto de vista institucional, não se pode confundir as Nações Unidas de Roosevelt com a ONU, é encontrar certa continuidade, do ponto de vista discursivo, entre ambos. Da mesma forma, pode-se afirmar uma continuidade entre a Liga das Nações e a ONU (DYKMANN, 2009).

Mark Mazower (2009) percebe a existência de permanências na Organização, em relação ao início do século 20 e a Liga das Nações (DYKMANN, 2009), por meio de uma análise de sua origem ideológica e do pano de fundo intelectual de atores-chave da época, principalmente Jan Smuts⁹⁹, primeiro-ministro da África do sul e Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro da Índia, que teriam, respectivamente, articulado e demolido a ideia de “internacionalismo imperial” de Smuts. Além desses dois nomes, Alfred Zimmern, cientista político, teórico do internacionalismo do Entre Guerras foi um dos principais defensores da ideia da Liga das Nações. Smut e Zimmern tiveram papel de destaque na cooperação internacional cultural, tanto no Entre Guerras como no período de fundação da ONU.

⁹⁹ “Smuts e outros teóricos do Império Britânico haviam se voltado para o conceito de comunidade [commonwealth] para imaginar uma forma de unir nações em torno de uma causa comum pelo bem da democracia. Na sua visão, a África do Sul deveria continuar pertencendo ao império para cumprir sua missão de arauto da civilização para o Continente Negro” (MAZOWER, 2009: 20)

6.3.2. Criação da UNESCO

Since the wars begin in the minds of men, it is in the minds of men that the defences of peace must be constructed.
(Constituição da UNESCO)

A criação da UNESCO¹⁰⁰, como vimos no capítulo 5, é uma decorrência direta do Entre Guerras, sendo que a nova Organização substitui o IICI¹⁰¹. A Organização estabelecida após a Primeira Guerra Mundial e administrada pelo *Comitê Internacional para a Cooperação Intelectual* (CICI) foi fundada em Paris e teve seus custos de instalação e custeio cobertos pelo governo francês.

A Liga das Nações, resultante de um conflito europeu, não permitiu aos países não europeus independentes assumir o espaço que estes desejavam assumir (DUMONT, 2013)¹⁰². No entanto, há uma atenção, no caso da Liga, em nível nacional, dada por alguns países europeus em relação à América Latina (idem, ibidem), o que demonstra uma leve corrosão do sistema hierárquico do período anterior à Primeira Guerra. No entanto, no Entre Guerras não há ainda um movimento de descolonização mais intenso, que só viria a ocorrer após o segundo conflito mundial. Com isso, a estrutura institucional da cooperação intelectual e a própria Liga das Nações expõem certo vazio, em termos de participação, que será reivindicado durante e após o processo de descolonização.

Os fluxos de contatos culturais haviam crescido antes da Primeira Guerra, principalmente na forma de intercâmbios de professores. Para os países latino-americanos, já independentes, essa forma de cooperação cultural era vista como ferramenta para divulgação externa, na forma de propaganda (DUMONT, 2010). Esse

¹⁰⁰ V. VALDERRAMA (1995) para uma história abrangente da UNESCO.

¹⁰¹ Para uma visão mais detalhada desse processo, v. CAPELLO, 1970.

¹⁰² A autora citada analisa os casos de Argentina, Brasil e Chile.

movimento teria atingido seu ápice nos anos 1930. No entanto, com o fracasso da Liga das Nações, também o Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, apesar dos nomes importantes que por ele passaram, como Einstein e Bergson, entre outros, tem uma atuação pouco relevante.

Na sequência, são analisadas duas hipóteses: ao assumir o papel de difusor de normas de cooperação cultural, a UNESCO tornou-se um palco privilegiado para a expressão de questões políticas, ligadas à soberania e à autodeterminação dos povos, no contexto da bipolaridade da Guerra fria e da descolonização.

6.3.2.1. Constituição da UNESCO

A UNESCO, como a própria ONU, foi criada como objetivo de manutenção da paz e do bem-estar comum da humanidade. A Constituição da UNESCO foi assinada em Londres em 16 de novembro de 1945, tendo entrado em vigor em quatro de novembro de 1946, após sua ratificação por vinte países¹⁰³. Desde então, sofreu várias emendas pela Conferência Geral¹⁰⁴. A Organização conta, em 2017, com 195 Estados-membros e nove membros associados.

Com a entrada em vigor da Constituição (1946), alguns temas que haviam sido identificados pelo IICI foram retomados, referindo-se à questão do estabelecimento de normas em diversas áreas, como direitos de autor, situação de artista e das artes, acordos para produção e intercâmbio entre organizações de radiodifusão, educação para o entendimento internacional e outros, por meio de acordos intergovernamentais e

¹⁰³ Austrália, Brasil, Canadá, China, Tchecoslováquia, Dinamarca, República Dominicana, Egito, França, Grécia, Índia, Líbano, México, Nova Zelândia, Noruega, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

¹⁰⁴ As emendas foram adotadas na 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 15ª, 17ª, 19ª, 20ª, 21ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª, 29ª e 31ª sessões.

“modelos de cláusulas sobre intercâmbios culturais para inclusão em convenções multilaterais”. (YUSSUF, 2007)

A Constituição expõe em seu preâmbulo a preocupação com a paz e a segurança e a relação destas com o conhecimento mútuo entre os povos, situando tanto a origem das guerras como a busca da paz “nas mentes dos homens”, pois, segundo o texto, nelas está o início das guerras.

A causa mais comum da guerra seria a ignorância dos modos de vida de outros povos, além da recusa dos princípios básicos da “dignidade, igualdade e respeito mútuo”, substituídos pela doutrina da desigualdade entre pessoas e raças, por meio da “ignorância e preconceito”. Ao propor a relação intrínseca entre guerra e desigualdade (ou “diferença”), está sinalizada uma mudança decisiva de enfoque em relação ao período imperialismo, calcado exatamente na naturalização da diferença como fonte da hierarquização de civilizações.

O antídoto para os conflitos seria a difusão cultural ampla, aliada à educação, voltada para a justiça, a liberdade e a paz. O racionalismo dos arranjos tradicionais, centrados na ordem política e econômica estabelecida pelos governos, não seria suficiente para fomentar uma paz duradoura, que dependeria da “solidariedade intelectual e moral da humanidade”.

Como solução para esses problemas, o documento da UNESCO propõe a difusão cultural e a educação para a justiça, a liberdade e a paz como fatores indispensáveis para a dignidade da pessoa humana. O papel dos Estados nesse sentido seria a assistência mútua e interesse sobre o tema.

A base da paz duradoura, de acordo com o documento em questão, não poderia assentar-se sobre os aspectos políticos e econômicos. O fator principal seria a solidariedade intelectual e moral da humanidade, obtida, entre outros fatores, pela igualdade de oportunidades para educação, na liberdade de informação (“busca sem restrições da busca pela verdade”), no livre fluxo de ideias e do conhecimento.

A forma de obtenção desses objetivos ocorreria por meio do desenvolvimento e da expansão dos meios de comunicação, além do emprego desses meios para as finalidades

do entendimento mútuo e da obtenção de um conhecimento mais profundo e adequado de outros modos de vida. A finalidade básica da Organização, como descrito no artigo 1, 1 de sua Constituição é:

[C]ontribuir para a paz e a segurança, promovendo a colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que são afirmados para os povos do mundo pela Carta das Nações Unidas, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião.

Notam-se os aspectos de igualdade, como princípio moral (“universalidade”; “sem distinção”). Ainda no artigo 1, a alínea 2 lista os instrumentos necessários para que sejam realizados os objetivos propostos, surgindo o papel normativo da Organização:

Para realizar este propósito, a Organização deverá: (a) Colaborar no trabalho de fazer avançar o conhecimento e o entendimento mútuos entre os povos, através de todos os meios de comunicação de massa, e com esse objetivo *recomendar aqueles acordos internacionais que possam ser necessários* para promover o livre fluxo de ideias, através da palavra e da imagem. (grifo nosso)

A UNESCO surge, assim, como desencadeadora de normas, principalmente por meio da recomendação de convenções necessárias (1,2, c), com o objetivo de suscitar ações consideradas necessárias (“garantindo”, “estimulando”, “desencadeando” - 1, 2, c).

A Carta define em seu artigo 3º as funções da organização para a consecução desses objetivos, centradas, principalmente na cooperação internacional nas áreas de atuação da Organização (Educação, Ciência e Cultura), do livre fluxo de ideias e o acesso, por todos os países, ao material impresso e publicado, da difusão cultural, da conservação e proteção do patrimônio material da humanidade (livros, obras de arte, monumentos da história e ciência), no intercâmbio cultural de pessoas e publicações de interesse artístico e científico. Também o emprego de todos os meios de comunicação de massa é estimulado.

Não há no documento uma definição explícita de “cultura”. Os principais elementos atribuídos a ela são a paz, a cooperação e o conhecimento mútuo, todos relacionados com um aspecto ideacional, ou seja, de interferência na realidade (a busca e manutenção da paz) por meio do diálogo pressuposto no trabalho conjunto e no compartilhamento de códigos culturais, o que estreitaria laços e aprofundaria as relações.

A manutenção e difusão de conhecimento ocorrem por meio da conservação e proteção de livros, obras de arte e monumentos da ciência e da história, pela cooperação nas atividades intelectuais, como o intercâmbio de pessoas e de publicações, objetos de valor artístico e científico e outros materiais de informação e de facilitação da cooperação, de forma a permitir o acesso a publicações impressas (Art. 1º, 2, C).

Do ponto de vista da manutenção da variedade das culturas e sistemas educacionais dos membros da Organização, ou seja, de sua diversidade, foi proibida a interferência da UNESCO em assuntos internos desses membros (Art. 1º, 3).

A finalidade da ação normativa da UNESCO, partindo-se do ponto de vista da promoção da diversidade cultural e baseada no livre intercâmbio de ideias tem como pano de fundo duas preocupações básicas: impedir a uniformização cultural (*pensée unique*) e visões de mundo monolíticas no seio de culturas individuais (YUSUF, 2007: 147). A Constituição sugere, ainda, um esboço de processo de criação de normas, já apresentado no capítulo 4.

Quanto à estrutura, os órgãos da Organização são a Conferência Geral, a Diretoria Executiva e a Secretaria¹⁰⁵. As políticas e linhas de trabalho a serem seguidas são determinadas pela Conferência Geral, composta pelos representantes dos Estados-membros da Organização, selecionados entre os delegados indicados pelos governos dos

¹⁰⁵ No final deste capítulo e do próximo são discutidas as modificações da estrutura organizacional do órgão ao longo do tempo.

Estados-membros após consulta junto à Comissão Nacional¹⁰⁶, caso tenha sido instituída, ou com órgãos educacionais, científicos e culturais.

A Diretoria Executiva, eleita pela Conferência Geral, é constituída por 58 Estados-membros, tem como atribuições preparar a agenda para a Conferência Geral e executar, sob a autoridade da Conferência Geral, do programa adotado. É da competência da Diretoria Executiva a recomendação da admissão de novos membros na Organização.

Outro aspecto importante do papel da Diretoria Executiva refere-se à indicação de membros. Todo membro da Organização das Nações Unidas tem o direito de ser membro da UNESCO (art. II, 1 e ss.). No entanto, Estados que não sejam membros da ONU, “observadas as condições do Acordo entre esta Organização e a Organização das Nações Unidas”, podem ser admitidos como membros da UNESCO, por meio de recomendação da Diretoria Executiva da Organização.

Quanto à condição de membro da UNESCO, os territórios ou grupos de territórios que não sejam soberanos podem ser admitidos como membros-associados pela Conferência Geral, “mediante solicitação feita em nome do dito território ou grupo de territórios pelo Membro” ou autoridade que o represente em suas relações com outros Estados e organismos internacionais.

Finalmente, a Secretaria é composta por um Diretor-geral, nomeado pela Diretoria-executiva e “dos funcionários considerados necessários”. Além de participar das reuniões, tanto da Conferência Geral, como da Diretoria Executiva e dos Comitês da Organização, sem direito a voto, o Diretor-geral, ou seu preposto, tem como funções art. VI) a formulação de propostas para ações da Conferência e Diretoria e a preparação de minuta do programa de trabalho para a Organização, a ser apresentada para a Diretoria. Também a elaboração de relatórios periódicos das atividades da Organização e a nomeação dos funcionários da Secretaria são atribuições do Diretor-geral.

¹⁰⁶ As Comissões nacionais, ou os Organismos nacionais de cooperação atuam, segundo a Constituição, “com funções de assessoria junto às suas respectivas delegações na Conferência Geral, aos representantes e suplentes de seu país na Diretoria Executiva, e junto a seus Governos, com respeito a questões relacionadas à Organização, atuando como agências de ligação em todos os assuntos de seu interesse”.

6.4.Documentos legais da UNESCO

Passamos a analisar os documentos legais da UNESCO. Como vimos no capítulo 4, a análise foi feita agrupando-se de diversas formas os documentos (cronologia, tema, tipo etc.), o que permitiu uma visão abrangente. Com isso, contudo, a exposição da análise, por vezes, não seguirá a ordem cronológica, privilegiando-se temas específicos.

6.4.1. Produção, acesso, proteção, circulação, participação

O primeiro aspecto dos documentos analisados para o período 1945-1985 refere-se às dimensões da cultura abordadas. O aspecto da “proteção” é proeminente, com onze convenções¹⁰⁷, dez recomendações e uma declaração. A circulação, embora seja reiteradamente afirmada como sendo o principal objetivo da Organização, foi contemplada no período por apenas duas convenções, três declarações e uma resolução. Participação¹⁰⁸ e acesso¹⁰⁹ são o tema mais relevante de um documento cada um. Obviamente, o contexto do Pós Guerra influenciou na prioridade dada às questões relacionadas com a proteção de bens culturais.

Quanto aos temas, os documentos relacionados à proteção de bens, serviços e conteúdos culturais cobrem aspectos como direitos autorais (1952, 1961, 1971, 1979) escavações arqueológicas, paisagens e sítios (1956, 1962). Nota-se, no entanto, uma evolução conceitual importante. Passa-se de “bens culturais” (1952, 1964, 1968 e 1970)

¹⁰⁷ Convenções: 1952, 1954, 1961, 1970, 1971, 1971a, 1972, 1979, 2001, 2003 e 2005; Recomendações: 1956, 1962, 1964, 1968, 1972, 1976, 1976a, 1978, 1980, 1980a

¹⁰⁸ Recomendação (1976)

¹⁰⁹ Recomendação (1960)

para “Patrimônio cultural e natural” (1972, 1972a), “áreas históricas” (1976), “bens culturais móveis” (1978) e “Imagens em movimento” (1980). Há, claramente, uma expansão de conceitos que passa a abranger uma noção de propriedade não mais individual (“bem cultural”), mas abstrata, ligada tanto à comunidade mais restrita quanto ao conjunto da humanidade.

Se buscarmos estabelecer uma relação entre essa expansão de significado e as categorias de igualdade e diferença, é possível dizer que se passou de uma visão individual, ligada à posse, ou seja, à condição de exclusividade e, conseqüentemente, de diferença, para uma diluição dessa exclusividade, tornando toda e qualquer pessoa não apenas proprietária, mas beneficiária do bem cultural. Esse entendimento está expresso na *Convenção para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado* (1954), que estabelece que o dano infligido a bens culturais, seja quem for seu proprietário, significa um dano para o patrimônio cultural da humanidade como um todo, pois todos os povos contribuem para a cultura do mundo. O processo de abstração da propriedade individual do bem cultural tem como efeito a formalização de toda a humanidade como uma comunidade. Desfaz-se, assim, a ideia hierárquica de civilização, com a inclusão de todos os povos na mesma comunidade cultural.

Não é afirmada, no entanto, uma “homogeneidade” cultural. A *Convenção sobre o intercâmbio de bens culturais* (1976), afirma que esses bens são caracterizados, simultaneamente, como elemento básico da civilização e da cultura nacional. Ou seja, há uma “confusão” entre a expressão igualitária nos níveis individual e nacional, a qual, no entanto, não apaga o caráter nacional distinto.

Trata-se de um processo duplo. Enquanto a noção de propriedade é esvaziada e atribuída ao conjunto da espécie humana, o aspecto simbólico identitário continua a se manifestar. Não há, no entanto, uma pista da forma pela qual essa disjunção pode operar. O princípio básico aglutina uma oposição, aparentemente paradoxal, a qual, ao ser articulada, baseia um discurso igualitário, ou seja, trata-se de uma “diferença inclusiva”, que opera nesses dois níveis, o da identidade e o da universalização, tendo como objetivo tácito promover o entendimento mútuo.

Quanto à circulação, as duas convenções (1948, 1950) referem-se aos materiais “de caráter educacional, científico e cultural”, tratando, em ambos os casos, de aspectos de isenção aduaneira e tarifas. As três declarações versam sobre cooperação (1966), radiodifusão por satélite (1972) e intercâmbio (1976). Neste último caso, a declaração é bastante semelhante às convenções, tratando de tratamento aduaneiro e transferência de propriedade.

São reiterados nos diversos documentos, aspectos como a “manutenção da paz”, “livre fluxo de ideias” (mesmo nos instrumentos relacionados com os direitos de autor) e “compreensão mútua”, fatores que funcionam como reforço discursivo dos objetivos institucionais da organização.

Dois aspectos, embora mais restritos, também aparecem nos documentos: o lazer (Recomendação, 1960) e aspectos econômicos e sociais (Recomendação, 1962; Convenção, 1971), no que se tornará uma tendência nos documentos posteriores.

6.4.2. Definições de cultura

O primeiro documento disponível no período 1945-1985 é a Constituição da UNESCO (1946). O objetivo da Organização é a promoção, por meio de relações científicas e culturais dos povos do mundo, da paz internacional e do bem comum da humanidade¹¹⁰.

O preâmbulo desse documento apresenta um aspecto filosófico bastante claro, relacionado, como não poderia deixar de ser, tendo em conta a proximidade em relação à Segunda Guerra Mundial, com as questões de paz e segurança.

A primeira afirmação feita refere-se à origem da guerra, pois “[...] uma vez que as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz

¹¹⁰ Alguns aspectos apresentados anteriormente serão retomados aqui, sob enfoque diferente e estabelecendo diálogo intertextual.

devem ser construídas” (UNESCO, 1946). O documento atribui ao desconhecimento entre os povos das práticas e tradições, fator que geraria suspeitas e desconfiança, a causa de muitas guerras. Ressalte-se que essa desconfiança mútua levaria à guerra, ao acentuar as diferenças entre os povos. Seria, assim, necessário fortalecer princípios como a dignidade da pessoa humana, a igualdade e o respeito mútuo, por meio da livre circulação de ideias.

O *Acordo para facilitar a circulação internacional de materiais visuais e auditivos de carácter educativo, científico e cultural* (1948) trata exatamente dessa questão, com a delimitação de escopo é feita com base nas características:

- 1) Material visual ou auditivo, definidos no art. II, sobretudo referindo-se ao suporte empregado;¹¹¹
- 2) Caráter educativo, científico e cultural, definido no art. I, tendo como base: a) o emprego (“instruir e informar”; “aumentar o entendimento internacional”); b) o conteúdo (“manter, aumentar ou difundir conhecimento”); c) a qualidade técnica (a qual “não deve interferir com o uso dado ao material”).

Já o *Acordo sobre a importação de materiais educativos, científicos e culturais* (1950) apresenta uma inovação interessante em relação ao documento anterior. Nele, o preâmbulo expõe uma fundamentação anterior ao aspecto material dos bens culturais:

- 1) A afirmação da centralidade da livre troca de ideias e conhecimentos e da difusão “das diversas formas de autoexpressão” para “o progresso intelectual [assim] como para a compreensão internacional”, a qual seria importante também para a manutenção da paz;
- 2) A delimitação dos meios privilegiados para a realização desse intercâmbio, ou seja, “livros, publicações e materiais educativos, científicos e culturais”.

Nos anexos desse acordo, é feita uma descrição detalhada dos bens culturais:

Anexo A: Livros, publicações e documentos

¹¹¹ Filmes, fitas e microfilmes em forma negativa, expostos e revelados, ou em forma positiva, impressos e revelados; Gravações sonoras de todos os tipos e formas; transparências de vidro; Modelos estáticos e em movimento; Mapas de parede, mapas e cartazes.

Anexo B: Obras de arte e peças de coleção de caráter educacional, científico ou cultural

Anexo C: Materiais visuais e auditivos de caráter educacional, científico ou cultural

Anexo D: Instrumentos ou aparelhos científicos

Anexo E: Artigos para cegos.

Esse tratado conta com dois protocolos, o de Florença (17/06/1950) e o de Nairóbi (26/11/1976). Chama atenção o grau crescente de detalhamento dos bens culturais entre os dois protocolos (v. anexo 1). Esse fato pode estar relacionado com a crescente importância econômica dos bens culturais entre as duas datas, o que justificaria a maior importância dada à descrição.

A livre circulação de ideias, ligada umbilicalmente à difusão de conhecimentos baseados em suportes físicos (livros, publicações, obras de arte, materiais audiovisuais), no entanto, enceta questões de propriedade intelectual. A convenção seguinte é dedicada a esse tema.

O tema “direitos de autor” tem sua primeira manifestação em termos de legislação internacional na *Convenção de Berna* (1886). Em seu segundo artigo, há uma relação de “trabalhos literários e artísticos”:

A expressão "obras literárias e artísticas" engloba todas as produções do domínio literário, científico e artístico, qualquer que seja o modo ou a forma da sua expressão, tais como livros, panfletos e outros escritos; Palestras, discursos, sermões e outras obras da mesma natureza; Obras dramáticas ou dramático-musicais; Trabalhos coreográficos e entretenimentos sem som; Composições musicais com ou sem palavras; Obras cinematográficas, nas quais estão incluídas obras produzidas por um processo análogo à cinematografia; Obras de desenho, pintura, arquitetura, escultura, gravura e litografia; Obras fotográficas, nas quais estão incluídas obras realizadas por um processo análogo à fotografia; Obras de arte aplicada; Ilustrações, mapas, planos, esboços e trabalhos tridimensionais relativos à geografia, topografia, arquitetura ou ciência.

Nota-se, assim, a existência de uma “tradição” na delimitação de bens culturais anterior ao IICI e à UNESCO, especificamente em relação à defesa dos direitos de propriedade.

A *Convenção Universal sobre Direitos de Autor* (1952) obriga os Estados contratantes a assegurar a proteção adequada e eficaz dos direitos tanto dos autores como de outros titulares dos direitos de autor em obras literárias, científicas e artísticas, incluindo textos, obras musicais, dramáticas e cinematográficas e pinturas, gravuras e escultura.

Além da proteção dos direitos de autor, também a proteção de “bens culturais” (*cultural property*) é objeto de um tratado, a *Convenção para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado* (1954). Esse tratado faz referência à *Convenção de Haia II*, (1899), que em seu artigo 56, dispunha que “Toda a apreensão, destruição ou dano intencional causado [...] a monumentos históricos, obras de arte ou ciência, é proibida [...]” e também à *Convenção de 1907* e ao *Pacto de Washington* (1935).

A definição de “bem cultural” da *Convenção de 1954*¹¹² é mais extensa, incluindo, independente de origem ou propriedade:

- a) bens móveis ou imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de todo o povo, tais como monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou seculares; sítios arqueológicos; Grupos de edifícios que, no seu conjunto, são de interesse histórico ou artístico; trabalhos de arte; Manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico; bem como coleções científicas e coleções importantes de livros ou arquivos ou de reproduções da propriedade acima definida;
- b) Edifícios cuja finalidade principal e efetiva seja preservar ou exibir os bens culturais móveis definidos na alínea (a), tais como museus, grandes bibliotecas e depositários de arquivos e refúgios destinados a abrigar, em caso de conflito armado, Os bens culturais móveis definidos na alínea (a);
- c) Centros que contenham uma grande quantidade de bens culturais definidos nas alíneas (a) e (b), denominados “centros com monumentos”.

Em 1956, surge a *Recomendação de princípios internacionais aplicáveis a escavações arqueológicas*. Sublinhando a importância da “contemplação e estudo de obras do passado para o entendimento mútuo” e que “a história da humanidade¹¹³ supõe o conhecimento de todas as diferentes civilizações”. O objeto do texto em questão é:

¹¹² Trata-se da primeira ocorrência, em um instrumento legal multilateral, do emprego da expressão “bem cultural”, como objetos que merecem ser protegidos por seu valor cultural específico. (KOZYMKA, 2014)

¹¹³ No texto original, “of men”.

Qualquer ruína cuja preservação seja do interesse público do ponto de vista da história ou arte e arquitetura [...]. Em especial, as disposições desta recomendação devem aplicar-se a quaisquer monumentos e objetos de interesse arqueológico, móveis ou imóveis, considerados no sentido mais amplo.

Temos, até aqui, uma ampliação implícita de um conceito de bem cultural, que inclui a preocupação com a manutenção da paz pelo conhecimento mútuo, a circulação de ideias, a proteção de bens culturais, a proteção dos direitos de autor e, no caso acima, a proteção do que podemos denominar “patrimônio arqueológico”.

Duas convenções de 1958 dedicam-se ao intercâmbio de publicações, tanto de caráter geral, como aquelas oficiais e governamentais, mantendo a ideia da livre difusão de ideias e conhecimento.

A Recomendação sobre os meios mais efetivos de tornar os museus mais acessíveis para todos (1960), com base em objetivos expostos na Constituição da UNESCO, ou seja, dar novo impulso à educação e à difusão da cultura, parte de uma definição de “museu” bastante ampla:

Por “museu” entende-se qualquer estabelecimento permanente de interesse geral destinado a preservar, estudar, melhorar, por diversos meios e, particularmente, exibir ao público para deleite e instrução, grupos de objetos e espécimes com valor cultural: coleções artísticas, históricas, científicas e tecnológicas, jardins botânicos e zoológicos e aquários.

Já a *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e das características de paisagens e sítios* (1962), relacionada com a

[...] preservação e, sempre que possível, a restauração do aspecto das paisagens e dos sítios naturais, rurais e urbanos, naturais ou artificiais, que tenham um interesse cultural ou estético ou constituam um meio natural típico.

Como é possível perceber, há uma crescente ampliação e diversificação do âmbito do que seja “cultura” ou “cultural” nas definições implícitas nos diversos textos.

A *Recomendação sobre os meios de proibir e prevenir a exportação, importação e transferência de propriedade de bens culturais* (1964) apresenta uma definição ainda mais ampla de “bens culturais”:

“Bens culturais” são os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de um país, tais como obras de arte e arquitetura, manuscritos, livros e outras propriedades de interesse artístico, histórico ou arqueológico, documentos etnológicos, espécimes tipo de flora e Fauna, coleções científicas e coleções importantes de livros e arquivos, incluindo arquivos musicais.

No entanto, a *Declaração de princípios de cooperação cultural internacional* (1966) é muito mais sucinta, do ponto de vista de definições adotadas, mas bastante ampla de cooperação internacional, com a cooperação cultura cobrindo “todos os aspectos das atividades intelectuais e criativas relacionadas com educação, ciência e cultura”. A dificuldade de implementação, em termos de políticas, de uma definição tão ampla é evidente: quase qualquer atividade pode ser considerada cooperação cultural.

O tema das tradições culturais entra na pauta na *Recomendação sobre a preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas* (1968). Nesse texto, bem cultural é, simultaneamente, produto e testemunho “das diferentes tradições e das realizações espirituais do passado”, devendo, ser, portanto, conservado “de acordo com sua importância histórica e artística” e garantida sua acessibilidade.

Em 1970, surge uma convenção que retoma os princípios da Recomendação de 1966, a *Convenção sobre os meios de proibir e prevenir a importação, exportação e transferência de propriedade de bens culturais* (1970). Esse instrumento é o que tem a definição mais detalhada dos descritos até aqui.

Bens culturais, nessa Convenção, são aqueles que, “por motivos religiosos ou seculares, sejam especificamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a literatura, a arte ou ciência [...]”. Segue-se uma lista de

manifestações, incluindo coleções, bens com valor histórico ou etnológicos, vestígios e sítios arqueológicos, antiguidades (“com mais de cem anos”), obras de arte etc.

Os instrumentos seguintes (*Revisão da Convenção universal de direitos autorais*, de 1971, *Convenção para a proteção de produtores de fonogramas contra a duplicação não autorizada de seus fonogramas*, de 1971, *Declaração de princípios orientadores do uso de radiodifusão por satélite para o livre fluxo de informações, a difusão da educação e maior intercâmbio cultural*, de 1972) não apresentam definições mais marcantes de bens culturais, atendo-se aos aspectos da proteção e da circulação desses bens.

A convenção de 1972 sobre a proteção do patrimônio cultural e natural traz definições de “patrimônio cultural” e “patrimônio natural”, colocando-os no mesmo patamar. O primeiro grupo reúne monumentos, conjuntos de edificações e sítios. Já “patrimônio cultural” compreende características naturais, consideradas de valor particular do ponto de vista da “ciência da conservação”, além de formações geológicas e fisiográficas, assim como áreas delimitadas com precisão, que sejam o habitat de animais e plantas, valiosos ou ameaçados, do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

A *Recomendação sobre o intercâmbio internacional de bens culturais* (1976) define tanto “instituições culturais”, aqueles estabelecimentos permanentes e de interesse geral que tenha como objetivo preservar, estudar, valorizar e tornar acessíveis ao público os bens culturais, definidos como “elementos que constituem a expressão e o testemunho da criação humana e da evolução da natureza”, os quais, segundo juízo dos órgãos competentes de cada Estado, possuem ou podem vir a ter caráter histórico, artístico, científico ou técnico. Já “intercâmbio internacional” é definido como qualquer transferência de propriedade, de uso ou de troca de bens culturais entre Estados ou instituições culturais de países diferentes.

A *Recomendação sobre a participação e contribuição popular na vida cultural* (1976) apresenta um grande contraste em relação aos documentos anteriores. Nela surge, pela primeira vez, a temática do desenvolvimento social. A *Recomendação sobre o status do*

artista (1980) traz uma definição que contrasta com as definições de cultura anteriores, por ser, novamente, mais ampla:

Entende-se por “artista” qualquer pessoa que crie ou dê expressão criativa a obras de arte, ou recriações, e que considere sua criação artística como uma parte essencial de sua vida, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da arte e cultura e que é ou pede ser reconhecido como artista, esteja ou não vinculado por qualquer relação de trabalho ou de associação.

Nessa definição, estão expressos tanto o termo “arte” quanto “cultura”, pois, obviamente, não seria possível dissociar esses termos ao lidar com a categoria “artista”. Para isso, é feita a ressalva de que arte deve ser entendida “em sua definição mais completa e ampla”; ou seja, de forma velada, fica sugerido que se deve empregar “arte” e “cultura” como sinônimos, o que estaria de acordo com o conceito antropológico de cultura.

Há, no entanto, um aspecto que torna essa associação mais complexa. O mercado de bens simbólicos, analisado por Bourdieu, universo relativamente autônomo, embora dependente dos campos econômico e político, fundado nas trocas de bens que apresentam característica ao mesmo tempo de mercadoria e de significação, com as estratégias dos produtores situando-os ao longo do contínuo entre esses dois aspectos, o econômico e o simbólico, que os sujeita a uma economia dos bens simbólicos (BOURDIEU, 1994). Em outras palavras, o campo artístico conta com mecanismos de valorização próprios, que não se confundem com o caráter voluntarista do entendimento mútuo e da busca pela paz.

A visão que engloba os aspectos econômicos e simbólicos dos bens e produtos culturais permite ir além tanto do mero economicismo, como da idealização dos bens e serviços culturais, operacionalizando o aspecto simbólico¹¹⁴. No período abordado neste

¹¹⁴ Qualquer bem ou serviço cultural, além de adquirir o aspecto de mercadoria com valor comercial, também é um bem simbólico, com valor especificamente cultural. O campo da produção cultural é, assim, dividido de forma esquemática em duas vertentes ou setores, dependendo do aspecto privilegiado: caso seja o aspecto simbólico, trata-se do campo da produção restrita; caso seja o aspecto econômico, o campo da produção cultural em larga escala. (BOURDIEU, 1985)

capítulo, não há ainda uma visão mais voltada para o aspecto econômico e para o desenvolvimento em relação aos bens culturais, sendo, portanto, importante ressaltar esse aspecto, assim como a relação com econômico e social, exposta mais acima, como prováveis primeiros indícios de uma virada conceitual.

É importante notar que não são apenas os bens e serviços culturais que apresentam esse duplo aspecto. Na verdade, qualquer mercadoria pode encerrar conteúdos materiais e imateriais. Sem aprofundar a discussão nesse sentido, entendemos que a diferença encontra-se na “qualidade” (entendida como característica, sem juízo valorativo) do valor simbólico atribuído a uns e outros. Talvez essa diferença possa ser explicitada na conjunção entre o aspecto localizacional (v. cap. 3) e no bem-estar individual advindo do consumo de determinado bem.

Se definirmos o campo das Relações Culturais Internacionais como um conjunto de sistemas de agentes e instituições inter-relacionados, funcionalmente definidos por seu papel na divisão do trabalho (produção, reprodução e difusão de bens e serviços culturais)¹¹⁵, teremos uma dupla cisão: por um lado, a UNESCO propõe um quadro para políticas culturais domésticas a serem levados em conta pelos Estados-membro e, por outro, os demais agentes e instituições operam em um campo relacionado, que afeta e é afetado por essas políticas, que abrange tanto a produção restrita quanto a produção em larga escala.

O espaço de tomada de posição literária ou artística [...] é inseparável do espaço de tomadas de posição literária ou artística definidas pela posse de determinada quantidade de capital específico (reconhecimento) e, ao mesmo tempo, pela ocupação de uma posição determinada na estrutura de distribuição desse capital específico. (BOURDIEU, 1983; 2007)

BOTELHO (2001) estabelece uma distinção entre “dimensão antropológica” e “dimensão sociológica” de cultura. Na primeira, há a formação de “pequenos mundos de sentido”, por meio das interações sociais de indivíduos, que têm como função o estabelecimento de um espaço de familiaridade baseada nesses sentidos relativamente

¹¹⁵ A noção de campo autônomo será retomada mais adiante.

estáveis. As bases sobre as quais são erigidos esses mundos podem ser determinadas “pelas origens regionais de cada um, em função de interesses profissionais ou econômicos, esportivos ou culturais, de sexo, de origens étnicas, de geração, etc.”.

Já a dimensão sociológica é manifestada no campo especializado e em que o processo de significação, ou seja, de elaboração de sentido, é intencional e busca públicos específicos, empregando a expressão por meios específicos e tendo visibilidade por si. A relação dessa dimensão com as políticas públicas se dá em função de sua priorização, pois:

Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso. (BOTELHO, 2001)

Ora, tendo em vista esse aspecto, há uma dupla resistência à noção voluntarista da visão cada vez mais ampliada de cultura (ou arte)¹¹⁶, tanto do ponto de vista da situação do campo (Bourdieu), como do ponto de vista das políticas públicas (Botelho).

Ainda nessa questão, o preâmbulo do programa básico (Florença, 1950), descreve a missão da UNESCO promoção do intercâmbio cultural e da diversidade:

[A UNESCO] estimula as nações a desenvolver sua literatura, arte e ciência e vê-los como partes de uma herança mundial. [...] Ela usa todos os meios para assegurar que todas as pessoas, independentemente da condição social, terão acesso às melhores obras de todas as terras e de todas as idades. (YUSSUF, 2007)

Essa afirmação vem de encontro ao ponto discutido acima. Tendo em vista a existência de mecanismos próprios de valorização - no sentido de atribuição de valor - e a vantagem da dimensão sociológica em manter um predomínio no campo das políticas públicas, como garantir que o acesso às melhores obras?

¹¹⁶ E que será, como veremos no próximo capítulo, ainda mais ampliada.

A Organização parece resolver essa questão ao se definir como “mediador e catalizador para o intercâmbio”. Ao mesmo tempo, é “conselheira e sentinela para o respeito das liberdades culturais fundamentais”, garantindo que os Estados-membros respeitem tanto o acesso às “expressões culturais”, como a independência da “criação artística original” (YUSSUF, 2007). Ou seja, operando em uma chave mais próxima da garantia dos Direitos Humanos, como, por exemplo, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Culturais e Sociais (1966), que, no artigo 15, afirma os direitos à participação na vida cultural, a proteção dos direitos materiais e morais resultantes de qualquer científica, literária ou artística e define o papel dos Estados na conservação, desenvolvimento e difusão da cultura e na cooperação cultural. Portanto, do ponto de vista dos documentos legais, é evitada essa dupla objeção apresentada acima, restringindo-se a ação aos itens citados.

Além disso, para YUSSUF (2007), a UNESCO não participa diretamente na cooperação cultural em larga escala, preferindo agir no sentido do estabelecimento de uma “ordem cultural global”, deixando os aspectos mais práticos da cooperação a cargo de acordos regionais. Esses aspectos incluem a concessão de bolsas para viagens de intercâmbio, financiamento de exposições e apoio a traduções.

O papel da UNESCO, assim, estaria mais ligado ao estabelecimento e difusão de normas, especialmente no que se refere ao aspecto conceitual. Para Yussuf,

Embora a proteção do patrimônio cultural não figure no cânone atual de obrigações *erga omnes*, considero que a contribuição da UNESCO para este domínio consiste precisamente no seu empenho constante em desenvolver uma noção de patrimônio cultural que faça parte integrante do interesse geral da humanidade. (YUSSUF, 2007)

Retomando a questão do papel de *norm-setter* da UNESCO, para o jurista somali Abdulqawi A. Yusuf¹¹⁷, a primeira tarefa da Organização é a promoção das relações

¹¹⁷ Conselheiro Jurídico e Diretor do Escritório de Normas Internacionais e Assuntos Jurídicos entre 2001 e 2009.

internacionais, facilitando e organizando o livre movimento de pensadores, escritores, artistas e suas ideias entre fronteiras nacionais (YUSSUF ET AL, 2007).

Essa relação entre difusão de normas em políticas culturais pode ser explicitada tendo em vista as conclusões de uma mesa redonda organizada em Mônaco em dezembro de 1967, de acordo com o programa adotado pela Conferência Geral da UNESCO em sua 15ª sessão, para o estudo das políticas culturais (UNESCO, 1969), para a qual foram convidados 32 participantes de 24 países, descritos como:

- a) Responsáveis pela ação cultural em nível nacional;
- b) Especialistas das Ciências Sociais e Humanas;
- c) Artistas; e
- d) Representantes de organizações não governamentais relevantes.

No documento resultante, políticas culturais foram definidas como “conjunto de princípios operacionais, de práticas e de procedimentos de gestão administrativa e orçamentária que servem de base à ação cultural do Estado”, cabendo a estes especificar critérios de desenvolvimento cultural “e de ligar a cultura ao desenvolvimento da personalidade e ao desenvolvimento econômico e social”. No entanto, é feita a ressalva de que não haveria um modelo único de política cultural apropriado para todos os países, havendo a necessidade da adequação aos “valores culturais, objetivos e opções determinadas pelo próprio país”.

Os participantes da mesa redonda decidiram, “de forma unânime”, não se preocupar com o estabelecimento de uma definição de cultura, pois o representante do Diretor-geral da UNESCO lembrou aos participantes que “não era papel da UNESCO substituir os Estados-membros na definição de suas políticas culturais”. No entanto, é ressaltado ser necessário para a elaboração de políticas culturais o conhecimento prévio daquilo que existe e de avaliar as necessidades no setor. Para isso, seria necessário um enfoque objetivo dos problemas culturais, ou seja, “os dados que se deseja modificar”.

Quanto à relação entre cultura e desenvolvimento, o documento assevera a necessidade da simultaneidade entre “desenvolvimento econômico e social” e “desenvolvimento cultural”:

A cultura tem uma influência benéfica sobre os meios de produção de que a humanidade dispõe e sobre os indivíduos; por outro lado, qualquer progresso no bem-estar material ajuda a promover a cultura, livrando o homem da servidão material e tornando-o disponível para as atividades da mente. De modo geral, o dinamismo econômico é refletido no plano cultural e a atividade cultural favorece vida econômica. (UNESCO, 1969)

A interferência estatal centralizada, no entanto, é considerada negativa, por temor de neutralização de eventuais contestações e pela uniformização da ação cultural que seria decorrente. Coloca-se, assim, o desafio de promover o desenvolvimento, ou seja, de se estabelecer políticas que permitam colocar em marcha a influência positiva entre desenvolvimento e cultura: a) sem intervencionismo; b) por meio da promoção da diversidade. Uma sugestão para atingir esse fim seria limitar a intervenção do Estado à assistência financeira incondicional.

Um segundo ponto levantado na mesa redonda foi a relação entre diferentes concepções de arte. É defendida uma igualdade programática entre todas as formas de expressão artística. Duas observações são bastante interessantes a esse respeito. Na primeira, um participante africano postula sobre a noção de arte:

[Na] África, o termo “arte” não faz sentido: os objetos que são hoje designados como artísticos atendiam necessidades da vida cotidiana; as danças e os cantos não eram ditados por preocupações estéticas. Não havia uma cultura de ricos e uma cultura de pobres, ela era única, comum da tribo. A civilização ocidental, aliás, conheceu épocas em que a situação não era muito diferente: os grandes construtores de catedrais da Idade Média eram anônimos, cuja obra tinha função social. (UNESCO, 1969)

Já na segunda observação, é feita uma reflexão, também normativa, sobre o estatuto das artes tradicionais:

As “artes tradicionais” não devem ser consideradas parentes pobres ou artes menores, cujos produtos são expostos em museus-cemitérios ou comercializados para turistas. Os países em desenvolvimento sublinham a importância para eles, por um lado, de reencontrar e de difundir os valores da cultura nacional e, por outro lado, de se apropriar do patrimônio cultural da humanidade, a fim de se inserir no mundo contemporâneo para poder, por sua vez, enriquecer o patrimônio universal com novas criações que estejam, artisticamente, à altura da época. (UNESCO, 1969)

São percebidas aqui as tentativas de enfraquecimento não só do significante “arte”, mas também da dicotomia em que a “arte tradicional” seria o polo desvalorizado. O esforço discursivo, no caso, refere-se ao fortalecimento de uma noção que não permitisse a diferenciação entre um atributo positivo (“arte”) e outro negativo (“popular”). Trata-se do mesmo mecanismo de apagamento da diferença com finalidade de promoção da inclusão não apenas como objetivo ético e moral, mas com fundo político, pois a questão é “enriquecer o patrimônio universal” e obter “a inserção no mundo contemporâneo”. Repete-se o motivo da diferença como ferramenta para a inclusão.

Não se deve confundir o aspecto centrado na difusão de normas pela formulação discursiva. Embora o estabelecimento de normas seja uma das atividades principais das organizações internacionais de qualquer tipo, pois, no processo de elaboração e adoção de um instrumento os Estados-Membros tem a oportunidade debater e estabelecer normas consideradas necessárias ou úteis. (YUSSUF, 2007)

Agências especializadas como a UNESCO são, portanto, um espaço privilegiado para esse tipo de negociação, já que o debate entre os Estados pode ocorrer no tema específico. As medidas normativas devem atender objetivos claros e específicos. Sua adoção “deve ser considerada como o ponto culminante de um processo que concilie as posições nacionais e não como uma mera folha de figueira”¹¹⁸.

¹¹⁸ Referência à Bíblia; Adão e Eva usavam uma folha de figueira para cobrir os genitais após perceberem que estavam nus.

6.4.3. Modalidades de atuação da UNESCO

A ação da UNESCO em prol da diversidade cultural ocorreu paralelamente à evolução do sentido e das funções atribuídas à cultura. As ideias que norteiam essas transformações conceituais estão nos documentos oficiais, que incluem os relatórios dos diretores-gerais e os planos de médio prazo, estes desde meados dos anos 1970, alimentando-se das relações entre cultura e questões dominantes no âmbito internacional (STENOU, 2007).

Diferentemente do recorte cronológico adotado aqui, o qual partiu de uma visão macro-histórica, Stenou, determinou cinco grandes marcos cronológicos sobrepostos e vagamente definidos:

- 1) Cultura e saber¹¹⁹ (Entre 1945 e a década de 1950): reconhecimento, pela UNESCO, da relação estreita entre cultura e saber; os Estados-nacionais são percebidos como entidades unitárias, mais preocupadas com as diferenças internacionais que com diferenças internas. A cultura é entendida como criação artística.
- 2) Cultura e política (Décadas de 1950 e 1960): coincide com o processo de descolonização. Cultura passa a ser considerada um marco de identidade, a qual serve, no discurso da descolonização, como elemento fundamental, enquanto base da oposição entre metrópole e colônia, garantindo também um espaço político para os países recém-independentes no plano político internacional.
- 3) Cultura e desenvolvimento (1966-1998): Stenou estabelece como marcos desse período a Declaração dos princípios da cooperação cultural internacional e a Conferência Intergovernamental sobre políticas culturais para o desenvolvimento (Estocolmo, 1998); nesse período, há o estabelecimento conceitual da ligação entre cultura e desenvolvimento endógeno, em discurso relacionado com as Teorias da dependência, lembrando o papel de Celso Furtado na área.

¹¹⁹ “Culture et savoir”

- 4) Cultura e democracia: (anos 1980 e 2000): além da relação entre Estados-nacionais, ganha importância o aspecto interno das políticas culturais, o que se reflete nas questões de discriminação e exclusão e a coexistência na diversidade.
- 5) Cultura e globalização¹²⁰: Com a aceleração do processo de globalização, a UNESCO passa a agir na preservação e na promoção da diversidade e do diálogo intercultural, tendo em vista o papel desses fatores na manutenção da paz e na coesão social.

O período abordado neste capítulo corresponde aos três primeiros do recorte de Stenou. A autora aponta diferentes modos de ação da UNESCO, sem fazer menção se se trata de uma visão global do período, ou de um processo, como:

- a) *Laboratório de ideias* para antecipação e definição de estratégias e políticas;
- b) *Centro de intercâmbio de informações* para a coleta, transmissão, difusão e intercâmbio de informações, conhecimentos e melhores práticas;
- c) *Órgão de desenvolvimento de capacidades* humanas e institucionais dos Estados-Membros;
- d) Como *órgão normativo*, incitando os Estados-Membros ao estabelecimento de acordos sobre regras comuns que funcionem como base para as legislações nacionais, especialmente no que se refere à sua política cultural;
- e) Como *catalisador* para a cooperação internacional.

O papel de órgão normativo aparece novamente na classificação apresentada. Quanto aos demais papéis, parece clara a escolha pela atuação como órgão técnico e consultivo. No entanto, ao colocar o papel de “laboratório de ideias” em primeiro lugar em sua lista e a função como “órgão normativo” em posição de pouco destaque não enfraquece a visão da Organização como *norm setter*, pois essas normas encontram-se,

¹²⁰ “Culture et mondialisation”

como se pode perceber da discussão travada até aqui, na difusão de conceitos, sem que se interfira diretamente na ação cultural.

6.3.1. Estrutura organizacional da UNESCO

Analisaremos nesta seção o processo de mudança organizacional, entendido como instância do discurso, pois, nesse processo, as iniciativas de mudança, propostas ou efetivas, são resultantes de um processo discursivo entre atores-chave de uma organização, estabelecendo, além disso, relações intertextuais (GRANT et al, 2005).

Os diversos diagramas organizacionais históricos disponibilizados pela UNESCO não são padronizados, ou seja, não refletem de maneira precisa e em grau homogêneo de detalhamento a estrutura, dificultando a comparação ou o estabelecimento de uma linha temporal do processo de consolidação institucional. São, por isso, analisados apenas os aspectos temáticos que emanam dos documentos no estado em que se apresentam.

6.3.1.1. Proposta de organização

Ao longo de sua existência, a estrutura organizacional da UNESCO sofreu várias mudanças. Na proposta de organização esboçada quando das discussões para a criação do órgão (v. anexo 1), a cultura seria atribuíção de um diretor-geral associado, ao qual incumbiriam as Ciências Naturais, as Ciências Sociais e Estudos Humanísticos e as Artes Criativas. Um segundo diretor-geral associado responderia pela Comunicação de Massa, Educação e Bibliotecas, Museus e Centros Culturais. O terceiro diretor-geral teria um papel mais ligado as atividades-meio (informação, orçamento, administração interna etc.).

Nessa proposta, chama a atenção o fato de os temas culturais estarem divididos entre duas diretorias. Além disso, é importante ressaltar a relevância dada às “artes” (“creative arts”), que retomam a noção de artes e letras prevalentes na primeira metade do século 20. Outro aspecto relevante é a inexistência, na estrutura, de área responsável pelos Direitos de Autor, tendo em vista que o tema foi tratado em alguns instrumentos legais desde o final do século 19 e foi abordado também pelo IICI.

Como se trata de uma proposta, não se pode considerar o caráter aparentemente aleatório da divisão de atribuições entre os diretores como sendo significativa. Entretanto, é possível fazer algumas suposições, principalmente relacionadas com o agrupamento das “ciências” (Naturais, Sociais e Humanas) e das artes como reflexo de uma visão que associa aquelas e estas ao conhecimento aprofundado em torno de algo. Já ao agrupar Comunicação de Massa, Educação e Bibliotecas, Museus e Centros Culturais, é sugerida a conexão intrínseca entre o aspecto comunicativo e ao inventário, ambos de um ponto de vista relacionado, também aqui, ao conhecimento.

Trata-se, nessa visão, de uma organização que privilegia a produção, por um lado, e o acúmulo e a disseminação do conhecimento, por outro, fatores condizentes com o que viria a ser expresso na Constituição do órgão. Do ponto de vista do campo da produção cultural, no entanto, há uma limitação óbvia, pois a multiplicidade de expressões artísticas estava restrita a um subsetor, enquanto os outros dois subsetores eram dedicados à ciência, o que poderia ocasionar um enfraquecimento, por uma virtual subordinação, tanto do ponto de vista orçamentário como político, pois se supõe alguma horizontalidade entre esses subsetores.

6.3.1.2. Organograma de 1947

Em relação à proposta original, a estrutura organizacional da UNESCO ganha complexidade em sua aplicação real. Ao invés da estrutura tripartida da proposta, são criados oito Programas (*Program sections*), independentes, correspondendo, grosso modo, às áreas da proposta com o desmembramento da área de Bibliotecas, Museus e Centros Culturais em duas (Bibliotecas e Museus). A seção de Artes passa a ser denominada “Artes e Letras”, permanecendo implícito o conceito humanista de cultura, embora com a mudança terminológica.

Aqui, a possível clivagem entre produção e acúmulo de conhecimento sugerida acima parece ser contornada com a criação de programas que apresentam, pelo menos do ponto de vista organizacional, uma não hierarquização interna.

6.3.1.3. Organograma de 1952

Em 1952, os Programas surgem como “Departamentos”, ainda mais horizontalizados, inclusive em relação às atividades-meio (Serviço de publicações, Relações Externas, Assistência técnica etc.). Algumas modificações mostram-se relevantes: o Programa de Artes e Letras passa a ser o Departamento de Atividades Culturais, ou seja, surge a noção de “cultura”, que não aparecia nos organogramas anteriores. Essa estrutura permanece até os anos 1960, o que possivelmente indica um processo de estabilização da Organização.

6.3.1.4. Organograma de 1967

O processo de aumento da complexidade organizacional prossegue, com a criação de quatro diretorias-gerais associadas¹²¹, retomando, de certa forma, a proposta inicial. No entanto, a divisão de atribuições é mais clara e precisa. Há a divisão entre as áreas de:

- a) Educação
- b) Ciências Naturais
- c) Ciências Sociais, Humanas e Cultura
- d) Comunicação

A cultura perde, assim, a horizontalidade com as demais áreas. A Diretoria à qual o tema está subordinado é composta por dois departamentos, o de Ciências sociais e o de Cultura, este composto pelas Divisões de Estudos culturais, Proteção e desenvolvimento do Patrimônio cultural e a Divisão de Progresso cultural da comunidade (*Cultural advancement of the community*).

É marcante a mudança conceitual entre as estruturas anteriores e essa, pois surgem aspectos novos, como as ideias de estudo, proteção e desenvolvimento, além do aspecto ligado à política interna dos Estados-membros, na questão das comunidades.

6.3.1.5. Anos 1970

A estrutura organizacional permanece, em suas linhas gerais, bastante semelhante à anterior. No entanto, há uma redução drástica dos departamentos da Diretoria de Ciências Sociais, Humanidades e Cultura. Passam a existir um Departamento Cultural e o

¹²¹ Além de uma quinta, dedicada à administração.

Departamento para o Patrimônio cultural, antes subordinado ao Departamento de Cultura, passa a ocupar o mesmo nível, numa evidência do aumento progressivo da importância, na instituição, dessa questão. Não há, nos organogramas estudados, um detalhamento dos níveis inferiores de cada departamento, sendo, assim, impossível avaliar a importância dada a cada tema nos departamentos específicos.

7. Diversidade e desenvolvimento (1985-2015)

Os anos entre 1945 e 1980 foram de grande atividade, do ponto de vista da produção normativa, na UNESCO. A maior parte dos documentos legais passou a existir nesse período, influenciando políticas domésticas dos Estados e a cooperação cultural internacional. A partir de 1980, por um lado, essa produção fica mais rarefeita. Por outro, surgem alguns dos documentos que mais influenciam o debate sobre temas culturais no presente.

7.1.O fim da Guerra Fria: crises e liberalização comercial

A década de 1980 marca o fim de uma série de consequências da Segunda Guerra Mundial que haviam permanecido inabaladas. Tanto a reunificação da Alemanha quanto a ascensão econômica do Japão fazem com que os dois países assumam na cena internacional a qualidade de potência¹²². O período que compreende as duas últimas décadas do século 20 é considerado uma linha entre a fase clássica da Guerra Fria e uma ainda indefinida “nova ordem internacional”, caracterizada por multipolaridades.

No flanco soviético, o processo decorrente da *Glasnost* e da *Perestroika*, que encetou reformas para democratização, ampliação de liberdades e reorganização do sistema econômico, faz com que haja uma fragmentação das repúblicas soviéticas, com o ressurgimento de nacionalismos e questões fronteiriças. Com isso, há a sensação do triunfo da economia de mercado e do modelo de democracia europeu. Surgem narrativas como a do “fim da história”, de Francis Fukuyama (2006), da queda dos impérios (Paul Kennedy), e do fim do Terceiro mundo (Nigel Harris), entre outros.

¹²² Contextualização baseada em VAÍSSE (2013) e SARAIVA (2008).

Esse quadro coincide com uma expansão frágil expansão econômica, com sucessivas crises¹²³. Ao mesmo tempo, há uma aceleração do progresso tecnológico, principalmente no setor de tecnologia e do comércio internacional de serviços. A construção da unidade europeia é retomada.

Há, portanto, o fim do sistema Leste-Oeste, que substituíra o consórcio de potências imperialistas que detinha o poder até a Segunda Guerra Mundial. Esse poder, que no Pós Guerra havia sido monopolizado por Estados Unidos e União Soviética passa a ser, do ponto de vista econômico e político, principalmente, ligeiramente mais fragmentado, embora, do ponto de vista militar, os Estados Unidos e a Rússia, herdeira dos arsenais soviéticos, mantenham a condição de superpotência.

Três fatores, pelo menos, constituem ameaças aos países do Sul global: o armamento excessivo, o endividamento e o desafio demográfico, o que aprofunda a tensão Norte-Sul e faz com que a ONU seja chamada a intervir em diversos conflitos.

O dia 11 de setembro de 2001 marca uma grande transformação do sistema internacional. O desafio à hegemonia americana demonstra a instabilidade de um cenário que inclui a ubiquidade da tecnologia e dos meios de comunicação, a ascensão econômica de países asiáticos e uma grande tensão, por conta da sensação de insegurança que se seguiu aos eventos em Nova York. Na África, em 2003, uma série de conflitos, de natureza variada, atinge cerca de metade do continente.

Os eventos de 2001 fazem com que o debate sobre a globalização econômica seja retomado. A China adere à Organização Mundial de Comércio (OMC) e o país passa a ter influência global nos fluxos comerciais e no preço de commodities. Além disso, as questões da pobreza e da tensão Norte-Sul adquirem ainda mais relevância.

Temas como população, Direitos Humanos e desarmamento, que já faziam parte da agenda da comunidade internacional, passam a conviver com novos temas, como meio-ambiente, sustentabilidade, desigualdade, tanto regional quanto entre países, terrorismo e narcotráfico. Em outras palavras, há uma diversificação que se relaciona com a complexidade e dimensão global dos temas. O mesmo ocorre, como veremos, em

¹²³ Por exemplo, México (1994-1995), Rússia (1998) e Brasil (1999).

relação aos documentos legais da UNESCO no tema cultura, que, apesar de seu número reduzido no período coberto neste capítulo (três convenções, duas declarações e três recomendações) em relação ao período anterior, apresentam um aprofundamento e uma elaboração conceitual bastante importante, tanto do ponto de vista da definição expandida de cultura, como pela inclusão de aspectos que ainda não haviam sido contemplados.

Inicialmente, nota-se que ao longo do período 1945-1985, a UNESCO produziu, em média, um documento a cada dois anos. Esse intervalo foi alargado entre 1972 e 1976, mas, nesse ano, foram assinadas quatro recomendações (nos temas “áreas históricas”, “participação popular”, “intercâmbio” e “proteção dos tradutores”). Nos anos entre 1979 e 1980, é emitido pelo menos um documento por ano. No entanto, entre 1981 e 1988 não foi produzido um único documento. Tampouco entre 1990 e 2000. Tendo em vista a situação de convulsão nos dois períodos (crise e desmanche soviético, no primeiro período, e crises financeiras globais no segundo), tem-se a sensação de que a agenda das Nações Unidas como um todo esteve dedicada a esses temas.

Destacamos, entre os dois períodos com baixa atividade normativa citados acima, o período 1981-1988, marcado, no âmbito da UNESCO, por uma série de modificações burocráticas, como a mudança do planejamento orçamentário para três anos, ao invés de dois (VALDERRAMA, 1995) e também pela realização, entre 26 de julho e seis de agosto de 1982, da *Conferência mundial sobre políticas culturais*, na Cidade do México, que teve como objetivo avaliar a experiência adquirida nas políticas e práticas culturais, além de traçar as principais linhas de ação da comunidade internacional e da UNESCO para a década de 1980. Essa conferência terá grande importância na cristalização da definição expandida de cultura, que será adotada e que permanece sendo o marco conceitual da UNESCO.

Ainda nesse período, foi realizada a *Quarta Conferência Geral Extraordinária*, ocorrida em novembro e dezembro de 1982, na qual foram aprovados os principais programas do *Plano de médio prazo*. O enfoque mais amplo do plano tinha o título “Reflexões sobre os problemas do mundo e estudos orientados para o futuro”. No tema “cultura”, a relação estabelecida era com o “futuro”.

Outros tópicos do plano, entretanto, estabelecem diálogo com o tema da cultura, como “Princípios, métodos e estratégias e ação para o desenvolvimento”, “Ciência, tecnologia e sociedade”, “Ambiente humano e recursos terrestres e marítimos”, “Eliminação de preconceito, intolerância, racismo e apartheid”, “Paz, entendimento internacional, Direitos Humanos e Direitos dos povos” e “Situação das mulheres”. Essa enumeração mostra, de forma incipiente, um enfoque multidisciplinar e transversal, que irá influir nas definições de cultura do período.

Vários organismos internacionais, como UNESCO, OMC, a *Conferência das Nações Unidas para o comércio e desenvolvimento* (UNCTAD) e *Organização Mundial para a Propriedade Intelectual* (OMPI), entre outros, e também os instrumentos de integração regional, como a União Europeia e o MERCOSUL, passam a estabelecer quadros normativos nos quais os aspectos culturais se fazem presentes como fator de desenvolvimento e fortalecimento de identidade, tanto do ponto de vista da produção, circulação e proteção. Neste capítulo, o questionamento irá se restringir à entrada dos temas culturais na agenda política, principalmente do ponto de vista da noção de desenvolvimento.

Faremos uma breve incursão, limitada ao aspecto relevante para a presente discussão: nos Estudos Pós Coloniais, há uma contradição básica, entre a diversidade das experiências coloniais e a eventual tentativa de teorizar sobre a dominação colonial e sua contestação, as quais geraram narrativas e discursos concorrentes e que produziram herdeiros. É necessária a consciência de que essa diversidade existe, mantendo, no entanto o “direito à generalização complicada” (Bruce Robins, apud LOOMBA, 2015); é o que faremos na sequência.

Uma das críticas feitas aos Estudos Pós-coloniais é a “maneira confusa” em que são muitas vezes escritos, ou a sua dificuldade, ou, ainda, que a heterogeneidade dessa área é tão grande que é impossível estabelecer seu objeto. Essa dificuldade, em alguns casos, é devida ao seu enfoque interdisciplinar. Outro aspecto é a elaboração de conceitos baseada em desenvolvimentos oriundos tanto das Ciências Sociais, como dos Estudos Literários e Linguísticos, incorporando, portanto, um referencial também bastante complexo. (idem, ibidem) Para essa autora, os acontecimentos de 2001 e as invasões do

Afganistão e do Iraque fizeram com que questões relacionadas com a ideia de “império”, ao mesmo tempo em que se tornaram atuais, tornaram-se urgentes. Além disso, levantou uma aparente “não questão”: estaríamos mesmo no “pós-colonialismo”?

Um segundo aspecto refere-se à influência da globalização sobre os fluxos transnacionais econômicos e culturais. No capítulo 5, vimos como as metrópoles coloniais, por meio das políticas da língua e da educação e das representações do Outro nas Exposições Universais, imprimiam uma narrativa irresistível, que influenciou na percepção tanto dos colonizados como dos colonizadores. Essa ampliação de fluxos, que pode ter seu início situado nos anos do Pós Guerra, faz com que o acesso a narrativas não seja mediado de forma tão decisiva por Estados e governos. É nesse contexto que surgem, como resultado do 11/9, narrativas que defendem a ideia de um “novo imperialismo”, o qual teria como função ocupar o vazio de poder decorrente do aumento do número de países independentes no mundo em função do processo de descolonização. Esse “novo império” deveria se colocar na linha sucessória dos impérios antigos e do império britânico. (LOOMBA, 2015)

O ponto que buscamos sublinhar aqui se refere à necessidade de compreender o processo de globalização sem perder de vista sua contextualização no processo histórico, ou seja, tendo em mente as desigualdades do imperialismo e da descolonização que emergem em narrativas diversas. Assim, embora não se possa falar atualmente em imperialismo *de facto*, com frequência é feita alusão a um comportamento que lembra o das metrópoles coloniais.

Um exemplo dessa relação é a análise do funcionamento do *Fundo Monetário Internacional* (FMI), feita por Joseph Stiglitz (2003). Para esse autor, “o enfoque do FMI em relação aos países em desenvolvimento é como o de um administrador colonial”. Além disso, os representantes desses países eram obrigados a responder perguntas embaraçosas, como se “as coisas realmente mudaram desde o fim ‘oficial’ do colonialismo há cinquenta anos?”. Tendo esse quadro como pano de fundo, passamos agora a analisar a evolução do conceito de cultura e a entrada do tema “desenvolvimento” no âmbito da UNESCO.

7.2. A evolução do conceito de cultura

No período entre 1985 e 2015, por um lado, nota-se uma sensível redução do número de documentos legais publicados (oito); por outro lado, são extremamente significativos alguns desses documentos, por introduzirem em seu tema as noções de “diversidade” (2001a, 2005, 2015), de “patrimônio intangível” (2003a) e “paisagem histórica urbana” (2011).

Uma primeira observação a respeito desse grupo de documentos refere-se à questão das definições. Em quase todos eles, esse aspecto é explicitado com ênfase. A UNESCO, até o início da década de 1980, operava com base em uma definição de cultura que se expandiu aos poucos. A princípio, seguia, de forma implícita, uma visão considerada “tradicional”, que priorizava as expressões artísticas e literárias. Como vimos no capítulo anterior, o termo “arte” passa a ser compreendido em seu significado “mais amplo possível”, enquanto a noção de patrimônio comum adquire proeminência. Em 1982, Na *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais* (World Conference on Cultural Policies-MONDIACULT), realizada na Cidade do México, ocorre uma ampla ruptura com essa acepção. Cultura passou a ser entendida como:

[...] o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e emocionais da sociedade ou um grupo social e que abrange, além de arte e literatura, estilos de vida, formas de convivência, sistemas de valores, tradições e crenças.

Adotada pela 31ª *Conferência Geral da Organização das Nações Unidas* em um contexto de perplexidade, após os ataques de setembro de 2001, a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* foi aprovada por unanimidade. Para o Órgão, por se tratar da primeira reunião ministerial na sequência dos atentados, essa era a oportunidade para

sublinhar a importância do “diálogo intercultural”, assim como rechaçar a tese da “guerra de civilizações”.

Entre outros aspectos, a Declaração cita o reconhecimento da alteridade e da multiplicidade de papéis identitários de cada indivíduo e da pluralidade existente no interior das comunidades de que fazemos parte como um de seus pressupostos.

Para Koïchiro Matsuura (UNESCO, 2002b: 3), ex-Diretor-geral da UNESCO, a Declaração é um dos textos fundadores de uma nova ética, que considera ultrapassado o debate entre os países que visavam a defesa dos bens culturais (principalmente França e Canadá), por se tratarem de “vetores de identidade, valores e significado” e que, por essa razão, não deveriam ser tratados como mercadorias ou bens de consumo, e aqueles que pretendiam promover os direitos culturais. A Declaração, nos dizeres do diretor do órgão, faz uma síntese dessas duas posições, consideradas complementares e mutuamente necessárias¹²⁴.

Qual a definição de cultura contida na Declaração, assim como qual a forma encontrada para integrar as duas correntes citadas acima? Além disso, como são descritas as relações entre cultura, direitos humanos e desenvolvimento?¹²⁵

Em seu preâmbulo, a Declaração cita a total implementação dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) e dos dois Pactos Internacionais de 1966, o *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos*, que consolidou direitos como o direito à vida; de não ser submetido à tortura; a não ser submetido à escravidão; o direito à liberdade; a garantias processuais; à liberdade de movimento; à liberdade de pensamento; à liberdade de religião; à liberdade de associação; à igualdade política e à igualdade perante a lei, e o *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, que incluem: o direito ao trabalho, à liberdade de

¹²⁴ Essa “evolução” deu-se ao longo de grande acúmulo de experiências, exemplificadas por várias declarações, relatórios e conferências, principalmente: *Conferência Mundial sobre políticas culturais* (MONDIACULT, Cidade do México, 1982), a *Década mundial para o desenvolvimento cultural* (1988-1997), O *Relatório da Comissão Mundial sobre cultura e desenvolvimento* (*Nossa diversidade criativa*, 1996), A Conferência intergovernamental de Estocolmo sobre políticas culturais para o desenvolvimento (1998) e a própria Declaração sobre a diversidade cultural (2001).

¹²⁵ Fala-se na relação entre os “3 Ds”: diversidade, diálogo e desenvolvimento (UNESCO, 2002b: 61).

associação sindical, à previdência social, à alimentação, à moradia, ao mais elevado nível de saúde física e mental, à educação, à participação na vida cultural e no progresso científico. Faz, ainda, referência ao preâmbulo da Constituição do órgão:

[A] ampla difusão da cultura e da educação da humanidade para a justiça, a liberdade e paz são indispensáveis à dignidade do homem e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com um espírito de interesse e assistência mútua.

Observa-se que a definição de cultura elaborada por ocasião do MONDIACULT foi preservada na elaboração da *Declaração da Diversidade*. Além disso, nota-se a preocupação em adotar uma definição abrangente, que não oponha “artes e literatura” e aspectos intangíveis da experiência humana.

A diversidade cultural é definida na mesma Declaração como “fonte de intercâmbio, inovação e criatividade [...] tão necessários para a humanidade como a biodiversidade é para a natureza” (Artigo 1º). A relação causal entre a diversidade e desenvolvimento é considerada fundamental, pois a diversidade:

[...] é uma das raízes do desenvolvimento, entendido não apenas em termos de crescimento econômico, mas também como um meio para alcançar uma existência intelectual, emocional, moral e espiritual mais satisfatória (Artigo 3º).

Os artigos 8 e 10 da Declaração introduzem aspectos comerciais e relacionados com o desenvolvimento dos bens e serviços culturais, considerados bens de natureza distinta dos demais bens. Faz-se a distinção entre as noções de bem (aquilo que tem valor) e mercadoria (aquilo que pode ser comprado e vendido). No entanto, como exposto no capítulo 3, essa relação não capta diferentes aspectos da categoria “valor”. Assim, uma mercadoria tem valor intrínseco, enquanto um bem pode ter incorporados diversos tipos de valor, como o simbólico e o econômico.

Nota-se certo hibridismo conceitual, pois ao mesmo tempo em que é citado o “reconhecimento dos direitos de autores e artistas”, também é ressaltada a especificidade

dos bens culturais enquanto “vetores de identidade, valores e significado” (art. 8), ou seja, há aqui, novamente, uma noção dupla de valor, o econômico (no caso dos direitos de autor) e simbólico (tanto dos significados sociais incorporados em práticas e bens, como de “direitos morais”, dos autores). A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1949) já demonstra essa dicotomia, em seu artigo 27: “Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria”.

Ainda no aspecto econômico relacionado com cultura, a “cooperação e solidariedade internacionais” constituem, segundo a Declaração, os meios para o estabelecimento de indústrias culturais “viáveis e competitivas no âmbito nacional e internacional” (art. 10), tendo em vista os efeitos da globalização nos desequilíbrios dos fluxos e trocas.

Para a UNESCO, a questão a ser vencida estava no campo da relação entre cultura e desenvolvimento, apesar dos progressos feitos no sistema ONU, em que tanto a diversidade cultural, a tolerância e o pluralismo são vistos como princípios inegociáveis, com os Direitos Humanos no centro da agenda, o que permitiria abordar Direitos Econômicos e Direitos Culturais em um quadro comum.

Alguns fatores, no entanto, constituem desafios, na visão da UNESCO, para a cultura e para a diversidade cultural, os quais incluem: a) Globalização (pois a desigualdade alimenta o conflito cultural, colocando em perigo o pluralismo); b) Incapacidade, por parte dos Estados, em atender as demandas de cultura e educação, de lidar com o fluxo transfronteiriço de ideias, imagens e recursos que afetam o desenvolvimento cultural; e c) desigualdade crescente da alfabetização, tanto convencional como digital, refletida na exclusão de largos contingentes populacionais dos debates e recursos culturais. São aproximadamente os mesmo aspectos analisados no capítulo 6, em relação ao acesso à cultura. Ou seja, a desigualdade impede que determinadas camadas de população tenham a oportunidade do acesso, o que, por sua vez, perpetua a desigualdade.

O desejo da defesa da diversidade cultural, relacionado com o diálogo e o desenvolvimento, encontra, no entanto, resistências de peso, principalmente no setor da produção audiovisual. Em um relatório, a posição norte-americana é bastante clara:

Como parte de uma recente apresentação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que descreve os nossos objetivos de negociação de serviços, os Estados Unidos incluíram um documento sobre Audiovisual e Serviços Relacionados. O documento pede a todos os nossos parceiros comerciais que assumam *compromissos de acesso ao mercado para o setor audiovisual, sob os auspícios do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços*, que reflitam o alcance mais amplo do setor no atual ambiente digital.

Ao mesmo tempo, na sede da UNESCO em Paris, os esforços da França e do Canadá para criar apoio para uma proposta de remover as questões culturais da OMC e colocá-los em um “novo instrumento”, possivelmente a UNESCO, encontrou pouco apoio. Os Estados Unidos, embora não sejam membros da UNESCO, fizeram uma intervenção opondo-se fortemente a essa ideia. (U.S. Dept. of Commerce, 2001, grifo nosso)

O Departamento de Comércio norte-americano pretendia, assim, colocar a discussão sobre o comércio de bens culturais no âmbito das discussões na Organização do Comércio do Acordo Geral de Comércio e Tarifas, ou seja, a concepção norte-americana trata bens (e serviços) culturais com base em seu valor puramente econômico, e principalmente com o acesso a mercados. Essa preocupação refere-se também a um segundo aspecto: a migração da produção audiovisual, devido aos altos custos da produção nos EUA, para outros países, os quais, além de poderem exportar esses produtos para o mercado americano, por outro lado, impunham restrições para a entrada de bens culturais estrangeiros¹²⁶.

Percebe-se que, apesar das gestões norte-americanas para que bens e serviços culturais não fossem excluídos dos debates na OMC, posição, ademais, mantida até hoje, a ideia da especificidade dos bens e serviços culturais aparece, como vimos acima, nos artigos 8 e 10 da Declaração de 2001.

¹²⁶ Esse último aspecto é o conceito de “exceção cultural”, ou seja, do tratamento diferenciado, do ponto de vista do comércio, de bens e serviços culturais.

Temos, assim, uma formulação de definição de cultura na *Declaração sobre a Diversidade Cultural* que revela preocupação quanto à abrangência do termo, referindo-se tanto a elementos tangíveis (“artes e literatura”)¹²⁷ e intangíveis (práticas significativas). Trata-se, como vimos, de inovação advinda de um processo de elaboração, desenvolvido ao longo de mais de quarenta anos, em que a preocupação com a defesa de bens culturais, principalmente do ponto de vista econômico, passou a incluir a preocupação com o desenvolvimento, em um contexto em que não se pode dissociar esse aspecto da sustentabilidade e da inclusão social.

O artigo 27 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, uma das referências normativas do Direito Internacional, afirma ainda que: “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”. No entanto, como vimos no caso da produção cultural norte-americana, os interesses econômicos envolvidos chocam-se com esses direitos, ao limitar a produção, a circulação de bens e serviços culturais.

Vista enquanto texto programático, a *Declaração sobre a Diversidade Cultural* expõe o caráter evolutivo de uma definição de cultura que, no entanto, encobre visões conflitivas, principalmente em torno dos aspectos econômicos da produção, acesso e proteção dos bens e serviços culturais. A transformação das diretrizes expostas na Declaração, ou seja, de seu plano de ação, dos doze princípios e vinte e sete objetivos de longo prazo, que visam a manutenção, enriquecimento e, em alguns casos, a reintrodução da diversidade cultural, tendo em vista suas relações com o desenvolvimento e seus impactos na formulação de políticas nos níveis local, nacional e internacional, enfrenta obstáculos exatamente por compreensões conflitantes em torno tanto do que seja “cultura”, como dos interesses econômicos envolvidos em setores específicos.

Além disso, para SINGH (2007), os Estados que estão na vanguarda do movimento para a proteção da diversidade cultural são, na verdade, os maiores exportadores de bens culturais. Há, novamente, um conflito entre a norma programática e a realidade de sua aplicação.

¹²⁷ A afirmação é genérica, obviamente algumas manifestações artísticas podem ser consideradas simultaneamente imateriais e materiais, como a música e o suporte da gravação sonora, por exemplo.

7.3.Economia da cultura/criativa

Ao analisar a relação entre bens, serviços e conteúdos culturais com os aspectos econômicos implícitos e explícitos (propriedade intelectual, valor econômico, valor simbólico etc.), encontramos uma série de visões que opõem esses dois domínios. ADORNO (2002) usa o termo “indústria cultural” com base na oposição entre o entretenimento produzido de forma industrial e as artes. Indústria cultural seria, aqui, sinônimo de “cultura de massa”. Para GALLOWAY; DUNLOP (2007), esse entendimento teria servido como base para as iniciativas da UNESCO e do Conselho da Europa, além da política cultural francesa, desde o início dos anos 1980.

Embora adotados de forma disseminada, os dois termos não contam com um esforço de definição mais profundo. Muitas vezes, o emprego de um ou outro é quase aleatório. O termo “economia criativa”, por exemplo, tem seu uso datado do início dos anos 2000, e é definido por John Howkins como “uma economia em que as pessoas passam grande parte do tempo tendo ideias, não quaisquer umas, mas aquelas que geram produtos comercializáveis” (apud MADEIRA, 2014). Nessa acepção,

A transição do abstrato ao prático é de difícil apreensão, mas de forma geral, ocorre quando a ideia é identificada, aplicada e se torna uma propriedade. O *produto criativo*, em suma, deve atender a duas condições: *resultar da criatividade e possuir reconhecido valor econômico*. (MADEIRA, 2014, grifo nosso)

Já outro autor, há mais tempo, definiu produtos culturais como sendo aqueles que:

[...] expressam ideias, valores, atitudes e criatividade artística e que oferecem entretenimento, informação ou análise sobre o presente, o passado (historiografia) ou o futuro (prospectiva, cálculo de probabilidade, intuição), quer tenham origem popular (artesanato), quer se tratem de produtos massivos (discos de música popular, jornais, histórias em quadrinhos), quer circulem por público mais limitado (livros de poesia, discos e CDs de música erudita, pinturas). Embora desta definição participem conceitos vagos, como “ideias” e

“criatividade artística”, ela exprime um consenso sobre a natureza dos produtos culturais. (COELHO, 1997, p. 318)

Há aqui, simultaneamente, uma aglutinação das formas de expressão, pois todas, inclusive artes, literatura e outras, são consideradas parte da economia da cultura e da economia criativa, não havendo uma diferenciação clara entre ambas. Um exemplo a esse respeito ocorre no Ministério da Cultura brasileiro (MinC), o qual contava, até agosto de 2016, com uma Secretaria de Economia Criativa, cujas principais atribuições eram relacionadas com as políticas públicas e ações “para o desenvolvimento da economia criativa brasileira”, o que incluía ações de formação de profissionais e empreendedores¹²⁸. No entanto, o decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016 modificou essa estrutura, passando a existir uma Secretaria de Economia da Cultura, cujas atribuições eram, essencialmente, as mesmas. Houve apenas a mudança de denominação, substituindo-se “criativa” por “da cultura”. Em ambos os casos, no entanto, não havia uma delimitação do termo, apenas seu emprego.

A questão que se apresenta e que é relevante para a formulação de políticas públicas está exatamente na ausência de definições ou conceituações operacionais. Isso não significa que se defenda a adoção de um léxico estático, mas que o estabelecimento de conceitos minimamente consensuais evitaria a coexistência, do ponto de vista institucional, de definições que, por vezes, podem ser antagônicas.

A importância do estabelecimento de definições é ressaltada por GALLOWAY; DUNLOP (2007), do ponto de vista da avaliação, mensuração e tipo de intervenção a ser adotado. Para os autores citados, as definições situam-se em torno de uma combinação de cinco critérios principais: criatividade, propriedade intelectual, significado simbólico, valor de uso e método de produção. A base da diferenciação estaria na oposição entre comunicação de ideias e valor de uso. Os bens “simbólicos” teriam na veiculação desse tipo de conteúdos seu emprego principal, enquanto as chamadas “indústrias criativas” estariam baseadas no aspecto funcional, incluindo, portanto, a moda, o design, a publicidade etc.

¹²⁸ Essa lista das atribuições estava disponível no sítio oficial do MinC em dezembro/2017.

Já no âmbito da OMC, é necessário tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, na estrutura do *Acordo Geral de Tarifas e Comércio* (GATT), produtos culturais não são diferenciados de outros produtos “comuns”. As regras específicas existentes referem-se à limitação (cotas) de exibição de filmes estrangeiros (Artigo IV, 1947), assim como são permitidas medidas restritivas que visem ao desenvolvimento econômico em países menos desenvolvidos (Artigo XVIII) e a proteção do patrimônio histórico, arqueológico e artístico (Artigo XX). No *Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços* (GATS) há um único setor, o do audiovisual, que se relaciona expressamente com uma indústria cultural¹²⁹. No entanto, esse é um dos setores com o menor número de membros aderentes aos compromissos (trinta). Trata-se, como se sabe, de arena que envolve valores astronômicos, se pensarmos nas grandes indústrias cinematográficas, por exemplo, mas que também atinge produções artesanais locais. É exatamente este um dos setores nos quais a França exige uma “exceção cultural”, que permitisse proteger o mercado interno de produtos (filmes, música) produzidos pela indústria de massa, preservando a especificidade da produção nacional¹³⁰.

Tal questão não é nova (SAUVÉ; STEINFATT, 2000), entretanto, há um número crescente de disputas envolvendo produtos culturais¹³¹, assim como os desenvolvimentos tecnológicos levam a um apagamento das diferenças entre bens, serviços e temas de proteção intelectual. Na análise feita pelos autores citados, sugere-se que os membros da OMC.

Podem ter de contemplar uma transição das normas para as regras e lançar as bases de um conjunto abrangente de disciplinas multilaterais que regulem o comércio, o investimento e os direitos de propriedade intelectual na área das indústrias culturais, visando conciliar a dupla busca da abertura do mercado e da diversidade cultural. (SAUVÉ; STEINFATT, 2000)

¹²⁹ Os serviços audiovisuais incluem serviços de produção e distribuição de filmes cinematográficos e de vídeo, serviços de projeção de filmes, serviços de rádio e televisão, serviços de transmissão de rádio e televisão e gravação de som.

¹³⁰ “A exceção cultural é o meio jurídico, a diversidade cultural é nosso objetivo”. (TRAUTMANN, 1999).

¹³¹ “Por um lado, como atesta o crescente número de casos recentemente submetidos à OMC, os produtos culturais já estão em grande parte sujeitos às disciplinas da OMC que regem o comércio e o investimento em bens, serviços e questões relacionadas à propriedade intelectual relacionadas com o comércio”. (SAUVÉ; STEINFATT, 2000)

Esta afirmação vem ao encontro da visão dual de patrimônio cultural e produto cultural exposta anteriormente. Por outro lado, o *Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio* (TRIPS), que teve como base os tratados de Roma (1961) e Genebra (1971), ao proteger os direitos intelectuais, em sentido amplo, teria como efeito sobre os produtos culturais uma possibilidade maior de circulação, tanto de produtos artesanais, como de produtos de massa. Obviamente, trata-se, nos casos citados, de área de aplicação extremamente complexa, que envolve duas questões também presentes no GATS:

- a) a liberalização comercial pode afetar de forma negativa os interesses culturais de cada país.
- b) por outro lado, a proteção da produção local pode limitar os benefícios econômicos do comércio.

Chega-se assim a uma constatação: enquanto as convenções do sistema ONU, como a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (2005) sugerem que produtos culturais não devem ser tratados como *commodities* ou bens de consumo, é evidente o valor econômico que tais produtos agregam e, no caso do patrimônio cultural, muitas vezes relacionam-se com áreas conexas, como o turismo (RICHTSCHEID, 2011), outro fator de geração de renda. Além disso, os tratados do sistema ONU incentivam a diversidade cultural, o que não é relevante no âmbito da OMC.

VOON (2006) sugere a possibilidade do emprego de obrigações estatuídas em convenções da UNESCO como defesa para eventuais violações de regras da OMC. Percebe-se, assim, que ambos os quadros normativos, ao lidarem com patrimônio cultural e produtos culturais, estão sujeitos a certa maleabilidade em termos de *compliance*: os interesses internos de cada país direcionam o recurso a um ou outro quadro, de forma a buscar a proteção de seus interesses. As convenções do sistema ONU, que, no caso, não

estabelecem sanções para seu descumprimento, acabam servindo como forma de direcionamento do comportamento do Estado.

Temos, portanto, dois quadros normativos que incorporam diferentes visões do patrimônio cultural e dos produtos culturais, ligados tanto às noções de bem público global (o conhecimento advindo; o patrimônio histórico e cultural), como ao valor econômico e à geração de renda, sendo que a proteção do “mercado” interno (da cultura local) desempenha papel central. No entanto, tais aspectos não são excludentes, como vimos. A questão que se coloca é de tentar avaliar como seria possível obter um comportamento convergente entre Estados, visando permitir tanto a livre circulação de patrimônio e produtos culturais, como a defesa da diversidade das culturas e manifestações locais.

A maioria das instituições internacionais tem como objetivo básico exercer influência sobre o comportamento de seus membros, de forma observável e em temas específicos. Assim, o desempenho do Estado em relação a diferentes tipos de metas e a avaliação de até que ponto essas metas tornam necessária uma mudança de padrões de comportamento anteriores constituem ponto de partida privilegiado para que se saiba se uma instituição internacional específica causa algum efeito no comportamento estatal. É uma questão que poderia ser posta para a UNESCO, que se coloca, como vimos, como “laboratório de ideias” e “difusor de normas”.

Prosseguindo com a análise das definições de cultura nos documentos da UNESCO, há ainda alguns aspectos que merecem atenção. Na *Recomendação para a salvaguarda da cultura tradicional e do folclore* (1989), por exemplo, o folclore é considerado parte do patrimônio universal da humanidade, ou seja, atribuindo valor positivo à diversidade, compreendida como agregação ao fundo comum das realizações humanas, dada sua importância, expressa no preâmbulo, dos pontos de vista social, econômico, cultural e político, como meio de aproximação entre os povos e grupos sociais e de afirmação da identidade cultural, mas também de seu papel na história dos povos.

Nota-se aqui o aspecto multidimensional da cultura popular, que, de certa forma, aproxima-se da visão de desenvolvimento apoiado em diversos pilares. A cultura é

colocada ao lado do social, do econômico e do político, embora não seja atribuído a ela um aspecto instrumental, mas um enquadramento um tanto essencialista.

Um dos primeiros pontos após o preâmbulo é a definição de “folclore”¹³², assim como a necessidade de sua identificação, por meio do incremento de pesquisas em nível nacional, regional e internacional, pelos dos Estados-partes. No entanto, a definição é, novamente, bastante abrangente:

[O] conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural, fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes.

Os elementos principais da cultura popular ou tradicional, segundo essa definição, são os aspectos de “tradição, normas e valores” desde que “reconhecidas”, ou seja, atribui-se ao Estado, a tarefa da identificação dessas formas de expressão. A forma de transmissão e a abrangência também são definidas de forma vaga, pois é privilegiada a transmissão oral, feita “seja por imitação, seja por outras formas” e incluem “a língua, a literatura, a música, a dança”, assim como a “arquitetura e outras artes” - ou seja, aqui estão incluídas as práticas dos campos “artísticos”¹³³ -, e também “os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato”

A ideia de proteção encontra-se nos diversos títulos da Recomendação (preservação, proteção), mas são ressaltados também os aspectos de circulação (disseminação) e de cooperação internacional.

Retomando a distinção feita anteriormente entre categoria de prática e categoria de análise, a ambiguidade e abrangência da definição dada acima a situa como categoria de prática. No entanto, mesmo em termos de uma diretriz para a elaboração de políticas

¹³² Que será abandonada em favor de “cultura tradicional e popular” (*traditional and popular culture*)

¹³³ “Artístico” entendido em sentido fraco, i.e. sem que se faça um juízo de valor em torno da legitimação e valorização social das práticas.

nacionais, uma definição desse tipo abre espaço para que surjam definições (e, conseqüentemente, políticas e programas) que não permitem sua avaliação ou comparação. Se levarmos em conta a dimensão sociológica da cultura, citada no capítulo anterior, as políticas domésticas para a cultura ficam dependentes da posição dos atores envolvidos (artistas, acadêmicos, funcionários públicos) e do conceito de cultura valorizado em determinado país.

Outra consequência da “definição aberta” ocorre em relação à cooperação internacional. Um exemplo claro é o fato de, como regra, tais mecanismos envolvam representantes do corpo diplomático, os quais, em muitos casos, são oriundos de um estrato social relativamente homogêneo (e, conseqüentemente, que partilha de um vocabulário cultural não idêntico, mas comum). O estudo dos mecanismos de mérito no campo cultural, retomando as noções de Bourdieu expostas no capítulo 6, parece ser relevante como passo a ser tomado no refinamento das definições de cultura, tendo como objetivo, pelo menos, uma maior clareza.

Já a *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais* (2005) conta com um elenco abrangente de definições. Além da definição de “diversidade cultural” como sendo:

[As] múltiplas formas pelas quais as culturas de grupos e sociedades encontram expressão. Essas expressões são transmitidas dentro e entre grupos e sociedades.

A diversidade cultural manifesta-se não apenas pelas variadas formas em que a herança cultural da humanidade é expressa, aumentada e transmitida por meio da variedade de expressões culturais, mas também pelos diversos modos de criação, produção, divulgação, distribuição e diversão artística, meios e tecnologias utilizadas.

Já o “conteúdo cultural” refere-se ao “significado simbólico, dimensão artística e valores culturais que se originam em ou expressam identidades culturais”. “Expressões culturais” são aquelas resultantes da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades, e que possuem conteúdo cultural. A circularidade das duas últimas definições é, a nosso ver,

flagrante, pois a expressão da identidade cultural gera o conteúdo cultural, o qual, por sua vez, está presente na expressão cultural.

Atividades, bens e serviços culturais são definidos em conjunto com “indústrias culturais”. Os primeiros, por sua essência - e aqui retomamos o conceito “essencialista” de cultura proposto por REEVES (2005), pois o que os caracteriza é um “atributo, uso ou finalidade específico”. Além disso, o valor econômico não é um fator considerado, embora as indústrias culturais sejam aquelas, de acordo com o documento, que produzem e distribuem os bens e serviços descritos.

Ainda no mesmo documento, há uma definição de “políticas e medidas culturais” que contrasta com as definições oferecidas até aqui.

Políticas e medidas culturais referem-se às políticas e medidas relacionadas com a cultura, quer a nível local, nacional, regional ou internacional, centradas na cultura como tal ou concebidas para ter um efeito direto sobre as expressões culturais de indivíduos, grupos ou sociedades, inclusive na criação, produção, difusão, distribuição e acesso a atividades, bens e serviços culturais.

Trata-se, novamente, de uma definição com objetivos práticos e precisos. No entanto, a abstração dos termos que a compõem favorece a coexistência de conceitos em torno da ideia de cultura e de expressões culturais.

Já a *Convenção sobre a proteção do patrimônio cultural subaquático* (2001) define essa forma de patrimônio como sendo composto por:

[T]odos os vestígios da existência humana, de caráter cultural, histórico ou arqueológico que se encontrem parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, submersos há, pelo menos, 100 anos.

As exceções são os oleodutos e cabos, além de outros tipos de instalação assentados no fundo do mar. É feita a delimitação desses últimos para “aqueles em uso”.

A *Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural*, primeiro documento (de três¹³⁴) a ter a palavra “diversidade” em seu título, retoma, como visto, a definição expandida de cultura do MONDIACULT, ou seja, como conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais distintivas da sociedade ou de um grupo social e que engloba, *além* da arte e da literatura, estilos de vida, modos de convivência, sistemas de valores, tradições e convicções. A relação entre cultura e desenvolvimento é feita com base em diversos enfoques:

- a) Economia baseada no desenvolvimento;
- b) Novas tecnologias de comunicação e informação;
- c) Diversidade cultural como um fator de desenvolvimento “como um meio para alcançar uma existência intelectual, emocional, moral e espiritual mais satisfatória”;
- d) Chave do desenvolvimento sustentável.

No anexo II da Declaração, entre as linhas principais de um programa de ação para sua implementação, o elo entre diversidade cultural e desenvolvimento aparece novamente, tendo em vista o aprofundamento do debate internacional sobre esse relacionamento, “particularmente no que se refere às suas relações com o desenvolvimento e seu impacto na formulação de políticas, tanto a nível nacional como internacional”. É proposta a definição de princípios, normas e práticas, tanto a nível nacional como internacional.

Nesse item, pode-se aplicar a ideia da “diferença inclusiva”, pois um dos objetivos do plano de ação é a promoção do intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas em relação ao *pluralismo cultural*, com vista a facilitar, em *sociedades diversificadas*, a *inclusão* e *participação* de pessoas e grupos de *origens culturais variadas*. Reitera-se a ideia de diferença (pluralismo cultural, sociedades diversificadas, origens variadas), aliada ao aspecto de equilíbrio (inclusão e participação). No ponto 6, é incluída a “diversidade

¹³⁴ Os outros dois são a *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais* (2005) e a *Recomendação relativa à promoção de museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade* (2015). Note-se a gradação no emprego do termo, de “diversidade cultural” passa-se a “diversidade das expressões culturais” para “diversidade e papel na sociedade”.

linguística”, enquanto no 7 é atribuído à educação o papel de aumentar a consciência do “valor positivo” da diversidade.

Todos os documentos, em algum momento, empregam ideias de universalidade, seja em relação ao acesso e aos Direitos Humanos, entre outros. No entanto, apenas um documento fala em termo de “vontade universal” (*universal will*) e “preocupação comum” (*common concern*)

A *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural intangível* (2003) coloca-se como complementação aos acordos, recomendações e resoluções internacionais existentes em matéria de patrimônio cultural e natural e faz, em primeiro lugar, referência aos instrumentos internacionais de Direitos Humanos: a *Declaração universal dos Direitos Humanos* (1948), ao *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (1966), e ao *Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos* (1966).

O artigo 2º da Convenção é dedicado às definições; o patrimônio cultural imaterial é definido como:

[A]s práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um *sentimento de identidade e continuidade* e contribuindo assim para *promover o respeito à diversidade cultural* e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de Direitos Humanos existentes e com os imperativos de *respeito mútuo* entre comunidades, grupos e indivíduos, e do *desenvolvimento sustentável*.

A definição é expandida, com a apresentação das manifestações do patrimônio cultural imaterial:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;

- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais.

A igualdade encontra-se expressa no âmbito da “identidade”, da “continuidade” e da promoção do “respeito à diversidade cultural” e relacionada com “Direitos Humanos” e com “desenvolvimento sustentável”.

Ao compararmos a definição dessa Convenção com a anterior, ou seja, de “cultura” como conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais distintivas da sociedade ou de um grupo social, notamos um aprofundamento e detalhamento da elaboração conceitual.

Apesar da enumeração não ser hierárquica, nota-se alguma oposição entre “práticas”, “técnicas” e “conhecimentos”, ligados ao domínio teórico ou prático, “tradições”, relacionadas aos hábitos ou costumes estabelecidos e transmitidos, e “expressões artísticas”, que engloba, simultaneamente, os aspectos propostos pelas demais.

Após analisarmos as definições de cultura, na próxima seção passaremos a analisar a relação propriamente dita entre desenvolvimento e cultura, tendo como base uma breve genealogia do conceito de desenvolvimento.

7.4.Cultura e desenvolvimento

A ideia de desenvolvimento, como vimos, é um aspecto presente nos conceitos de cultura e civilização. Supunha-se um caminho único, a ser percorrido por todos os países, até alcançar-se “a civilização mais elevada”, baseada nos padrões éticos, estéticos e econômicos do capitalismo do expansionismo imperialista.

Ao longo do século 20, e principalmente após a Segunda Guerra mundial, a ideia de desenvolvimento foi progressivamente sendo confundida com o aspecto econômico, expresso em índices como o produto interno bruto ou a renda per capita, ou com indicadores como industrialização, urbanização, educação, emprego de tecnologia na produção agrícola e “a adoção generalizada dos valores e princípios da modernidade, incluindo formas concretas de ordem, de racionalidade e comportamento individual” (ESCOBAR, 1999).

Essa noção de desenvolvimento implica, simultaneamente, no reconhecimento e na negação da diferença, pois “o desenvolvimento é precisamente o mecanismo por meio do qual essa diferença será eliminada”¹³⁵. (idem, *ibidem*)

Nos anos 1970, no entanto, há uma crescente sofisticação do conceito de desenvolvimento, que passa a ser encarado como um conceito multidimensional. Essa oposição ocorre principalmente pela compreensão de que o mero crescimento econômico não beneficiava igualmente os diversos grupos sociais, persistindo as desigualdades sociais e geográficas. Além disso, outras dimensões passaram a ser incluídas na ótica do desenvolvimento, como os impactos ambientais e sociais da atividade econômica e o respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais. Além disso, passa-se a levar em conta também a especificidade de cada contexto específico. Em outras palavras, as fórmulas que consideravam a existência de caminhos e de pontos de chegada únicos em

¹³⁵ ESCOBAR (1999) discute a noção de desenvolvimento do ponto de vista antropológico, ressaltando a ambivalência desse campo a esse respeito. A repetição de ambivalências, com a qual esperamos não ter cansado o leitor, é um fato que deve ser enfrentado na elaboração de políticas públicas para o setor cultural.

termos de desenvolvimento passam a ser questionadas em função tanto da noção de diversidade como da consciência do contexto de cada local.

Celso Furtado, em sua busca por uma compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento, em uma concepção interdisciplinar, analisou a relação entre cultura e desenvolvimento, o que o distingue de outros estruturalistas. A limitação ao aspecto econômico, ou seja, de uma visão monodimensional do desenvolvimento era considerada insatisfatória por Furtado:

[O] instrumento da economia era insuficiente para entender os problemas do Brasil e do mundo; e [...] o uso generalizado, e até abusivo, da matemática, e dos grandes modelos econométricos, deixara de lado outras variáveis importantes. [...] Estudar o desenvolvimento a partir de sua dimensão cultural, como ele o fez, era um enfoque inovador, e hoje é visto por pesquisadores no Brasil e no exterior como um de seus aportes teóricos mais originais. Ele costumava dizer que o homem se justifica pelos que tem corolário de que o desenvolvimento seria menos o resultado da acumulação material do que um processo de invenção de valores, comportamentos, estilos de vida, em suma, de criatividade. (Rosa Freire Furtado, in FURTADO, 2012)

A limitação dos modelos econômicos e econométricos para compreender questões específicas da realidade brasileira levou Celso Furtado a ressaltar um aspecto do desenvolvimento como produto da capacidade criativa, o que terá importância mais tarde, na confluência entre cultura e economia.

Amigo de Celso Furtado desde a época em que estudaram juntos em Cambridge, Amartya Sen é responsável pela fundamentação conceitual do discurso do desenvolvimento humano. Esse discurso está na base do Índice de Desenvolvimento Humano e dos relatórios anuais do desenvolvimento humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Para Sen, desenvolvimento é “o processo de expansão das liberdades reais usufruídas pelas pessoas” (SEN, 2001). Essa visão colide com o que esse autor chama de visões estreitas do que seja desenvolvimento, “como identificar desenvolvimento com o produto interno bruto ou com o aumento da renda individual”. Embora concedendo que os dois fatores citados sejam importantes como forma de ampliar as liberdades

desfrutadas, essas liberdades estariam sujeitas a outros determinantes, como “arranjos sociais e econômicos [...] assim como direitos políticos e civis”.

Além dos fatores que favorecem a liberdade, outros a reduzem, como pobreza, carência de serviços públicos, intolerância e repressão. A grande falha da visão monocausal do desenvolvimento, para Sen, é demonstrada pela negação de liberdades a vastos contingentes humanos, apesar da opulência relativamente generalizada do mundo contemporâneo. (SEN, 2001)

CHANDLER (2013), que faz uma crítica vigorosa do desenvolvimento humano como descrito por Sen, que, para ele, reduziria questões sociais, econômicas, políticas e ambientais à liberdade de escolha individual, apresenta as principais correntes críticas em relação à noção de desenvolvimento como liberdade, principalmente no que se refere às limitações estruturais do mercado mundial ou ao aspecto subjetivo, que não possibilita mensuração, do desenvolvimento humano.

Qual seria, então, a forma de avaliar como a cultura contribui para o desenvolvimento, em contextos de identidades culturais múltiplas e fragmentadas? SEMPERE (2010) aponta quatro dimensões da cultura em relação ao desenvolvimento:

- 1) Como conjunto de valores simbólicos, crenças e como expressões de identidades, a cultura permite valorizar as contribuições da vida cultural para a solução de problemas presentes e, conseqüentemente, para a criação de condições para o desenvolvimento¹³⁶;
- 2) Os impactos intangíveis da cultura em relação ao desenvolvimento, que são, segundo o autor, tão amplos e variados que acabam sendo ignorados na formulação de políticas, planos e programas, ou melhor, não são incorporados de forma explícita e que possa ser avaliada, mas também pelo horizonte de tempo normalmente levados em conta nessas atividades, geralmente de um ou dois mandatos eletivos. Para Sempere, no entanto, o impacto das influências intangíveis da cultura é mais amplo e duradouro;

¹³⁶ O autor, contudo, não especifica o conceito de desenvolvimento ao qual se refere.

- 3) Como dimensão e impacto socioeconômico, em que são vistos os maiores avanços, nos campos da chamada economia da cultura/criativa e os mecanismos para inserção da cultura nas contas nacionais, por meio das chamadas contas-satélite, o que teria como efeito a possibilidade de “materializar” a contribuição da cultura para o desenvolvimento, do ponto de vista econômico e social; e
- 4) A cultura como excedente para o desenvolvimento de outros setores ou impactos indiretos, exemplificado pelos efeitos em atividades como o comércio e outras atividades gerados pelo turismo “cultural” e diferentes aspectos como museus, sítios arqueológicos, festas populares, paisagens naturais, arquitetura etc.

7.4.1. Desenvolvimento sustentável

A noção de desenvolvimento sustentável entrou no discurso do desenvolvimento com a *Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano*, em 1972, em que, pela primeira vez, a ideia de sustentabilidade foi debatida em âmbito internacional. Na *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano* (Declaração de Estocolmo, 1972), há uma continuação da elaboração da ideia do desenvolvimento, ligado tanto ao meio-ambiente como ao progresso intelectual, pois

O homem é ao mesmo tempo obra e construtor de seu ambiente, o qual lhe dá sustento físico e lhe dá a oportunidade de crescimento intelectual, moral, social e espiritual.

No princípio 1, surge uma questão temporal. A melhoria do ambiente não ficaria restrita ao seu uso, mas é postulada a “responsabilidade solene de proteger e melhorar o ambiente para as gerações presentes e futuras”, visão que pode ser considerada um

aspecto de igualdade, ao não distinguir, do ponto de vista da fruição, os habitantes vivos e aqueles que ainda não nasceram.

Fortalecendo essa ideia de igualdade, a declaração condena as políticas de segregação, como o apartheid, de discriminação, colonização ou “outras formas de opressão e de dominação estrangeira”.

Em seu princípio número 8, surge o desenvolvimento, em suas dimensões econômicas e sociais. Todos esses aspectos estão ligados à questão ambiental, mas o objetivo, em última instância, é econômico, como se pode ver no trecho abaixo:

As políticas ambientais de todos os Estados deveriam estar encaminhadas para *aumentar o potencial de crescimento* atual ou futuro dos países em desenvolvimento e não deveriam restringir esse potencial nem colocar obstáculos à *conquista de melhores condições de vida* para todos. Os Estados e as organizações internacionais deveriam tomar disposições pertinentes, com vistas a chegar a um acordo, para que se possam enfrentar as *consequências econômicas* que poderiam resultar da aplicação de medidas ambientais, nos planos nacional e internacional.

Eventos posteriores, como a *Comissão Mundial sobre Meio-ambiente e Desenvolvimento*, em 1987, a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio-ambiente e Desenvolvimento* (Rio de Janeiro, 1992), a *Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável* (Johanesburgo, 2002) e a *Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável* (Rio +20, 2012), garantiram a legitimação, normatização e difusão do conceito. (NURSE, 2006)¹³⁷

A noção de desenvolvimento sustentável, como várias outras, conta com definições fluídas, as quais, no entanto, ao serem adotadas em conferências e legislação internacional, adquirem certa normatividade, a qual fica prejudicada pela generalidade das definições. No caso específico, o relatório *Nosso futuro comum* (1987) é um exemplo

¹³⁷ Para uma breve exposição do desenvolvimento histórico da noção de desenvolvimento sustentável v. BARKEMEYER et al (2014). ROBINSON (2004), além de também oferecer um panorama histórico, apresenta críticas à noção. Também é interessante a apresentação de reações latino-americanas, como o discurso do “bien vivir” como reação aos projetos baseados com a ideia de “desenvolvimento” (VANHULST; BELING, 2014)

desse fato. Nele, não há uma definição expressa de desenvolvimento sustentável, mas uma série de “características” a esse respeito, por exemplo:

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o fluxo dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão todos em harmonia e melhoram o potencial, tanto atual como futuro, para atender às necessidades e aspirações humanas. (BRUNDTLAND, 1987)

À semelhança da ideia de desenvolvimento humano de Amartya Sen, que tem como fator fundamental a possibilidade da escolha individual, a noção de desenvolvimento sustentável do Relatório refere-se às necessidades e aspirações humanas, as quais, de forma similar ao questionamento feito por Chandler à noção de desenvolvimento como liberdade, embora aqui não explicitamente, reduz as questões ambientais à esfera individual, pois mesmo se considerarmos necessidades e aspirações humanas como construções sociais é, em última instância, no nível individual que elas são percebidas e referidas.

Há um aparente conflito, entre o papel “da humanidade” em assegurar “necessidades e aspirações humanas”, ou seja, entre o coletivo e o individual, pois o que caracteriza a humanidade é exatamente a diversidade. Ao sugerir que:

A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável para garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer o futuro gerações capacidade dos próprios para atender às necessidades. (BRUNDTLAND, 1987)

O relatório tenta resolver esse conflito por meio da categoria “futuras gerações” (também um aspecto de igualdade). A responsabilidade da humanidade (também considerada enquanto categoria de igualdade, ou seja, suprimindo a diferença). Essa ambiguidade da noção de desenvolvimento sustentável teve um efeito duplo: por um lado, permitiu que grupos distintos, num espectro amplo, pudessem se reunir sob essa bandeira. Por outro lado, surgiram diversas propostas e análises em torno do significado

“real” dessa noção. O foco de um esforço dessa natureza é apresentado por KATES ET AL (2005), referindo-se a um estudo do *Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Academia Nacional de Ciências*, dos EUA, baseado em ampla literatura, que trata especificamente da distinção inerente entre o que os defensores e analistas¹³⁸ procuravam manter e o que procuravam desenvolver, a relação entre os dois e o horizonte temporal, ou seja, o que seria o “futuro” na concepção de desenvolvimento sustentável. Três categorias principais, natureza, sistemas e apoio à vida e comunidade, foram consideradas, no estudo citado, como sendo os elementos que deveriam ser mantidos. Abaixo dessas categorias, encontravam-se categorias intermediárias: a Terra, o meio ambiente e as culturas.

ROBINSON (2004) diferencia duas vertentes da noção de desenvolvimento sustentável. A primeira, empregada por governos e organizações privadas, adota exatamente o termo “desenvolvimento sustentável”, enquanto acadêmicos e organizações não governamentais são mais propensas a empregar o termo “sustentabilidade”. A noção de desenvolvimento sustentável, para esse autor, contém a tensão dinâmica entre pobreza e preocupações ambientais, que está no cerne do Relatório Brundtland.

A ideia básica de desenvolvimento sustentável refere-se ao estabelecimento de limites, “não limites absolutos, mas limitações sobre os recursos naturais, impostas pela tecnologia atual e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas”. Trata-se, segundo o relatório, de um “quadro para a integração de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento”, com o emprego do termo desenvolvimento “em seu sentido mais amplo”. (BRUNDTLAND, 1987)

Como veremos mais adiante, a adoção de termos em sentido amplo tem uma função no processo de formulação de instrumentos normativos, sujeitos à aprovação ampla e que, portanto, não devem, nessa ótica, colocar empecilhos semânticos ou práticos que uma definição mais estrita poderia expor. Nos termos de LACLAU; MOUFFE (1989), trata-se do processo de não tentar proceder a um fechamento de um significante,

¹³⁸ Refletindo a antinomia entre categoria de prática e categoria de análise.

ou seja, não propor um significado “fixo”¹³⁹ que, embora passível de ser contestado, permita elaborações práticas a seu respeito. Esse aspecto de “flutuação conceitual”, que é bastante útil do ponto de vista analítico, apresenta, no entanto, dificuldades do ponto de vista das práticas¹⁴⁰. Esse conflito entre os dois enfoques, o analítico e o prático, foi detectado pela própria UNESCO, em função da adoção de conceitos diferenciados de cultura no interior da Organização, como veremos mais adiante.

O Relatório, além disso, faz uma importante afirmação, em torno da relação entre desenvolvimento e igualdade. O desenvolvimento, diz ele, tem a tendência de “simplificar ecossistemas e reduzir a diversidade das espécies”, o que reduziria as opções das gerações futuras (BRUNDTLAND, 1987).

Se nos detivermos brevemente sobre essa relação entre simplificação e redução da diversidade - aqui relacionada com o meio-ambiente -, e traçarmos um paralelo com a visão de Escobar, apresentada acima, do desenvolvimento como aceitação e negação da diferença, teremos reiterada, em outro âmbito, a relação entre diferença e inclusão.

Retomando a ideia (fluída, como vimos) de desenvolvimento sustentável, passamos a analisar o papel do significante “cultura” em relação a ele. Alguns autores, como NURSE (2006), situam a cultura como o quarto pilar, mas o que seria o central, do desenvolvimento sustentável, ao lado das dimensões social, econômica e ambiental. Essa concepção tem sua origem em uma vertente da compreensão da noção de desenvolvimento sustentável, havendo uma vertente alternativa baseada em enfoque dual, entre “humanidade e natureza” e outras (ROBINSON, 2004)

A relação entre cultura e desenvolvimento é tema debatido ao longo de cerca de quatro décadas. No período do recorte temporal da tese, quatro resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas tratam do tema¹⁴¹.

¹³⁹ Na verdade, mais adiante será analisada a possibilidade de um fechamento “temporário”, que permita a adequação dinâmica entre significante (o termo) e significado (o conteúdo).

¹⁴⁰ Retomando a discussão sobre “categorias de análise” e “categorias de prática” feita anteriormente.

¹⁴¹ Em novembro de 2015.

A introdução do tema do desenvolvimento pode ser mapeada até uma declaração de 1960, adotada pela Assembleia Geral da ONU. Na *Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais* (1960), a ideia da igualdade é expressa tanto do ponto de vista do indivíduo, quanto em relação aos Estados. Um pequeno trecho, no entanto, introduz a ideia de “progresso social”, ligado à melhoria dos padrões de vida. No documento, a permanência do colonialismo seria um fator que impediria “o desenvolvimento da cooperação econômica internacional”, assim como “o desenvolvimento social, cultural e econômico” dos povos colonizados.

A ideia da dimensão cultural do desenvolvimento teria sido formulada pela primeira vez durante a *Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais em Acra* (Gana, 1975), organizada pela UNESCO em cooperação com a Organização da União Africana. Na Declaração da Conferência, são levantados vários aspectos dessa relação.

São ressaltados os aspectos oriundos do processo de colonização e dominação colonial, que teria feito com que os países africanos estivessem submetidos “às mesmas posições políticas, econômicas, sociais e culturais”. O passado colonial comum teria ocasionado, além disso, a “despersonalização de alguns povos da África”. Esse efeito teria sido ocasionado pela imposição de padrões culturais e linguísticos e pela formação de uma elite que teria “absorvido e assimilado” a cultura estrangeira, fazendo com que fosse gerada uma cisão profunda entre essa elite e a população africana em geral.

De acordo com a Declaração, apenas em uma situação de independência política, econômica e cultural seria possível o total respeito e a promoção dos direitos humanos. A tarefa a ser seguida proposta pela Declaração consistia na busca de padrões de desenvolvimento adequados às especificidades africanas, o que permitiria, simultaneamente, atender as necessidades e aspirações de seus povos e proteger seus valores, portanto, “dar à cultura a posição decisiva que deveria ocupar legitimamente no processo de desenvolvimento global, do qual o homem é ao mesmo tempo agente e fim”.

Cultura, na definição expandida adotada pela UNESCO, é tanto elemento desencadeador como motor do desenvolvimento sustentável. Ela seria, portanto, um fator fundamental, a ser integrado na agenda internacional do desenvolvimento. O papel da

Organização nesse aspecto é evidente, pois se trata do órgão especializado das Nações Unidas no tema.

Como visto nos capítulos anteriores, há a passagem do conceito de cultura implícito nos documentos legais da UNESCO, de um papel mais ligado à proteção do valor econômico e da posse privada, baseada no conceito de “cultural property”, para a ideia da proteção de formas não econômicas de valor e da característica de bem público global (ou similar ao conceito *erga omnes*, do Direito), vinculada ao conceito de “patrimônio cultural”. O passo subsequente dessa transformação do conceito de cultura implícito nos documentos relaciona-se ao papel da UNESCO não apenas como agência de “proteção” ou “defesa” de um patrimônio abstrato¹⁴², mas também, graças a seu papel normativo e político, no apoio à ideia do relacionamento estreito entre cultura e desenvolvimento sustentável, o que se dá:

- 1) Pelo fornecimento de evidências entre cultura e desenvolvimento sustentável
- 2) Na comprovação da maneira pela qual formas empíricas de apoio (políticas ou práticas) podem fortalecer os vínculos entre cultura e desenvolvimento
- 3) Na difusão dessas formas de apoio.

Do ponto de vista do discurso oficial da Organização, esses papéis são desempenhados por meio do trabalho, em nível global, político e normativo, sendo um exemplo a esse respeito a promoção do papel da cultura na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e pelo apoio a programas e projetos em nível nacional. (UNESCO, 2015)

¹⁴² Abstrato no sentido de que a “propriedade” é atribuída a uma noção de comunidade humana, comunidade a um só tempo uma (“humanidade”) e múltipla (“diversidade”). A tensão entre igualdade e diferença permanece.

7.5. Convivência de conceitos

Uma questão fundamental, reiterada ao longo da tese, situa-se nas transformações sofridas pelo conceito de cultura, do humanista ao antropológico e chegando-se a uma ideia, defendida por Julie Reeves, de um conceito essencialista. Aqui, no entanto, surge uma questão interessante, expressa pela Organização, que se relaciona com a evidente multiplicidade que o conceito apresenta até mesmo em seu interior:

Conforme a evidência obtida como parte desta avaliação, várias mensagens e narrativas de políticas sobre cultura e desenvolvimento sustentável coexistem no Setor Cultural e em toda a Organização. A maioria é influenciada por conhecimento interessado¹⁴³ e comunidades especializadas. Alguns deles são articulados, enquanto outros são implícitos. Alguns se referem ao papel da cultura como motor do desenvolvimento sustentável, enquanto outros se relacionam com a sua função facilitadora. O Setor Cultural utiliza principalmente a distinção entre desencadeador e motor, embora ela nem sempre seja explicitamente apresentada. Os conceitos básicos por trás dessa abordagem também aparecem em documentos e comunicação de outros setores, sem necessariamente usar as mesmas palavras. (UNESCO, 2015)

As recomendações sugeridas para lidar com esse embate discursivo

A UNESCO deve tornar-se mais consciente das narrativas sobre cultura e desenvolvimento sustentável que coexistem na Organização e dos pressupostos subjacentes, para que as tensões e contradições prevalentes possam ser reconhecidas, negociadas e reconciliadas, se necessário. Isso também ajudaria a criar consciência, em toda a Organização, dos aspectos da cultura que muitas vezes são negligenciados ou ignorados. Também é necessário *clarificar as interconexões conceituais e práticas entre algumas das iniciativas empreendidas*, por exemplo, as que são geridas pelo Setor Cultural no âmbito do seu trabalho normativo e as atividades do Departamento da África. Esse processo ajudaria a organização a fortalecer ainda mais sua mensagem sobre cultura e desenvolvimento sustentável, fornecendo um quadro mais completo que reconheça diferentes perspectivas sobre o tema. (UNESCO, 2015, grifo nosso)

¹⁴³ No original, *concerned knowledge*. A expressão parece referir-se ao emprego dado por Erich Fromm, próximo de “empatia”.

Chega-se, assim, à questão que norteia a tese, com a ressalva, como visto nos capítulos iniciais, de que “narrativas”, do ponto de vista institucional, constituem a fundação dessa visão comum. A necessidade de um maior rigor conceitual e em relação às práticas, no entanto, pede uma análise discursiva, em que as relações igualdade x desigualdade e os elementos contextuais e simbólicos, como, por exemplo, a persistência da memória da colonização e do pensamento imperialista, assim como a não homogeneidade dos circuitos culturais, que adquirem autonomia e estabelecem regras próprias de funcionamento, sejam parte de uma visão mais complexa de uma governança cultural global.

Obviamente, as exigências da atividade normativa, como em toda instituição de caráter global, demandam certa dose de generalidade na produção de instrumentos legais. No entanto, como demonstra o documento da Organização, a pluralidade de visões reflete enfoques múltiplos que enfraquecem o caráter normativo desses instrumentos.

A compreensão da questão do valor (econômico e simbólico) parece-nos o caminho mais adequado para buscarem-se narrativas institucionais mais sólidas, ao mesmo tempo em que permite a análise dos discursos que embasam essas narrativas, conciliando, assim, prática e análise, sem que se recorra a um reducionismo dogmático.

No entanto, a falta de conceitos precisos, além de útil do ponto de vista diplomático, o que pode ser chamado “ambiguidade construtiva” poderia ter aspectos positivos. Sustentabilidade não deve ser vista como um conceito único, tampouco como um conjunto coerente de conceitos. Deve ser um conceito integrativo, transversal a campos, setores e escalas. O ideal é que seja encarada como um enfoque ou processo de pensamento baseado em comunidades, o qual indicaria a necessidade de uma integração entre temas ambientais, sociais e econômicos, numa perspectiva de longo prazo, ao mesmo tempo em que permanece sensível às diferenças a respeito: a) daquilo que deve ser alcançado; b) dos propósitos finais envolvidos. (ROBINSON, 2004)

Na parte final deste capítulo, são analisadas as transformações na estrutura da UNESCO, que, como veremos, refletem algumas das discussões feitas até aqui.

7.6.Estrutura organizacional

O período 1985-2015 é aumento marcante na complexidade de sua estrutura. Nota-se, no entanto, haver alguma oscilação, ou seja, algumas modificações são feitas, desfeitas e refeitas. No entanto, no aspecto mais geral, há uma coincidência entre a ideia de convivência de conceitos de cultura e essas modificações, exatamente pela preservação de áreas que refletem esse fato.

7.6.1. Anos 1990

O desenho organizacional adotado retoma a divisão em Diretorias. Os setores temáticos estavam subordinados à Diretoria para programas, em número de cinco. É retomada a estrutura horizontal entre os programas e a cultura volta a ter um setor específico. Surgem, no entanto, acima dos setores, quatro novas estruturas: o Escritório de estudos, programação e avaliação; a Divisão de Filosofia - acima, portanto, dos demais setores; a Coordenação de atividades relacionadas às mulheres; e a Coordenação de projetos intersetoriais.

A crescente complexidade estrutural da instituição tem como uma de suas características a inclusão de níveis hierárquicos entre a Direção-geral e os setores. O isolamento dado à Divisão de Filosofia, separando o tema das Ciências Sociais e Humanidades, constitui uma inovação que tem vida curta, desaparecendo rapidamente. Os temas como o patrimônio cultural, por exemplo, também desaparecem da estrutura, mas retornarão mais tarde.

7.6.2. Estrutura em 1998

O organograma sugere um enxugamento dos níveis intermediários, que desaparecem. Os setores são subordinados diretamente à administração superior, ou seja, ao gabinete do Diretor-geral. Há, no entanto, um aspecto de setorização interdisciplinar nas divisões que compõem cada setor. No tema da cultura, por exemplo, além das divisões do Setor, surgem temas como a democracia (Divisão de Direitos humanos, da Democracia e da Paz, Setor de Ciências Sociais e Humanas) e o desenvolvimento (Divisão de cooperação para o desenvolvimento, do mesmo Setor).

O Setor Cultural é composto por quatro Divisões e um Centro:

- a) Patrimônio Cultural
- b) Criatividade, indústrias culturais e direitos autorais
- c) Projetos interculturais
- d) Pluralismo cultural
- e) Centro da UNESCO para o Patrimônio Mundial

Surge aqui, de forma bastante marcada, a relação entre o aspecto simbólico e o econômico, ao serem associados na mesma divisão “criatividade”, “indústrias” e “direitos”¹⁴⁴

7.6.3. Organograma 2005

A estrutura é bastante semelhante àquela dos anos 1990, no entanto é no nível das Divisões que se encontram as inovações organizacionais mais relevantes. Além do surgimento de um escritório executivo, a divisão do Setor Cultural passa a contar com três

¹⁴⁴ Os Direitos de autor ressurgem apenas neste organograma.

divisões, com o Centro para o Patrimônio Mundial permanecendo como parte dessa estrutura. As Divisões são

- a) Patrimônio cultural
- b) Artes e Negócios culturais (“arts et de l’entreprise culturelle”)
- c) Políticas culturais e diálogo intercultural

A segmentação do Setor nessas divisões sugere

7.6.4. Organograma atual

A estrutura organizacional atual do Setor Cultural é a única obtida com maior aprofundamento. Nela, temos duas Divisões: Criatividade e Patrimônio. A Divisão de Criatividade é composta pela Seção do Patrimônio Cultural Intangível e pela Seção de Diversidade das Expressões Culturais. A Divisão de Patrimônio compreende a Seção de Tratados de Proteção do Patrimônio Cultural, a Seção de História e Memória para o Diálogo, a Unidade de Serviços Comuns de Convenções e o Centro Mundial do Patrimônio.

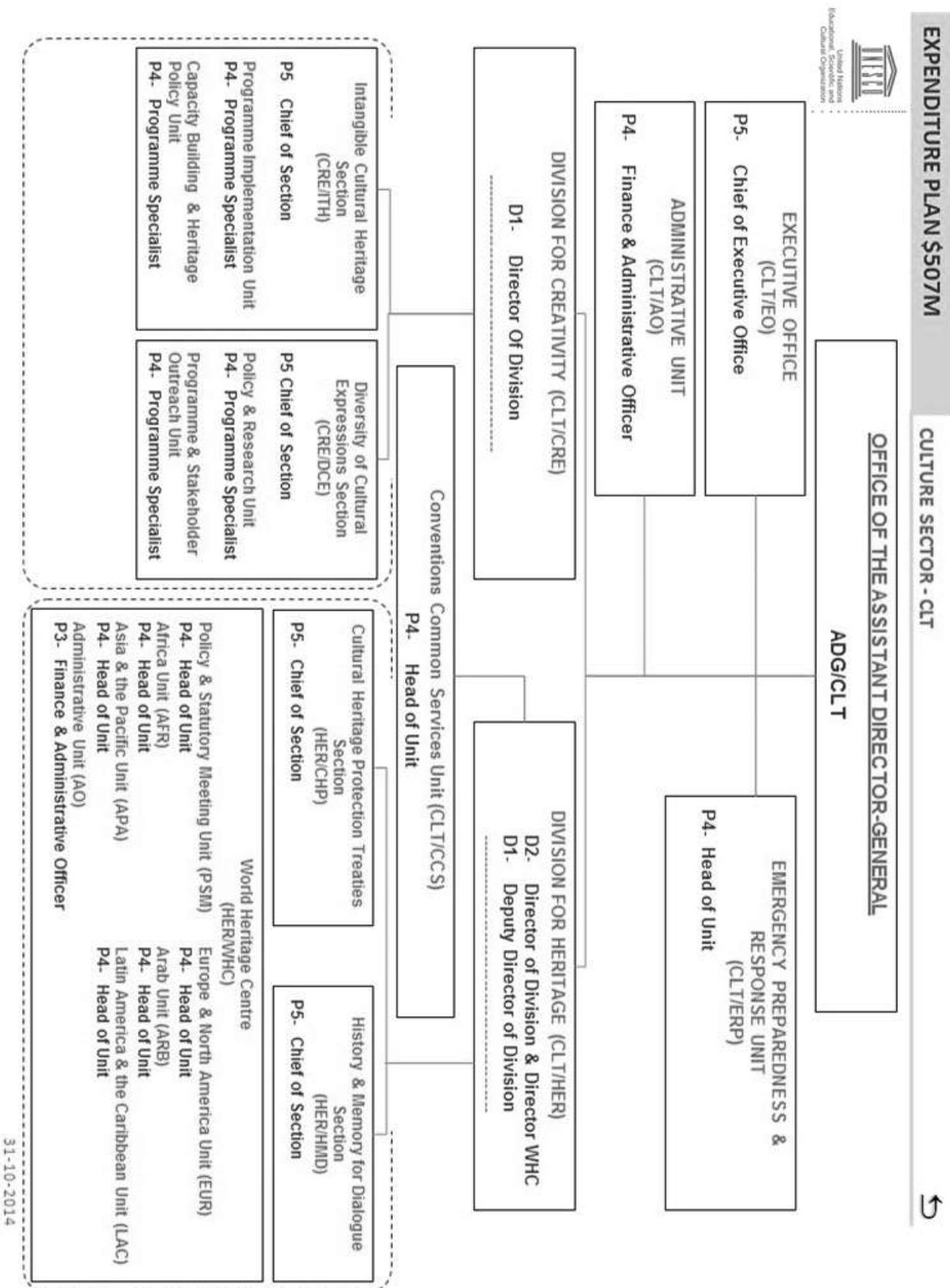
A estrutura geral sugere alinhamento estreito com a evolução conceitual, por um lado, mas também uma coexistência entre pares de categorias, como material e imaterial, simbólico e econômico, não mais ligadas tão estreitamente à difusão e circulação de ideias, mas a noções como o desenvolvimento, em sua vertente multidisciplinar, e a proteção, particularmente em torno da ideia de patrimônio. A “arte” desaparece da estrutura.

Do ponto de vista conceitual as mudanças na estrutura organizacional relacionam-se com os debates conceituais ocorridos nas diversas instâncias de elaboração promovidas pela instituição. No entanto, a grande flutuação na quantidade de níveis intermediários explicita tratar-se de instituição sujeita às pressões políticas, internas e externas, que interferem na formatação do desenho da organização. Trata-se, assim, de

um espaço de um embate duplo, entre os aspectos conceituais e ideológicos e o processo político inerente. A ascensão de temas como a relação entre cultura e desenvolvimento, por exemplo, que se dá no plano conceitual, reflete e é apropriada pelos atores. Espaço de manutenção do ideal de civilização e do discurso do imperialismo, em suas origens (MAZOWER, 2010), há uma reversão discursiva, que se dá paralelamente à ascensão do discurso da descolonização e que se reflete no declínio da ideia de arte no sentido humanista e sua passagem para o âmbito antropológico.

Um exemplo desse aspecto político na estruturação da Organização é o processo de escolha do primeiro Diretor-geral. Inicialmente, a Organização teria como objeto apenas a Educação e a Cultura. No entanto, houve a adição da Ciência, graças à influência de um grupo de cientistas britânicos e que tinham uma atividade relevante na difusão popular da ciência. Para os cientistas, a relevância e a especificidade de sua atividade não se coadunava com a visão de T. S. Eliot, assim como de outros, de que a ciência estava subordinada à cultura. O primeiro Diretor-geral da UNESCO, Julian Huxley, conhecido por seus livros e artigos em que divulgava temas científicos, foi escolhido como candidato pelo Reino Unido ao invés de Alfred Zimmern, historiador e internacionalista que colaborou na criação tanto da Liga das Nações como da própria UNESCO e que defendia, por sua posição classicista, a mesma ideia da subordinação da ciência à cultura (TOYE; TOYE, 2010). Como se pode notar, a própria adição do “S” à sigla “UNECO”, mais que representar apenas uma expansão do campo de atuação da Organização nascente, reflete um embate ideológico entre cientistas e um mundo literário que já protagonizava um embate entre conceitos concorrentes de cultura, o que afetou de maneira marcante a cisão entre duas visões sobre a cooperação cultural internacional e cultura da paz, pois enquanto Huxley vislumbrava um Estado mundial, baseado em um humanismo científico, Zimmern professava uma responsabilidade global, que não substituísse a identidade nacional (TOYE; TOYE, 2010).

Figura 4: Organograma atual do Setor Cultural



Terceira parte: desdobramentos

8. Cegos sem o elefante

A última parte do texto funciona como uma conclusão expandida. Nesse capítulo, serão feitas considerações em forma de contribuições para o esboço de uma agenda de pesquisa em Política Internacional Cultural. No capítulo seguinte, está a conclusão propriamente dita.

8.1. Considerações para uma agenda de pesquisa

O título deste capítulo faz referência a uma parábola antiga, citada por TOMLINSON (1990). Numa cidade da Índia, surge um elefante. Seis homens cegos que ali estavam não sabiam qual era a aparência do animal, mas podiam sentir seu cheiro e ouvi-lo. Como não sabiam como era um elefante, cada homem tocou uma parte diferente do paquiderme. Um deles tocou o corpo do animal e achou que ele era como uma parede. O segundo tocou a cauda e pensou que o elefante era como uma lança. O terceiro tocou a tromba e disse que o elefante parecia com uma serpente, e assim por diante. Todos estavam, ao mesmo tempo, certos e errados.

No caso da cultura, a situação é semelhante. Ao privilegiar um ou outro aspecto dos fenômenos culturais na elaboração de definições, a visão parcial resultante pode ser falha. No entanto, muitas vezes, não há um elefante. As definições e conceitos são estabelecidos em função de abstrações, muitas vezes amplas em demasia, que não encontram paralelo na realidade.

Ao analisar a relação entre discursos disseminados em diversas esferas sociais e políticas e aqueles que emanam da produção normativa da UNESCO, ficou demonstrada a coexistência de discursos e, conseqüentemente, de definições de cultura. Essa simultaneidade engloba tanto definições mais antigas, que se mantêm subjacentes, por exemplo, em práticas institucionais e sociais - nomeadamente, a visão hierárquica entre

culturas e expressões culturais -, quanto em discursos mais recentes, fundamentadas em diferentes noções de igualdade. Trata-se, como vimos, dos discursos da “civilização” e da “diversidade”, esse último articulado com as ideias de “criatividade” e desenvolvimento.

Sendo a UNESCO um organismo interestatal, os discursos envolvem também a ação do Estado em temas culturais no âmbito internacional. Como vimos, há aspectos materiais e ideacionais (ou simbólicos) envolvidos. Além disso, as idiosincrasias do campo das Relações Culturais Internacionais, que definimos como o espectro amplo dos contatos culturais internacionais, envolve os aspectos conflitivos, como a diferença de poder relativo entre os atores.

Para definir a ação do Estado nas Relações Culturais Internacionais, há uma série de articulações empregadas na literatura, imprecisas e incompatíveis, por vezes confundindo-se com Diplomacia Pública e Propaganda (CULL, 2008; HIXSON, 1997), com a noção de Soft Power (NYE, 2004), ou com uma visão de Relações Culturais Internacionais (WYSZOMIRSKI; BURGESS; PEILA, 2003).

Ao sugerir, no capítulo 7, a necessidade de uma terminologia consensual, ou melhor, tanto de categorias analíticas como categorias de prática mais precisas, a preocupação principal foi evitar uma visão extrema, ou demasiado restritiva ou demasiado ampla, para o estudo dos temas culturais, sempre tendo em mente a importância das questões abordadas, que permitisse uma visão geral dos objetivos, dos atores estatais e paraestatais envolvidos, dos fluxos e das relações de poder.

O objetivo seria fazer com que os fatores culturais, especificamente dos bens, serviços e conteúdos, sejam uma dimensão importante da ação externa dos Estados, não apenas como forma programática de atingir objetivos como o entendimento mútuo e a paz, mas por seus aspectos substantivos, de promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo, decorrentes dos fatores sociais e econômicos envolvidos nos intercâmbios culturais, sem deixar de lado a dimensão das práticas dos contatos culturais, descritas no capítulo 2.

Consideramos que as noções de Pierre Bourdieu, como campo, habitus e capital simbólico, entre outras, mostram-se fecundas para o empreendimento desse estudo em

Relações Internacionais, apresentando, além disso, uma vertente programática, que relaciona os “ganhos” simbólicos obtidos por meio da cultura (BANDELJ; WHERRY, 2011), que poderá constituir novas articulações de “cultura” no campo internacional.

Essas articulações envolvem alguns desafios teóricos, como o papel dos atores transnacionais, questões como direitos de autor e aspectos comerciais, a proteção do patrimônio material e imaterial (em tempos de conflito e de paz), a governança cultural (diversidade), as relações entre políticas culturais nacionais e internacionais, já esboçadas aqui, e as relações entre temas culturais no âmbito internacional e o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Esses fatores são efetivamente abordados nos diversos documentos legais da UNESCO; no entanto, há uma multiplicidade de organizações, dentro e fora do sistema ONU que também agem em vários desses âmbitos, atuando com base em diferentes noções - ou tratando bens, serviços e conteúdos culturais como qualquer outra mercadoria.

Tem-se, assim, uma visão geral das relações complexas entre cultura, política, economia e identidade social, além do duplo aspecto dos bens e serviços culturais (valor econômico e valor simbólico¹⁴⁵), as exceções culturais, ou sobre as indústrias criativas/culturais e seu papel nos processos de integração regional, ou sobre o papel de instituições regionais e multilaterais, governos nacionais e locais, do setor privado e da sociedade civil no setor cultural.

Um conceito de cultura que funcione como categoria de prática deve atender várias exigências. Para ADORNO (1970), é necessária uma concepção de cultura que, simultaneamente, não a veja nem como um produto secundário de um processo, nem como dissociada de sua existência como fenômeno constituinte e constituído pelas relações sociais, rejeitando, ainda, “cristalizá-la conceitualmente, ou substantivá-la em concepções fixadas.” (ARRUDA, in ALVES, 2010).

¹⁴⁵ Tentamos relacionar as diversas grandezas abordadas como contínuos e não como aspectos mutuamente excludentes. Parte-se do pressuposto de que todo bem ou serviço cultural tem tanto um valor simbólico como um valor econômico, decorrentes dos componentes materiais e simbólicos nele incorporados e percebidos pelos atores e agentes, sem que se faça um juízo de valor a esse respeito.

Deve ser evitada também a cisão entre produção e consumo, além do lugar privilegiado dado à produção, que caracterizaria, por possível influência de Marx (NORBERTO, in ALVES, 2010), um julgamento moral, que atribui um valor negativo ao consumo. Portanto, além da necessidade de desenvolvimento de categorias analíticas, devem ser levados em conta os papéis e as relações de poder entre os atores, tanto em relação aos recursos materiais (fontes materiais), quanto aos recursos simbólicos (oriundo de capital cultural e/ou social), caracterizados de forma genérica como poder simbólico, e os processos e fluxos das Relações Culturais Internacionais, evidenciando os aspectos em que a participação do Estado é manifesta de forma mais clara, analisando fatores como:

- 1) A institucionalização de seus mecanismos;
- 2) O grau de autonomia dos atores institucionais em relação ao controle governamental; e
- 3) As atividades desempenhadas pelos atores institucionais.

Outro aspecto a ser abordado para o estabelecimento dessa agenda de pesquisa seriam as idiosincrasias de mercados específicos, como o audiovisual, mantendo, no entanto, um equilíbrio entre a possibilidade de generalização dos conceitos e seu poder na compreensão dos fenômenos.

Quanto aos atores envolvidos, temos, além dos Estados, as instituições culturais e educacionais, organizações não governamentais, empresas e indivíduos (produtores independentes, artistas etc.), no que pode ser entendido como um mercado simbólico internacional (BOURDIEU, 1992)¹⁴⁶. Mesmo que o objetivo seja dedicar-se às relações transnacionais, devem ser levados em conta atores domésticos relevantes para sua compreensão.

Outra faceta refere-se à distância cultural, ou seja, à existência de similaridades linguísticas, religiosas ou regionais e o grau de influência desses fatores no

¹⁴⁶ A definição de mercado de bens simbólicos de Bourdieu trata de um universo relativamente autônomo, embora dependente dos campos econômico e político, fundado nas trocas de bens que apresentam característica ao mesmo tempo de mercadoria e de significação, com as estratégias dos produtores situando-os ao longo do contínuo entre esses dois aspectos, o econômico e o simbólico, sujeitos a uma economia dos bens simbólicos (Bourdieu, 1994). A visão que engloba os aspectos econômicos e simbólicos dos bens e produtos culturais permite ir além do mero economicismo, o que coloca outras questões metodológicas (Bourdieu, 1993).

comportamento externo. Além da diferença de poder relativo, há ainda países que, ao mesmo tempo, contam com culturas dominantes e que tradicionalmente possuem estruturas sólidas de divulgação e promoção cultural, como Estados Unidos, França, Reino Unido, Alemanha e Itália¹⁴⁷.

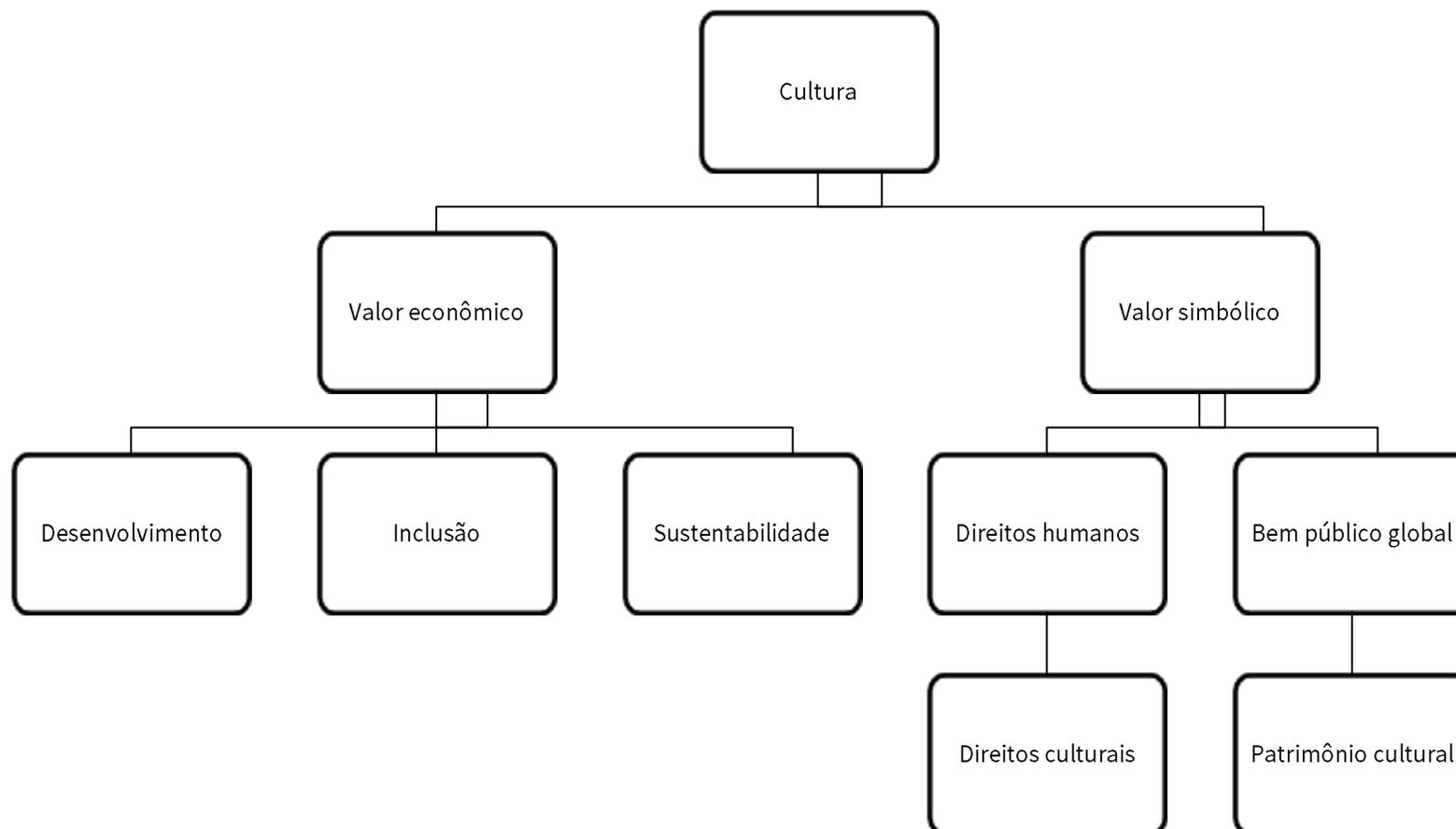
Temos, assim, vários campos de atuação do Estado, relacionados com Política Cultural Internacional, não apenas limitados à atuação em organizações internacionais, como a UNESCO, o Conselho da Europa e a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), mas na promoção e divulgação da cultura, o incentivo à criação de políticas públicas de âmbito internacional, o estabelecimento de mecanismos de intercâmbio, informação e difusão e o fomento à circulação de acervos e exposições formam os pilares da cooperação cultural internacional, que têm efeitos benéficos e externalidades importantes, que vá além daquilo que se convencionou chamar “diplomacia cultural”, a qual, no nosso entender, muitas vezes se limita apenas à função de sociabilização.

Na próxima página, elaboramos a relação entre as diferentes dimensões dos discursos da cultura, abordadas nos capítulos anteriores. É preciso ressaltar que não se trata de divisão estanque. Diferentes definições podem articular uma ou mais dimensões simultaneamente, em graus diferenciados.

¹⁴⁷ Países menores, como Portugal e Espanha, contam com estruturas próprias já tradicionais. Outros países, grandes e pequenos, contam com estruturas próprias mais recentes, como o Instituto Confúcio, da China, fundado em 2004, e a estrutura institucional angolana, a qual, dentro de suas limitações, apresenta grande dinamismo.

Discursos da cultura

Figura 5: Dimensões do discurso da cultura



Fonte: Elaborado pelo autor.

8.2. Governança cultural global

Para SCHMITT (2009), a governança cultural pode ser entendida de três formas:

- 1) Num sentido estrito, refere-se às negociações políticas sobre instituições ou formas culturais (produtos artísticos como o teatro, a música ou a ópera) e ao controle, produção social e definição de herança (“patrimônio”) cultural.
- 2) Em sentido mais amplo, refere-se à regulação (frequentemente efetuada pelos próprios atores) do que chama, na linha de Horkheimer e Adorno¹⁴⁸, de “indústria cultural”, ou seja, das formas de interação entre mercado, economia da cultura, gosto e produção cultural.
- 3) Finalmente, pode-se entender a governança cultural como as medidas tomadas pelo Estado em relação a formas de expressão, símbolos e sistemas de orientação cultural de minorias, particularmente de grupos étnicos ou subculturas.

No figura na próxima página, temos as diferentes noções de governança cultural, de acordo com o conceito de “cultural” e de “cultura” empregados. Nota-se a variação dos objetos das diferentes formas de governança cultural. Fazendo-se um breve cotejo com as considerações feitas no capítulo 7, notamos que as noções de cultura da UNESCO situam-se no polo de maior abstração, ou seja, dos conceitos amplos. Na atuação dos Estados, há a necessidade da convivência dos conceitos amplos e restritos e também da escala intermediária entre ambos.

¹⁴⁸ A ideia de indústria cultural (no singular), proposta por Horkheimer e Adorno, vem sendo substituída (ou complementada) pelo conceito “indústrias culturais” (no plural), que captaria melhor o aspecto ambivalente das noções de cultura.

Figura 6: Governança cultural



Fonte: Baseado em SCHMITT (2009)

O mesmo autor afirma que são, portanto, centrais para a ideia de governança cultural, a negociação e controle social da produção de sentido e significado, de sistemas de orientação cultural e de seus símbolos e as formas culturais e artísticas de expressão.

Schmitt prossegue afirmando que a governança cultural possui posição ímpar em relação a outras formas de governança, justificando seu argumento em três níveis:

- 1) Tanto os objetos de governança designados como culturais, mas também as próprias formas de governança reproduzem ou são influenciadas por normas e, portanto, por sistemas de orientação cultural, o que introduz a possibilidade de incongruência entre as normas e referências das formas de expressão regulada e as normas do sistema de governança¹⁴⁹.
- 2) Os enfoques de governança não raro confrontam normas de controle social existentes com padrões normativos que devem ser alcançados (participação, *accountability* etc.). Na observação de fenômenos sociais, as categorias empregadas também se referem a

¹⁴⁹ “Pode-se supor que a maneira dessa relação não deixa inalteradas as formas culturais de expressão nem o sistema regulador de governança. No que diz respeito ao patrimônio cultural, este aspecto é especialmente relevante no que diz respeito à Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”. (SCHMITT, 2009)

sistemas de orientação cultural, o que necessita necessariamente ser refletido de forma apropriada na análise.

- 3) O conceito de governança cultural também se relaciona com a disponibilidade e pluralidade da experiência pessoal existencial de sentido e com sua supressão, que escapam a qualquer forma de controle externo, mas que são potencialmente relevantes para a sociedade.

Tais considerações são úteis para o esclarecimento de alguns aspectos de governança cultural global. No entanto, é interessante notar que, ao associar certas manifestações culturais a um sentido estrito de cultura, enquanto classifica outras, principalmente aquelas associadas à ideia de “indústrias culturais” e de mercadoria, a um conceito mais amplo, surge de fato um contínuo entre a ideia de patrimônio cultural, que corresponderia ao sentido estrito, e a de produtos (bens e serviços) culturais, que estaria ligada ao sentido mais amplo.

Pode-se extrapolar essa visão, associando o patrimônio cultural aos bens públicos puros. Já os produtos culturais poderiam ser definidos como bens públicos (intermediários e finais) impuros. Parece-nos que o quadro institucional da UNESCO dedica-se de forma mais próxima ao patrimônio cultural, enquanto aquele da OMC, por exemplo, regula as relações referentes aos produtos culturais (embora ambos também se dediquem, entre outros, às questões de propriedade intelectual). No entanto, tanto patrimônio cultural quanto produtos culturais são produtos simbólicos, que ampliam o conhecimento, este último também um bem público global final.

Nota-se que a dificuldade conceitual de definição do que seja cultura acaba impregnando também a governança cultural, que vacila entre a ideia de patrimônio cultural e de produto cultural. No entanto, essas ideias confundem-se, impondo os desafios conceituais aos quais nos referimos para que se chegue seja a uma governança cultural que consiga abarcar o contínuo entre os conceitos de patrimônio cultural, seja a um esquema de compartimentalização e superposição de desenhos de governança.

9. Conclusão

Ao longo do percurso do texto, buscou-se analisar as oposições fundadas nas ideias de “igualdade” e “diferença”, da forma como essas oposições se manifestam no discurso imperialista, especificamente no que se refere às trocas e contatos culturais, do final do século 19 e da primeira metade do século 20, e nos discursos da cultura presentes nos instrumentos legais da UNESCO.

Como vimos, apesar das origens ideológicas da UNESCO estarem ligadas ao discurso e à autoimagem imperial britânica e francesa, baseados num ideal de “igualdade excludente”, que justifica a hierarquia entre as manifestações culturais pela subordinação a ideais de “civilização”, como dever de uma elite instruída e que forma também um substrato de socialização entre Estados, representado principalmente pelo papel de Jan Smuts, tanto na criação do Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, como na criação da instituição do sistema ONU, há uma transição, expressa nos documentos legais, para um ideal de “diferença inclusiva”, baseado na noção de diversidade, fortemente influenciada pelo discurso da Antropologia de Lévi-Strauss, entre outros representantes do meio acadêmico que participaram da elaboração conceitual na UNESCO, e homólogo à noção de autodeterminação encontrada nos discursos anticolonialistas de Nehru e Sukharno. O conceito antropológico de cultura ganha espaço, ampliando o campo para abranger não apenas as artes e a literatura, mas toda forma de realização humana.

Com a Guerra Fria, há uma apropriação dos esforços de divulgação cultural, que passam a ser vistos como instrumento de propaganda e de promoção dos valores aceitos, seja pelo campo capitalista, seja pelo campo socialista. Tal ocorre dentro de estratégias de manutenção do status quo, ou seja, de consolidação e de prevenção de defecções por parte dos países submetidos a cada esfera de influência. Um padrão de cultura ligado à cultura de massas e à indústria cultural integra-se ao padrão dito culto da cultura humanista, com o cinema e a música popular, como o jazz, por exemplo, servindo de veículos de propaganda. A elaboração conceitual faz com que haja uma maior complexidade, similar àquela encontrada

nos acordos comerciais, em torno da definição dos bens culturais (*cultural property*), que se aprofunda com a inclusão dos aspectos de propriedade, que passa do interesse restrito da posse particular para a compreensão dos bens culturais como pertencentes ao conjunto da espécie humana, incluindo as gerações futuras - logo, reforçando também o aspecto da proteção - alcançando a noção de “patrimônio” -, e chegando à ideia da cultura como um dos pilares do desenvolvimento sustentável.

O processo de descolonização e o aumento do número de Estados independentes, paralelamente à celebração do exotismo nas artes, levam a um questionamento que enfraquece o conceito humanista de cultura. A especificidade cultural torna-se valor intrínseco, ao mesmo tempo em que a UNESCO passa a solidificar conceitos como a diversidade cultural e o patrimônio imaterial. O aceleração dos fluxos de transporte e comunicação da globalização facilita o acesso não mediado às culturas locais.

Simultaneamente, os conceitos de indústrias culturais e/ou criativas ressaltam os aspectos econômicos da produção e circulação de bens e serviços culturais. Surge, além disso, o debate sobre a exceção cultural, enquanto se aprofundam as discussões sobre propriedade intelectual e direitos de autor.

Com isso, o aspecto de “diferença” presente na noção de “diversidade” passa a ter um aspecto produtivo, de impressão no mundo material dos aspectos simbólicos, considerados imanentes não apenas aos bens culturais, mas também às expressões imateriais das práticas culturais.

No entanto, uma definição de bens e serviços culturais mostra-se complexa. Um exemplo é o mercado cinematográfico. Tratar megaproduções criadas em ambiente quase industrial e que contam, no caso dos Estados Unidos, por exemplo, com um organismo extremamente poderoso para defesa de seus interesses, a *Motion Pictures Association of America* (MPAA), e produções artesanais, independentes, tanto do lado do mercado, como do lado de sua circulação e distribuição, mostra a dificuldade do estabelecimento de um regime único, o que se repete em outras áreas, como a música.

Outras áreas, como as “performance arts” e as artes visuais possuem outras peculiaridades (dificuldade de circulação, irreprodutibilidade por exemplo). Finalmente, o

patrimônio cultural, seja material ou imaterial, expõe o aspecto de bem público global dos bens e serviços culturais.

Ao normatizar, com base nos princípios de sua Constituição, o livre-fluxo de ideias e o progresso intelectual, a UNESCO passam a desempenhar um papel central tanto na elaboração de políticas culturais no âmbito doméstico, como influi nos aspectos internacionais e transnacionais dos temas culturais. Ao mesmo tempo, no entanto, do ponto de vista dos Estados, há uma flutuação, decorrente do contexto político e econômico interno, que os leva a levar ou não em conta as questões relacionadas com a governança cultural global.

Há uma convivência de conceitos de cultura, mesmo no interior da instituição, mas também entre os diversos atores, nos diversos campos da produção cultural. O problema talvez possa ser avaliado em torno do emprego de conceitos múltiplos de cultura, que podem ser situados em um espectro de uso com um significado muito amplo, ao ser empregado em um sentido “forte” (*strong sense*), muito restrito, quando utilizado em um sentido “fraco” (*weak sense*), ou não significar nada, devido à ambiguidade inerente do termo. Não se trata de uma discussão semântica ou terminológica, mas do emprego de termos adequados em campos específicos, ou seja, enquanto categorias de prática social e política ou categorias de análise social e política (BRUBAKER; COOPER, 2000).

Um determinado conceito de pode ser útil em debates políticos, ou seja, enquanto *categoria de prática*, embora suscetível de uma avaliação crítica para seu emprego como uma ferramenta de pesquisa acadêmica, enquanto *categoria de análise* (HALL, 2010). As categorias de prática são aquelas empregadas nas relações sociais costumeiras por atores comuns em suas interações sociais, enquanto as categorias de análise são aquelas empregadas na análise social. O problema é que diversas categorias são empregadas analiticamente da mesma forma que são usadas na prática, de forma “implícita ou explicitamente reificante” (BRUBAKER; COOPER, 2000)

A definição expandida de cultura adotado pela UNESCO, embora valiosa do ponto de vista programático, ao embasar, como vimos, os aspectos igualitários relacionados com a elaboração em torno do conceito antropológico de cultura, faz com que haja uma

coexistência de conceitos diversos, do ponto de vista prático, pois os atores do campo mobilizam aspectos. SMITH; MEDIN (1981) apresentam diferentes tipos de conceitos:

- a) No enfoque clássico, “todas as instâncias de um conceito possuem propriedades comuns [...] necessárias e suficientes para definir o conceito”;
- b) No enfoque probabilista ou prototípico há, no conceito, variação quanto ao grau de compartilhamento de certas propriedades;
- c) Finalmente, no enfoque exemplar existem apenas representações específicas de exemplares de classe.

Trata-se de situar a cultura, de forma dinâmica, nesse contínuo de conceitos. Além disso, os fenômenos culturais abrangem uma ampla gama de disciplinas. No espectro mais amplo assumido pela agenda da cultura, objeto de estudos específicos, em disciplinas diversas, como Antropologia, Sociologia, Política, Economia, História e Relações Internacionais, entre outras, que pode envolver:

- a) Relações Culturais Internacionais
- b) Cooperação Cultural Internacional
- c) Circulações e acesso a bens e serviços culturais
- d) Proteção do patrimônio cultural material e imaterial¹⁵⁰
- e) Direitos de autor
- f) Tráfico internacional de bens culturais
- g) Políticas culturais no âmbito internacional
- h) Proteção da diversidade cultural
- i) Economia da cultura/criativa¹⁵¹

Consideramos, do ponto de vista analítico, ser necessária a formulação operativa para o objeto de estudo tendo como base os ramos de conhecimento listados acima, nontado-se

¹⁵⁰ Tanto em tempo de paz como durante conflitos.

¹⁵¹ Os dois conceitos empregados aqui, embora de ampla utilização, são questionáveis.

sua especificidade: 1) em torno dos conceitos de bens e serviços culturais; 2) em torno da criação, produção, distribuição, circulação e acesso a esses bens e serviços; 3) em torno dos aspectos políticos, econômicos e sociais envolvidos. É preciso deixar claro que não se busca um “congelamento” de um conceito, de forma a-histórica, atribuindo a ele um significado único, pré-determinado, e que se busque adequar a objetivos políticos e ideológicos.

Outro aspecto saliente refere-se ao papel das organizações internacionais (UNESCO, UNCTAD) nas relações culturais internacionais e, conseqüentemente, na prática Relações Culturais Internacionais e das Políticas Culturais Internacionais. A UNESCO dissemina novas normas internacionais e modelos de organização política, buscando apoiar-se em discurso técnico-pragmático (economia da cultura/criativa) que repousa, por um lado, sobre um discurso idealista (diversidade cultural, patrimônio, livre circulação de bens culturais), e, por outro, sobre um discurso economicista.

UNCTAD e OMC participam dessa formação de norma, ao discutir o mercado de bens e produtos culturais e questões de propriedade intelectual. No entanto, há certa fricção entre os diferentes regimes, que pode ser caracterizado pela visão da “exceção cultural”, ou seja, que bens e serviços culturais não podem ser submetidos ao mesmo regime de comércio que outros tipos de bens.

A coexistência de conceitos diversos nos campos da produção cultural, coloca uma questão de difícil solução, ligada estreitamente com o emprego desses conceitos como categorias de prática e como categoria de análise. A questão pode ser resumida em entender como conciliar, do ponto de vista político, os circuitos autônomos dos diversos campos da produção cultural?

Para exemplificar, temos a oposição - ressaltando que não falamos aqui em oposições dicotômicas, mas em contínuos e em contextos discursivos - entre entretenimento e experiência estética. Ao circunscrever os fenômenos culturais à ideia de significados e valores partilhados, por exemplo, essa oposição não se manifesta. No entanto, do ponto de vista das práticas, há uma valorização explícita do aspecto estético, principalmente no campo artístico. Embora, em muitas situações, “[...] o entretenimento de alguns seja a experiência

intelectual-estética de outros, e vice-versa” (LAMONT, 2015: 12), essa oposição fundamental aparece nos discurso em torno, por exemplo, da indústria cinematográfica, pois:

[A] alta cultura não é a cultura da classe alta, mas a de uma camada profissional que ganha a vida na criação, distribuição, análise e crítica de vários trabalhos identificados como alta cultura, bem como a de um pequeno conjunto de diletantes da cultura, muitos deles em posições relacionadas, que se agregam ao público total da alta cultura. (idem, ibidem)

A multiplicidade de conceitos sobre cultura não é, por si, um problema. O problema são os vazios e os espaços disputados, do ponto de vista das práticas, pois, muitas vezes, os aspectos positivos que a cultura podem ter estão exatamente nesses vazios discursivos.

ANEXOS

Anexo 1: Documentos oficiais da UNESCO na área temática “Cultura” (1945-2015)

Instrumento legal	Local	Data¹⁵²
Recomendação relativa à proteção e promoção de museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade		17/11/2015
Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, incluindo um glossário de definições		10/11/2011
Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais	Paris	20/10/2005
Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível	Paris	17/10/2003
Declaração da UNESCO sobre a Destruição Intencional do Patrimônio Cultural		17/10/2003
Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural		2/11/2001
Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático	Paris	2/11/2001
Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore		15/11/1989
Recomendação relativa à Condição do Artista		27/10/1980
Recomendação para a Salvaguarda e Preservação de Imagens em Movimento		27/10/1980
Convenção Multilateral para Evitar a Dupla Tributação de Royalties de direitos de autor, com modelo de acordo bilateral e protocolo adicional	Madri	13/12/1979
Recomendação para a Proteção dos Bens Culturais Móveis		28/11/1978
Declaração sobre os Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massa para o Fortalecimento da Paz e da Compreensão Internacional, para a promoção dos Direitos Humanos e a Luta contra o Racismo, o Apartheid e o Incitamento à Guerra		28/11/1978
Recomendação relativa à proteção legal de Tradutores e traduções e os meios práticos para melhorar a condição de Tradutores		22/11/1976
Recomendação sobre o intercâmbio internacional de bens culturais		26/11/1976
Recomendação sobre a participação do povo em geral na vida cultural e sua contribuição para o mesmo		26/11/1976
Recomendação sobre a Salvaguarda e o Papel Contemporâneo de Áreas Históricas		26/11/1976
Declaração de Princípios Orientadores sobre o Uso de Radiodifusão por Satélite para o livre fluxo de informações, a disseminação da educação e maior Intercâmbio Cultural		15/11/1972
Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial		16/11/1972
Recomendação sobre a Proteção, no nível nacional, do Patrimônio Cultural e Natural		16/11/1972

¹⁵² Refere-se à data de assinatura. Não foi levada em consideração a data de efetiva entrada em vigor porque o texto passa a ter existência (e servir de referência para outros textos, debates etc.) mesmo durante seu processo de elaboração. A data de assinatura serve como marco cronológico.

Instrumento legal	Local	Data¹⁵²
Declaração de Princípios Orientadores sobre o Uso de Satélites de radiodifusão para o livre fluxo de informações, a disseminação da educação e Maior Intercâmbio Cultural		15/11/1972
Convenção para a Proteção de Produtores de Fonogramas contra a Duplicação não autorizada de seus Fonogramas	Genebra	29/10/1971
Convenção Universal dos Direitos de Autor, como revisada em Paris, em 24 de Julho de 1971, com Declaração relacionada com o artigo XVII e Resolução sobre o Artigo XI no Apêndice Protocolo 1, Paris, 24/07/1971 Protocolo 2, Paris, 24/07/1971	Paris	24/07/1971
Convenção sobre os Meios de Proibir e Prevenir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade Ilícitas de Bens Culturais	Paris	14/11/1970
Recomendação sobre a Preservação de Bens Culturais Ameaçadas por Obras Públicas ou Privadas		19/11/1968
Declaração de Princípios sobre Cooperação Cultural Internacional		4/11/1966
Recomendação sobre os Meios de Proibir e Prevenir a Exportação, Importação e Transferência de Propriedade Ilegais de Bens Culturais		19/11/1964
Recomendação sobre a Salvaguarda da beleza e características de paisagens e lugares		11/12/1962
Recomendação sobre os Meios mais efetivos de tornar Museus mais acessíveis para todos		14/12/1960
Convenção sobre o intercâmbio de Publicações Oficiais e Documentos Governamentais entre Estados	Paris	3/12/1958
Convenção sobre o intercâmbio internacional de Publicações	Paris	3/12/1958
Recomendação sobre Princípios Internacionais Aplicáveis a Escavações Arqueológicas		5/12/1956
Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado, com Regras para a Execução da Convenção Primeiro protocolo, Haia, 14/05/1954 Segundo protocolo, Haia, 26/03/1999	Haia	14/05/1954
Convenção Universal dos Direitos Autorais, com Declaração relacionada aos artigos XVII e Resolução sobre o artigo XI Protocolo 1, Genebra, 6/09/1952 Protocolo 2, Genebra, 6/09/1952 Protocolo 3, Genebra, 6/09/1952	Genebra	6/09/1952
Acordo sobre a Importação de materiais educacionais, científicos e culturais com Anexos A a E e Protocolo anexados Protocolo, Nairóbi, 26/11/1976	Florença	17/06/1950
Acordo para Facilitar a circulação internacional de materiais Visuais e Sonoros de caráter Educacional, Científico e Cultural, com protocolo de Assinatura e Modelo de Formulário de Certificação fornecidos no Artigo IV do Acordo supra-citado	Beirute	10/12/1948
Constituição da UNESCO		16/11/1945

Anexo 2: Comparação entre os protocolos do Acordo sobre a importação de materiais educacionais, culturais e científicos.

Tabela 3: Comparação entre itens abrangidos em Florença 1950 e Nairóbi, 1976.

Florença, 1950	Nairóbi, 1976
Annex A	Annex A
Books, publications and documents	Books, publications and documents
(i) Printed books.	(i) Printed books, <u>irrespective of the language in which they are printed and whatever the amount of space given over to illustrations, including the following:</u> (a) <u>luxury editions;</u> (b) <u>books printed abroad from the manuscript of an author resident in the im-porting country;</u> (c) <u>children's drawing and painting books;</u> (d) <u>school exercise books (workbooks) with printed texts and blank spaces to be filled in by the pupils;</u> (e) <u>crossword puzzle books containing printed texts;</u> (f) <u>loose illustrations and printed pages in the form of loose or bound sheets and reproduction proofs or reproduction films to be used for the production of books.</u>
(ii) Newspapers and periodicals.	(ii) Printed documents or reports of a non-commercial character.
(iii) Books and documents produced by duplicating processes other than printing.	(iii) Microforms of the articles listed under items (i) and (ii) of this Annex, as well as of those listed under items (i) to (vi) of Annex A to the Agreement.
(iv) Official government publications, that is, official, parliamentary and administrative documents published in their country of origin.	(iv) Catalogues of films, recordings or other visual and auditory material of an educational, scientific or cultural character.
(v) Travel posters and travel literature (pamphlets, guides, time-tables, leaflets and similar publications), whether illustrated or not, including those published by private commercial enterprises, whose purpose is to stimulate travel outside the country of importation.	(v) Maps and charts of interest in scientific fields such as geology, zoology, botany, mineralogy, paleontology, archaeology, ethnology, meteorology, climatology and geophysics, and also meteorological and geophysical diagrams.
(vi) Publications whose purpose is to stimulate study outside the country of importation.	
(vii) Manuscripts, including typescripts.	(vi) Architectural, industrial or engineering plans and designs and reproductions thereof.

Florença, 1950

Nairóbi, 1976

(viii) Catalogues of books and publications, being books and publications offered for sale by publishers or booksellers established outside the country of importation.

(ix) Catalogues of films, recordings or other visual and auditory material of an educational, scientific or cultural character, being catalogues issued by or on behalf of the United Nations or any of its Specialized Agencies.

(x) Music in manuscript or printed form, or reproduced by duplicating processes other than printing.

(xi) Geographical, hydrographical or astronomical maps and charts.

(xii) Architectural, industrial or engineering plans- and designs, and reproductions thereof, intended for study in scientific establishments or educational institutions approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free admission of these types of articles.

(The exemptions provided by Annex A shall not apply to:

(a) Stationery;

(b) Books, publications and documents (except catalogues, travel posters and travel literature referred to above) published by or for a private commercial enterprise, essentially for advertising purposes;

(c) Newspapers and periodicals in which the advertising matter is in excess of 70 per cent by space;

(d) All other items (except catalogues referred to above) in which the advertising matter is in excess of 25 per cent by space. In the case of travel posters and literature, this percentage shall apply only to private commercial advertising matter.)

Annex B

Works of art and collectors' pieces of an educational, scientific or cultural character

(i) Paintings and drawings, including copies, executed entirely by hand, but excluding manufactured

(vii) Bibliographical information material for distribution free of charge.

Annex B

Works of art and collectors' pieces of an educational, scientific or cultural character

(i) Paintings and drawings, whatever the nature of the materials on which they have been executed entirely

Florença, 1950

decorated wares.

(ii) Hand-printed impressions, produced from hand-engraved or hand-etched blocks, plates or other material, and signed and numbered by the artist.

(iii) Original works of art of statuary or sculpture, whether in the round, in relief, or in intaglio, excluding mass-produced reproductions and works of conventional craftsmanship of a commercial character.

(iv) Collectors' pieces and objects of art consigned to public galleries, museums and other public institutions, approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free entry of these types of articles, not intended for resale.

(v) Collections and collectors' pieces in such scientific fields as anatomy, zoology, botany, mineralogy, paleontology, archaeology and ethnography, not intended for resale.

(vi) Antiques, being articles in excess of 100 years of age.

Annex C

Visual and auditory materials of an educational, scientific or cultural character

(i) Films, filmstrips, microfilms and slides, of an educational, scientific or cultural character, when imported by organizations (including, at the discretion of the importing country, broadcasting organizations), approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free admission of these types of articles, exclusively for exhibition by these organizations or by other public or private educational, scientific or cultural institutions or societies approved by the aforesaid authorities.

(ii) Newsreels (with or without sound track), depicting events of current news value at the time of importation, and imported in either negative form, exposed and developed, or positive form, printed and developed, when imported by organizations (including, at the discretion of the importing country, broadcasting organization) approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free admission of such films, provided that free entry may be limited to two copies of each subject for copying purposes.

Nairóbi, 1976

by hand, including copies executed by hand, but excluding manufactured decorated wares.

(ii) Ceramics and mosaics on wood, being original works of art.

(iii) Collectors' pieces and objects of art consigned to galleries, museums-and other institutions approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free entry of those types of materials, on condition they are not resold.

Annex C.1

Visual and auditory materials

(i) Films (1), filmstrips, microforms and slides.

(ii) Sound recordings.

(iii) Patterns, models and wall charts of an educational, scientific or cultural character, . except toy models.

(iii) Sound recordings of an educational, scientific or cultural character for use exclusively in public or private educational, scientific or cultural institutions or societies (including, at the discretion of the importing country, broadcasting organizations) approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free admission of these types of articles.

(iv) Films, filmstrips, microfilms and sound recordings of an educational, scientific or cultural character produced by the United Nations or any of its Specialized Agencies.

(v) Patterns, models and wall charts for use exclusively for demonstrating and teaching purposes in public or private educational, scientific or cultural institutions approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free admission of these types of articles.

(iv) Other visual and auditory materials, such as:

(a) video-tapes, kinescopes, video-discs, videograms and other forms of visual and sound recordings;

(b) microcards, microfiches and magnetic or other information storage media required in computerized information and documentation services;

(c) materials for programmed instruction, which may be presented in kit form, with the corresponding printed materials, including video-cassettes and audio-cassettes;

(d) transparencies, including those intended for direct projection or for viewing through optical devices;

(e) holograms for laser projection;

(f) mock-ups or 'visualizations of abstract concepts such as molecular structures or mathematical formulae;

(g) multi-media kits;

(h) materials for the promotion of tourism, including those produced by private concerns, designed to encourage the public to travel outside the country of importation.

(The exemptions provided for in the present Annex C.1 shall not apply to:

(a) unused microform stock and unused visual and auditory recording media and their specific packaging such as cassettes, cartridges, reels;

(b) visual and auditory recordings with the exception of materials for the promotion of tourism covered by paragraph (iv) (h), produced by or for a private commercial enterprise, essentially for advertising purposes;

(c) visual and auditory recordings in which the advertising matter is in excess of 25 per cent by time. In the case of the materials for the promotion of tourism covered by paragraph (iv) (h), this percentage applies only to private commercial publicity.)

Annex C.2

Visual and auditory materials of an educational, scientific or cultural character

Visual and auditory materials of an educational, scientific or cultural character, when imported by organizations (including, at the discretion of the importing country, broadcasting and television organizations) or by any other public or private institution or association, approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free admission of these types of materials or when produced by the United Nations or any of its Specialized Agencies and including the following:

- (i) films, filmstrips, microfilms and-slides;
- (ii) newsreels (with or without sound track) depicting events of current news value at the time of importation, and imported in either negative form, exposed and developed, or positive form, printed and developed, it being understood that duty free entry may be limited to two copies of each subject for copying purposes;
- (iii) archival film material (with or without sound track) intended for use in connection with newsreel films ;
- (iv) recreational films particularly suited for children and youth; (v) sound recordings;
- (vi) video-tapes, kinescopes, video-discs, videograms and other forms of visual and sound recordings;
- (vii) microcards, microfiches and magnetic or other information storage media required in computerized information and documentation services;
- (viii) materials for programmed instruction, which may be presented in kit form, with the corresponding printed materials, including video-cassettes Land audiocassettes ;
- (ix) transparencies, including those intended for direct projection or for viewing through optical devices;
- (x) holograms for laser projection;
- (xi) mock-ups or visualizations of abstract concepts

Florença, 1950	Nairóbi, 1976
<p data-bbox="177 703 284 734">Annex D</p> <p data-bbox="177 770 585 801">Scientific instruments or apparatus</p> <p data-bbox="177 837 791 936">Scientific instruments or apparatus, intended exclusively for educational purposes or pure scientific research, provided:</p> <p data-bbox="177 972 798 1169">(a) That such scientific instruments or apparatus are consigned to public or private scientific or educational institutions approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free entry of these types of articles, and used under the control and responsibility of these institutions ;</p> <p data-bbox="177 1205 746 1303">(b) That instruments or apparatus of equivalent scientific value are not being manufactured in the country of importation.</p>	<p data-bbox="823 271 1345 336">such as molecular structures or mathematical formulae;</p> <p data-bbox="823 371 1067 436">(xii) multi-media kits. Annex D</p> <p data-bbox="823 472 1225 504">Scientific instruments or apparatus</p> <p data-bbox="823 539 1374 571">(i) Scientific instruments or apparatus, provided:</p> <p data-bbox="823 607 1442 804">(a) that they are consigned to public or private scientific or educational institutions approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free entry of these types of articles, and used for non commercial purposes under the control and responsibility of these institutions ;</p> <p data-bbox="823 840 1386 938">(b) that instruments or apparatus of equivalent scientific value are not being manufactured in the country of importation.</p> <p data-bbox="823 974 1447 1238"><u>(ii) Spare parts, components or accessories specifically matching scientific instruments or apparatus, provided these spare parts, components or accessories are imported at the same time as such instruments and apparatus, or if imported subsequently, that they are identifiable as intended for instruments or apparatus previously admitted duty-free or entitled to duty-free entry.</u></p> <p data-bbox="823 1274 1447 1603"><u>(iii) Tools to be used for the maintenance, checking, gauging or repair of scientific instruments, provided these tools are imported at the same time as such instruments and apparatus or, if imported subsequently, that they are identifiable as intended for the specific instruments or apparatus previously admitted duty-free or entitled to duty-free entry, and further provided that tools of equivalent scientific value are not being manufactured in the country of importation.</u></p>
<p data-bbox="177 1624 284 1655">Annex E</p> <p data-bbox="177 1691 416 1722">Articles for the blind</p> <p data-bbox="177 1758 798 2022">Books, publications and documents of all kinds in raised characters for the blind. Other articles specially designed for the educational, scientific or cultural advancement of the blind, which are imported directly by institutions or organizations concerned with the welfare of the blind, approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free entry of these types of articles.</p>	<p data-bbox="823 1624 920 1655">Annex E</p> <p data-bbox="823 1682 1422 1713">Articles for the blind and other handicapped persons</p> <p data-bbox="823 1749 1442 1973">(i) All articles specially designed for the educational, scientific or cultural advancement of the blind which are imported directly by institutions or organizations concerned with the education of, or assistance to, the blind, approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free entry of these types or articles, including:</p> <p data-bbox="823 2009 1374 2040">(a) talking books (discs, cassettes or other sound</p>

Florença, 1950

Nairóbi, 1976

reproductions) and large-print books;

(b) phonographs and cassette players, specially designed or adapted for the blind and other handicapped persons and required to play the talking books;

(c) equipment for the reading of normal print by the blind and partially sighted, such as electronic reading machines, television-enlargers and optical aids;

(d) equipment for the mechanical or computerized production of Braille and recorded material, such as stereo-typing machines, electronic Braille, transfer and pressing machines; Braille computer terminals and displays;

(e) Braille paper, magnetic tapes and cassettes for the production of Braille and talking books;

(f) aids for improving the mobility of the blind, such as electronic orientation and obstacle detection appliances and white canes;

(g) technical aids for the education, rehabilitation, vocational training employment of the blind, such as Braille watches, Braille typewriters, teaching and learning aids, games and other instruments specifically adapted for the use of the blind.

(ii) All materials specially designed for the education, employment and social advancement of other physically or mentally handicapped persons, directly imported by institutions or organizations concerned with the education of, or assistance to, such persons, approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free entry of these types of articles, provided that equivalent objects are not being manufactured in the importing country.

Annex F

Sports equipment

Sports equipment intended exclusively for amateur sports associations or groups approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty free entry of these types of articles, provided that equivalent materials are not being manufactured in the importing country.

Annex G

Musical instruments and other musical equipment

Florença, 1950

Nairóbi, 1976

Musical instruments and other musical equipment intended solely for cultural institutions or music schools approved by the competent authorities of the importing country for the purpose of duty-free entry of these types of articles, provided that equivalent instruments and other equipment are not being manufactured in the importing country
Annex H

Material and machines used for the production of books, publications and documents

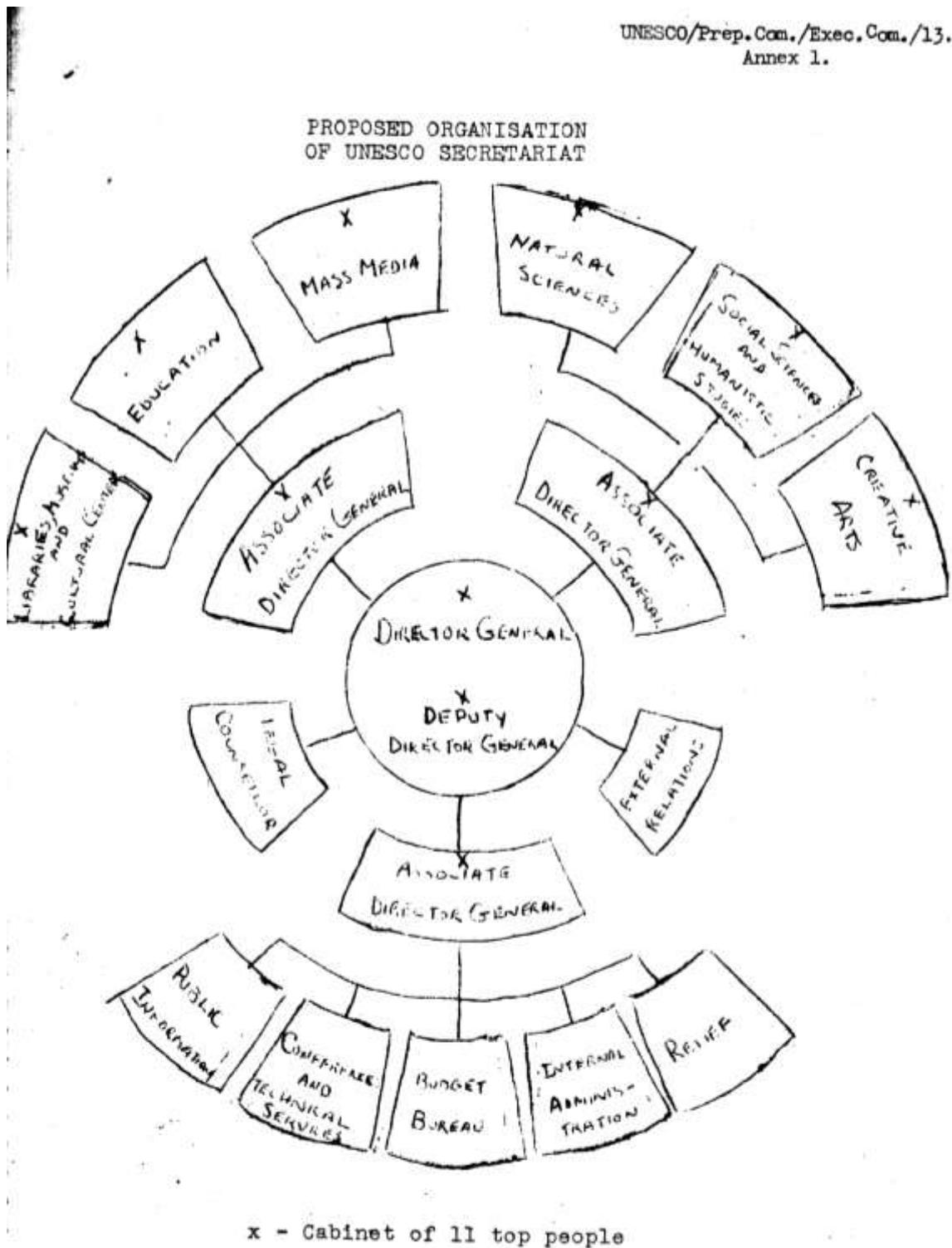
(i) Material used for the production of books, publications and documents (paper pulp, recycled paper, newsprint and other types of paper used for printing, printing inks, glue, etc.).

(ii) Machines for the processing of paper pulp and paper and also printing and binding machines, provided that machines of equivalent technical quality are not being manufactured in the importing country.

Fonte: Elaborado pelo autor.

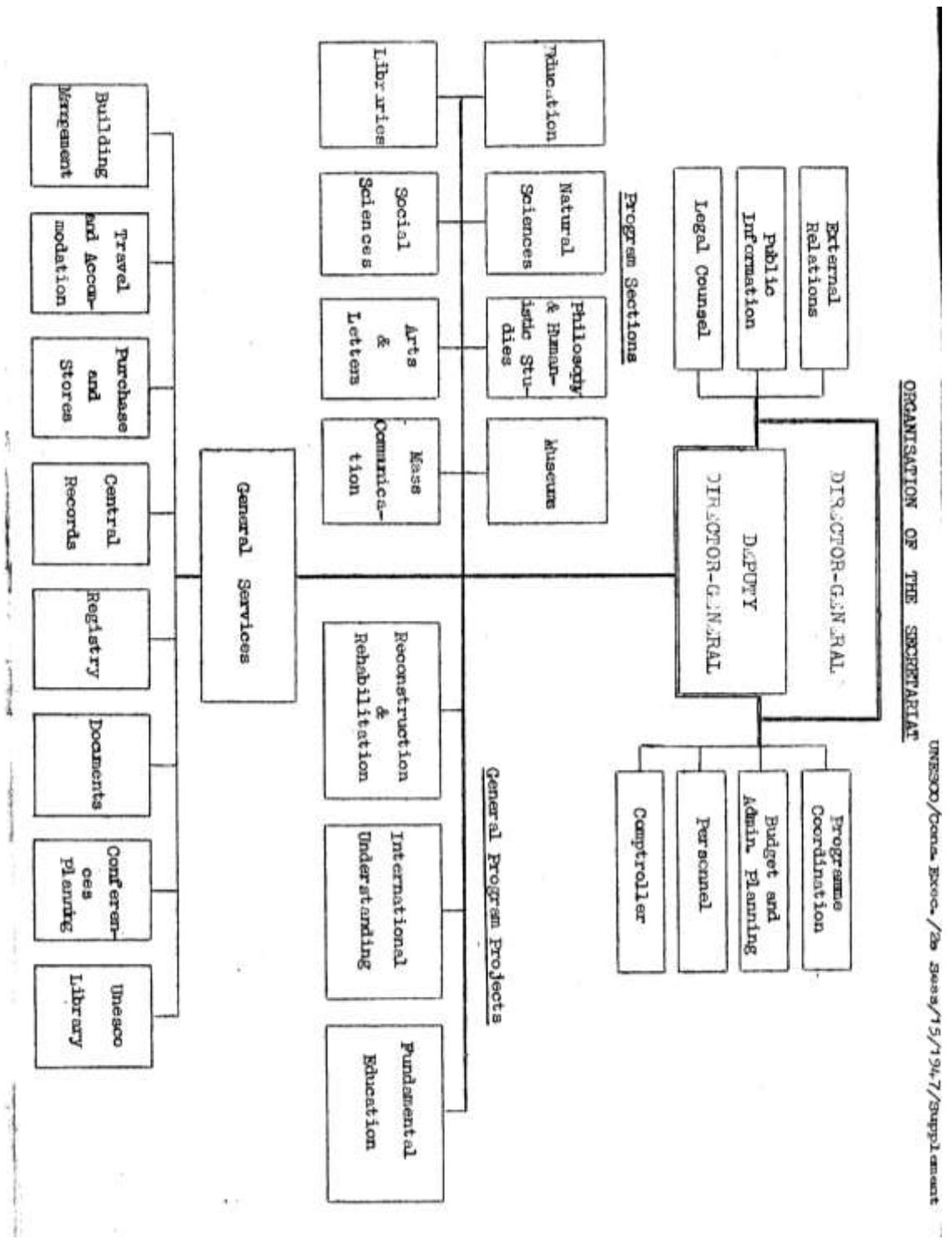
Anexo 3: Estrutura organizacional da UNESCO

Figura 7: Proposta de estrutura para o Secretariado da UNESCO



Fonte: <http://unesdoc.unesco.org>

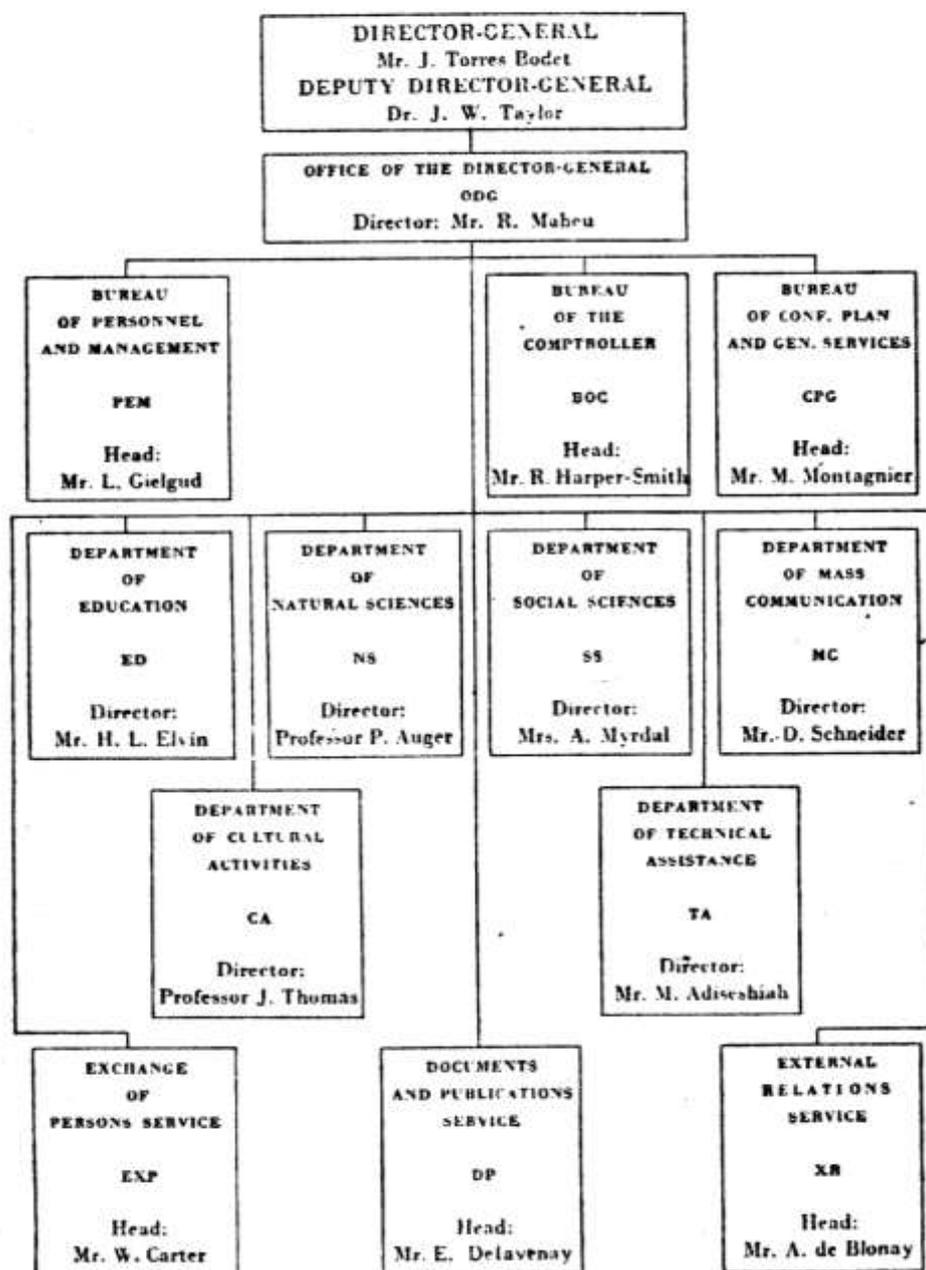
Figura 8: Organograma oficial - 1947



Fonte: <http://unesdoc.unesco.org>

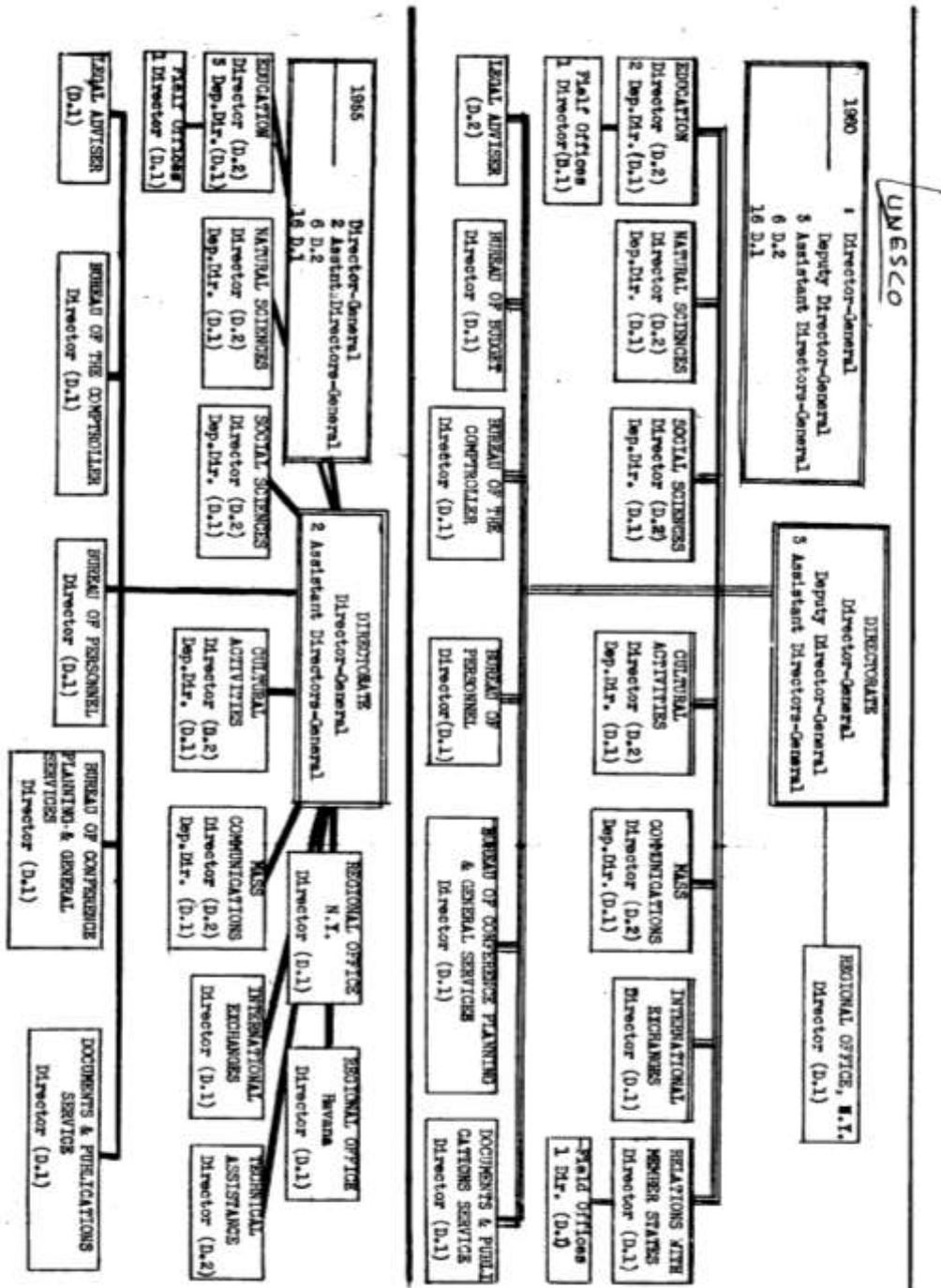
Figura 9: Organograma oficial - 1952

**ORGANIZATION OF THE SECRETARIAT
AS AT 1 MARCH 1952**



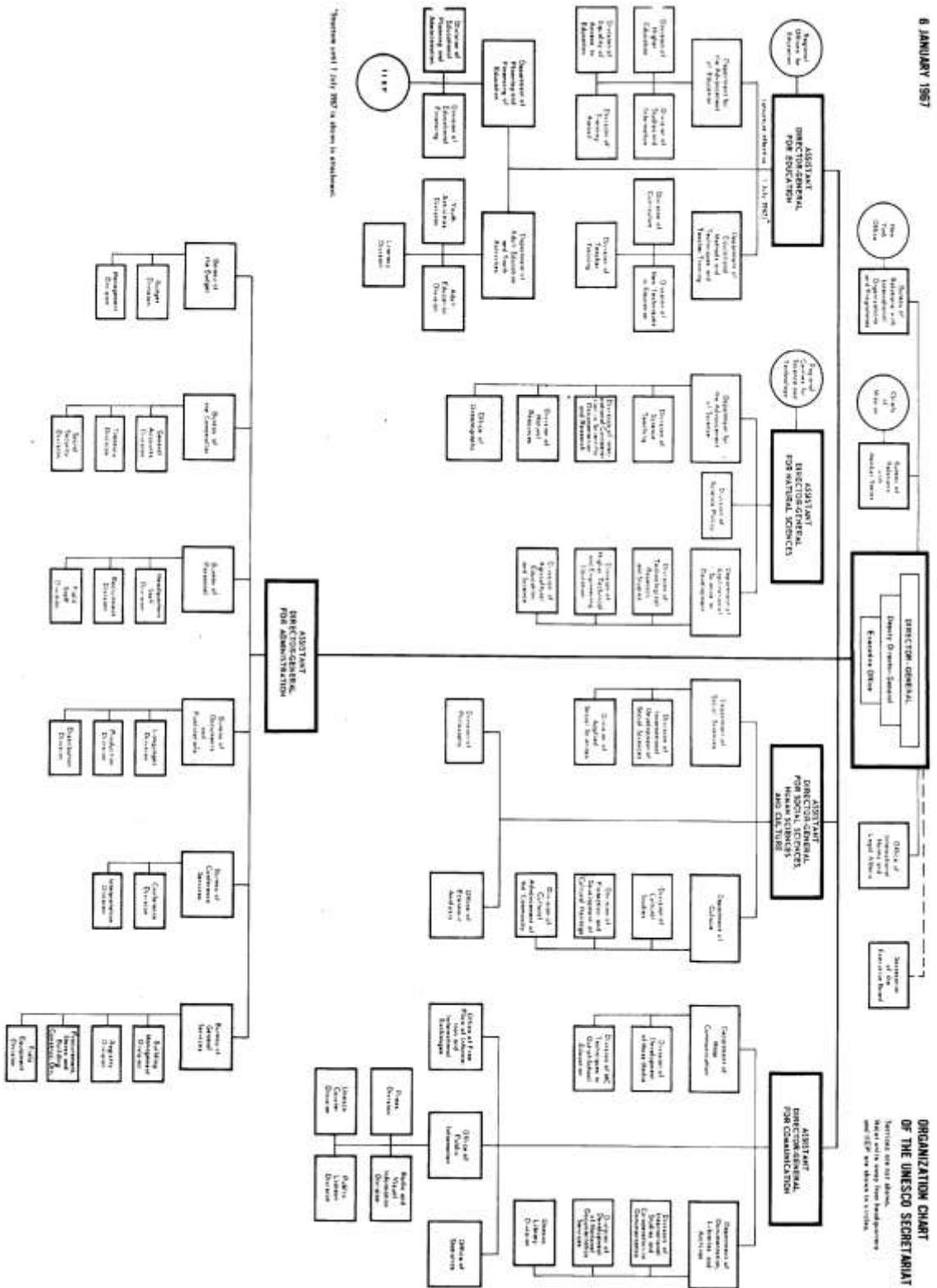
Fonte: <http://unesdoc.unesco.org>

Figura 10: Organograma oficial - 1960



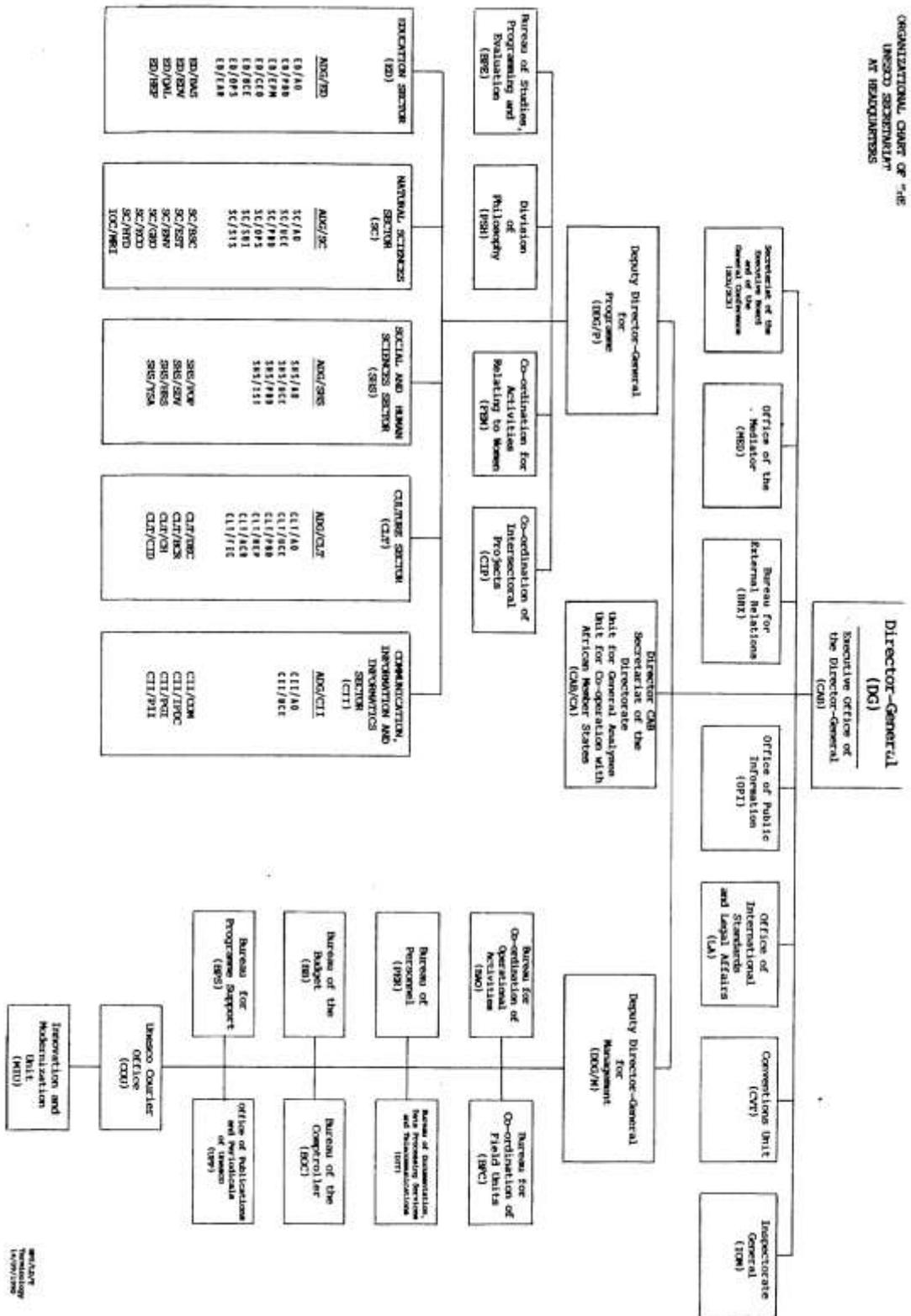
Fonte: <http://unesdoc.unesco.org>

Figura 11: Organograma oficial - 1967



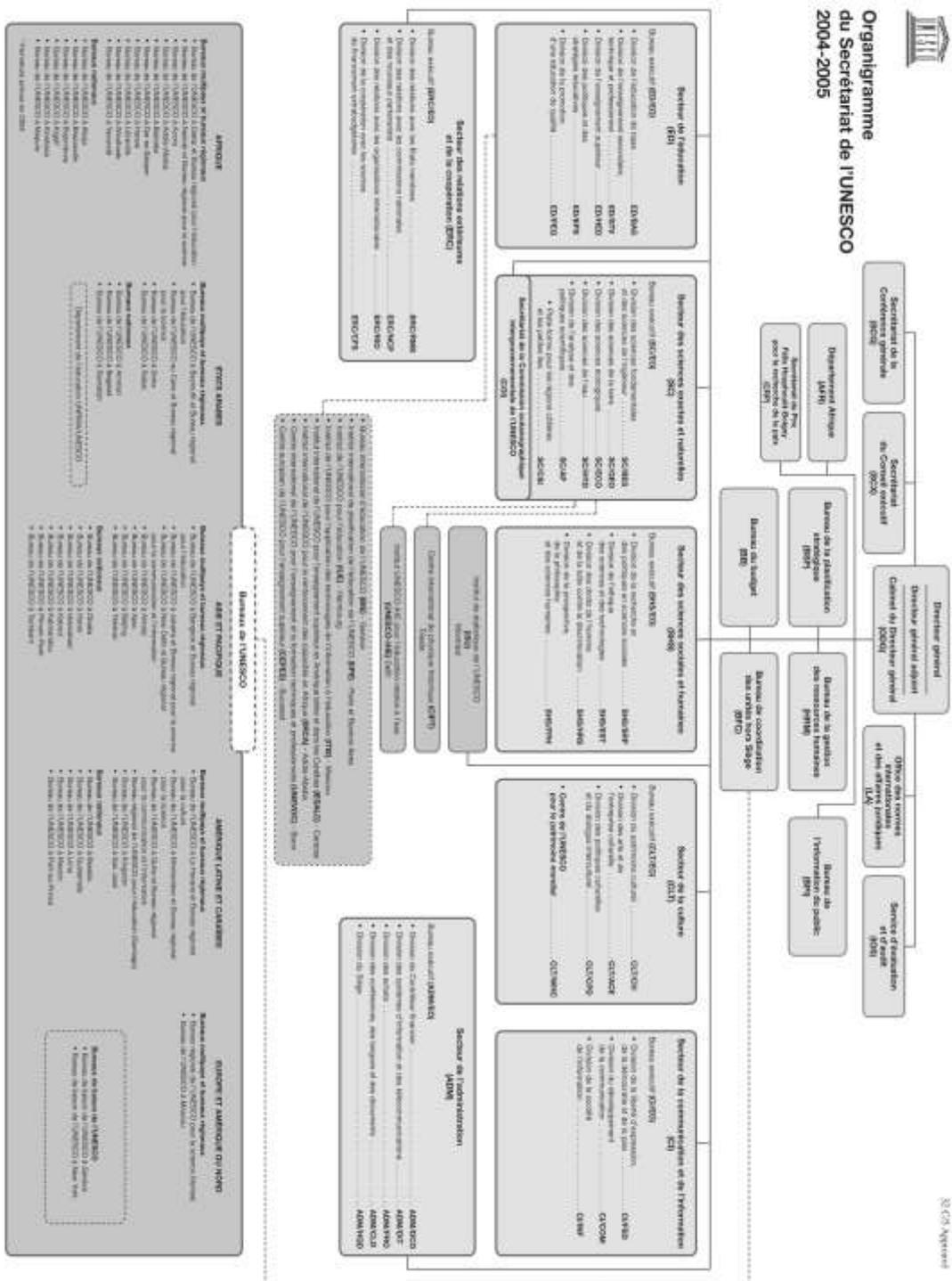
Fonte: <http://unesdoc.unesco.org>

Figura 13: Organograma oficial 1990



Fonte: <http://unesdoc.unesco.org>

Figura 15: Organograma oficial 2004/2005



Fonte: <http://unesdoc.unesco.org>

Referências

- ABBING, Hans. **Why are artists poor? The exceptional economy of the arts**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008.
- ACHARYA, Amitav. **Whose ideas matter? Agency and power in Asian regionalism**. Cornell University Press, 2011.
- ADLER, Emanuel. Seizing the middle ground: Constructivism in world politics. **European Journal of International Relations**. September, 1997, vol. 3 no. 3, p. 319-363.
- ADORNO, Theodor W. **Cultura e sociedade**. Queluz de Baixo: Presença, 1970.
- _____. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AGERON, Charles-Robert. L'Exposition coloniale de 1931: Mythe républicain ou mythe impérial? **Histoire du Maghreb**, p. 369-386, 2005.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.
- ALTHUSSER, Louis. **Lenin and Philosophy and Other Essays**. Nova York: NYU Press, 1971.
- ALVAREZ, Vera Cíntia. **Diversidade Cultural e livre-comércio: antagonismo ou oportunidade?** Brasília: UNESCO/Instituto Rio Branco, 2008.
- ALVES, Paulo Cesar. **Cultura: múltiplas leituras**. Bauru: EDUSC, 2010.
- AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. **O ano do Brasil na França: um modelo de intercâmbio cultural**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Chris. The end of theory: The data deluge makes the scientific method obsolete. **Wired magazine**, v. 16, n. 7, p. 16-07, 2008.
- ANDJELIĆ, Neven. National Promotion and Eurovision: from Besieged Sarajevo to the Floodlights of Europe. **Contemporary Southeastern Europe**, v. 2, n. 1, p. 94-109, 2015.
- ANDREASSEN, Rikke; HENNINGSEN, Anne Folke. Menneskeudstilling. **Tiderne Skifter**, 2011.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1989 [1951]
- ARNDT, Richard T. **The First Resort of Kings: American Cultural Diplomacy in the Twentieth Century**. Washington, D. C.: Potomac Books, 2007
- BANDELJ, Nina; WHERRY, Frederick F. **The Cultural Wealth of Nations**. Stanford: Stanford University Press, 2011.
- BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 4, n. 1, p. 211-261, 1996.

- BARKEMEYER, Ralf et al. What happened to the ‘development’ in sustainable development? Business guidelines two decades after Brundtland. **Sustainable Development**, v. 22, n. 1, p. 15-32, 2014.
- BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luís Mauro de Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.
- BASTIDE, Roger. **Brésil, terre des contrastes**. Paris: Hachette, 1957.
- BÉLAND, Daniel; COX, Robert Henry (Ed.). **Ideas and politics in social science research**. Oxford University Press, 2010.
- BENHAMOU, Françoise. Lujo necesario. **La Diaria**, 5/9/2008. Uruguai, 2008.
- _____. **A economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições SESC, 2016.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERNSTEIN, Basil. Vertical and horizontal discourse: An essay. **British Journal of Sociology of Education**, v. 20, n. 2, p. 157-173, 1999.
- BETTS, Raymond F. The allusion to Rome in British imperialist thought of the late nineteenth and early twentieth centuries. **Victorian Studies**, v. 15, n. 2, p. 149-159, 1971.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BIDNEY, David. On the concept of culture and some cultural fallacies. **American Anthropologist**, v. 46, n. 1, p. 30-44, 1944.
- BJERREGAARD, Toke; NIELSEN, Bjarke. Institutional maintenance in an international bureaucracy: Everyday practices of international elites inside UNESCO. **European management journal**, v. 32, n. 6, p. 981-990, 2014.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Indústrias criativas e os conceitos de cultura, inovação e criatividade em Celso Furtado. **Políticas Culturais em Revista**, v. 4, n. 2, 2012.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 2, 2001, p. 73-83.
- BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios**. São Paulo: Edições SESC, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. The Market of symbolic goods. **Poetics**, 14, 1985, p. 13-44.
- BOURDIEU, Pierre. **Les regles de l’Art**. Paris: Seuil, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. (1994). **Raisons pratiques: sur la théorie de l’action**. Paris: Seuil.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. The field of cultural production, or: The economic world reversed. **Poetics**, v. 12, n. 4-5, p. 311-356, 1983.

- BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Berkeley journal of sociology**, v. 32, p. 1-17, 1987.
- BROWN, Irene. Studies on Non-alignment. **The Journal of Modern African Studies**, v. 4, n. 04, p. 517-527, 1966.
- BROWN, Phillip. The globalisation of positional competition? **Sociology**, v. 34, 2000, n. 4, p. 633-653.
- BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Beyond “identity”. **Theory and society**, v. 29, n. 1, p. 1-47, 2000.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Report of the World Commission on environment and development: our common future**. United Nations: New York, 1987.
- BRUNSCHWIG, Henri. Colonisation-Décolonisation. Essai Sur Le Vocabulaire Usuel De La Politique Coloniale. **Cahiers D'Études Africaines 1**, no. 1, 1960, p. 44-54.
- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2006.
- BURROWS, Mathew. ‘Mission civilisatrice’: French cultural policy in the Middle East, 1860–1914. **The Historical Journal**, v. 29, n. 01, p. 109-135, 1986.
- CALABY, Donatela; CHRISTENSEN, Stephen Turk (eds.). **Cultural Exchange in early modern Europe: Cities and cultural Exchange in Europe, 1400-1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. Mexico: Grijalbo, 1990.
- CHANDLER, David. Where is the human in human-centred approaches to development? A critique of Amartya Sen’s ‘Development as Freedom’. In: **The Biopolitics of Development**. Springer India, 2013.
- CLEMENCEAU, George. **La colonisation est-elle un devoir de civilisation?** Discours à la Chambre des députés : 31 juillet 1885.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- COLBERT, Evelyn. The Road Not Taken: Decolonization and Independence in Indonesia and Indochina. **Foreign Affairs**, v. 51, n. 3, p. 608-628, 1973.
- CONNELLY, Matthew. Taking off the Cold War lens: Visions of North-South conflict during the Algerian War for independence. **The American Historical Review**, v. 105, n. 3, p. 739-769, 2000.
- COULANGEON, Philippe. **Sociologia das práticas culturais**. São Paulo: Edições SESC, 2013.
- COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Millennium**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.
- CUCHE, Denys; PEREIRA, Miguel Serras; GANDRA, Fernando. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- CULL, Nicholas J. Public Diplomacy in a Changing World, **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 616, (Mar., 2008), p. 31-54.

- DE CAPELLO, HH Krill. The creation of the United Nations educational, scientific and cultural organization. **International Organization**, v. 24, n. 01, p. 1-30, 1970.
- DE CASTRO CORRÊA, Alexandre Augusto. Ihering (1818-1892) Em comemoração aos cem anos de sua morte. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 87, p. 15-21, 1992.
- DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael J. (eds.). **International/Intertextual Relations: Post-modern readings of world politics**. New York: Lexington Books, 1989.
- DERRIDA, Jacques. **Écriture et Difference**. Paris: Ed. du Seuil, 1967.
- DES ROZIERS, Laurent Burin. **Du cinéma au multimédia: une brève histoire de l'exception culturelle**. Institut français des relations internationales, 1998.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo** (2 vols.). Bauru: Edusc, 2007.
- DUMONT, Juliette. O Brasil no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (1924-1946): primeiro passo na construção de uma diplomacia cultural, in SUPPO, Hugo Rogélio; LESSA, Mônica Leite (orgs.). **A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2013.
- DURANT, José Carlos Garcia. **Políticas culturais**. São Paulo: Edições SESC, 2013.
- DYKMANN, Klaas. On the Origins of the United Nations: When and How Did it Begin? **Journal of International Organizations Studies**, pp 79, v. 84, 2009.
- EAGLETON, Terry. **The idea of culture**. Londres: Blackwell: 2000.
- EL MECHAT, Samia. Sur les Principes de colonisation d'Arthur Girault (1895). **Revue historique**, n. 1, p. 119-144, 2011.
- ENGELS, Frederick. Engels to Franz Mehring. **Marx and Engels Correspondence**, 1893.
- ESCOBAR, Arturo. Antropología y desarrollo. **Maguaré**, n. 14, p. 3, 1999.
- FERREIRA, Gabriela Nunes et al. " O Brasil em 1889": um país para consumo externo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 81, p. 75-113, 2010.
- FERRY, Jules: **Les fondements de la politique coloniale**. Discurso na Assembleia Nacional, 28 de julho de 1885.
- FIELDHOUSE, David Kenneth. **Economics and empire, 1830-1914**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1989.
- FINNEMORE, Martha. International organizations as teachers of norms: the United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization and science policy. **International Organization**, v. 47, n. 04, p. 565-597, 1993.
- FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International norm dynamics and political change. **International organization**, v. 52, n. 04, p. 887-917, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Archéologie du savoir**. Paris: Éditions Gallimard, 2005 [1969].
- _____. **Les mots et les choses**. Paris: Éditions Gallimard, 2007 [1966].
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009 [1971].

- FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. Simon and Schuster, 2006.
- FURTADO, Celso. **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- GALLIE, Walter Bryce. Art as an essentially contested concept. **The Philosophical Quarterly** (1950-), v. 6, n. 23, 1956, p. 97-114.
- GALLOWAY, Susan; DUNLOP, Stewart. A critique of definitions of the cultural and creative industries in public policy. **International journal of cultural policy**, v. 13, n. 1, p. 17-31, 2007.
- GALT, Frederick Scott. The Life, Death, and Rebirth of the Cultural Exception in the Multilateral Trading System: An Evolutionary Analysis of Cultural Protection and Intervention in the Face of American Pop Culture's Hegemony. **Washington University Global Studies Law Review**, v. 3, p. 909, 2004.
- GAMBLE, Harry. Peasants of the Empire. Rural Schools and the Colonial Imaginary in 1930s French West Africa, **Cahiers d'études africaines** 2009/3 (n° 195), p. 775-804.
- GARNHAM, Nicholas. From cultural to creative industries: An analysis of the implications of the “creative industries” approach to arts and media policy making in the United Kingdom. **International journal of cultural policy**, v. 11, n. 1, 2005, p. 15-29.
- GAUTHIER, Christophe; PERRON, Tanguy; VEZYROGLOU, Dimitri. Histoire et cinéma: 1928, année politique, **Revue d'histoire moderne et contemporaine** 4/2001 (n°48-4), 2001, p. 190-208.
- GERRING, John et al. An institutional theory of direct and indirect rule. **World Politics**, v. 63, n. 03, p. 377-433, 2011.
- GIENOW-HECHT, Jessica CE; DONFRIED, Mark C. (Ed.). **Searching for a cultural diplomacy**. Berghahn Books, 2010.
- GIRARDET, Raoul. **L'idée coloniale en France: de 1871 à 1962**. Paris: Hachette, 1972.
- GIRAULT, Arthur. **Principes de colonisation et de législation coloniale**. Paris: L. Larose, 1904.
- GLISSANT, Édouard. **Introduction à une poétique du divers**. [Montréal]: Presses de l'Université de Montréal, 1995.
- GOLDSTEIN, Judith. **Ideas and foreign policy: beliefs, institutions, and political change**. Cornell University Press, 1993.
- GRANT, David et al. Guest editorial: discourse and organizational change. **Journal of Organizational Change Management**, v. 18, n. 1, p. 6-15, 2005.
- GRIMMER, Justin; STEWART, Brandon M. Text as data: The promise and pitfalls of automatic content analysis methods for political texts. **Political analysis**, p. 267-297, 2013.
- GÜNDOĞDU, Ayten. Arendt on Culture and Imperialism: Response to Klausen. **Political Theory**, v. 39, n. 5, p. 661-667, 2011.
- HALL, Stuart. (ed.) **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage Publications, 1997.

- _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003
- HALL, Todd. An unclear attraction: a critical examination of soft power as an analytical category. **The Chinese Journal of International Politics**, 2010.
- HANNERZ, Ulf. Notes on the global ecumene. **Public culture**, v. 1, n. 2, p. 66-75, 1989.
- HARELIMANA, Jean-Baptiste. La diversité culturelle entre l'UNESCO et l'OMC: état des lieux et interrogations. **Revue du Collège universitaire Henry Dunant**, 2009.
- HARTMANN, Douglas. Reflections on race, diversity, and the crossroads of multiculturalism. **The Sociological Quarterly**, v. 56, n. 4, p. 623-639, 2015.
- HIRSCH, Fred. **Social limits to growth**. Routledge, 1977.
- HIXSON, Walter L. **Parting the curtain: Propaganda, culture, and the Cold War, 1945-1961**. Macmillan, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.
- HOBSON, John A. **Imperialism: A Study**. Ann Arbor: University of Michigan, 1965 [1902].
- HOOGVELT, Ankie. The History of Capitalist Expansion. In: **Globalisation and the Postcolonial World**. Macmillan Education UK, 1997, p. 14-28.
- HOSCHSCHILD, Adam. **O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1991].
- HUDSON, Valerie M. (Ed.) **Culture and foreign policy**. Boulder (CO): L. Rienner Publishers, 1997.
- HUNTINGTON, Samuel P. The clash of civilizations? **Foreign affairs**, p. 22-49, 1993.
- INSTITUT INTERNATIONAL POUR LA COOPÉRATIONS INTELLECTUELLE. **Statuts organiques de l'IICI**. Paris: IICI, s.d.
- IRIYE, Akira. Culture and power: international relations as intercultural relations. **Diplomatic History**, v. 3, n. 2, p. 115-128, 1979.
- IYER, Lakshmi. Direct versus indirect colonial rule in India: Long-term consequences. **The Review of Economics and Statistics**, v. 92, n. 4, p. 693-713, 2010.
- JORDAN, Paul Thomas. **The Eurovision song contest: Nation branding and nation building in Estonia and Ukraine**. 2011. Tese de Doutorado. University of Glasgow.
- JØRGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Louise. **Discourse Analysis as Theory and Method**. Londres: Sage Publications, 2002.
- KALTENECKER, Martin. The discourse of sound, **Tempo**, 70(277), pp. 5-15, 2016.
- KATES, Robert W.; PARRIS, Thomas M.; LEISEROWITZ, Anthony A. What is sustainable development? **Environment**, v. 47, n. 3, p. 8, 2005.

- KATSAROVA, Ivana. An Overview of Europe's Film Industry. **European Parliamentary Research Service**, 2014.
- KAUL, Inge; GRUMBERG, Isabelle; MARC, A. Stern. **Bens públicos globais. Cooperação internacional no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- KELLY, John D.; KAPLAN, Martha. Nation and decolonization Toward a new anthropology of nationalism. **Anthropological theory**, v. 1, n. 4, p. 419-437, 2001.
- KNORR, Klaus. Theories of imperialism. **World Politics**, v. 4, n. 03, p. 402-431, 1952.
- KOZYMKA, Irena. UNESCO's Responses, Past and Present. In: **The Diplomacy of Culture**. Palgrave Macmillan US, 2014. p. 29-50.
- KRAUSE, Jill; RENWICK, Neil (eds.). **Identities in International Relations**. Londres: Macmillan Press, 1996.
- KRETSCHMER, Martin; KLIMIS, George Michael; CHOI, Chong Ju. Increasing returns and social contagion in cultural industries. **British journal of management**, v. 10, n. s1, p. 61-72, 1999.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy**. Londres: Verso, 1989 [1985]
- LAMEIRINHA, Cristianne Aparecida de Brito. **Língua, exílio e memória: uma leitura comparativa de Le Premier Homme, de Albert Camus e La disparition de la langue française, de Assia Djebar**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- LAMONTE, Michèle; FOURNIER, Marcel. Cultivando diferenças: fronteiras simbólicas e a formação da desigualdade. São Paulo: Edições SESC, 2015.
- LANGLOIS, Juan Carlos. La Dimension culturelle dans les projets de développement. **Culture**, vol. VII, n° 3. Paris: Les presses de l'UNESCO et la Baconnière, 1980.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LIAUZU, Claude. **Dictionnaire de la colonisation française**. Paris: Larousse, 2007.
- LIEBERSOHN, Harry. Introduction: The Civilizing Mission. **Journal of World History**, v. 27, n. 3, p. 383-387, 2016.
- LOOMBA, Ania. **Colonialism/postcolonialism**. Routledge, 2015.
- MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. Brasília : FUNAG, 2014.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. **Interpretações clássicas do imperialismo**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2013.
- MARTINS FILHO, Plínio. Copyright and Internet. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. nd-nd, 1998.
- MARX, Karl. **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Giard & Briere, 1909.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **L'idéologie allemande**. Paris: Les éditions sociales, 1998

- MAZOWER, Mark. **No enchanted palace: the end of empire and the ideological origins of the United Nations**. Princeton University Press, 2009.
- MERRILL, Dennis. The ironies of history: The United States and the decolonization of India. In: **The United States and Decolonization**. Palgrave Macmillan UK, 2000.
- MILLIKEN, Jennifer. The study of discourse in International Relations: a critique of research and methods. **European Journal of International Relations**. 1999, Vol 5 (2)
- MITCHELL, J. M.. **International Cultural Relations**. Londres: Allen & Unwind, 1986.
- MITCHELL, Timothy. The world as exhibition. **Comparative studies in society and history**, v. 31, n. 02, p. 217-236, 1989.
- MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Fundação Joaquim Nabuco, 2010.
- MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Ed. da UnB; IPRI, 2003.
- MUNRO, John. US foreign policy, intersectional totality and the structure of empire. **Third World Quarterly**, v. 35, n. 9, p. 1566-1581, 2014.
- NINKOVICH, Frank. **A Companion to American Foreign Relations**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2001.
- NURSE, Keith. Culture as the fourth pillar of sustainable development. **Small states: economic review and basic statistics**, v. 11, p. 28-40, 2006.
- NYE, Joseph S. **Soft Power: the means to succeed in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.
- OSCARSON, Spencer James. **The Art of Diplomacy: the use of art in international relations**. Dissertação de mestrado. Georgetown University, 2009.
- PAREKH, Bhikhu. Equality in a multicultural society. **Citizenship studies**, v. 2, n. 3, p. 397-411, 1998.
- PATTERSON, Molly; MONROE, Kristen Renwick. Narrative in political science. **Annual review of political science**, v. 1, n. 1, p. 315-331, 1998.
- PAVONE, Vincenzo. From intergovernmental to global: UNESCO's response to globalization. **The Review of International Organizations**, v. 2, n. 1, p. 77-95, 2007.
- PEMBERTON, Jo-Anne. The Changing Shape of Intellectual Cooperation: From the League of Nations to UNESCO. **Australian Journal of Politics & History**, v. 58, n. 1, p. 34-50, 2012.
- PLESCH, Dan. **America, Hitler and the UN: How the Allies Won World War II and Forged Peace**. IB Tauris, 2011.
- PORTER, Bernard. Further thoughts on imperial absent-mindedness. **The Journal of Imperial and Commonwealth History**, v. 36, n. 1, p. 101-117, 2008.
- PRICE, Richard. One big thing: Britain, its empire, and their imperial culture. **The Journal of British Studies**, v. 45, n. 03, p. 602-627, 2006.

- REEVES, Julie. **Culture and International Relations: Narratives, natives and tourists.** Routledge, 2005.
- REMAUD, Olivier. Culture Versus Civilisation la Genèse D'une Opposition. **Revue de Synthèse**, Vol.129(1), pp.105-123, 2008.
- RENOUARD, Augustin-Charles. **Traité des droits d'auteurs dans les sciences, la littérature, et les beaux-arts**, 1838.
- RESENDE, José Armando Zema de. **A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938): dinâmicas de um processo.** Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011 [1989].
- RICHTSCHEID, Kevin Graham. **The use of cultural heritage in economic and human development: a comparison of built heritage projects in Morocco and British Columbia.** 2011.
- RIoux, Jean-Pierre. La décolonisation, cette histoire sans fin. **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**, p. 225-234, 2007.
- ROBINSON, John. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. **Ecological economics**, v. 48, n. 4, p. 369-384, 2004.
- ROY, W. T. Britain in Fiji, 1875–1970: A Case Study of Ends and Means in Colonial Administration. **Australian Journal of Politics and History**, v. 23, n. 3, p. 373-382, 1977.
- SAID, Edward W. The clash of ignorance. **The Nation**, v. 22, 2001.
- SAID. **Cultura e imperialismo.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SANTI, Helena Chierentin; SANTI, Vilso Junior Chierentin. Stuart Hall e o trabalho das representações. **Anagrama**, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2009.
- SARAIVA, José F. Sombra (org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização.** São Paulo: Saraiva, 2008.
- SARMENTO, Clara. Interculturalism, multiculturalism, and intercultural studies: Questioning definitions and repositioning strategies. **Intercultural Pragmatics**, v. 11, n. 4, p. 603-618, 2014.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de Linguistique Générale.** Paris: E. Payot et Rivages, 1916.
- SAUVÉ, Pierre; STEINFATT, Karsten. Towards multilateral rules on trade and culture: protective regulation or efficient protection?. In: **Productivity Commission, Achieving Better Regulations for Services**, Conference Proceedings, Canberra, Australian National University, 2000.
- SCHMIDT, Vivien A. Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth 'new institutionalism'. **European Political Science Review** 2:1, 2010.
- SCHMITT, Thomas M. Global cultural governance. Decision-making concerning world heritage between politics and science. **Erdkunde**, p. 103-121, 2009.

- SEMPERE, Martinell, A. (ed.). **Cultura y desarrollo. Un compromiso para la libertad y el bienestar**. Fundación Carolina; Siglo XXI: Madrid; Tres Cantos, 2010.
- SEN, Amartya. **Development as Freedom**. Oxford University Press, 2001.
- SHIMAZU, Naoko. Diplomacy as theatre: staging the Bandung Conference of 1955. **Modern Asian Studies**, v. 48, n. 01, p. 225-252, 2014.
- SILVA, Gabriela Toledo. **A UNESCO e a trajetória da política cultural: momentos e movimentos de uma linguagem de ação pública (1966-1982)**. Tese de Doutorado. São Paulo: FGV, 2016.
- SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento; ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- SINGH, J. P. Culture or commerce? A comparative assessment of international interactions and developing countries at UNESCO, WTO, and beyond. **International studies perspectives**, v. 8, n. 1, p. 36-53, 2007.
- SMITH, Edward E.; MEDIN, Douglas L. **Categories and concepts**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.
- SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra. **Bens culturais e direitos humanos**. São Paulo: Edições SESC, 2016.
- STENOUE, Katérina. **L'UNESCO et la question de la diversité culturelle: bilan et stratégies, 1946-2004**. UNESCO: Paris, 2007.
- STIGLITZ, Joseph. Globalization and the logic of international collective action: re-examining the Bretton Woods institutions. **Governing globalization: Issues and institutions**, p. 238-253, 2002.
- STOREY, John. **Teoria cultural e cultura popular: uma introdução**. São Paulo: Edições SESC, 2015.
- SUKARNO, Ahmed. **Speech at the opening of the Bandung Conference**, April 18, 1955. 1955.
- SUPPO, Hugo Rogélio. Gilberto Freyre e a imagem do Brasil no mundo. **Cena internacional**, p. 43, 2003.
- SUPPO, Hugo Rogélio; LESSA, Mônica Leite (orgs.). **A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2012.
- SZEMAN, Imre; KAPOSY, Timothy. **Cultural theory: an anthology**. John Wiley & Sons, 2010.
- THROSBY, David. **The economics of cultural policy**. Cambridge University Press, 2010.
- TOMLINSON, John. **Cultural imperialism: a critical introduction**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press: 1990.
- TORFING, Jacob. **New theories of discourse: Laclau, Mouffe and Žižek**. Oxford: Blackwell, 1999.
- TOYE, John; TOYE, Richard. One World, Two Cultures? Alfred Zimmern, Julian Huxley and the Ideological Origins of UNESCO. **History**, v. 95, n. 319, p. 308-331, 2010.
- TRAUTMANN, Catherine. **Dossiê do Ministério francês da Cultura e da Comunicação**, 1999.

- TURNER, Bryan S. Cosmopolitan virtue, globalization and patriotism. **Theory, culture & society**, v. 19, n. 1-2, p. 45-63, 2002.
- UNESCO. **Réflexions préalables sur les politiques culturelles**. Paris: UNESCO, 1969.
- _____. **Universal Declaration on Cultural Diversity: a vision, a conceptual platform**. Paris: UNESCO, 2002.
- _____. **A new cultural policy agenda for development and mutual understanding**. Paris: Unesco, 2011.
- _____. **UNESCO's Work on Culture and Sustainable Development Evaluation of a Policy Theme**. Paris: Internal Oversight Service, 2015
- U.S. Dept. of Commerce, International Trade Administration. **The migration of U.S. film & television production: the impact of 'runaways' on workers and small business in the U.S. film industry**. Washington (DC): U.S. Dept. of Commerce, 2001.
- VAÏSSE, Maurice. **As Relações Internacionais depois de 1945**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- VALDERRAMA, Fernando. **A history of UNESCO**. Paris: UNESCO, 1995.
- VANHULST, Julien; BELING, Adrian E. Buen vivir: Emergent discourse within or beyond sustainable development? **Ecological Economics**, v. 101, p. 54-63, 2014.
- VANNUCCHI, Aldo. **Cultura Brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- VERDÈS-LEROUX, Jeannine. **Les Français d'Algérie: De 1830 à aujourd'hui-Une page d'histoire déchirée**. Paris: Fayard, 2001.
- VIEIRA, Mariella Pitombo. Reinventando sentidos para a cultura: uma leitura do papel normativo da UNESCO através da análise da convenção para a promoção e a proteção para a diversidade das expressões culturais. Tese de doutorado. Salvador: UFBA, 2009.
- VIEIRA, Vera Lucia; CASTAÑEDA, Eugenia Cecília Gomez. **Las Relaciones Internacionales en el Espacio Latinoamericano y en el Mundo**. Comunicação oral. VI Jornadas Latinoamericanas de Historia de las Relaciones Internacionales: Regiones y Naciones. Universidad Católica de Santiago del Estero. Argentina. Setembro de 2009.
- VOON, Tania. UNESCO and the WTO: A Clash of Cultures? **International and Comparative Law Quarterly**, v. 55, n. 03, p. 635-651, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **World-systems analysis: An introduction**. Duke University Press, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The capitalist world-economy**. Cambridge University Press, 1979.
- WEBER, Max. **La política como vocación**. NoBooks Editorial, 2011.
- WEBSTER, Jane; COOPER, Nicholas J. **Roman imperialism: Post-colonial perspectives**. School of Archaeological Studies, University of Leicester, 1996.
- WEISS, Thomas G.; PLESCH, Dan. 1945's Forgotten Insight: Multilateralism as Realist Necessity. **International Studies Perspectives**, 2015.

- WEISS, Thomas G.; ROY, Pallavi. The UN and the Global South, 1945 and 2015: past as prelude? **Third World Quarterly**, v. 37, n. 7, p. 1147-1155, 2016.
- WHITE, Bob W. Talk about School: education and the colonial project in French and British Africa (1860-1960). **Comparative Education**, v. 32, n. 1, p. 9-26, 1996.
- WIDENOR, William C. American planning for the United Nations: have we been asking the right questions? **Diplomatic History**, v. 6, n. 3, p. 245-266, 1982.
- WILBURN, Alayna. **Imperial Knowledge and Cultural Display: Representations of Colonial India in Late-Nineteenth and Early-Twentieth Century**. London: 2008.
- WILLIAMS, Michael C. Why ideas matter in international relations: Hans Morgenthau, classical realism, and the moral construction of power politics. **International Organization**, v. 58, n. 04, p. 633-665, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. **Keywords: a vocabulary of culture and society**. New York: Oxford University Press, 1983 [1976]
- WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, n. 66, p. 209-224, 2005.
- WÜNSCH, Danielle; WISS, Emmanuelle. Einstein et la Commission internationale de coopération intellectuelle. **Revue d'histoire des sciences**, v. 57, n. 2, p. 509-520, 2004.
- WYSZOMIRSKI, Margaret J.; BURGESS, Christopher; PEILA, Catherine. **International cultural relations: A multi-country comparison**. 2003.
- YANIK, Lerna K. Culture in International Relations: What Is It Good For? **International Studies Review** 7, no. 3 (2005): 472-74.
- YEE, Albert S. The causal effects of ideas on policies. **International organization**, p. 69-108, 1996.
- YUSUF, Abdulqawi et al. (Ed.). **Standard-Setting at UNESCO: Conventions, Recommendations, Declarations and Charters Adopted by UNESCO, 1948-2006**. Martinus Nijhoff Publishers, 2007.
- ZANGWILL, Israel. **The Melting Pot: a drama in four acts**. W. Heinemann, 1921.